



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VIRGINIA IARA DE ANDRADE MAISTRO

PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA:

SEUS LIMITES E SUAS POSSIBILIDADES

VIRGINIA IARA DE ANDRADE MAISTRO

**PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA:
SEUS LIMITES E SUAS POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Lorencini Júnior.

Londrina
2006

VIRGINIA IARA DE ANDRADE MAISTRO

PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA:

SEUS LIMITES E SUAS POSSIBILIDADES

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Lorencini Júnior
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Sergio de Mello Arruda
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 8 de junho de 2006.

DEDICATÓRIA

Ao Sérgio, Fernando, Guilherme e Paulo Sérgio.

AGRADECIMENTOS

Uma das lições mais importantes que aprendi na vida é que ninguém jamais faz nada sozinho. Somos todos dependentes de outros. Por isso, gostaria de agradecer a tantas pessoas, mas não haveria espaço para nomear a todos.

A Orientação Sexual é um caminho muito longo, polêmico e sinuoso, mas cheio de emoção, por isso, agradeço aos autores em que fui buscar referências para realizar este trabalho.

Os meus agradecimentos aos **professores do mestrado** que tive a grata satisfação de encontrar ao longo desse tempo.

Não tenho como expressar minha gratidão a todos os **profissionais das escolas** que contribuíram com os dados desta pesquisa, pois sem eles, ela não teria acontecido.

Agradeço aos **meus familiares** que me incentivaram e me deram apoio para que eu chegasse aonde cheguei, em especial minha **mãe**. Ao meu **pai**, mesmo estando na espiritualidade, com certeza me ampara sempre.

Agradeço a **Deus** por ter colocado o **Sérgio** no meu caminho, por ter me dado os **filhos** que tenho e que foram importantes no incentivo e paciência comigo para que esta pesquisa fosse realizada. A vocês quatro a minha gratidão e pelo amor, há decênios, que, na verdade, são milênios.

Minha gratidão à professora e mestre **Vera Lúcia Bahl Oliveira**, que me incentivou a fazer o mestrado e foi minha companheira de viagens.

Ao **Prof. Dr. Sérgio Mello Arruda** e ao **Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro** pelas valiosas sugestões no Exame de Qualificação.

Por fim, agradeço ao meu orientador **Prof. Dr. Álvaro Lorencini Júnior**, que habilidosamente ajudou a transformar as minhas inquietações e interrogações acerca da Orientação Sexual, num trabalho acessível, uma tarefa que eu não teria conseguido conceber, sem a sua paciência, disponibilidade e assistência especializada.

MAISTRO, Virginia Iara de Andrade. **Projetos de orientação sexual na escola: seus limites e suas possibilidades.** 2006. 242f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

RESUMO

Este estudo tem como principal objetivo identificar os limites e possibilidades pedagógicas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o desenvolvimento de projetos do tema transversal Sexualidade na escola. A proposta dos PCN para Orientação Sexual se baseia no princípio que a escola deve tratar a sexualidade como um elemento fundamental na vida dos indivíduos em sociedade, considerando um tema amplo e polêmico, multidimensional, demarcado pela história, pela cultura e pela evolução social. Desse modo, as nossas investigações partem dos seguintes questionamentos: a) Quais são os limites dessas possibilidades presentes nos PCN que impedem a implantação e desenvolvimento de projetos que contribuem efetivamente para a construção da sexualidade dos alunos? b) Quais são os elementos pedagógicos que estão presentes nos projetos de Orientação Sexual nas escolas, desenvolvidos ou em desenvolvimento que contribuem positivamente para a sexualidade dos alunos? Estes questionamentos foram convertidos em questões a serem investigadas, a saber: a) Identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelos professores e a direção da escola, bem como a natureza e a dimensão a qual pertencem esses obstáculos, no que tange à implantação e implementação dos projetos de Orientação Sexual. b) Identificar os elementos pedagógicos presentes no desenvolvimento dos projetos de Orientação Sexual nas escolas investigadas que contribuem efetivamente para a construção da sexualidade nos alunos. Para responder essas questões, o presente estudo investigou três escolas da rede pública do Ensino Fundamental do Estado do Paraná, nas quais foram coletados registros na forma de questionários e entrevistas com a direção e professores. Com os dados coletados, fizemos uma análise qualitativa agrupando as falas e as respostas, de acordo com as regularidades encontradas, convertendo em categorias, a saber: 1) Origem e organização do projeto; 2) Planejamento, tomada de decisões e envolvimento da comunidade no projeto; 3) Identificação de um problema, compartilhamento de idéias e discussões das prioridades; 4) Integração da sexualidade com os eixos - corpo, gênero e DST propostos pelos PCN, nas diversas áreas do conhecimento; 5) Autorização e resistências dos pais; 6) Assuntos polêmicos (homossexualismo, masturbação, aborto, estupro, etc.); 7) Metodologia aplicada; 8) Parcerias estabelecidas; 9) Ênfase dos projetos; 10) Eficácia dos projetos. Com base nos resultados obtidos, podemos considerar que os projetos implementados nas escolas investigadas têm como possibilidades pedagógicas a construção da sexualidade e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, corroborando a proposta sugerida pelos PCN. Por outro lado, os projetos sobre sexualidade encontram limites pedagógicos para o pleno desenvolvimento, no que tange às resistências dos professores em tratar o assunto; à deficiência na formação inicial e continuada dos professores sobre a multifacetada temática; à ausência das contribuições dos pais no planejamento e desenvolvimento dos projetos, bem como à postura pouco flexível dos pais que resistem ou coíbem a participação dos filhos nos projetos; à deficiência da forma continuada e sistemática de atualização dos demais agentes escolares sobre o referido tema e às dificuldades que a escola encontra em manter as parcerias com outros setores da sociedade para auxiliar no desenvolvimento de projetos de Orientação Sexual.

Palavras-chave: Ensino de Ciências. Orientação Sexual. Sexualidade. Trabalhos com Projeto

MAISTRO, Virgínia Iara de Andrade. **Projects of sexual orientation in the school: your limits and your possibilities.** 2006. 242f. Dissertation (Master's degree in Teaching of Sciences and Mathematical Education) – State University of Londrina, Londrina, 2006.

ABSTRACT

This study has its main objective to identify the limits and pedagogical possibilities national curricular parameters (PCN) to the development of projects of the transverse subject sexuality at school. The proposal of the PCN to sexual orientation is based on the fact that the school must treat the sexuality as a fundamental element of life in society, considering a polemic and ample subject, multidimensional, demarcated by history, by culture and social evolution. On this way, our investigations start from the following questioning: a) What are the limits of these possibilities present in the PCN that obstruct the implantation and development of projects that contribute effectively for the construction of the students sexuality? b) What are the pedagogical elements that are present in the projects of sexual orientation at school, developed or in development, that contribute positively for the students sexuality? These questionings have been converted in questions to be investigated, like: a) Identify the difficulties faced by teachers and school board, as well as the nature and dimension where these obstacles belong, as regards the implantation and implementation of the sexual orientation projects. b) Identify the pedagogical elements that are present in the development of sexual orientation projects in the investigated schools that contribute effectively for the construction of the students sexuality. To answer these questions, this study has investigated three basic public schools in the state of Paraná, where registers have been collected in questionnaires and interviews with the school board and teachers. With the collected data, we have made a qualitative analysis, grouping the speeches and answers. According to the regularities found, converting in categories, to know: 1) Origin and project organization; 2) Planning, taking of decisions and involvement of the community in the project; 3) Identification of a problem, the sharing of ideas and discussion of priorities; 4) Integration of sexuality with the axis - body, gender and sexually transmitted disease (DST), proposed by the PCN, in the many areas of knowledge; 5) Parents authorization and resistance; 6) Polemic issues (homosexuality, masturbation, abortion, rape, etc); 7) Methodology applied; 8) Established partnerships; 9) Project emphasis; 10) Project efficiency. Based on the obtained results, we can consider that the implemented projects in the investigated schools have as pedagogical possibilities the construction of sexuality and the personal and social development of the students, corroborating the proposal suggested by the PCN. On the other hand, the projects about sexuality have pedagogical limits for the full development, as regards the resistance of teachers in talking about this issue, - to the deficiency of the first and the continuous formation of the teachers about this multifaceted subject, - the lack of parents contribution in the planning and development of the projects, as well as the not so flexible attitude of parents that resist or restrain the participation of their children in the projects, - to the continuous and systematic deficiency of upgrading the other school agents over the aforesaid subject and the difficulties that the school find in keeping the partnerships with other portions of the society to assist the development of sexual orientation projects.

Keywords: Science teaching. Sexual Orientation. Sexuality. Works with Project.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO SEXUAL OU ORIENTAÇÃO SEXUAL	16
3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: A SEXUALIDADE COMO TEMA TRANSVERSAL	22
4 JUSTIFICATIVA	41
5 OS PROJETOS NA EDUCAÇÃO	51
5.1 CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS EDUCACIONAIS	59
5.2 RAZÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS NO ÂMBITO ESCOLAR.....	64
5.3 FASES DA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO EDUCATIVO	67
5.4 SITUAÇÕES QUE PODEM OCORRER, MAS QUE PODEM SER CORRIGIDAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO EDUCATIVO	72
5.5 FALHAS RELACIONADAS AO CARÁTER PÚBLICO DO PROCESSO	74
6 CARACTERÍSTICAS DE UM PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	76
6.1 JUSTIFICATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	84
6.2 OBJETIVOS DO PROJETO SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA	87
6.3 PONTOS FUNDAMENTAIS PARA O ÊXITO DO PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	89
6.4 PAPEL DA FAMÍLIA	100
6.5 PAPEL DA ESCOLA	106
6.6 PAPEL DO PROFESSOR.....	111
6.7 PARCERIAS PARA UM PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	117

7 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	122
8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	125
9 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	133
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	190
ANEXOS	197
ANEXO 1 – Planejamento do Projeto de Orientação Sexual na Escola A	198
ANEXO 2 – Planejamento do Projeto de Orientação Sexual na Escola B.....	203
ANEXO 3 – Roteiro de perguntas aplicadas no questionário 1 e nas entrevistas.....	209
ANEXO 4 – Respostas obtidas no questionário 1 e nas entrevistas.....	211
ANEXO 5 – Roteiro de perguntas aplicadas no questionário 2 e nas entrevistas.....	226
ANEXO 6 – Respostas obtidas no questionário 2 e nas entrevistas.....	229

APRESENTAÇÃO

A decisão de pesquisar Projetos de Orientação Sexual tem a ver com a minha trajetória profissional. No meu longo exercício de magistério, todas as vezes que discutia a orientação sexual em sala de aula, eu terminava com uma sensação de vazio. Nunca ficava satisfeita com meu trabalho nesta área.

Por mais que me esforçasse, não me satisfaziam as “palestras” sobre sexualidade que proferia para muitos alunos. A sensação de que alguma coisa estava faltando sempre me acompanhava. Vale ressaltar que o que era feito não se embasava num projeto, mas sim num trabalho assistemático.

Para os da minha geração, falar abertamente sobre sexo era censura na certa. Lembro-me perfeitamente da minha primeira aula de “educação sexual” que começou quando a professora de Ciências entrou na sala de aula e pediu aos meninos que saíssem, porque ela iria conversar com as meninas sobre algumas coisas que não poderiam ser ditas perante eles. Neste instante pensei: o que de tão secreto e proibido aos do sexo masculino ela vai nos falar? E o que ela nos contou foi sobre menstruação, sobre como ocorria a gravidez, sobre o encontro dos gametas e por onde saíam os bebês – não sobre o ato sexual. E diante disso, eu deduzi que estes assuntos eram proibidos aos meninos, diziam respeito só às meninas.

A minha curiosidade aumentou no dia seguinte, quando a mesma professora disse que naquele dia as meninas é que deviam sair da sala de aula, pois a ‘conversa’ seria com os meninos. Claro que a maioria das meninas ficou escondida fora da sala num local de onde talvez pudesse ouvir o que de tão misterioso a professora tinha para falar aos meninos. Mas que nada! Não captamos coisa alguma. Mas de uma coisa eu tive a certeza, a curiosidade aumentou ainda mais.

Talvez tenha sido este o meu primeiro contato com aquilo que denominamos hoje de orientação sexual, fato que me aguçou os sentidos na busca de conhecer o que realmente deveria saber para poder construir, com segurança, um projeto de orientação sexual, como ele deveria acontecer, quais os passos a serem seguidos, como deveria ser o envolvimento da comunidade escolar, como trataria determinados assuntos tidos como “polêmicos” e quais seriam os limites e as possibilidades de sua implantação no contexto escolar.

Durante o curso de Ciências Biológicas que fiz na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em nenhum momento me deparei com qualquer área do conhecimento que

falasse sobre sexualidade e muito menos sobre projetos de Orientação Sexual. Portanto, tive de me virar sozinha, buscando em cursos de extensão universitária, em eventos e agora no mestrado, o que de fato sustenta os projetos de Orientação Sexual em determinadas escolas que dizem tê-lo. Qual a metodologia usada, quais os obstáculos e facilidades nele encontrados, quais os caminhos a serem seguidos para que ele dê certo.

Descobri, após todas essas experiências, que o que eu fazia em sala de aula, até então, não passava de uma visão reducionista da orientação sexual e de um biologismo, isto é, aulas expositivas sobre o aparelho reprodutor feminino e masculino, doenças sexualmente transmissíveis (DST), e métodos anticoncepcionais, tais quais os apresentados nos livros didáticos e não muito diferentes do que a minha professora de tempos atrás havia me ensinado. O que havia de diferente era a presença de ambos os sexos e isso eu achava que era suficiente.

Algumas vezes convidava algum médico para falar sobre as doenças sexualmente transmissíveis (DST). Não via resultados e isso me levou a crer que, de certo modo, essas tentativas eram infrutíferas, pois eram desvinculadas da realidade do aluno, não levavam em conta o meio sociocultural em que ele vive: seus valores, anseios, sentimentos, preconceitos, costumes e crenças. Portanto, ao aluno não era dada chance de expor seus conhecimentos, suas angústias, suas dúvidas e medos. E só podia dar nisto: insatisfação tanto minha, quanto deles.

Sabe-se que falar sobre sexualidade por si só já é um desafio, as resistências são muitas, exigindo de todos os envolvidos revisar conceitos, superar preconceitos e estereótipos, olhar reflexivamente sobre a própria sexualidade, lidar com tabus, medos vergonhas. Tudo isso não é nada fácil!

No **primeiro capítulo** desta dissertação, discuto os conceitos “Educação Sexual” e “Orientação Sexual” e o porquê de utilizar, na dissertação, esta e não aquela expressão. Apesar dessas expressões serem muito conhecidas e frequentemente utilizadas, muitas vezes são confundidas, devido à falta de padronização de uma terminologia básica e de uma definição teórica clara e objetiva desses conceitos.

De acordo com Suplicy (1990, p. 22), Sayão Y. (1997, p. 111-112), Egypto (2003, p. 13) e Ribeiro (1990, p. 2), a educação sexual pode ser considerada como um conjunto de valores transmitidos pela família, no contato cotidiano com os pais e no ambiente social, valores que acompanham a pessoa durante toda a vida, com influências da cultura, da mídia (rádio, TV, revistas), dos amigos (as), da escola, e permitem incorporar, símbolos, preconceitos e ideologias.

As análises que se encontram nesta dissertação partiram da Orientação Sexual preconizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a qual representa uma intervenção pedagógica que favorece a reflexão dos temas referentes à sexualidade, mesmo os tidos como polêmicos, permitindo ampla liberdade de expressão. Sendo formal, sistematizada e temporária, diferencia-se do trabalho pedagógico planejado, educativo, intencional e sistemático da escola do processo informal, isto é, das informações que o aluno recebe fora da escola, não planejadas, mas contínuas, a que denominamos de Educação Sexual.

No **segundo capítulo** examino a Orientação Sexual na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que reconhecem a complexidade da prática educativa e reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, discutindo, planejando e possibilitando estudos constantes e compartilhados por todos.

Ainda neste capítulo encontra-se uma análise crítica aos Parâmetros Curriculares Nacionais e aos Temas Transversais sobre a Orientação Sexual expressada por Reis e Ribeiro (2004).

Portanto, a Orientação Sexual, inserida como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem um caráter de intervenção no interior do espaço escolar e tem por objetivo fazer que se discuta e reflita sobre as necessidades das crianças e dos jovens de conhecer sobre a sexualidade.

No **terceiro capítulo** justifico a importância do tema desta dissertação, já que o contexto escolar desempenha um papel importante na orientação dos alunos independente das intervenções formais que se lhes possam oferecer neste campo. Mas percebo que existem instituições que não discutem a sexualidade com seus alunos, que nem sempre os educadores enfrentam o tema com serenidade e que muitas destas escolas, quando dizem que têm um projeto de Orientação Sexual, limitam-no a cartazes, a palestras ou a “semanas” dedicadas à temática.

No **quarto capítulo** discuto primeiramente sobre os projetos educacionais, demonstrando tratar-se, dentro da prática educativa, de uma estratégia de ensino/aprendizagem que visa, por meio de investigação de um tema ou de um problema, vincular a teoria à prática, provocando a necessidade de desenvolver uma metodologia de trabalho pedagógico que valorize a participação do educando e do educador, tornando-os responsáveis pela elaboração e desenvolvimento de cada projeto.

Ainda neste capítulo ressalto as características dos projetos educacionais, as razões para implantá-los, suas fases, situações e falhas que poderão ocorrer.

No **quinto capítulo** aprofundo os estudos sobre as características de um Projeto de Orientação Sexual na escola e os pontos fundamentais que permitem aos alunos desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Como parte do tema discuto a importância do exercício da cidadania e da ética, já que são valores conjugados, vale dizer, se aquela está presente esta também deve estar. Dessa maneira, podemos inferir que a sexualidade é um processo em construção e poderá ser um caminho para a formação da cidadania, já que ela é um fator de aperfeiçoamento da cidadania. A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha, interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume.

Neste mesmo capítulo, ressalto os objetivos e as justificativas que levam uma escola a elaborar um projeto de Orientação Sexual, no intuito de levar informações corretas, definir e elaborar uma dinâmica isenta de formalidades, ter clareza do perfil dos alunos, de se levantar seus pontos de conflito, suas dúvidas e necessidades, e ter a família presente. Mas o que se considera principal é a sondagem e priorização dos interesses dos alunos, para protegê-los por meio da informação, e permitir que haja o diálogo, que se tratem assuntos que os pais sentem dificuldades de abordar e que se delete da sexualidade a idéia de que sexo é algo feio, sujo e pornográfico.

Abordo, ainda, os pontos fundamentais para o êxito do projeto de Orientação Sexual na escola, que são: formação permanente dos professores, trabalho contínuo com alunos e pais, informação e formação do professor e do aluno – a partir de pesquisas sobre a metodologia - construção do programa que deve ser único para cada escola, formação de vínculo, isto é, o envolvimento do professor, presença do toque, do lúdico e da emoção, transformação do professor e do aluno em agentes transformadores, diminuição das distâncias e permissão de poder falar, denunciar, questionar, rir, ousar, experimentar o desconhecido, envolver-se e crescer.

Neste mesmo capítulo identifiquei o papel da família, da escola e do professor, com o objetivo de viabilizar este projeto, e trato também da importância de fazer parcerias.

No **sexto capítulo**, apresento os objetivos dessa dissertação, que são de investigar escolas que desenvolvem ou desenvolveram um projeto sobre sexualidade; os elementos pedagógicos presentes nos projetos e avalio de que maneira essa temática é inserida no currículo escolar, analisando as possibilidades presentes nos PCN e relacionando-as com os limites identificados nos projetos investigados.

No **sétimo capítulo** caracterizo as três escolas investigadas, analiso seus documentos, explico como foram os contatos com os agentes escolares, descrevo o método utilizado na pesquisa e a categorização dos resultados obtidos.

No **oitavo capítulo** faço a apresentação das entrevistas, questionários e a análise e discussão dos dados de acordo com suas similaridades, isto é, trato questões referentes ao início da elaboração, implantação e implementação dos projetos de Orientação Sexual, agrupando as respostas obtidas em categorias de análise, tendo como parâmetros os assuntos e itens regularmente tratados nos instrumentos de coleta.

Por fim, identifico uma experiência de reflexão teórica e algumas perspectivas de atuação pedagógica sobre situações de vivências práticas diante da sexualidade na escola, abrangendo, além de toda a comunidade escolar, os pais e outros segmentos da sociedade.

No **nono capítulo** apresento as considerações finais e recomendações e delineio, ainda, algumas perspectivas e possíveis contribuições e limites para o desenvolvimento de um Projeto de Orientação Sexual nas escolas, tratando-o de maneira responsável e crítica.

1 INTRODUÇÃO

É inegável a importância do estudo sobre sexualidade na vida dos seres humanos, pois ela é experimentada ou revelada em expectativas, imaginações, anseios, crenças, posturas, valores, atividades práticas, papéis e convivências. Abrange, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. É uma das dimensões do ser humano que abarca gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução.

Quando se trata do tema, ainda encontramos tabus, preconceitos e negativa em discutí-lo. Muitos se defendem tratando a questão como pecado ou sujeira, mostrando ignorância, carregando bloqueios ou tabus.

Hoje já há uma preocupação em se discutir a sexualidade dos jovens nas instituições escolares, buscando não só explicar os aspectos biológicos da sexualidade, mas aspectos médicos e aspectos psicológicos por meio da Orientação Sexual. Estamos mais conscientes e conhecedores de que a sexualidade se faz presente em todas as etapas de nosso desenvolvimento como ser humano e à medida que passamos a refletir sobre ela e a conhecermos melhor, isso nos proporciona acréscimos de autoconfiança e auto-estima melhorando a qualidade de vida e no relacionamento interpessoal.

Reportagens, programas de televisão, revistas têm aberto espaço para análise e reflexão quanto a esse assunto tão importante, já que todos fomos, somos ou seremos jovens em meio ao turbilhão da vida moderna.

Toda esta discussão tem servido para quebrar o tabu acerca do tema e discutir o papel da escola, da mídia e de outros, na preparação desde a fase da infância, para que os jovens adentrem o campo do autoconhecimento afetivo-sexual, da maneira mais clara e positiva possível.

Existe uma preocupação para que a Orientação Sexual aconteça nas escolas, já que na mídia, de uma forma ou de outra, ela está acontecendo, ou numa exploração exacerbada quanto à sensualidade humana, ou quando se veiculam denúncias relevantes sobre sexo, pedofilia, prostituição infantil, programas que apostam em matérias de comportamento para que as pessoas se divirtam e esclareçam suas dúvidas, informações sobre outras culturas, pesquisas, novidades, etc.

Seria muito importante que a família se dispusesse a buscar informações e reflexões sobre a sexualidade e a melhor forma de lidar com esses assuntos, pois é obrigação dos pais educar seus filhos para a vida e por essa razão, não podem dar continuidade a uma educação dissociada onde se valoriza o intelectual, o social, o espiritual, deixando de lado o afetivo-sexual. Evidenciar este assunto como os outros, é respeitar o filho de forma integrada e é ainda a prevenção de tantos problemas que envolvem o sexo e a sexualidade nossa e da sociedade.

Seria ideal que a família desse mais oportunidade de se abrir espaços para o filho falar o que pensa e sente, pois é ela que detém esta proximidade, a presença diária, e talvez, por estas razões, ela conseguiria fazer melhor este papel que qualquer outra instituição. Mas sabe-se que muitos pais não tiveram esta oportunidade de terem maior contato com o tema sexualidade para se sentirem aptos a lidarem com esses assuntos perante os seus filhos.

Daí a importância de se levar para o âmbito escolar a discussão sobre os mais variados temas que envolvem a sexualidade, que além da alegação dos pais não se sentirem preparados para falar de sexo com os filhos, pelos elevados índices de gravidez precoce e/ou indesejada, altas taxas de DST/AIDS, apesar de tantos livros, revistas, músicas, televisão, rádio imprensa, internet, programas de computador e muito mais canais de cultura e informação que informam os jovens e de que os professores seriam as pessoas mais indicadas para tratarem desses assuntos, por terem mais facilidade de propor debates e diálogos, permitindo que os alunos exponham seus sentimentos, dúvidas e ansiedades.

Mas o contexto escolar está preparado para tal iniciativa, de abrir canais de comunicação, de espaço para se falar sobre a sexualidade de forma gostosa, prazerosa, com clima de confiança e liberdade?

A sexualidade se manifesta diariamente em momentos aparentes e outros não; por isso é necessário falar deste assunto como qualquer outro, apesar de sabermos dos limites e das possibilidades que se encontram no âmbito escolar.

Para iniciarmos nossos estudos, se faz necessário delinear o que vem a ser Educação Sexual e Orientação Sexual, bem como explicitar como a Sexualidade, como tema transversal, está inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL OU ORIENTAÇÃO SEXUAL?

Apesar das expressões “educação sexual” e “orientação sexual” serem muito conhecidas e freqüentemente utilizadas, muitas vezes são confundidas até mesmo por estudiosos da área. Podemos explicar isso pelo fato de que, ao investigar a trajetória de abordagem da sexualidade na escola, foi detectada a falta de padronização de uma terminologia básica e de uma definição teórica clara e objetiva desses conceitos.

Quanto à substituição da expressão educação sexual por orientação sexual, em Ribeiro, (2004a, p. 14), encontramos que:

É na década de 60 que efetivamente, escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte introduzem a educação sexual no currículo, que neste trabalho, a partir deste ponto, é denominada orientação sexual, para distingui-la da educação sexual proposta e defendida nas décadas anteriores. Consideramos a orientação sexual como uma ação educativa que pode ocorrer na escola a partir de um trabalho sistematizado e organizado com a participação de professores e profissionais treinados para este propósito.

Ainda de acordo com Ribeiro (2004a, p. 21), “o regime militar imposto pelo Golpe de Estado de 1964 reprime não só as manifestações políticas, reduzindo as liberdades individuais, mas também as manifestações da sexualidade e as implicações nos padrões de comportamento delas decorrentes.”

Segundo Ribeiro (2004a, p. 21):

Somente a partir de 1978, com a abertura política do presidente Ernesto Geisel, é que oficialmente se retoma a implantação de projetos de orientação sexual nas escolas, assumidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo (de 1978 a 1982) e pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (de 1980 a 1986).

De acordo com Ribeiro (1990, p. 3), a Orientação Sexual é uma interferência estabelecida, ordenada, organizada e localizada, com a participação de profissionais habilitados para essa responsabilidade: psicólogos, assistentes sociais, professores, orientadores educacionais, médicos, mas sempre com formação específica para a função de orientador sexual.

Em Sayão Y. (1997, p.111), encontramos que na década de 1990, redes municipais de ensino de grandes cidades, também já citam a expressão ligada ao projeto de Orientação Sexual. No ano de 1994, o Guia de Orientação Sexual define a expressão Orientação Sexual e, em 1995, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) a propõe para um projeto como tema transversal.

Mas, apesar de sabermos que atualmente a expressão educação sexual já caiu em desuso, a pergunta que ainda paira é, de acordo com Lima (Apud BIBLIOMED, 2000a): É possível “educar alguém sexualmente”? Mesmo que a expressão mais utilizada entre os profissionais de saúde e educação seja Orientação Sexual, é interessante que, para compreendermos as transformações ocorridas no âmbito de tal tema e o seu sentido mais recente, conheçamos o significado da expressão educação sexual.

Mas, afinal, como se define educação sexual?

De acordo com Suplicy (1990, p. 22), a “educação sexual começa no útero da mãe e só termina com a morte. É um processo ininterrupto, e é através dela que vamos formando a nossa opinião, desfazendo-nos de coisas que ficaram superadas dentro de nós e, ao mesmo tempo, transformando nosso pensamento”.

Ainda sobre o uso da expressão educação sexual, Figueiró (1996, p. 59), em sua dissertação de mestrado sobre a “produção teórica no Brasil sobre educação sexual”, propôs que seja padronizado o uso da expressão educação sexual, por considerá-la mais adequada, uma vez que, entre outros motivos, diferentemente de outras expressões, implica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações.

Explica Sayão Y. (1997, p. 111-112):

[...] a educação sexual se caracteriza pelo seu aspecto informativo, biologizante e repressivo às manifestações da sexualidade. Teve como objetivo o controle da natalidade, e, mais recentemente, tem visado associar a idéia do prazer à sexualidade.[...] A educação sexual ocorre, na verdade, desde o nascimento. É predominantemente no território familiar, da intimidade, que são transmitidas às crianças as primeiras noções e valores associados à sexualidade, em geral, não explicitamente. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de recomendações, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, tudo isso transmite valores que a criança incorpora.[...] e que determinam em grande parte a educação das crianças. [...] influência de muitas outras fontes: pessoas do círculo extrafamiliar, livros, produção artístico-cultural, a televisão que veicula novelas, filmes e propagandas intensamente erotizadas, revista e jornais que estampam material fotográfico aludindo à sexualidade. Isso gera excitação e incremento na ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais da criança. [...] programas jornalísticos e científicos, campanhas de prevenção

veiculadas na tv enfocam a sexualidade dirigindo informações a um público adulto. As crianças também o assistem, mas não podem compreender por completo o significado dessas mensagens, construindo por vezes, conceitos errôneos sobre a sexualidade. A mídia atua de forma marcante na construção da sexualidade das crianças.

Argumenta o psicólogo Oswaldo Rodrigues, do Instituto Paulista de Sexualidade e do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade (Cepcos):

[...] a orientação sexual, ou seja, por quem a pessoa sente desejo, costuma se estruturar por volta dos 20 anos de idade, como resultado das experiências vividas na infância e na adolescência. Uma determinada orientação sexual pode ser para a vida toda ou para uma fase apenas. São muito comuns, por exemplo, relações homossexuais na adolescência, quando a personalidade do indivíduo está ainda em formação. Mas pode estar direcionada pelo desejo, pelo afeto, ou por ambos. Nossa cabeça funciona como um arquivo, onde armazena sensações. São elas que, na vida adulta, aliadas a outros fatores, como o ambiente e a herança biológica, vão definir nossa orientação sexual. É como recebêssemos da natureza um terreno físico, concreto, sobre o qual vamos edificando construções e dando a ele uma outra configuração. Podemos mexer nesse espaço como quisermos, mas não podemos mudar de terreno. (apud MAGYAR; CASTRO, 1998, p. 45-49)

Portanto, de acordo com os autores Rodrigues (1998) e Figueiró (1996), a orientação sexual diz mais sobre a sexualidade do indivíduo com relação a sua identidade sexual que vai sendo construída ao longo da infância e como a pessoa se comporta ao longo de sua vida.

É muito comum, em leituras mais atuais, como em Sayão Y. (1997, p. 112), Egypto (2003, p. 13) e Ribeiro (1990, p. 2), tratar a educação sexual como um conjunto de informações desenvolvidas de forma assistemática sobre a sexualidade. Esse processo é global, não-intencional, e envolve toda a ação exercida sobre o indivíduo no seu cotidiano. Essa forma de intervenção é denominada, segundo alguns autores, como informal. Surgindo no seio familiar, tende a reproduzir nos jovens os padrões de moralidade de uma dada sociedade. Assim, a informação que se recebe no lar é muito parcial, tem mais o sentido da formação.

Sendo assim, educação sexual diz respeito ao conjunto de valores transmitidos pela família, no contato cotidiano com os pais e no ambiente social, e se processa durante toda a vida, com influências da cultura, da mídia (rádio, TV, revistas, etc.), dos amigos (as), da escola, e permite incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias.

Por tudo isso, percebemos que educação sexual é um processo que ocorre ao longo da vida, permitindo ou não modificações e reciclagens. Ela contempla todas as informações, discussões e reflexões sobre valores, pré-conceitos, crenças e postura adotada frente à sexualidade. A Orientação Sexual vai além disso, ela propicia espaço para discussão destes conteúdos, o ter a liberdade de falar como está entendendo estas informações, o como está sentindo, o que passa pelos pensamentos, o que incomoda, o como se portar diante destas questões, e é justamente este espaço para reflexão individualizada que diferencia a educação da Orientação Sexual

Já o Guia de Orientação Sexual (1994, p. 26) denomina Orientação Sexual “aquela que inclui todo o processo informal pelo qual aprendemos sobre sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia.” Ele traz a seguinte definição:

O termo orientação sexual quando utilizado na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemático na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas. Pressupõe o fornecimento de informações sobre sexualidade e a organização de um espaço de reflexão e questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. A Orientação Sexual abrange o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade através do desenvolvimento das áreas cognitivas, afetiva e comportamental incluindo as habilidades para a comunicação eficaz e a tomada responsável das decisões.

Vitiello (1997, p. 95) diz que: “A orientação sexual implica um mecanismo mais elaborado segundo o qual, baseando-se na experiência e nos seus conhecimentos, o orientador ajuda o orientando a analisar diferentes opções, tornando-o assim apto a descobrir novos caminhos.”

Egypto (2003, p. 20) assim explica:

[...] a orientação sexual na escola pode ser concebida como uma intervenção pedagógica que favorece a reflexão sobre a sexualidade, problematizando os temas polêmicos, favorecendo ampla liberdade de expressão em ambiente acolhedor, que visa promover bem-estar sexual, vínculos significativos (a partir da própria relação professor-aluno), ampliando a cidadania.

Portanto, o trabalho de Orientação Sexual propõe-se a ampliar, diversificar e aprofundar a visão sobre as questões referentes ao sexo, abordando os diferentes pontos de vista existentes na sociedade e incluindo as práticas sexuais ligadas ao afeto, ao prazer, ao respeito e à própria sexualidade. Também propõe-se tanto a preencher lacunas de informação, mexer com os tabus e preconceitos e erradicá-los, como a permitir discussões sobre as emoções e valores, sem deixar influenciar e ajudar na formação de opiniões e mudar valores.

A Orientação Sexual não se limita apenas a uma mera informação reprodutiva ou preventiva, pois a sexualidade tem uma dimensão histórica, cultural, ética e política que abrange todo o ser: corpo e espírito, razão e emoção, podendo expressar-se de diversas formas: por carícias, beijos, abraços, olhares; também não se limita a ser só instrumento preventivo da Aids, da gravidez precoce, do aborto e das DST. Assim, ela abrange o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações de gênero, relações interpessoais, afetivas, imagem corporal e auto-estima, propiciando uma visão mais ampla, profunda e diversificada da sexualidade.

Em 1995, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) coordenou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) onde se incluía a Orientação Sexual como um dos temas transversais, que deveria ser articulada com as disciplinas e outros temas como: ética, saúde, meio ambiente e pluralidade cultural. É um modelo pedagógico de não-diretividade, ou seja, é a problematização das questões trazidas pelos alunos. A proposta dos PCN é que a Orientação Sexual seja um processo com intervenção planejada, intencional e sistemática, inclua o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições estanques, a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança e jovem.

Para tanto, é necessário, segundo Sayão, Y. (1997, p.113), que se fundamente numa concepção pluralista da sexualidade, ou seja, no reconhecimento da multiplicidade de comportamentos sexuais e de valores a eles associados. A Orientação Sexual não deve ser invasiva à intimidade de cada um ou tentar normatizar e/ou moralizar comportamentos, não tem caráter de aconselhamento individual ou psicoterapêutico, tem a finalidade de fornecer informações e promover discussões acerca das diferentes temáticas a ela relacionadas e sobre suas dimensões biológicas, psíquicas e socioculturais, articulando-se, portanto, a um projeto educativo que exerça uma ação integradora das experiências vividas pelo aluno e que a inclua como algo ligado à vida, à saúde e ao bem-estar de cada criança ou jovem.

Quanto a isso, Ribeiro (1990, p. 18) menciona que:

Torna-se necessário abordar a orientação sexual criticamente, de forma que ela reflita a sexualidade partindo de um enfoque sócio-cultural, passando pelo psicológico, até chegar aos aspectos fisiológicos, sempre levando em consideração a importância fundamental do diálogo, ampliando o senso crítico e a visão de mundo do jovem, permitindo discussões e debates.

Neste sentido, encontramos em Sayão, Y. (1997, p. 107-117) que, de uma forma ou de outra, o contexto escolar interfere na construção da sexualidade de cada aluno, sendo assim, “que ela reflita sobre o seu papel, e ao abordar esse tema o faça de forma consciente e profissional, permitindo, desta maneira, a realização da denominada Orientação Sexual.”

Esse projeto é importante e por isso ele deve envolver toda a prática educativa, cada uma das áreas tratará da temática por meio de sua própria proposta de trabalho. Que a escola trate a Orientação Sexual como algo fundamental na vida das pessoas, pois é no contexto escolar que podem originar vínculos significativos entre alunos e professores e ali encontra-se ambiente acolhedor e clima de respeito. E é neste ambiente que se adquirem informações e maior consciência da autonomia pessoal e, ao longo do processo pedagógico, uma melhor compreensão dos movimentos políticos e culturais que envolvem a sexualidade, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social.

Portanto, o ponto de vista que irá direcionar as nossas análises, nesta dissertação, é o dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que usam a denominação “Orientação Sexual”, já que se trata de uma intervenção pedagógica, adequada a cada faixa etária dos alunos, isto é, de acordo com suas necessidades e capacidades cognitivas particulares, que favorece a reflexão mediante a problematização de temas polêmicos e permite ampla liberdade de expressão, sendo portanto formal, sistematizada e temporária, e dessa forma diferenciando-se o trabalho pedagógico planejado, educativo, intencional e sistemático da escola do processo informal, isto é, das informações que o aluno recebe fora da escola, que não são planejadas, mas contínuas.

3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: A SEXUALIDADE COMO TEMA TRANSVERSAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), referências para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reconhecem a complexidade da prática educativa e reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, que seja muito bem discutido pela equipe escolar, seja planejado e possibilite estudos constantes e compartilhados por todos, portanto, é um processo contínuo de reflexão sobre a prática pedagógica direcionado a fazer que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores, é um repensar do papel e da função da educação escolar.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - (Lei Federal nº 9.394) aprovada em 20 de dezembro de 1996, dispõe, nos seus primeiros artigos, sobre a educação e a preocupação com o exercício da cidadania e com o pleno desenvolvimento do educando articulando vários aspectos, como: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência, entre outros indispensáveis à formação integral do indivíduo, e prossegue no artigo segundo:

“Art. 2º A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1997, p. 41)

Ao analisarmos a LDB ou mesmo os Parâmetros Curriculares Nacionais, percebemos que em ambos figura a preocupação com o objetivo principal da educação que é a construção da cidadania. Logo, não se alcança a cidadania de um país com instituições escolares que somente trabalham conteúdos tradicionais, relegando a segundo plano os debates inevitáveis e inadiáveis como o da sexualidade humana.

No que diz respeito à escola em assumir o seu papel na construção da cidadania, Alfayate (2002, p. 52-53) confirma:

[...] a escola não poder permanecer impassível e, embora lhe sejam atribuídas responsabilidades que por serem excessivas tornam-se inalcançáveis, ela deveria assumir plenamente sua função educativa.[...] Relacionar educação com os valores tem muito a ver com a qualidade de ensino. [...] educação mais humanizada, o compromisso de conciliar ciências e humanismo, aproximando o científico e o disciplinar, que são adquiridos

de forma sistemática, que conformam o saber ao “aprender a ser”, dos saberes que emanam espontaneamente da realidade e das experiências, que são adquiridas de forma assistemática e que são mais complexos e diversificados. [...] dos valores que regulam nosso sistema de convivência e que definem a finalidade principal de nossa educação: favorecer nos alunos o pleno desenvolvimento da personalidade que configura o ser pessoa. [...] Adotar posturas em relação aos problemas atuais que tenham repercussão na escola e, diante desses problemas, não se pode ficar na indefinição total e contínua. [...] Educar na dimensão moral da pessoa significa educar sua autonomia, sua racionalidade, sua capacidade de diálogo, a fim de que construa princípios e normas que atuem sobre o seu conhecimento e sobre sua conduta, que envolvam o pensar e o agir de cada ser humano, para que respeitando a liberdade de todas as pessoas, sua maturidade ética seja possível.

Os temas transversais não constituem novas disciplinas, mas abordagens específicas dentro dessas disciplinas, voltadas para a formação integral do homem, com um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeiam o conjunto das matérias curriculares. De acordo com Nunes e Silva (2000, p. 105), “ser transversal significaria assumir uma diáfana capacidade de perpassar núcleos e estruturas reais e simbólicas supostamente intransponíveis”. Dessa maneira, todas as disciplinas, de acordo com sua área de conhecimento, seus objetivos e seus conteúdos, estariam articuladas e tratariam dos temas transversais no decorrer de toda a escolaridade obrigatória, com a finalidade de ampliar os conhecimentos advindos dos conteúdos trabalhados no currículo escolar.

De acordo com Orrantia (2004, p. 53):

[...] é necessário levar adiante o debate teórico simultaneamente com a prática educativa. Unicamente um processo construtivo de aprendizagem da transversalidade adequada ao ritmo de cada escola e os subseqüentes registros de trabalho e inclusão nas estruturas de funcionamento indicarão que estamos desenvolvendo a nossa capacidade de viver e ser transversais. [...] Nas escolas, o elemento fundamental com a qual se trabalha são as pessoas, e o primeiro objetivo é alcançar o desenvolvimento máximo das suas capacidades. Os temas transversais pretendem oferecer oportunidades e vivências a fim de que cada indivíduo possa desenvolver a sua capacidade de aprender em todos os âmbitos de sua personalidade.

Eles se preocupam com questões da cidadania que envolvem temas problemáticos e complexos e, por serem atuais e urgentes necessitam ser colocados em discussão nacional; são eles: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação

sexual. Cada região ou cada escola procurará maneiras coerentes com as suas necessidades quanto a forma de abranger esses temas, isto é, não se têm regras a seguir sobre como deverão ser eles tratados, pois cada região ou escola tem as suas peculiaridades e urgências.

Sendo assim, os PCN determinam que a Orientação Sexual deve ser abordada de duas formas: a) dentro da programação, por meio dos conteúdos, ou seja, transversalizados nas diferentes áreas do ensino; b) fora da programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. (BRASIL, 1997, p. 129). Não se trata, portanto, de criar novos conteúdos e, sim, de desvendar a dimensão da sexualidade em geral, oculta ou estereotipada nos conteúdos específicos de cada disciplina. O preparo para tratar estas questões tem pouco a ver com a formação acadêmica do educador e muito a ver com a sua postura perante a vida e aos temas a ela relacionados. (OLIVEIRA, 2000, p. 101)

Desse modo, os blocos de conteúdos propostos para o ensino fundamental abarcam três eixos fundamentais, divididos apenas para efeito didático, pois são, na verdade, intimamente relacionados entre si e constituem as dimensões que se colocam na abordagem de qualquer conteúdo escolhido. Servem para nortear toda e qualquer intervenção do professor. São eles:

- a) O corpo: matriz da sexualidade, tratado como um todo integrado em suas funções biológicas, afetivas, perceptivas e de relação social;
- b) As relações de gênero, no sentido das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos;
- c) A prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, com ênfase na prevenção e na saúde, e não nas doenças, a fim de não vincular a sexualidade à doença ou à morte.

No que se refere à noção do corpo, que este eixo não seja trabalhado apenas no seu aspecto biológico, mas devem ser abordados os aspectos psíquicos, as emoções, sentimentos, imagem corporal, sensação de prazer e desprazer, as transformações do corpo que ocorrem ao longo da vida, os cuidados necessários para que se tenha saúde e a ação dos métodos contraceptivos, ressaltando que a sexualidade como algo que está por natureza inseparavelmente ligado ao ser humano, que proporciona bem-estar, que é essencial e desejável.

Quanto ao eixo das relações de gênero, é fundamental a compreensão do tema para sua inclusão no trabalho de orientação sexual, pois ele diz respeito ao conjunto de

representações sociais e culturais, construídas a partir da diferença biológica dos sexos; e como argumentam Reis e Ribeiro (2002, p. 88), “consiste em abandonar o conceito de que o aspecto anatômico determina o papel que cada indivíduo, homem ou mulher, irá exercer na sociedade, acabando com a grande diferença de lugares que esses ocupam.” Deve ser trabalhada neste eixo a equidade dos gêneros, favorecendo sua vivência a partir da singularidade de cada indivíduo.

No eixo que trata das discussões acerca das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, deve-se desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos, focalizando o fortalecimento das condutas preventivas continuadas que oferecem possibilidades de elaboração das informações recebidas e explicitação dos obstáculos emocionais e culturais que impedem a adoção destas condutas. Que o jovem desenvolva atitudes responsáveis que possam garantir a sua integridade física e psíquica e também sentimentos de respeito e solidariedade.

Esses conteúdos podem e devem ser flexíveis, de forma a abranger as necessidades específicas de cada turma, isto é, devem adequar-se à faixa etária dos alunos, e a cada momento o professor poderá abrir espaços para abordar temas específicos levantados por eles, e é fundamental que um programa desta natureza se construa de questões e dúvidas trazidas pelos mesmos. É importante que a comunidade escolar não fique presa a áreas nem a períodos determinados para abordar os temas que estão inseridos nesse programa, os quais fazem parte da vida de todos e devem ser tratados cotidianamente e por todos os professores à medida que forem aparecendo no dia-a-dia.

Com relação a um trabalho em torno dos eixos, é necessário que haja:

[...] uma mudança também dos processos de aprendizagem, porque quando percebemos e refletimos sobre a realidade e seus conflitos ou fazemos uma análise crítica, pensar é uma exigência para compreender os mecanismos e as estruturas que regem nossa sociedade e, ao mesmo tempo, desmascarar os elementos que se entrecruzam e que tornam possível descobrir conexões e interdependências em diferentes escalas espaciais. [...] requer uma nova postura, a realização de ações com algumas estratégias que levem a mudanças e transformações; [...] apresentar soluções alternativas para os conflitos, [...] e o que adquire prioridade é o diálogo, o respeito à diversidade de informação e de opiniões. Atingir consensos passa a ser o instrumento essencial da aprendizagem. (LORENZO, 2002, p. 165)

Para tanto, o documento propõe que a relevância sociocultural deva ser um critério de seleção dos conteúdos e que os professores, ao abordá-los no âmbito escolar, levem

em consideração as dimensões biológicas, culturais, psíquicas e sociais, pois sendo a sexualidade uma construção humana, esta se encontra marcada pela história, pela cultura, pela ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressados com singularidade em cada sujeito. É função da escola contribuir para uma visão positiva dessa questão, como fonte de prazer e realização do ser humano, assim como para aumentar a consciência das responsabilidades. Mas se ela se omite, o resultado é um quadro crônico que já vem de longe, mantido pelo binômio desinformação/insatisfação. (SUPLICY et al., 1995, p. 11)

Nesse sentido, o trabalho denominado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual não tem como finalidade só informar, mas também desenvolver as habilidades necessárias à utilização dessas informações para o exercício saudável de tudo que se relaciona com seu corpo. Procura preencher, cientificamente, lacunas nas informações que as crianças e jovens apresentam, permitindo-lhes a oportunidade de formar opiniões do que lhes é apresentado, desenvolvendo atitudes coerentes com os seus valores, ampliando os conhecimentos, derrubando tabus, preconceitos e, sobretudo, possibilitando a ocorrência de interações, discussões e exposições de idéias, a fim de que realmente ocorra a formação de indivíduos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Segundo Nunes e Silva (2000, p. 106), além de ser necessário resgatar a sexualidade humana positiva, integral, afetiva e plena, é preciso que o educador possa fazer a crítica dos papéis tradicionais e de suas convicções ideológicas e tenha rigor nas suas pesquisas históricas e científicas.

Mencionam Nunes e Silva (2000, p. 74) que:

Tratar de sexualidade na escola requer o alicerce de uma concepção científica e humanista desta sexualidade, superando o senso comum, que é o nível primário do conhecimento social. Somente por uma abordagem histórica cultural sobre a construção da sexualidade humana, fundamentada por uma rigorosa compreensão científica do desenvolvimento psicosssexual da criança poderemos analisar as manifestações da sexualidade infantil.

Nessa perspectiva, Camargo e Ribeiro (2000, p. 51) assinalam que além da formação dos educadores quanto à produção teórico-científica que embasa o conhecimento sobre a criança e o jovem, é importante o seu autoconhecimento, que implica o despertar de suas potencialidades, favorecendo a expressão de sua criatividade, de sua sensibilidade.

Dessa maneira, os PCN mostram que um trabalho de tal ordem deve ter um planejamento na qual estarão bem definidos os objetivos, os conteúdos a ensinar, os métodos

que serão utilizados e uma pesquisa científica constante. Ele pode ser desenvolvido desde quando a criança inicia sua vida escolar, a partir de sua alfabetização, e se desenvolve ao longo de toda a vida escolar. Na verdade, não existe uma faixa etária predeterminada para desenvolver esse trabalho, pois as manifestações infantis quanto ao corpo ocorrem desde muito cedo e são inerentes ao desenvolvimento humano. Na educação infantil e ensino fundamental até a 4ª série, o professor deve estar muito bem preparado para o desenvolvimento dessa ação, tanto para perceber como para atuar com as crianças sempre que a questão se colocar. (BRASIL, 1997, p. 111-154)

A partir da 5ª série, para atender as necessidades dos adolescentes, já que na escola existe um professor para cada disciplina, torna-se indispensável criar um espaço específico no currículo escolar para trabalhar assuntos de interesse deles; os quais devem conter informações adequadas e meios que não só os ajudem a ter uma vida saudável, a descobrir-se a si mesmos e a inserir-se no seu mundo. Mas também possibilitem o desenvolvimento do pensamento e a capacidade crítica, para não aceitar, nem rejeitar, valores sem antes analisá-los. Sendo a Orientação Sexual um tema transversal, deverá ser incluído em todas as áreas de ensino, o que representa uma intensificação de trabalhos sobre esses assuntos a partir deste ciclo.

Sendo assim, Nunes e Silva (2000, p. 51-52), nos informam que:

Não é necessário despejar um caminhão de informações à criança. Porém, o que não pode ser justo é não satisfazer suas curiosidades com franqueza à medida que elas forem surgindo. É importante conversar com as crianças numa linguagem que elas dominem e que possam entender.[...] Enfim, é necessário ter respeito à sexualidade infantil, o que significa respeitar a criança como um ser humano completo em capacidade de amar.”

A proposta defendida pelos PCN é que o ensino fundamental sirva também de meio que ajude crianças e jovens a desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, com vistas ao seu bem-estar sexual, pautando-se sempre pelo respeito por si e pelo próximo e buscando garantir a todos direitos básicos, como: saúde, informações e conhecimento, elementos indispensáveis na formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Nesse sentido, Camargo e Ribeiro (2000, p. 48) consideram que qualquer conteúdo que puder ser abordado dentro desta temática, terá um componente que remete à afetividade, em maior ou menor grau. Cabe ao professor favorecer atividades que aprofundem

as concepções dos jovens sobre afetividade e ajudem a conhecer o modo como se relacionam com a sexualidade, permitindo assim a construção dos afetos.

A Orientação Sexual como tema transversal proposto pelos PCN deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, cujo objetivo é transmitir informações, problematizar questões e ampliar o leque de conhecimento e opções referentes à sexualidade, que incluam posturas, ideologias, crenças e tabus e propiciem debates e discussões a ela relacionados, para que o próprio aluno escolha seu caminho.

Pelo conceito da OMS, emitido em 1975, reconhece que:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Ela não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. Influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico. (apud EGYPTO, 2003, p. 15)

Em torno desta questão, Poli (2001, p. 92) escreve:

Desde o fim do século passado, com os trabalhos publicados por Freud, entende-se que o sexo acompanha o ser humano durante toda a sua existência, do nascer ao morrer, e corresponde a uma função que não se restringe à reprodução. A sexualidade de um indivíduo engloba todos os impulsos e as forças que promovem a vida, e está relacionada com o prazer. Todos os comportamentos que promovem a vida proporcionam prazer, e se opõem àqueles que conduzem à morte, que estão relacionados ao sofrimento e à dor. Os seres assexuados não morrem. Reproduzem-se. Os sexuados se por um lado são finitos, isto é, morrem, por outro se eternizam biologicamente através de sua descendência, que herda seu patrimônio genético, o que não deixa de ser uma forma de imortalidade. Diz-se que se trata de preservação da espécie. Essas forças, que impulsionam à vida provêm do interior da pessoa e são instintivas, inatas. São mobilizadas por meio da ação de estímulos, que são originados tanto do interior quanto do exterior do indivíduo e expressa-se por meio de comportamento que exigem graus variáveis de agressividade para serem processados. Tais forças são operadas prioritariamente pelas zonas de maior concentração do prazer, isto é, as zonas erógenas, peculiares a cada fase evolutiva.

Em relação ao termo "sexualidade", Chauí (1981, p. 11) observa que ele é relativamente recente e surgiu quando o conceito de sexo teve seu sentido alargado,

especialmente quando se passou a distinguir e diferenciar necessidade e desejo. Esse alargamento fez com que o sexo deixasse de ser encarado somente por sua função de reprodução e passasse a ser visto como: “um fenômeno que envolve nossa existência como um todo, dando sentidos inesperados e ignorados a gestos, palavras, afetos, sonhos, humor, erros, esquecimentos, tristezas, atividades sociais como o trabalho, a religião, a arte, a política que, à primeira vista, nada têm de sexual.”

Os PCN incitam a escola a refletir sobre o seu currículo, sobre as necessidades de sua comunidade escolar quanto a sua realidade e a diversificar as práticas pedagógicas, pois rompem a limitação da atuação dos educadores em relação às atividades formais e ampliam um leque de possibilidades para a formação do educando.

Assim, na visão de Lorenzo (2002, p. 155-157),

Uma vez iniciado o processo, as estratégias metodológicas utilizadas serão importantes para a sua continuidade. Elas devem contribuir, partindo do ponto de vista do aluno, para o seu posicionamento em relação ao campo perceptivo, fenomênico e vivencial. [...] daí a importância em começar com uma abordagem dos aspectos sobre sexualidade que nessa etapa interessam ao aluno, não podendo esquecer que a educação em valores também é a educação das emoções. É necessário que ela perceba que a dimensão sexual, além da parte integrante da personalidade, também é um modo de comunicação pessoal, sendo importante que o aluno se sinta livre e aceito no diálogo sobre o assunto.

Portanto, a Orientação Sexual, inserida como tema transversal nos PCN, não tem apenas um caráter informativo, mas sobretudo um efeito de intervenção no interior do espaço escolar. Deve estar centrada na criança, no jovem e tem como ponto de partida e como ponto de chegada suas necessidades, suas indagações, suas aspirações e desejos. Busca preencher lacunas nas informações que as crianças e jovens apresentam, proporcionando informações atualizadas do ponto de vista científico, dando-lhes a oportunidade de formar opiniões do que lhes é apresentado, desenvolvendo atitudes coerentes com os valores que eles elegerem como seus, ampliando conhecimentos a esse respeito, combatendo tabus, preconceitos, abrindo espaços para discussões de emoções e valores, elementos fundamentais para a formação de indivíduos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Entretanto, atualmente no âmbito escolar deveria estar superada a discussão da necessidade de ter um projeto que trate de assuntos de tal relevância, uma vez que sentimos a ausência destas informações, na nossa sociedade quando a “liberdade de expressão é exercida quase na sua totalidade e a sexualidade mostrada na televisão e nas revistas de forma

fragmentada e freqüentemente deturpada [...] Assim, é inconcebível que o tema não seja tratado de forma sistemática, consciente e responsável pela escola.” (CAMARGO; RIBEIRO, 2000, p. 40)

Se por um lado observamos as possibilidades, por outro lado não podemos deixar de citar os limites que possam ser encontrados na implantação e desenvolvimento dos temas transversais, mas que devem ser superados. Tais limites, de acordo com Gavidia (2002, p. 21-30), são:

1) A EXTREMA INÉRCIA DA ESCOLA PARA MUDAR AS FORMAS DE COMPORTAMENTO E AS ESCALAS DE VALORES

Entende Gavidia (2002, p. 24) que a instituição escolar é o reflexo da sociedade e, por conseguinte, nela existem fatos e ações que fazem parte do seu próprio currículo oculto. Sendo assim, se essas situações se concretizam nas atitudes sociais predominantes, fica muito difícil erradicá-las, já que não se consegue a participação de outros grupos na ação educativa (pais, associações de cidadãos, instituições municipais, etc.). Além disso, existem certos grupos de professores que afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar certos conteúdos conceituais.

Ainda segundo Gavidia (2002, p. 24), percebe-se que existe uma ausência de formação inicial dos educadores sobre a transversalidade, visto que este assunto não foi tratado no curso universitário e em razão dessa lacuna, nota-se uma situação de desprezo ao que representam as matérias transversais, de desenvolvimento de atitudes, de contextualização dos temas de estudo, de aproximação à realidade e às necessidades dos alunos.

Para Aquino (1997, p.7), “no imaginário de pais, professores e alunos, a díade educação/sexualidade é, quase invariavelmente, um ingrediente exótico, ao final, indigesta.”

Segundo Moraes (1993, p. 256), alguns educadores sustentam a idéia de que a educação sexual não deva existir, ou ainda de que seja vista como “parte do crescimento do aluno” (curricular), isto é, nos últimos anos do ensino fundamental. Sexo e sexualidade ainda são considerados por diversos profissionais como temas que devam ser censurados; ou quando forem tratados, só versarem sobre as questões orgânicas e de perpetuação da espécie, na dimensão do biológico, da reprodução da espécie.

A discussão contemporânea a respeito da sexualidade na escola tem sido exercida, em particular, por dois pontos de vista: uma visão higienista, que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, incumbindo essa função ao professor de Ciências ou delegando ao campo da Biologia, sendo que os educadores das demais áreas do conhecimento esquivam-se de quaisquer responsabilidades no que diz respeito à educação sexual dos alunos ainda que essa, subliminarmente, se realiza por apreciações, análises e até por omissões em forma de silêncios quando colocações consideradas sexualizadas ocorrem ou preconceitos se manifestam em brincadeiras e por outras exteriorizações.

Fala-se sobre sexo, os professores exprimem, inclusive, valores, “acha-se” isso ou aquilo sobre práticas e relacionamentos sexualizados, mas há professores que não se dão conta de que, em tais diálogos e emissões de opiniões, estão indicando ou repetindo ideologias. (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 38-39)

Argumentam Castro; Abramovay e Silva (2004, p. 33), que para alguns autores, a interferência do contexto escolar no campo da sexualidade além de ter que ser observada sob diferentes aspectos tem riscos, ponderando-se que a escola é intrinsecamente orientada para disciplinamentos, que dá relevância à razão e a certos domínios, que se preocupa em fornecer conhecimentos especializados e a instruir para vida em coletividade. Já a sexualidade requer observância de desejos, distinção e atenção para os frágeis limites entre o prazer, libido e pulsões e o estabelecer limites para que tais orientações individuais não ponham em risco projetos civilizatórios, a convivência e o direito do outro.

2) A INCORPORAÇÃO DAS MATÉRIAS TRANSVERSAIS AO CURRÍCULO ESCOLAR DENTRO DA ORGANIZAÇÃO EXISTENTE POR DISCIPLINAS

Na perspectiva de Gavidia (2002, p. 25), não é uma tarefa fácil abrir um espaço entre as disciplinas para incorporar as matérias transversais quando já são estruturas consolidadas; e, da mesma maneira, existe um certo grau de dificuldade ao se elaborar o projeto curricular e ao se perseguirem objetivos, como também ao se procurar avaliar que grau de participação devam ter as diversas matérias e como devem ser as ligações entre as disciplinas e as decisões quanto aos temas transversais que irão ser trabalhados como linhas, como áreas ou como espaços.

Ainda nesta mesma perspectiva, a transversalidade exige que o professor além de dominar o conteúdo programático da matéria pela qual é responsável, necessita ter

conhecimento específico das disciplinas curriculares e habilidade para poder inserir temas transversais que não está acostumado a tratar; o que torna o trabalho da Orientação Sexual ainda mais difícil, pois sabe-se que assuntos relacionados à sexualidade envolvem conhecimentos de temas ligados a várias ciências, sendo portanto, interdisciplinar, e estes “conhecimentos necessários”, não fazem parte dos conteúdos curriculares da maioria dos cursos de graduação que forma estes professores. (REIS; RIBEIRO, 2002, p. 88-89)

3) A NECESSIDADE DE PÔR EM PRÁTICA OS CONTEÚDOS DAS MATÉRIAS TRANSVERSAIS

É necessário envidar esforços e trazer para a prática os conteúdos das disciplinas quando os currículos já foram elaborados; já que somente concretizando as idéias que temos sobre elas é que podemos elaborar o projeto curricular e conseguir que de fato tais conteúdos sejam parte das atividades escolares.

Gavidia (2002, p. 26) argumenta que:

Não basta afirmar que os conteúdos das matérias transversais já se encontram indicados nas diferentes áreas do conhecimento, disseminados por todas as disciplinas. As diversas matérias transversais possuem importância e características próprias que se tornam merecedoras de uma apresentação melhor do que a disseminação atual. Se não quisermos que sejam consideradas de segunda ordem em importância curricular, devemos dispensar a elas um esforço semelhante ao dispensado às áreas. [...] os conteúdos das matérias transversais que devem ser abordados na escola costuma concretizar-se em uma série de temas, sobre os quais existe um consenso generalizado. No entanto, dada sua extensão, devemos apresentá-los aos alunos de forma que se dê prioridade aos mais adequados a suas características e às necessidades ou aos problemas detectados na escola ou no âmbito a que pertença, para isso é de grande importância à participação de diversos grupos sociais na seleção de seus objetivos.

Desse modo o professor deve estar preparado para assumir uma postura pedagógica diferente da habitual quando se trata de transversalidade:

Os temas transversais referem-se às preocupações emergentes em nossa época e objetivam a formação integral do ser humano, não rejeitando as disciplinas curriculares. Essa forma de trabalho implica, entretanto, uma mudança de postura de educadores e educadoras que buscam compreender a realidade escolar não como algo fragmentado, mas tendo como eixos a *autonomia* da vida diária, a educação da *afetividade*, as formas de *convivência* e a *cooperação*, a *ajuda* e os *direitos* e *deveres* mais

elementares. O compromisso, portanto, dos Temas Transversais é com a construção da cidadania, o que implica praticar princípios éticos – respeito, solidariedade e autonomia – e princípios políticos – direitos e deveres da vida cidadã. (CAMARGO; RIBEIRO, 2000, p. 47)

Para muitos, os PCN ainda são princípios não necessariamente incorporados à cultura escolar, “mas podem ir mais fundo e derrubar cercas, abrir horizontes, na medida em que os novos conteúdos da docência e das licenciaturas sejam mais abertos, incorporarem dimensões e culturas que não cabem mais em quintais fechados, gradeados e disciplinados.” (ARROYO, 2002, p. 95)

4) A NECESSÁRIA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NESSES TEMAS

Torna-se difícil trabalhar de maneira efetiva qualquer tipo de situação dentro da educação, se os educadores não tiverem a sensibilidade e a preparação necessárias para conhecer os principais problemas que afetam a sociedade em geral e os alunos em particular. Compreende-se que a exigência feita aos educadores é grande, por isso é necessário que possuam estratégias metodológicas apropriadas para abordar esses temas, conhecimentos básicos e suficientes para que possam definir os objetivos, os conteúdos, a metodologia e a avaliação, pois deles depende o currículo que será elaborado: o que, quando e como ensinar. (GAVIDIA, 2002, p.27)

Em Reis e Ribeiro (2002, p. 89) encontramos que por existirem estudos e pesquisas sobre a qualidade da formação docente, não é difícil apontar “as dificuldades dos professores e dos alunos resultantes do incipiente desempenho pedagógico e da questionada competência técnica que se apresentam no cotidiano escolar.”

Marin (1998, p. 8), refletindo as condições do trabalho realizado por professores aponta que,

alguns estudos demonstram incipiente domínio de conteúdo por parte dos professores. [...] a fragmentação impropriedade e/ ou insuficiência de domínio de conteúdos escolares pelos professores que se manifestam na inadequação de sua seleção, seqüenciação e desenvolvimento; dificuldades enfrentadas pelos professores no trabalho com recepção e produção de textos; dificuldades no processo de reflexão e raciocínio dos professores e seus desdobramentos para a concretização das práticas educativas.

Ainda sobre a necessária formação dos professores quanto aos temas transversais existe insuficiência a este respeito nos cursos de licenciatura; na prática cotidiana não são utilizados os conhecimentos das linhas teóricas que foram estudadas nos cursos de formação de professores, configurando “uma teoria distante e desarticulada da prática pedagógica [...] a teoria que se estuda na faculdade é desvinculada da ação pedagógica posterior.” (REIS; RIBEIRO, 2002, p. 89-90)

Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 44), observam que:

Em geral, os programas de capacitação sobre sexualidade, assim como prevenção, são promovidos em horários contrários às aulas, e representam ações breves e pontuais, sendo que muitos professores trabalham em dois turnos nas escolas. Essas capacitações têm sido apontadas como de qualidade insuficiente e as temáticas mais polêmicas têm sido abordadas de maneira não aprofundadas, faltando especialistas para possibilitar uma reflexão mais apurada. Essas dificuldades culminam em um despreparo dos professores para fazerem frente às suas responsabilidades pedagógicas, incluindo aí os temas transversais. Assim, a sexualidade tem ficado relegada nas prioridades curriculares.

5) A POUCA TRADIÇÃO DO TRABALHO EM EQUIPE, ESPECIALMENTE COM OS PAIS E COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Compreende-se que existe uma dificuldade muito grande em trabalhar em equipe, quando se procura envolver os pais, que normalmente são arredios à escola, e a associar-se a outras instituições. Estas dificuldades aumentam, também, devido à ausência de colaboração entre os professores se os projetos forem interdisciplinares. (GAVIDIA, 2002, p.27-28)

6) A ESCASSEZ DE MATERIAIS CURRICULARES

Quanto a esse item, Gavidia (2002, p. 28), nos leva a inferir que temas com conteúdos referentes às matérias curriculares ou são difíceis de serem encontrados, ou são pouco divulgados, ou são escassos, ou possuem pouco exemplares, e, quando doados, mas não solicitados, encontram uma certa resistência por parte do responsável quanto a divulgá-lo na escola, “ficando em alguma estante como registro fóssil do interesse que o responsável pelo turno teve em determinado momento”. “Pouco ou nada chega à realidade da sala de aula”.

Em Reis e Ribeiro (2002, p. 90), encontramos que:

Devemos ainda levar em consideração quais as condições para o professor realizar o trabalho de orientação sexual, isto é, além dos problemas com a formação, o professor depara-se com dificuldades de ordem material que reduzem suas possibilidades de atuação: condições de trabalho inadequadas, recursos materiais deficientes e falta de material didático, dentre outras.

Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 43), manifestam que:

O contexto escolar, sendo também âmbito em que deveria agregar os pais dos alunos, tem possibilidade de contribuir para que a família também discuta sobre como vem ou não lidando com práticas sexuais de prevenção, relações discriminatórias, ética de convivência inclusive nas relações afetivo-sexuais e interrupção na cadeia de reproduções de tabus e intolerâncias. Mas tal atitude, por ampliação das esferas de atuação da escola, além da habitual transmissão de conhecimentos disciplinares, vai de encontro a materialidade, a falta de recursos e desgosto dos professores com suas condições de trabalho e de rendimentos.

7) O PROBLEMA DA AVALIAÇÃO

Se selecionar, priorizar e seqüenciar os diversos conteúdos das matérias transversais é uma tarefa que apresenta certa dificuldade, imagine-se o quanto não deve ser difícil avaliá-los, principalmente aqueles que tratam dos aspectos atitudinais e comportamentais. E se, no final do processo, “admitida à idéia de diferenciar avaliação de classificação, existir uma obrigação de dar nota e... reprovamos por atitudes inadequadas? [...] Se isso acontece, parece que a falha está no processo de ensino/aprendizagem seguido, porém a dificuldade continua a existir.” (GAVIDIA, 2002, p. 29)

Ainda nessa perspectiva dos limites que são encontrados quanto à efetivação do projeto de Orientação sexual, encontramos a observação de Nunes e Silva (2000, p. 74):

[...] na questão de sexualidade, a maioria dos profissionais aponta a ausência de fundamentos científicos na análise destes comportamentos, baseando-se sempre nos elementos conservadores e tradicionais de uma cultura repressiva e negativista do sexo e suas dimensões, reforçada pela família, pela religião e pela própria escola.[...] sobre as manifestações da sexualidade infantil, apontaram a própria dificuldade pessoal em compreender a complexidade da sexualidade humana, reclamando da falta de conteúdos e dos resquícios de uma educação repressora que acaba dificultando o esclarecimento das questões e situações que envolvem o sexo. [...] repressão da própria

sexualidade e atitude ostensiva e patrulhadora dos pais, de delegar funções informativas e descritivas para a escola e, ao mesmo tempo, agir de maneira intimidatória a quaisquer eventuais críticas e ações dos professores que não estejam dentro na normatividade patriarcal vigente. Todas essas dificuldades redundam na omissão e no abandono de uma reflexão sobre a sexualidade de maneira humana, crítica, histórica e científica.

Os autores Nunes e Silva (2000, p. 107-108) discutem os limites do tema quando tratado como um biologismo, isto é, as noções de biologia, anatomia humana, comparações quanto aos diversos tipos de reprodução que existem na natureza, manifestam as incompreensões e divergências de uma “mentalidade fria e cartorial, retrato desfocado de uma sociedade mecânica e deserotizada.” Sendo assim, a abordagem da sexualidade passa a ser de caráter “reducionista, formal, curricular e restritiva, calcada em noções higienistas e médicas” mostrando, dessa maneira, seus limites para uma “mudança ético-comportamental de cunho emancipatório, capaz de inferir responsabilidades sobre seus desdobramentos e conseqüências.”

Além das novas discussões e dos obstáculos do cenário escolar e suas próprias condições de vida e de trabalho, o professor ainda se defronta com outros entraves que complicam a realização dos propósitos dos PCN de ênfase em parâmetros curriculares não tradicionais, como sexualidade e gênero: as diferenças sociais, a extrema pobreza em que vivem muitos alunos, as violências de várias ordens que cercam a vida desses, “o que contribui para que se priorize essas questões, deixando de lado olhares mais atentos para as relações microrreferenciadas, comportamentos e formas de se delinear em relações sexualizadas, subjetividades.” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 43)

Encontramos em Reis e Ribeiro (2004) uma análise crítica aos PCN e aos Temas Transversais sobre a Orientação Sexual, onde relacionam os princípios que subsidiam os Temas Transversais com a legitimação dos PCN às teorias neoliberais. Segundo Mézaros (apud REIS; RIBEIRO, 2004),

estamos vivendo um período de *imperialismo hegemônico global* sob o controle dos E.U.A, que estão tentando impor ao resto do mundo “como Estado internacional do sistema capital”, como o único capaz de decidir e intervir em questões mundiais que considere de seu interesse, ou seja, a constituição de “uma estrutura de comando abrangente do capital sob um ‘governo global’ presidido pelo país globalmente dominante” (p. 72). É uma realidade que se caracteriza pela poluição e destruição do meio-ambiente, pelo desemprego, pelo genocídio de povos, pela invasão de países autônomos que são contrários à política e aos interesses americanos. O capitalismo ideologicamente subsidiado pelo imperialismo norte-americano,

com a propaganda “democracia e desenvolvimento”, na verdade cria mecanismos de submissão do trabalhador e do cidadão. [...] a “livre escolha econômica” no emprego está em sermos livres para nos submetermos às ordens dos imperativos do mercado e nos submetermos às humilhações e ao sofrimento causados pelo “desemprego estrutural”. [...] desemprego e poluição vêm assombrando o mundo, e o primeiro “assumiu um caráter crônico”.

Neste contexto, esclarecem Reis e Ribeiro (2004, p. 1), “democracia e desenvolvimento” são apresentados pela Secretaria de Educação como padrões para dirigir o trabalho do professor em sala de aula, norteando os objetivos, os conteúdos, as avaliações e orientações didáticas para o trabalho nas diversas disciplinas e também apontam propostas para que sejam incluídas no currículo escolar, questões que inquietam a sociedade sob a forma de Temas Transversais, entre elas a Orientação Sexual.

Os PCN adotam o “construtivismo eclético de César Coll como referencial teórico, referencial este que vem influenciando os professores e profissionais da Educação, e como afirma Duarte (2001), pode ser observado em todo o corpo dos PCN: “A terminologia utilizada é toda ela própria do discurso construtivista do Brasil, acrescida por um nítido esforço de utilização de termos e expressões que caracterizassem o tom politizado e crítico do texto, buscando, assim, fazer tal concepção aparentar proximidades com as concepções educacionais críticas.” (DUARTE apud REIS; RIBEIRO, 2004, p. 2)

Os PCN, em todo o seu corpo, oferecem uma fala politizante, com a finalidade de formar “cidadãos críticos”, e para isto pregam a obrigação de se vencer “as concepções do ensino centrado na transmissão do conhecimento, e passar a focar o ensino no aluno voltado mais para a criança e seus processos de aprendizagem”, denominado de construtivismo tendo como lema o “aprender a aprender” mas que carrega alguns “posicionamentos valorativos” ou “passos” essenciais que precisam ser seguidos para se chegar a ele.” (DUARTE apud REIS; RIBEIRO, 2004, p. 2)

O primeiro posicionamento valorativo, segundo Duarte (apud REIS, RIBEIRO, 2004, p. 2) numa análise aos PCN quanto à Orientação Sexual, citam que o “professor deve oferecer um leque de conhecimentos” (BRASIL, 2000, p. 121, apud REIS; RIBEIRO, 2004, p. 3), que pressupõe que os alunos tomem suas decisões sozinhos; desta maneira, torna o professor um “simples orientador” que vai auxiliar na “construção do conhecimento” da criança. Outro problema apontado por estes autores, é quanto a este “leque

de conhecimentos” que vai de encontro à formação dos professores quanto a sua própria sexualidade, suas posturas e preconceitos que estarão sempre presentes, pois fazem parte de sua formação e que serão levados ao entrar numa sala de aula.

O segundo posicionamento valorativo é sobre a neutralidade que o professor deve ter quando discutir sobre sexualidade com os alunos; de acordo com os PCN, o professor deve ter o conhecimento científico sobre sexualidade para se preparar para não transmitir seus próprios valores e crenças que orientam o seu próprio conhecimento sexual e não transmiti-los como verdade absoluta, pois o aluno deve entrar em contato com todas as informações sobre sexualidade para dar um “novo significado” e construir o seu próprio conhecimento. Mas como ser neutro quando estas informações fazem parte de sua vida e direcionam as suas atitudes, crenças e preconceitos? (REIS; RIBEIRO, 2004, p. 4)

Segundo Reis e Ribeiro (2004, p. 5) o terceiro posicionamento valorativo que o autor Duarte cita, diz sobre a educação da criança deve ser dirigida para aquilo que ela manifestar curiosidade, que de acordo com os PCN a educação da criança deve partir desta curiosidade que está mais ligada ao que ela necessita aprender do que os conteúdos curriculares. Não esquecendo também que este desejo de saber está sempre ligado àquilo que a criança vive, experiencia e sente necessidade de aprender.

O quarto posicionamento valorativo está intensamente ligado às idéias do capitalismo quando se lê que a Educação deve por o aluno em condições de saber lidar com as contínuas mudanças da sociedade moderna, transmitir os conhecimentos que de fato ele aproveitará em sua vida prática, que o seu aprendizado deve tomar por base suas próprias exigências, que o ensino deve conter conteúdos formativos e que é ele quem vai ressignificar e organizar o seu próprio conhecimento; exigindo incessantemente um indivíduo que esteja preparado a mudanças em concordância com as novas solicitações do mercado. Ou seja, com o lema “aprender a aprender”. Este posicionamento foi prontamente aceito pela Orientação Sexual contida nos PCN, e norteia seus trabalhos quando descreve que a compreensão de sexualidade assumida por muitos teóricos é alguma coisa que vai adiante do biológico, que percorre o psicológico e o social, respeitando a experiências de vida do aluno concernentes à sexualidade e ao próprio momento que ele está vivenciando. (REIS; RIBEIRO, 2004, p. 5)

Reis e Ribeiro (2004, p. 6) argumentam que “aceitar estes posicionamentos é afirmar que o indivíduo é responsável pela sua educação e que o seu fracasso e o seu sucesso dependem única e exclusivamente dele”, que a filosofia neoliberal se evidencia em todo o enunciado dos PCN e que não podemos estar de acordo com ele sem fazer nenhum julgamento e sem discutir as direções sobre o trabalho em sala de aula. Temos que ter

conhecimento de que se conformar com esses pontos de vista relativos à educação é reconhecer como legítimas as idéias da sociedade capitalista.

Segundo Mészáros (apud REIS; RIBEIRO, 2004, p. 6),

concordar com a lógica capitalista é permitir o triunfalismo do século americano. É preciso estar cientes de que o que está em jogo não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua *totalidade* por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição.

De acordo com Reis e Ribeiro (2004, p. 7), não se pode descuidar quanto a forma de governo dos E.U.A, que é efetivamente real o querer ter domínio sobre as outras nações, e lentamente a presença militar e econômica dos E. U. A. vai dilatando seu campo de ação e poder. Povos e nações, culturas e sociedades são afetados pela intervenção da política econômica, militar e cultural dos E. U.A. Sendo assim, é indispensável que cientistas, educadores, trabalhadores e cidadãos em geral tenham a consciência política que os tornem vigilantes contra as situações difíceis criadas por este sistema, não apenas o perigo militar, mas fundamentalmente o perigo do aniquilamento dos mais essenciais valores humanos, de forma a poderem empregar estratégias de ação reflexivas e transformadoras, que discutam a preponderância do poder dos meios de comunicação de massa e a intervenção na condução da política educacional brasileira.

Limites quanto aos temas transversais são apontados, mas Nunes e Silva (2000, p. 101 – 129), nos indicam algumas saídas para essas dificuldades que são:

a) Só podemos transmitir com segurança aqueles conceitos e valores em que de fato acreditamos e que nos convencem; porquanto toda orientação sexual implica uma reeducação da própria sexualidade; “a vontade deve ser o motor das práticas transformadoras, que se completa com a consciência crítica, que deve ser buscada pela ciência e trabalho intelectual de pesquisa e aprofundamento.”

b) Reconhecer as possibilidades e os limites da apresentação da sexualidade na instituição-escola e ter clareza de que: não esgotamos a reflexão sobre sexualidade numa apresentação informática e didática; não existe uma orientação sexual pronta e acabada, e deve existir sempre um reexame crítico da própria sexualidade, diálogo, escuta e troca.

c) Superar o senso comum, que só se consegue no momento em que se recorre à literatura no sentido de aprofundar os conhecimentos por meio dos recursos da pesquisa científica.

d) Apresentar a sexualidade humana numa dimensão pedagógica e educacional, o que significa afirmar que a orientação sexual é a construção do erotismo, isto é, a capacidade de relacionar-se com o mundo da natureza e com os demais seres humanos de maneira singular e subjetiva.

e) Educar integralmente a criança exige a responsabilidade de considerar todas as suas dimensões e trabalhar para que nenhuma delas fique de fora do seu processo de desenvolvimento. Sendo a sexualidade uma dimensão ontológica do ser humano, jamais poderemos deixar de contemplá-la neste processo de educação.

A educação sexual só passa a ser realidade quando reconhecida pela escola toda, como dimensão básica e fundamental no processo humano e educativo. Não há educação sexual voluntarista e espontaneísta. É essencial compreender que a educação sexual não consiste em um conjunto de informações médico-biológicas, nem terapêutico-descompressivas. É formar a pessoa inteira para uma vivência gratificante e responsável de sua inalienável capacidade humana de desejar e ser desejado, amar e ser amado. (NUNES; SILVA, 2000, p. 120)

Considerando os limites com que se defronta o tema transversal Orientação Sexual para chegar até às escolas, acreditamos ser uma tarefa impossível sua implantação; mas Gavidia (2002, p. 29) argumenta que existe uma solução para os problemas apresentados e que a idéia de transversalidade chegou a uma circunstância tal de estabilidade e de conformidade com o meio, que a sua consolidação é previsível. E se o tema transversal não for mais utilizado com a mesma exuberância que é atualmente, sua importância e mérito no contexto escolar persistirão por muito tempo.

4 JUSTIFICATIVA

O recente movimento que se tem desenvolvido em nível mundial, por um lado, promovendo um maior nível de saúde nas populações e, por outro, considerando os jovens como grupo vulnerável, que traz, entre outros, problemas relacionados com a sexualidade, tais como o início precoce de uma vida sexual, a gravidez não desejada e doenças sexualmente transmissíveis, alertou para a necessidade de existir no âmbito escolar um espaço formal onde os alunos tivessem oportunidade de expor as suas questões, suas dúvidas e interesses. É necessário haver espaço para que este tema seja perguntado, discutido, questionado, apropriado e vivido de forma singular por cada indivíduo. Apesar de ser parte fundamental e integrante da vida de todos nós, os tabus a ela relacionados e as dificuldades de conversar sobre o tema ainda são muito grandes.

Averiguando-se a literatura existente, percebe-se que existe um número considerável de trabalhos elaborados com vistas a subsidiar os educadores quanto à abordagem da Orientação Sexual na escola. Contudo, observa-se que são poucas as instituições de ensino que incluem em suas práticas pedagógicas um projeto de Orientação Sexual; algumas delas quando dizem que a discutem, resumem-na a palestras a cargo de psicólogos, enfermeiros e/ou médicos e a fixar *folders* nos corredores, como se isso fosse suficiente para esclarecer as dúvidas a ela relacionadas e às suas múltiplas expressões.

Compreende-se que a maior parte das informações que os adolescentes têm, vem de seus próprios colegas. A televisão, conquanto seja fonte de informação, nem sempre trata desse assunto adequadamente, pois apresenta filmes e vídeos musicais exibindo cenas de sexo explícitas, levando os adolescentes a emitirem valores e registrando imagens que não correspondem à realidade, apropriando-se de informações inadequadas e repletas de falsas crenças. Entretanto, a ação da mídia pode ser altamente instrutiva e positiva, como têm sido os casos de transmissão de mensagens sobre a violência, a exploração sexual infantil, a AIDS, etc.

Verifica-se, também, que elevado número de adolescentes sexualmente ativos, nunca falou com os seus pais sobre essas questões, ou sentem-se nervosos ou receosos. E por ser muitas vezes difícil e embaraçoso este diálogo, é que um projeto que trate desta temática no âmbito escolar e a informação adequada disponível na comunidade exercem um papel tão importante nessa fase da vida. Assim, para que a comunicação com o adolescente possa ocorrer, tanto em casa como no meio escolar, deve ser proporcionado um ambiente de

compreensão ou de genuína empatia e de aceitação e respeito pelo jovem e por suas dúvidas, sem fazer julgamentos de valor sobre as mesmas. Os pais e os professores também podem ter dificuldades em falar sobre a sexualidade em geral ou sobre algum tema em particular. Para evitar que isto interfira ou dificulte o diálogo, é necessário que se preparem para esta possibilidade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam a Orientação Sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também sua dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. (BRASIL, 1997, v. 10, p. 111)

Professores e alunos freqüentemente vivenciam e discutem esses temas, se não formalmente, em programas específicos ou em aulas de Ciências ou de Biologia, pelo menos informalmente, nas conversas e relacionamentos entre estudantes no cotidiano escolar e nas reuniões pedagógicas dos docentes. O interesse sobre eles, no contexto escolar, reforça a característica multidimensional do processo de ensino/aprendizagem, mostrando que o desenvolvimento cognitivo do indivíduo está estreitamente relacionado e, portanto, influenciado por seu desenvolvimento pessoal e social. Nele a sexualidade e a afetividade têm papéis fundamentais. A sexualidade está presente em nossa vida desde o momento em que nascemos até nossa morte. A educação acontece constantemente, seja em casa, seja através da mídia assistindo à televisão, lendo revistas e jornais, seja na internet, etc. Nesse caso, se a instituição escolar se omite deliberadamente em relação a tudo que se refere a sexo, essa atitude reflete na formação dos alunos, levando-os a considerar que sexo é alguma coisa de secreto, que é um assunto que não cabe dentro da escola ou talvez seja algo vergonhoso sobre o qual não se deve falar.

Percebe-se que muitos educadores não estão preparados ou não se sentem à vontade para trabalhar esses assuntos e, desse modo, fica difícil tratá-los com tranquilidade; é melhor ignorar o que está acontecendo com relação à sexualidade dos alunos. “[...] existem professores que afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar certos conteúdos conceituais e não têm por que se preocupar se seus alunos escovam bem ou mal os dentes [...] essa situação de desprezo às matérias transversais, às vezes torna patente um defeito no trabalho profissional dos professores” (GAVIDIA, 2002, p. 24). Mas seria interessante que estes se envolvessem e vencessem as barreiras que ainda existem e impedem que todas as crianças e adolescentes possam receber informações, debater e refletir sobre essas questões, tão fundamentais na vida de todas as pessoas.

O contexto escolar desempenha um papel importante na orientação dos alunos independente das intervenções formais que se lhes possam oferecer neste campo. Mas ainda percebemos que existem instituições que reprimem certos comportamentos dos alunos; nem sempre os educadores enfrentam com serenidade e com o tato necessário brincadeiras e comportamentos de ordem sexual, atribuindo-lhes uma gravidade e um caráter que na realidade não têm. Não se pode fugir dessa responsabilidade, afirmando a sua incapacidade ou dificuldade de tratar esse assunto, porque é uma realidade os alunos expressarem-se sobre ele nos bilhetinhos, nas conversas paralelas, etc. Quando os educadores não tratam esse assunto de frente, quando se omitem, estão permitindo que ele continue a ser tratado só informalmente, na rua ou em casa, sem uma orientação segura.

Uma das dificuldades que do trabalho com matérias transversais é, segundo Gavidia (2002, p. 24), a extrema inércia da escola para mudar as formas de comportamento e as escalas de valores.

Abordar esse assunto não é função só da família, pois na maioria das vezes ela não sabe como lidar com esta questão, e não tem o controle dos meios, da informação e dos estímulos que vêm de todos os lados. Por isso a comunidade escolar tem que tratar desse assunto, para não deixar os jovens na dependência de fontes informais, de pessoas que passam em suas vidas, dos amigos, do que leu ou assistiu ou da própria família. O jovem fica à mercê de experiências que provavelmente não vão ajudá-lo a vencer os medos, as ansiedades, as dúvidas e responder aos questionamentos que vão surgindo ao longo de suas vidas.

A sexualidade faz parte da própria constituição intrínseca do ser humano, é uma manifestação ontológica da condição humana e é uma temática complexa. Falar e refletir sobre ela é desafiador; comumente não é abordada pelas instituições escolares permanecendo um campo onde costuma perdurar a incompreensão, a improvisação do senso comum, a repetição de preconceitos e quase sempre o descaso, embora vivamos numa sociedade em que freqüentemente se exalta a infância como um período feliz e prazeroso da vida. O tema por ser dinâmico, sempre atual, vivencial e inesgotável; requer contínua pesquisa e o alicerce de uma concepção científica e humanista que supera o senso comum.

A Orientação Sexual surge no âmbito escolar como Tema Transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); mas de que maneira este tema é reinscrito dentro do contexto histórico e demandas atuais? A reinserção dessa proposta parece estar associada a uma mudança nos padrões de comportamento sexual. Há necessidade de abordar com os jovens de todo o mundo esses temas e seus diversos desdobramentos, visando à prevenção da

gravidez indesejada e das doenças sexualmente transmissíveis, máxime a AIDS. As intervenções mais eficazes são as ações educativas continuadas, que utilizam metodologia participativa e vão muito além do fornecimento de informações ou da prescrição de condutas preventivas. A escola deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer do conhecimento, e desempenhar um papel importante ao discutir assuntos que estão ligados à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. Ela não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista relacionados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade incluindo posturas, crenças, tabus e valores, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos.

Os trabalhos assistemáticos realizados dentro do contexto escolar obtêm resultados insignificantes; apenas informações não são suficientes para possibilitar a adoção de comportamentos preventivos. As intervenções mais eficazes são aquelas ações educativas continuadas, que possibilitam a elaboração das informações recebidas, a discussão dos obstáculos emocionais e culturais que impedem a adoção de condutas preventivas de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada. A escola não pode se omitir diante dessas questões, pois só assim contribuirá para o bem-estar das crianças e dos jovens em sua vivência sexual atual e futura.

Pesquisa do DataFolha de junho de 1993 com pais, e pesquisa da FTD em maio de 1989 com professores atestam: 50% dos pais nunca falaram sobre sexo com os filhos e 75.9% dos professores acreditam não ter tido formação profissional para falar sobre sexualidade com os alunos. Entretanto, 82% dos pais entrevistados são favoráveis à discussão sistemática desse assunto nas escolas e 55,4% dos professores pesquisados acham importante a reflexão com os alunos sobre ele. (apud BARBIRATO, 2004)

Uma pesquisa realizada pela Folha de São Paulo indicou que nos primeiros seis meses deste ano, na cidade de São Paulo, a cada dia, em média, duas meninas de menos de 14 anos se tornaram mães. Na faixa de 15 a 19 anos, a média diária sobe para 79 casos. E desde 2001 a situação permanece inalterada. Em apenas seis anos, nascerão perto de 200 mil crianças filhas de mães adolescentes, em sua maioria pobres. A maioria dessas meninas terá, em média, três filhos. Em bairros de periferia, de cada 1.000 adolescentes de 15 a 19 anos,

cerca de 70 têm um filho por ano e dificilmente elas chegarão a fazer um curso superior. (DIMENSTEIN, 2004, p. 2)

Resultado: muitos indivíduos, mesmo num ambiente de crescimento econômico, terão dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Estão condenados a viver na marginalidade, dependendo de verbas oficiais ou engrossando as fileiras do crime. No Brasil, nasce anualmente 1 milhão de filhos de adolescentes. A escola não deve constituir-se um espaço de educação para a vida, mas de educação na vida. Quem trabalha com sexualidade e prevenção da AIDS sabe que muito mais do que qualquer informação é necessário que crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, façam uso prazeroso e responsável do sexo e cuidem de sua própria saúde sexual.

É necessário haver espaço para que este tema seja perguntado, discutido, questionado, e vivido de forma apropriada e singular. Evitar a gravidez precoce ou proteger-se contra DST é uma consequência da atitude de quem se valoriza no presente e aposta no futuro. Quem procede assim acaba aprendendo que a melhor camisinha está no cérebro, e não na genitália. Apesar do tema ser parte fundamental e integrante da vida de todos nós, o tabu a ele relacionado e as dificuldades para conversar sobre ele ainda são muito grandes.

A sexualidade é parte integrante da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não de orgasmo. É muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. Influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e afeta tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, v. 8, p. 111-115), o tratamento da sexualidade visa permitir ao aluno encontrar no contexto escolar um espaço de informação e de formação, sobre o certo de tratar as questões colocadas pelo ambiente, coloca um espaço que o ajude a considerar as dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade. A escola não concorre com a família, mas apenas a complementa. Werebe (1998, p. 148-149), diz que “a educação sexual realizada pela família é informal, mas tem grande importância sobre o desenvolvimento da criança e de suas idéias sobre o que é uma família, sobre o amor e tudo que se referir ao sexo, sobre o mundo adulto e sobre si mesma.”

Nem sempre os pais oferecem informações sobre esses assuntos, seja porque não possuem o conhecimento para fazê-lo, seja porque se sentem constrangidos. Mas o comportamento sexual é determinado pela organização e estrutura da família, pelas suas condições de vida, pela dinâmica das relações entre seus membros e pelas características individuais dos pais. Os pais em seu papel de educadores sexuais de seus filhos muitas vezes procedem de forma inconsciente, sem avaliar o alcance das medidas que tomam, e de suas falas e das atitudes que assumem sobre questões diretamente ou indiretamente ligadas à vida sexual. Os filhos, porém, aprendem mais pelos atos do que pelos discursos de seus pais.

Grande parte da educação das crianças é determinada pelo comportamento dos pais em seu relacionamento e no relacionamento com os filhos, pelas proibições e recomendações que fazem, pelas expressões que assumem, pelos gestos que deixam transparecer, pelas atitudes conservadoras, liberais ou repressivas, pela religião que professam ou por não ter religião. Tudo isso transmite os valores que os filhos vão assimilando ao longo de sua vida.

A abordagem desta temática no âmbito da educação precisa ser: explícita para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes.

“A educação sexual, como um processo social no âmbito escolar, poderá ser considerada como um processo de transformação e mudança, que parte de um projeto coletivo e atinge os indivíduos, cada qual com sua busca particular do(s) sentidos(s) da sexualidade”. (LORENCINI JR, 1997, p. 95)

Um projeto dessa ordem caracteriza-se por trabalhar o esclarecimento e a problematização de questões que favorecem a reflexão e a ressignificação das informações, das emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um, que tantas vezes prejudicam o desenvolvimento de suas potencialidades. Não se restringe a abordar aspectos biológicos, mas também e principalmente aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos da sexualidade. Deve basear-se em toda prática educativa e levar a vários questionamentos. (BRASIL, 1997, p. 121)

Dentro dessa perspectiva os Parâmetros Curriculares Nacionais observam que cada uma das áreas tratará da temática por meio de sua própria proposta de trabalho. Deve empenhar-se em trazer para a prática s conteúdos das matérias transversais, já que somente materializando as idéias que temos sobre elas podemos elaborar o projeto curricular e conseguir que elas “impregnem” as atividades escolares (GAVIDIA, 2002, p. 26). Aquelas

questões que não estiverem articuladas necessitarão de um tratamento específico, exigindo do professor flexibilidade, disponibilidade e abertura para trabalhar tais questões. Porém, qualquer que seja a matéria que ministram, os professores desempenham, consciente ou inconscientemente, uma ação no campo da Orientação Sexual. Esta ação eles desenvolvem com o meio pela maneira de ser, de se vestir, de agir, pelas idéias e valores que transmitem e, particularmente, pelo tratamento que dispensam aos alunos dos dois sexos.

As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, e dos meios de comunicação. Esse projeto deve considerar toda a gama de informações e sentimentos e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas.

Consciente de que nos dias atuais não é mais possível que as questões, que envolvem a vida sexual, passem despercebidas ou que sejam tratadas com malícia ou como algo pecaminoso e imoral, e consciente da importância de um projeto dessa natureza, pelo fato desta proporcionar aos jovens um desenvolvimento mais equilibrado da sua personalidade, possibilitando-lhes opções mais responsáveis sobre seu corpo, optamos pela realização deste estudo, que consiste em verificar os limites e as possibilidades das escolas quanto à possibilidade de desenvolver um projeto de Orientação Sexual.

Portanto, essa temática é elemento essencial na formação dos jovens e seu encaminhamento na escola poderia, como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais:

a) Ter um caráter interdisciplinar

Todas as disciplinas, de acordo com sua área de conhecimento, estariam articuladas e tratariam dos temas transversais relacionados à Orientação Sexual no decorrer de toda a escolaridade obrigatória, com a finalidade de ampliar os conhecimentos. Quanto ao envolvimento de todas as disciplinas, Riechelmann (1993, p. 282) entende que: “Abordar sexualidade exige um exercício de interdisciplinaridade. Por vezes ela é enfocada de modo reducionista, limitado ao terreno do biológico, ou há tentativas de se confundir sexualidade com algo limitado à biologia, psicologia ou à sociologia.”

b) Fazer que o professor proporcione aos alunos um espaço

Este espaço é para permitir que haja estímulo às discussões, em um clima em que o interesse e a curiosidade dos jovens sejam considerados, no intuito de desvendar a sua dimensão geral, oculta ou estereotipada nos conteúdos específicos de cada disciplina.

c) Ser transversalizado

A sexualidade é dotada de uma transversalidade inerente, pode participar de todos os processos de construção do conhecimento. Talvez essa transversalidade já ocorra genuína e silenciosamente dentro das diversas áreas do saber. Ela é colocada em pauta todos os dias, inconscientemente, pela emergência de valores, posturas e visões de mundo dos que participam do cotidiano escolar. Dentro dessa perspectiva, seja no discurso verbalizado, seja no discurso silencioso, ela está percorrendo o currículo. De acordo com Gavidia (2002, p. 20), “a transversalidade é uma proposta séria, integradora, não-repetitiva, que contextualiza a problemática formulada pelas pessoas nesse momento, como indivíduos e como grupo. [...] é aquilo que se estende atravessado de um lado a outro, “encadear”, “transpassar”, “infiltrar-se.”

Na busca de entender essa transversalidade, Yus (2002, p. 40-41) ressalta que ela não pode ser aceita como uma lista de temas desconexos, mas deve ser o espírito, o clima e o dinamismo humanizador da escola; que existem certos elementos comuns que funcionam como elos de ligação com implicações nas práticas educativas. E esses elementos:

- ▶ Procuram promover visões interdisciplinares globais e complexas que facilitem a compreensão de fenômenos dificilmente explicáveis a partir da ótica de uma disciplina.
- ▶ Pretendem romper com as visões dominantes, que não são somente as transmitidas pelo poder, mas que acabam justificar o etnocentrismo, o androcentrismo e a reprodução das de injustiças e de desigualdades.
- ▶ Expressam a necessidade de conseguir aulas plenamente cooperativas e participativas, em que os alunos sintam-se envolvidos em seu processo de aprendizagem e em que os professores não sejam meros profissionais, mais ou menos técnicos e hábeis no manejo das habilidades de ensino, mas agentes criadores do currículo, intelectuais e críticos.
- ▶ Reconhecem a importância de se conectar com a vida, de provocar empatia, de fazer um levantamento das preocupações socioafetivas das meninas e dos meninos que formam o nosso alunado

d) Ser tratado dentro da programação

Significa passar pelas diferentes áreas do ensino; ou por extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.

e) A partir da quinta série, além da transversalização

Comportar uma sistematização e um espaço específico que pode ocorrer na forma de uma hora/aula semanal para os alunos (dentro ou fora da grade horária existente, a depender das condições de cada escola). As escolas pesquisadas não tinham essa hora/aula semanal; mas os assuntos eram transversalizados dentro do horário normal de aula ou fora dele, dependendo da dinâmica usada.

f) Ser planejado com a comunidade escolar

Este planejamento implica na participação do diretor e pessoal administrativo, com professores, outros funcionários, pais e alunos.

No entanto, Gavidia (2002, p. 27) afirma que existe pouca tradição de trabalho em equipe, especialmente com pais e outras instituições, e que as dificuldades aumentam ao se elaborar um projeto interdisciplinar, pela falta de colaboração entre os professores e pela dificuldade de trabalhar com os pais e outras instituições. “Não sabemos compartilhar com outros grupos os problemas que não são apenas nossos.” E “são muitas as pessoas da área de saúde, ONGs, [...] que desejam colaborar com os professores em sua tarefa educativa e no entanto, não encontramos meios para que isso aconteça, [...] não nos preocupamos com sua existência, não queremos utilizá-la, ou não sabemos como fazê-lo.”

g) Contar com a flexibilidade, disponibilidade e abertura dos professores

Possibilitar que os professores trabalhem questões como ética, orientação sexual e meio ambiente. No caso da Orientação Sexual, “o educador deve entrar em contato

com as questões teóricas, com leituras e discussões sobre temáticas específicas da sexualidade.” (BRASIL 1995, p. 6)

Sendo assim, Gavidia (2002, p. 27) considera necessária a formação dos professores nesses temas:

Para se trabalhar de maneira efetiva a educação para a saúde [...] é preciso que os professores tenham a sensibilidade e a preparação necessárias para conhecer os principais problemas que afetam a sociedade em geral e os alunos em particular [...], que tenham algumas representações adequadas sobre essas questões, que lhes permitam propor atividades didáticas com o devido enfoque – não isento de complexidade – para que os estudantes possam realizar sua própria aprendizagem e traduzir em seus comportamentos os conhecimentos que vão construindo.

Entretanto, Gavidia (2002, p. 28) ressalta que existe escassez de material que trate dos temas transversais. “Existe uma bibliografia dirigida aos professores, que dada a sua pouca divulgação, são difíceis de encontrar e não existem manuais necessários aos alunos ou a quantidade de exemplares de cada edição é pequena, por isso não chega a todas as escolas e muito menos aos alunos.”

No entender de Nunes e Silva (2000, p. 106) “a abordagem de assuntos relacionados a esse tema requer, a priori, o reconhecimento das possibilidades e os limites da apresentação da sexualidade na instituição-escola. Trata-se de ter clareza de que não esgotamos a reflexão sobre ela numa apresentação informativa ou didática.”

h) Ser sistemático

O fato de atravessar as disciplinas refere-se tanto às atitudes quanto aos procedimentos e conceitos e, dada sua importância, não podem ser contemplados de maneira voluntária, casual ou parcial, mas devem ser escolhidos, seqüenciados, desenvolvidos e avaliados.” (GAVIDIA, 2002, p. 23)

Nesse sentido, o presente estudo tem como propósito contribuir para sanar as possíveis lacunas que devem ser preenchidas nas pesquisas sobre a sexualidade e na escola com relação aos limites e possibilidades dos projetos do ponto de vista pedagógico.

5 OS PROJETOS NA EDUCAÇÃO

Embora tendo as suas origens no início do século XX, a verdade é que até aos anos 1970, o conceito de projeto não desempenhou um papel relevante na escola, talvez com exceção das disciplinas componentes de trabalho prático ou daquelas em que a expressão e a criatividade possuíam um lugar reconhecidamente central. Só nas duas últimas décadas esse conceito terá reaparecido no primeiro plano de idéias e preocupações educativas para as quais, na perspectiva de Boutinet (2002, p. 84-85), existem duas razões: “reação contra o insucesso da pedagogia por objetivos era dominante nas décadas de 60 e 70; e a emergência da formação de adultos, no qual era mais evidente que a necessidade de negociar projetos.”

Abrantes (2005) argumenta que:

No terreno educativo, a atualidade dos projetos é bem evidente. Desde o início dos anos 90, os projetos interdisciplinares da área escolar, os projetos profissionais como modalidade de formação de professores ou os projetos educativos de escola foram sendo utilizados de modo crescente no nosso discurso.

Na perspectiva educacional, os projetos podem ter várias denominações como: metodologia de projetos, metodologia de aprendizagem por meio de projetos, projeto educativo, projeto pedagógico, pedagogia de projetos, projetos de trabalho, e tantas outras que podem ser observadas tanto na literatura como nos discursos. Por apresentar várias conotações, a sua utilização assume por vezes alguma ambigüidade. Em algumas situações ele está associado a uma intenção ou a um desígnio, independentemente da sua concretização. Em outras situações, o sentido dominante é o de um esquema, um plano ou um programa. Mas o que se nota é a presença de ambos os aspectos em maior ou menor grau e de modo mais ou menos explícito.

Esta prática educativa é uma estratégia de ensino/aprendizagem que visa, por meio de investigação de um tema ou de um problema, vincular a teoria à prática e tendo-se mostrado como uma perspectiva que vem se destacando de forma cada vez mais incisiva nos discursos educacionais. Surge da necessidade de desenvolver uma metodologia de trabalho pedagógico que valorize a participação do educando e do educador no processo de ensino/aprendizagem, tornando-os responsáveis pela elaboração e desenvolvimento de cada projeto.

Segundo Fagundes e Álvarez (apud BAFFI, 2002) e Gadotti (apud VEIGA, I., 2001, p. 18), projeto é uma atividade natural, intencional e indispensável no mundo contemporâneo que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir significados, representando o laço entre o presente e o futuro, como sendo a marca da passagem do presente para o futuro.

Explica Boutinet (2002, p. 77-78): “todo projeto, por meio da identificação de um futuro desejado e dos meios para fazer com que aconteça, estabelece um certo horizonte temporal no interior do qual evolui [em que o autor], no presente, e estabelece, o autor, uma perspectiva para o futuro que deseja.” É a ordenação e estimativa antecipadas dos meios para chegar a um fim preestabelecido; nisso existem possibilidades de desvios futuros e ocorrência de múltiplas interpretações.

Assim, Álvarez e Fagundes falam em “laço”, Boutinet em “certo horizonte entre o presente e o futuro” e Gadotti (apud VEIGA, I., 2001, p. 18) diz que projeto supõe “ruptura com o presente e promessas para o futuro.”

Projetar significa tentar **quebrar um estado confortável** para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada um contém de estado melhor do que o presente. Quando é educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (grifo nosso)

Segundo Hernández (1998, p. 90-91), os projetos apontam outra maneira de representar o conhecimento escolar baseado na aprendizagem da interpretação da realidade, orientada para o estabelecimento de relações entre a vida, entre os professores e o conhecimento que as disciplinas e outros saberes não disciplinares vão elaborando. Tudo isso para favorecer o desenvolvimento das estratégias de indagação, interpretação e apresentação do processo seguido ao se estudar um tema ou um problema, que, por sua complexidade, favorece o melhor conhecimento dos alunos, dos docentes, de si mesmos e do mundo em que vivem. Contribuem para uma ressignificação dos espaços de aprendizagem de tal forma que eles se voltem para a formação de sujeitos ativos, reflexivos, atuantes e participantes.

Na expressão de Jean-Pierre Boutinet (apud ABRANTES, 2005), o projeto é uma figura emblemática da nossa modernidade. Ao contrário das sociedades tradicionais, o nosso tempo é caracterizado pelas "culturas de antecipação". Sob o impulso da evolução

científica e tecnológica, recorre-se a projetos, previsões ou planificações, por exemplo, com o propósito de "explorar o futuro para domesticá-lo."

Segundo Abrantes (2005), ninguém utiliza o termo projeto em uma "situação rotineira ou em um problema de resposta rápida; mas quando se tem um objetivo a médio ou a longo prazo que envolve uma situação complexa e requer planejamento e desenvolvimento de um conjunto de estratégias e ações adequadas" e que implica:

[...] um trabalho de equipe, ao longo de tempo mais ou menos prolongado, e muitas vezes está associado à idéia de cooperação interdisciplinar. O reconhecimento da complexidade dos grandes problemas e da necessidade de os abordarmos de um modo intencional e organizado; é uma forte característica do nosso tempo, nos mais diversos campos de atividade. (ABRANTES, 2005)

Parece interessante citar o que Machado (1997, p. 72) comenta sobre a educação brasileira no contexto que antecedia à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996:

A ausência de um projeto coletivo, se faz necessário à elaboração de uma carta de princípios gerais, uma espécie de tábua de valores fundamentais, amplamente acordados com as entidades representativas da sociedade, sublinhando os valores maiores que deveriam orientar os projetos e as ações educacionais.

Segundo Boutinet (2002, p. 188-190), pelo fato de um projeto educacional ser um "projeto-intenção", e estar embasado em orientações generalistas ou ainda em questões de linguagem, ele poderá comportar objetivos específicos que se limitarão à explicitação de finalidades e valores a serem promovidos. Se esta metodologia tem como característica uma "carta de referência" pode haver o risco de ficar-se em formulações demasiadamente gerais, imprecisas, descontextualizadas, surgindo daí a figura do projeto pedagógico, que possui como parâmetro essencial à "negociação" vista como "dimensão essencial de uma pedagogia que se apresenta aberta, estimulando a motivação e a imaginação de todos os interessados, permitindo-lhes apropriar-se da situação da qual são autores." Essa idéia de apropriação assume um papel central, pois, se o aluno não se apropriar dos objetivos desse método de trabalho, não os considerará como seus e, se isso acontecer, não será um projeto.

É nos meados da década de 1990 que a idéia de projeto pedagógico começa a tomar corpo no discurso oficial e em quase todas as instituições de ensino, espalhadas pelo Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/94), em seu artigo 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, (BRASIL, 1998, p. 41), estando clara a idéia de que a escola não pode deixar de lado a reflexão sobre a sua intencionalidade educativa. Desse momento em diante, o projeto pedagógico passou a ser estudado e discutido.

Se, para Boutinet (2002, p. 188), o projeto educacional constitui-se “um projeto-intenção [...] uma carta de referência negociada e reatualizada de tempos em tempos; [e que] na maior parte do tempo, essa carta irá limitar-se à explicitação de finalidades e de valores a serem promovidos” e esta prática educacional constitui um referencial norteador das políticas e dos planos de ação educacional, para André (2001, p. 71), o projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, pois deve “expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola”; ele é “a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade.”

Assim este trabalho pedagógico tem um aspecto fundamental que é o de assegurar que os objetivos, formulados e negociados, são de fato efetivamente realizáveis. Então, ele não é mera “declaração de intenções”; a sua função é concretizar e realizar as intenções, mas é preciso também ter em conta o tempo, os meios possíveis de concretização e os obstáculos a ultrapassar.

Segundo Libâneo (2004, p. 152-153), o projeto pedagógico:

[...] deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola, tendo em conta as características do instituído (legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola, etc.), e do instituinte, que significa que o projeto institui, estabelece, cria objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estruturas, hábitos, valores, ou seja, institui uma cultura organizacional. O projeto é um guia para a ação, prevê, dá uma direção para o trabalho escolar, formula metas, institui procedimentos e instrumentos de ação.

Segundo Veiga, S. (1997, p. 11-12), o projeto pedagógico:

[...] não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que influencia e que pode ser por ela influenciado. Portanto, trata-se de um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional em sua totalidade. Ele tem como propósito a explicitação dos fundamentos teóricos-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e das formas de implementação e de avaliação institucional.

Para alguns, esta prática pedagógica é encarada como modismo, ou como mais um documento que com certeza ficará jogado no fundo de uma gaveta qualquer. Mas ele não é nada disso; ele é muito mais que um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversificadas; é um instrumento do trabalho que indica rumo, direção e é construído com a participação dos vários segmentos da comunidade escolar, a saber, a equipe administrativa, professores, funcionários, alunos, pais e, se possível, outros segmentos da sociedade. Posto isso, acontecerão momentos de intensas reflexões, de discussões sobre as práticas pedagógicas mais viáveis para aquele momento, que nortearão a sua elaboração e atingirão os objetivos propostos pelo projeto. (BAFFI, 2002)

Conforme Álvarez (2004, p 15), numa sociedade heterogênea e multicultural a diversidade é um fato normal e inevitável; e a escola, como garantia de um futuro promissor, deve estar preparada para educar na diversidade, isto é, com tolerância e respeito à idiossincrasia dos indivíduos e dos grupos que a compõem. Esse fato torna a “escola pública um espaço social complexo, aberto e educativo para os jovens cidadãos que nela se socializam e aprendem a conviver”.

Considerando as diversidades que são encontradas no contexto escolar, Álvarez (2004, p. 15-16) sistematiza-as conforme os aspectos:

1) Diversidades de categorias educacionais que integram a comunidade escolar: cada indivíduo tem sua própria cultura, interesses, idade e funções.

Se a escola deve ser um ambiente acolhedor e prazeroso, que proporcione ao aluno não só o acesso, mas também sua permanência; então, daí o desafio da escola em ter que rever suas ações frente a uma gestão que precisa pensar o seu aluno como um todo, respeitando as suas necessidades e particularidades, construindo coletivamente e criando condições para que seja possível atender às diversidades.

Essas diversidades decorrem do fato de que a escola é o local em que se encontra uma grande variedade de indivíduos com suas características pessoais marcadas pela família, por suas experiências de vida, seus contatos afetivos, suas formas de pensar, de agir, de experimentar, de olhar para a vida e até a maneira de viver; tornando-as únicas.

2) Diversidade da tipologia profissional - Diversos professores intervêm no mesmo grupo de alunos em função de suas opções e especializações.

- Diversidade metodológica e instrumental - Diversos métodos e estratégias ao longo do processo de aprendizagem.

O reconhecimento das diversidades se faz também com a abertura ao diálogo, com uma negociação dos significados, com disponibilidades de todos os envolvidos no sentido da aceitação e convivência harmoniosa com as diferenças, com as contrariedades, com as complementaridades; com coerência entre o discurso e a ação, com associação necessária entre direitos e deveres, entre exercício de poderes e o comprometimento com as responsabilidades e com a aprendizagem do exercício da autoridade sem ser autoritário.

Como podemos observar em Louro (1999, p. 36-37) a diferença é sempre estabelecida a partir de um dado lugar que se toma como centro. Deduzindo, desta maneira, que “as várias posições do sujeito: gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, podem estar – e estão – comprometidas com relações de poder, constituindo-se em motivo de disputas políticas.”

3) Diversidade de alunos. O conjunto de alunos apresenta diversas capacidades, interesses, expectativas e níveis de desenvolvimento, além das aptidões e atitudes perante a aprendizagem também variadas.

O contexto escolar é uma grande experiência de socialização, de convívio com as diferenças, de todos os tipos e em todos os níveis; e é onde, muitas vezes, o adolescente forma seu grupo, convive com outros adultos, identifica outros modelos de referência, tanto no sentido positivo quanto no negativo e é aí, com tantas diversidades, que o adolescente se prepara para lidar com situações adversas com que se defrontará durante a sua vida. A partir do momento que a escola se dispõe a conversar a respeito das diferenças, com certeza vai ajudar as pessoas que fazem parte dela a ampliar sua percepção e compreensão em relação às outras.

4) Diversidades de interlocutores administrativos e sociais. Composta pela direção, supervisores, funcionários, professores, empresas onde os alunos fazem estágios, fornecedores, etc.

Essas diversidades que acontecem no âmbito escolar podem propiciar ao aluno o desenvolvimento de capacidades, tais como, ouvir, negociar, ceder, participar, cooperar, perseverar e, desenvolver autodisciplina e responsabilidade, que são atitudes fundamentais na vida das pessoas. Poderão, também, levar as pessoas que fazem parte do contexto escolar, a entender, a valorizar e a conviver na diversidade, pois quanto mais heterogêneo for o grupo, mais abrangente será a aprendizagem. Aprendendo com as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, sensoriais, cognitivas, econômicas, entre outras, evitam-se atitudes discriminatórias que levam a limitar as possibilidades de enxergar e aproveitar as capacidades das pessoas; pois sabemos que tais atitudes têm conseqüências restritivas para o indivíduo, para o grupo e para a sociedade.

5) Diversidade de opções religiosas e ideológicas do conjunto de indivíduos que compõem a comunidade escolar. Diversidade de raças, etnias, culturas e idiomas.

No âmbito escolar, é fundamental o cultivo e o respeito aos modos de pensar, de agir e de sentir de cada um e que diferem de um indivíduo para outro, de grupos políticos de grupos religiosos, e que levam ao crescimento individual, ao respeito pelo outro, ao reconhecimento da diversidade humana como uma grande riqueza, um imenso repertório de perspectivas a serem incorporadas e ajustadas de diferentes formas.

As diversidades encontradas na escola dão sentido ao projeto educativo, por lhe permitir desempenhar um papel fundamental como instrumento na tomada de decisões. As heterogeneidades consentirão que a escola as harmonize mediante projetos que funcionam como referências para todas as categorias, proporcionando à escola a identidade e o estilo próprio de que ela tanto precisa. (ÁLVAREZ, 2004, p. 16)

No âmbito da sexualidade, sabe-se que os adultos, por vezes, não estão habituados a reconhecer as crianças e os adolescentes como sujeitos plenos de direitos, nem suas peculiaridades como pessoas em desenvolvimento, negando-lhes o exercício da sexualidade que lhes é própria. Também ocorre que, pessoas que divergem dos padrões predominantes na sociedade quanto às questões relacionadas à sexualidade, tais como: opção

sexual, aparência, atração sexual, arranjos familiares e de estilo de vida, freqüentemente são tratadas de forma negativa e desigual, que poderão levar à baixa auto-estima, oportunidades desiguais quanto ao mercado de trabalho, problemas emocionais. (GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, 1994, p. 142)

Nos PCN encontramos que as adaptações curriculares previstas nos níveis de concretização apontam para a necessidade de adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender a diversidade existente no país, considerando a pluralidade cultural dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria de qualidade de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 1997, p. 96-98)

Argumenta Louro (1999, p. 44) que,

Cada sujeito é, ao mesmo tempo, muitas “coisas”, tem muitas identidades: de classe, de etnia, de religião, de nacionalidade, de geração, de gênero, etc. e os modos como se articulam essas identidades também são múltiplos. No entanto, apesar dessa multiplicidade de posições, não há como negar que nossas escolas são muito pouco acolhedoras para todos aqueles e todas aquelas que não se ajustam aos padrões ditos normais.

É importante que a escola atenda as necessidades dos alunos levando em conta os fatores sociais, culturais e história educativa de cada um, como também as suas características pessoais. Que haja respeito às diferenças, reconhecimento dos direitos de cada um e dos direitos de todos os alunos de realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e de integração mais intensa nos grupos que se formam no âmbito escolar.

De acordo com Pereira (2005): trabalhar com projetos não é apenas um jeito especial para transmitir aos alunos o conteúdo das disciplinas, “significa de fato uma mudança de postura, ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola, ser construído continuamente, uma forma de repensar a prática pedagógica e as teorias que lhe dão sustentação.” O projeto facilita a atividade, a ação, a participação do aluno no seu processo de produzir fatos sociais, de trocar informações com o outro e desenvolver competências, permite a formação de alunos autônomos, conscientes, reflexivos e participativos.

Quando se trabalha com projetos, o espaço escolar torna-se um espaço vivo de interações, aberto à realidade dos que nela estão participando e às suas mais variadas dimensões. Significa repensar a escola, seus tempos, seu espaço, sua forma de lidar com os conteúdos das áreas e com o mundo da informação. (PEREIRA, 2005)

Assim, estes tipos de trabalhos permitem que os alunos participem ativamente da construção da aprendizagem, vivenciando as situações-problema refletindo sobre elas para a concretização dessas reflexões em ação.

5.1 CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS EDUCACIONAIS

Como nossos estudos baseiam-se no projeto de Orientação Sexual preconizado pelos PCN, faz-se necessário que discutamos as características dos projetos educacionais sob a luz destes documentos.

Buscando-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 85), detectou-se que o projeto educacional não é um documento formal elaborado no início de cada ano letivo para ser arquivado. Ele só se realizará se houver um processo contínuo de reflexão sobre a prática pedagógica, no momento em que a equipe escolar discute, propõe, realiza, acompanha, avalia e registra as ações que vai desenvolver para atingir os objetivos coletivamente delineados, quando determinados aspectos são discutidos para servirem de referência ao professor na concretização do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o processo de sua elaboração e de desenvolvimento em cada escola pressupõe alguns aspectos que na perspectiva dos PCN são:

- A função da instituição escolar deve ser repensada, refletindo sobre seu papel, suas finalidades, seus valores, considerando todo o contexto escolar como único e imprescindível, buscando conhecer suas características e anseios, as necessidades dos alunos, suas motivações, como se constituem a comunidade local e a sociedade em que se insere. É essencial que ela encontre formas variadas de mobilização e de organização dos alunos, dos pais e da comunidade, criando espaços que possibilitem interações, aberto ao real e às suas múltiplas dimensões, que permitam a participação de todos no sentido de reforçar atitudes criativas. Quando se levam em conta todas as diversidades que existem no âmbito escolar e procura integrá-los, quando espaços são disponibilizados para que alunos, pais, comunidade e outros segmentos da sociedade participem, as chances de um projeto dar certo são grandes. (BRASIL, 1998, p. 87)

A diversidade no âmbito escolar é inevitável, pois nela se encontram indivíduos diferentes em cultura, religião, ideologia, capacidades, aptidões, atitudes, interesses, idade e funções; professores diferentes em suas opções e especializações e

diferentes em metodologias que vão sendo aplicadas ao longo do processo educativo. E é com toda essa diversidade que a escola tem uma grande responsabilidade ao desenvolver projetos que supram as necessidades e atendam as urgências e os interesses da sua comunidade procurando harmonizar tudo isso e criando espaços que lhe dêem condições para que ela possa funcionar de forma coerente. Orrantia (2004, p. 50) argumenta que: “As escolas são elementos detentores de um caráter acima de tudo socializador, responsável pela transmissão de saberes culturais e valores sociais; são pequenas sociedades dentro de um sistema social. É o lugar onde acontece uma parte importante do processo de socialização dos indivíduos.”

- A equipe escolar deve procurar repensar a formação do aluno, não só como uma atividade intelectual, mas como um processo global e complexo, conhecer tão profundamente quanto possível quem são seus alunos, como vivem, o que fazem e sentem; as atividades de intervenção e conhecimento não podem estar dissociadas e os alunos percebendo que ela está atenta a suas necessidades, a seus problemas, a suas preocupações, desenvolvem autoconfiança e confiança nos outros, ampliando as possibilidades de um melhor desempenho escolar. Este processo educativo precisa estar integrado ao presente, a realidade dos jovens que a freqüentam, permitindo que aprendam participando, vivenciando sentimentos, formulando problemas, tomando atitudes diante dos fatos, investigando, construindo novos conceitos e informações. Isso vale também para os adultos, que trabalham na escola ou que estão, de alguma forma, envolvidos com ela: professores, funcionários, diretores e pais. (BRASIL, 1998, p. 87)

Não se pode construir uma verdadeira escola sem conhecer a comunidade que dela fará parte. É essencial que os educandos possam expressar suas idéias, crenças e conhecimentos e que o professor fique atento a todos esses saberes que muitas vezes se baseiam no senso comum e podem ser trazidos pelo aluno, porque é a partir deles que a mediação e a intervenção se efetuarão. Podemos inferir que no momento em que os educandos percebem que a escola está valorizando além do seu trabalho em sala de aula, mas a sua atuação no processo de construção de conhecimento e nas suas propostas de intervenção na comunidade, eles passam a ser co-responsáveis pela sua aprendizagem, pela sua reflexão sobre cidadania e pelas suas ações enquanto cidadãos.

- Se este trabalho educativo tem que ter uma dimensão do presente precisa ao mesmo tempo, ter a dimensão de futuro, refletir sobre as formas de inserção dos alunos no mundo das relações sociais, das culturas e do trabalho, buscando aprimorar determinadas habilidades. As pessoas que participam desse processo sabem que ocorrerão mudanças de posturas, de idéias, pois nele estão envolvidas a complexidade incertezas e resolução de problemas significativos e necessitarão estar abertas a todos esses

acontecimentos, saindo da inércia, do conformismo e da acomodação, porque ele é autêntico e único, não se tratando de mera reprodução de conteúdos que já estão prontos ou de um trabalho já feito por outros. Ele nasceu do desejo de resolver um problema real, daí ser uma atividade intencional de construção gradativa. Isso supõe um posicionamento político de equipe escolar, para uma visão do ideal de organização da convivência social e de um posicionamento pedagógico a fim de definir as ações educativas e as características necessárias às instituições escolares numa perspectiva de fazer com que o possível e desejável se tornem realidade. (BRASIL, 1998, p. 87-88)

Entendemos que as experiências trazidas pelos alunos devam ser aproveitadas na discussão dos aspectos da realidade, já que possibilita o confronto entre as suas visões de mundo e outras que se farão presentes nestes momentos. A possibilidade de trocas de experiências entre todos, as discussões sobre os pontos de vista de cada um e a exposição das concepções que cada indivíduo traz, permitem que cada um questione as suas próprias idéias e atitudes e passe a atuar como sujeito ativo. Essas experiências devem ser valorizadas, porque a partir desse momento o aluno tem a oportunidade de opinar, debater, decidir e construir sua autonomia. E segundo Gairín (2004, p. 27), “a elaboração do projeto específico de cada escola representa mais do que uma resposta às necessidades do sistema educacional e das escolas, ela representa uma tentativa de superar uma visão individualista em busca de uma visão mais coletiva.”

●Repensar sobre a sistemática do planejamento, promovendo um trabalho cooperativo que incremente a colaboração de todos, definindo metas a serem atingidas, em cronogramas exequíveis, fazendo com que as propostas tenham continuidade, contribuindo para gerar uma visão global da escola e das tarefas educativas; prevendo recursos necessários, utilizando de forma plena, funcional e sem desperdícios, os recursos disponíveis. Portanto, ele está associado a uma seqüência de ações que vão desde a planificação das atividades, a realização destas e a sua avaliação; mas, no entanto, existe todo um trabalho anterior que é o diagnóstico da situação, o levantamento do problema e a avaliação das possibilidades de concretizá-lo. Não realizar o planejamento como tarefa burocrática, legalmente imposta, alienada, sem criatividade, desprovida de significado para os que dela participam. Muitas vezes, valoriza-se o documento (plano) em detrimento do planejamento (processo) e a atividade central é o preenchimento de formulários. (BRASIL, 1998, p. 88)

Compreendemos que todo projeto educacional é uma postura pedagógica na qual se reflete a necessidade da comunidade educativa e, sendo assim, para que o projeto seja exequível requer-se a participação da maioria, que dará significado à aprendizagem,

possibilitando que os conteúdos trabalhados, as habilidades e a criatividade sejam construídos de modo que o aluno os veja como situações que serão aproveitadas em sua vida fora do âmbito escolar. Ele deve ser considerado como um processo contínuo, que pode sofrer mudanças ao longo da sua realização de acordo com as necessidades. Não pode ser concebido como um trabalho pronto e acabado, mas que pode e deve ser reformulado sempre.

- Conceber, realizar e avaliar requerem tempo para sua análise, discussão e reelaboração contínua; implica em esforço e envolvimento, e para tanto, necessita-se de um clima institucional favorável, além de condições objetivas de realização. Deve-se ressaltar que uma prática de reflexão coletiva não é uma tarefa fácil de ser atingida, não é algo que se consegue de uma hora para outra e que o contexto escolar é uma realidade complexa, não sendo possível tratar as questões como se fossem simples de serem resolvidas. (BRASIL, 1998, p. 88)

Considerando-se toda a complexidade escolar, é importante que, para desenvolver um trabalho dessa ordem, seja valorizada a participação de todos, permitindo uma reflexão sobre a realidade da comunidade escolar e procurando-se elaborar propostas que possam mudar essa realidade. Se é uma ação coletiva, é necessário que haja clima favorável para que ele possa ser planejado, construído e aplicado de fato. De acordo com Gairín (2004, p. 27), num projeto educativo estão envolvidas as decisões relativas ao tipo de ensino que desejamos, aos valores que iremos priorizar, [...] aos compromissos que iremos adotar no ambiente social, a função dos pais, como poderemos garantir o desenvolvimento profissional dos docentes e como lidaremos com as preocupações dos alunos, etc.

- A contínua realização do projeto educativo possibilita o conhecimento das ações desenvolvidas pelos diferentes professores, a percepção crítica de sua atuação, sendo base de diálogo e reflexão para toda a equipe escolar. Para os professores, a concepção e a execução dele dá coerência às atividades desenvolvidas, favorece a reflexão e atuação sobre a realidade com a qual trabalha e, principalmente, contribui de forma efetiva com sua formação profissional, na busca de práticas mais competentes, na clareza de seus objetivos, nas formas diferenciadas de intervenção, nas alterações na rotina diária, no registro de sua reflexão e uso futuro e na partilha com o aluno de suas observações, dentre outras. Eles têm a função de coordenar os conhecimentos específicos de sua área de formação, com as necessidades dos alunos de construir conhecimentos específicos. A experiência acumulada dos profissionais da escola é a base para a reflexão e elaboração dele. (BRASIL, 1998, p. 88)

Segundo Gairín (2004, p. 27), “os projetos são um instrumento mediante o qual os professores e os outros membros da comunidade escolar – no que diz respeito a certos âmbitos – recolhem os acordos que permitem organizar, orientar e coordenar sua prática diária”; mas é necessário que algumas formas de agir sejam respeitadas e que a prática cotidiana seja sempre democrática, aberta, plural e integradora. Desta maneira, este trabalho pode constituir-se uma oportunidade para que todos que dele participem, revisem e compartilhem suas propostas relativas aos aspectos educativos, formativos ou organizacionais; e sendo realizado em equipe ele é uma forma de engrandecer uma ação profissionalizante.

Se esta prática pedagógica é considerada como uma atividade intencional, entende Orrantia (2004, p. 57) que ela “é algo que se pretende conseguir, que marca uma tendência, direcionada para frente” que além desta intenção ela é “uma proposta, uma idéia, um objetivo inscrito nos diversos aspectos de que consta a globalidade da educação da pessoa” que será atingido por meio do desenvolvimento de várias atividades.

A sua definição e o que se pretende com ele é de suma importância, pois, a partir disto, deve-se tomar diferentes decisões com o objetivo de preencher as necessidades educativas detectadas no contexto em que a escola se encontra inserida. De acordo com Orrantia (2004, p. 57), a via para a expressão das suas decisões consensuais é o projeto educativo, no qual a comunidade define os seguintes pontos:

- As suas intenções ou objetivos educativos em relação ao contexto concreto.
- As linhas pedagógicas fundamentais nas que irá se basear a sua atividade docente.
- Os princípios que deverão reger a organização da escola a fim de que possa viabilizar as suas atividades com coerência.

Quando a comunidade escolar quer definir o tema que quer implantar, ela reflete antes no modelo de pessoa e de sociedade que pretende alcançar e na sua elaboração; os temas transversais podem contribuir com diferentes pontos de vista e refletir problemáticas sociais que consideramos importantes e prioritárias. (ORRANTIA, 2004, p. 58)

A discussão sobre qual é o prioritário a ser colocado em prática no âmbito escolar deve ser compartilhada por toda a comunidade educativa a fim de se saber o que merece maior atenção quando se buscam soluções. De acordo com o bairro e com os

contextos socioculturais e econômicos, a comunidade terá objetivos diferentes e explicitará suas próprias referências, da maneira mais clara possível, para que seus objetivos se tornem inteligíveis e possam ser compartilhados por todos os agentes envolvidos. Uma proposta que apresentar essas características de compartilhamento de idéias, de discussão da realidade do contexto escolar e da localização em que está inserida e de levantamento das prioridades, servirá de referência para o corpo docente na sua reflexão sobre a prática cotidiana e na seleção dos conteúdos. Desta maneira, os vários assuntos inseridos no tema transversal Orientação Sexual podem transformar-se no eixo da ação educativa, de modo que esta seja a mais adequada àquele contexto sociocultural específico. (ORRANTIA, 2004, p. 58)

Portanto, ao se elaborar um projeto é necessário que haja uma reflexão social, isto é, uma reflexão sobre as condições de vida da comunidade da qual faça parte o grupo que participará desse projeto, analisando-as em relação a um contexto sociopolítico que visem uma transformação de posturas, de idéias e social de modo que esteja orientado para as formas de inserção dos participantes, que são as crianças e os adolescentes.

5.2 RAZÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS NO ÂMBITO ESCOLAR

No momento em que uma inovação é imposta em qualquer âmbito, seja ele cultural, profissional ou institucional, por vezes aparece maior número de argumentos que pretendem desqualificá-lo do que manifestações de apoio conceitual por parte daqueles que a consideram necessária e progressiva. As razões pelas quais a gestão mediante projetos beneficia a qualidade e a eficácia da educação não podem ficar apenas no campo geográfico, há, na realidade, razões mais profundas, de ordem psicopedagógica, no sentido de que de fato ele se efetive e ao mesmo tempo, questionando o papel e as funções desempenhadas pelo projeto educativo.

Buscando em Álvarez (2004, p. 17–21) as razões para a implantação de projetos no âmbito escolar vemos que o projeto:

- **Harmoniza a diversidade, criando espaços de coerência e tolerância durante o processo ensino-aprendizagem, mantendo sob controle as tendências desagregadoras que a diversidade provoca.**

O contexto escolar é um espaço social complexo, aberto e educativo para aqueles que nele se socializam e aprendem a conviver com as diversidades, onde cada um que ali se encontra tem sua própria cultura, interesses, idade e funções. Local em que se encontram diversos profissionais de várias áreas com diversos métodos e estratégias. Diversidade quanto à religiosidade e opções ideológicas, raças, etnias, culturas e idiomas. Neste sentido, se a escola precisa conviver com diversidades de várias ordens, é necessário que se organize a fim de proporcionar espaços que possibilitem a explicitação de intenções e interesses que compõem os princípios educativos de todas as partes comprometidas com o seu funcionamento negociando com base nos objetivos e princípios organizacionais com os quais concorda, com a finalidade de dar uma identidade específica à escola e de fazê-lo funcionar de forma coerente.

• Funciona como um documento de referência, com base no qual irão concretizar-se e se desenvolver todos os documentos subseqüentes que sistematizam a vida escolar de uma instituição autônoma.

Baseado nos princípios de negociação, ele pode determinar o regulamento do regimento escolar e o projeto curricular no mesmo nível programático, desde que seja possível contar com a colaboração de todos que fazem parte da comunidade escolar, para colaborar na definição de um estilo próprio comum ao conjunto da escola. Quando o ambiente escolar não está estruturado e afinado, muitos concebem-no como imposição de forças alheias.

• Garante a participação, ordenada e eficaz, de todas as categorias na tomada de decisões.

Quando se levam em conta todas as características do contexto escolar, as estruturas e o organograma a serem respeitados, os perfis dos que nele estão envolvidos e suas funções; e quando se possibilita a discussão, o debate, a exposição das idéias e o respeito por todos, independente de suas funções, ele será eficaz.

• Cria âmbitos de negociação para a tomada de decisões, os quais fazem do trabalho consensual o método de gestão.

No momento em que ele é elaborado com a participação de todos, ou pelo menos da maioria, quando os envolvidos percebem a necessidade de renunciar a uma parte, mudar de procedimento, tomar decisões participativas a fim de chegar a uma decisão que satisfaça os interesses mínimos de todos, por meio de negociações, ele se torna instrumento de consenso. É fundamental a aquisição de capacidades e habilidades necessárias para trabalhar em equipe.

Holly argumenta que:

[...] uma das potencialidades mais importantes do projeto educativo não era o fato de que a escola conseguisse elaborar um bom projeto que preenchesse todas as exigências acadêmicas e administrativas apontadas por especialista e pelas instituições. [...] que a equipe docente, mediante a elaboração e o desenvolvimento de projetos, fosse constituída autonomamente e adquirisse as capacidades e habilidades necessárias para trabalhar em equipe. (apud ALVAREZ, 2004, p. 21)

• Proporciona um modelo de auto-avaliação formativa, de caráter institucional, mediante a negociação de indicadores de eficácia capazes de orientar a auto-regulação do funcionamento da escola.

É indispensável incluir no projeto educativo, indicadores de eficiência negociados entre todos aqueles que nele estão envolvidos, de modo que possam ser considerados como referências para a legitimação dos programas e objetivos internos desenvolvidos ao longo do ano letivo. O entendimento anterior dos indicadores de avaliação inseridos no processo em conformidade com todos, é capaz de proporcionar garantias de que a avaliação institucional interna possa ser considerada válida e aceita pela sociedade. Para isso, é essencial a participação não somente dos professores que são a parte mais interessada nos resultados da avaliação, mas também das categorias não docentes, que são, entretanto, também protagonistas do processo de aprendizagem, tais como os pais e os alunos. (ALVAREZ, 2004, p. 20)

5.3 FASES DA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO EDUCATIVO

1) Fase de Sensibilização

De acordo com Muñoz (2004, p.99-108), o projeto educativo da escola é uma ferramenta fundamental para a sua gestão e organização; ele oferece um marco geral de referências, dentro do qual são registradas e fazem sentido as diversas decisões que os envolvidos devem tomar. É importante que, antes de iniciá-lo, a comunidade escolar passe por uma fase de sensibilização em relação ao assunto, na qual a equipe diretiva será responsável por estimular processos informativos ao corpo docente, aos alunos e pais que serão encaminhados à assembléia de professores, no intuito de convencê-los da necessidade de elaborar um projeto educativo próprio da escola. As atividades úteis nessa fase são:

- Leituras sobre o assunto: artigos, revistas esquemas, exemplos.
- Sessões informativas sob a responsabilidade de pessoas com experiência, tais como assessores de formação ou professores, pais ou alunos de escolas que já tenham elaborado o próprio projeto educativo.
- Respostas a um questionário ou a qualquer outro instrumento de avaliação da escola, sistematização das respostas e análise em comum de todos os resultados podem indicar quais são as carências da escola e a necessidade de preenchê-las.
- Propor alguns assuntos gerais, tais como metodologia, tutoria, organização da etapa e/ou de departamentos, funções dos coordenadores, etc., cujas análises podem levar a comunidade escolar a pensar na necessidade de elaborar o próprio projeto educativo.

Segundo Suplicy et al. (1995, p. 41) a instituição escolar, para proporcionar um projeto de Orientação Sexual, necessita convocar os pais para participar e mostrar já no primeiro encontro objetivos claros, devendo na reunião:

- a) Tomar conhecimento da opinião dos pais e acatar sugestões em relação ao projeto.
- b) Apresentar aos pais a proposta da escola e convidá-los a tomar parte.
- c) Trabalhar resistências. Nesse momento deverão estar muito claras as questões que serão discutidas, que a escola não pretende substituir a família, a qual é fundamental na construção do que cada um traz dentro de si, também não pretende estimular a vida sexual precoce. Os pais deverão ter

conhecimento dos temas que serão abordados, e conhecer os participantes das reuniões.

d) Obter autorização por escrito para a participação dos seus filhos. Esta é a hora de trabalhar as resistências e obstáculos e principalmente, esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de substituir a tarefa dos pais para que determinados comportamentos sejam adotados, de impor valores, de avaliar o aluno, de ser uma sessão de terapia, de invadir a privacidade e muito menos de passar à direção ou a outra pessoa os fatos que nela poderão ocorrer. (SUPLICY et al., 1995, p. 37-42)

Este último item, já deve estar superado pela escola, pois nos PCN (1997, p. 124) encontramos que o trabalho de Orientação Sexual compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família. Desta maneira, os pais deverão ser “informados” e não “autorizar” a escola a incluir na proposta curricular conteúdos relacionados à sexualidade. Que os pais se conscientizem do projeto de Orientação Sexual do seu valor e exigência nos dias atuais.

Na perspectiva de Suplicy et al. (1995, p 41-42), dos PCN (BRASIL, 1997, p. 127) e de Sayão R. (1997, p. 102) a escola deve deixar muito claro aos pais que não pretende: competir com ela, ocupar seu lugar, impor valores; julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece, propor modelos de conduta; substituí-los, fazer avaliação acadêmica, criar um grupo de terapia e passar a eles ou à direção informações veiculadas nas aulas.

Ribeiro (1990, p. 17) argumenta que,

[...] a escola poderia se tornar um campo propício à orientação sexual, um lugar onde, além de receber informações mais completas, os alunos pudessem pensar, questionar, raciocinar e estabelecer juízo de valor. Distorções trazidas desde a infância poderiam ser esclarecidas ou corrigidas.

As famílias têm seus valores, conceitos e preconceitos que são transmitidos aos filhos e, neste sentido, a parceria da escola com os pais é fundamental para que os esclarecimentos possam fluir tranqüilamente, permitindo o desenvolvimento do trabalho.

2) Fase de Planejamento

Se houve a decisão de elaborar o projeto educativo, é necessário passar para a fase de planejamento, que ficará sob a responsabilidade da equipe diretiva; essa fase é uma

das tarefas fundamentais para a sua gestão e “quanto maior for o número de mecanismos de participação dos envolvidos no planejamento colocado em funcionamento, melhor será o resultado”. (MUÑOZ, 2004, p. 100)

É primordial prever e ordenar as diferentes atividades que devem ser realizadas para que os objetivos propostos sejam alcançados, bem como os recursos necessários para colocá-las em prática, tais recursos são o tempo para reuniões e a possibilidade de contar com alguma ajuda externa. Cada uma das atividades deverá ter um responsável, bem como a data limite para sua realização.

Sabe-se que tratar da sexualidade é complexo, e segundo Oliveira (2000, p. 103), como toda ação educativa formal, a educação propositadamente dirigida para o “sexual” exige um trabalho de preparação onde deve-se definir os objetivos da educação que se pretende por em execução, os conteúdos a ensinar e os métodos que serão utilizados para efetivar este ensino.

3) Fase de elaboração

É uma fase lenta, pois implica a participação de todos. Como é impossível que todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar participem diretamente desta fase, é o conselho escolar quem deve aprová-lo e criar uma comissão composta por representantes dos professores, dos estudantes e dos pais, a qual será a responsável direta por levar o processo de elaboração adiante, pela redação dos materiais e por estabelecer os processos que garantam a participação dos outros colegas.

De acordo com Oliveira (2000, p. 103),

[...] a educação sexual, tratando-se de trabalhar com o fornecimento de informações, não deverá abordar somente conteúdos relacionados á biologia do sexo, mas, também, informações relativas ao contexto social em que a sexualidade é moldada, limitada e exercida. [...] Apesar de compartilhar o contexto social com seus colegas e professores, cada educando tem uma bagagem particular de vida que traz para a sala de aula. Isto acaba determinando que a educação sexual de um grupo de educandos não apenas admite a seleção prévia de conteúdos de ensino, mas, também exija que neste conjunto haja lugar para a inclusão daquelas informações que têm um significado particular para o exercício da sexualidade de cada um.

4) Fase de difusão

Após concluído a elaboração do projeto, esse documento deve estar disponível para qualquer membro da comunidade escolar, e, no mínimo, um resumo deve ser entregue a cada família. Uma cópia dele deve ser entregue aos professores recém-chegados e pais de alunos novos, para terem uma idéia geral do tipo de educação que se trabalha naquela instituição.

Uma vez definido o projeto educativo da escola, o Regimento Escolar irá tornar-se o documento que conterà as normas e regras necessárias, e deverá ser usado ao longo de vários anos letivos, mas revisado periodicamente para que seja garantido, de fato, o resultado da reflexão e consenso de toda a comunidade educativa.

Pesquisando em Pereira (2005), encontramos a confirmação das fases de um projeto a que Muñoz (2004, p. 99-108) se refere, mas sob outra denominação, onde diz que “a principal característica é ter um objetivo compartilhado por todos os envolvidos, que se expressa num produto final em função do qual todos trabalham, e que terá, destinação, divulgação e circulação social dentro e fora da escola.” Cada projeto possui particularidades que lhe são inerentes, e sendo importantes ao longo do processo adaptações e modificações, mas existem preocupações básicas que devem ser consideradas na sua construção:

- identificação de um problema;
- levantamento de hipóteses e soluções;
- mapeamento do aporte científico necessário;
- seleção de parceiros;
- definição das condutas a serem tomadas
- documentação e registro
- método de acompanhamento e avaliação
- publicação e divulgação.

A esse respeito Orrantia (2004, p.58) argumenta que “na elaboração do projeto educativo da escola, os temas transversais podem contribuir com diferentes pontos de vista e refletir problemáticas sociais que se consideram importantes e prioritárias”, cujo levantamento destes problemas pode ser detectado por meio das seguintes perguntas:

- Qual a situação da saúde no bairro; existe algum problema ou risco grave?
- Como é o contexto escolar? Podemos perceber alguma carência em especial?
- Mulheres e homens, meninas e meninos, estão eles em situação de igualdade? Em que contextos e em que tarefas? Como são as relações entre eles?
- Quais são as diferentes culturas que convivem no nosso contexto?
- O que elas consomem, de que elas gostam, como gastam seu dinheiro, a que dedicam o seu tempo livre? (ORRANTIA, 2004, p.58)

Nesse sentido, Orrantia (2004, p.58), explica que todos que fazem parte da comunidade educativa compartilham não só dos mesmos critérios para a análise das questões que surgem na escola, mas também dos problemas que a comunidade local enfrenta a fim de saber o que merece maior importância na hora de buscar soluções (recursos, organização, etc.).

Ainda de acordo com Pereira (2005), trabalhar com projeto significa “romper com o modelo fragmentado de educação e recriar a escola, transformando-a em espaço significativo de aprendizagem para todos os que dela fazem parte, colada ao mundo contemporâneo, sem perder de vista a realidade cultural específica de seus alunos e professores”; certo é que esse projeto não é:

- **uma palavra mágica que resolve todos os problemas;**
- **um conjunto de atividades extraclasse;**
- **um conjunto de aulas de reforço ou recuperação;**
- **uma obrigação a ser cumprida com prestação de contas.**

Portanto para Álvarez (2004, p. 21-22),

[...] a longo prazo, a função do modelo de projeto é a de se tornar um instrumento procedimental para a formação de equipes de docentes. [...] e cumprir a função pretexto que possibilitará a mudança tão necessária e

esperada em uma sociedade que está à procura de um modelo mais coerente, eficaz e participativo.

5.4 SITUAÇÕES QUE OCORREM, MAS QUE PODEM SER CORRIGIDAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO EDUCACIONAL:

Segundo Ramos (2004, p. 109), na implantação do projeto educativo podem surgir problemas que devem ser corrigidos a tempo para não haver resultados frustrantes e esforços inúteis. Esses problemas podem ser:

[...] os prazos fixos e geralmente curtos demais, a consideração da sua elaboração como um produto mais como um processo, a falta de tempo, a necessidade de se acostumar a realizar trabalhos em equipe com essas características, as deficiências na formação prévia dos professores, etc., levando a um número insuficiente de debates, documentos formais demais, ruptura de processos positivos de reflexão, momentos de angústias frente à necessidade de concluí-los no tempo certo, etc.

De acordo com Ramos (2004, p. 110-111), existe uma primeira sensação contraditória ao elaborar-se um projeto, tendo, o corpo docente a possibilidade de decidir sobre seu próprio trabalho, mas, como a responsabilidade das complexas decisões a serem tomadas de maneira coletiva, dando prioridade ao uso da razão e que devem ser tornadas públicas. E é isso que determina a sua complexidade e dificuldade, pois é necessário que o grupo chegue a um consenso. Antes o trabalho dos docentes e de toda a equipe diretiva, apesar de aprovado pelos órgãos representativos da comunidade, ficava restrito ao âmbito escolar. Com a implantação de um projeto existe um maior controle social.

Nessa mesma linha de pensamento, Ramos (2004, p. 111-112) aponta alguns problemas, que podem surgir como obstáculos para a concretização de um projeto educativo, bem como os meios para superá-los:

- **O tempo**

Decisões coletivas e consensuais tomam muito tempo. Ausência de um planejamento rigoroso, de propostas objetivas que não podem ser atingidas no tempo previsto e o abandono progressivo dos participantes são razões de fracasso, atrasos e interrupções.

•Primeiros trabalhos excessivamente exaustivos

Trabalhos iniciados com grandes expectativas e participação, em razão dessas condições tão promissoras, se tornam ambiciosas demais; o rendimento prático pode não ser significativo suscitando sentimentos de frustração que dificultam o empreendimento de novas ações. Pode acontecer, também, que certas partes do projeto ganham propositalmente uma dimensão maior do que deveriam, com o objetivo implícito de atrasar o início de outras partes que aparecem, *a priori*, menos gratificantes.

•O início do processo

Quando a decisão pela elaboração do projeto educativo da escola é vista como:

- a) Imposição administrativa e inútil.
- b) Uma ação intempestiva forçada por líderes não-permanentes.
- c) Falsas expectativas de que o trabalho assegurará, pelo mero fato de se

ajustar a

uma nova legalidade, uma mudança nos hábitos docentes.

d) A empreitada é assumida apenas pelo grupo minoritário que se considera auto-suficiente.

O resultado é, inevitavelmente, o fracasso, total ou parcial; e para evitar que isso aconteça pode-se:

• Iniciar os debates pelos pontos sobre os quais há menos consenso e que fatalmente serão empecilhos

- a) reflexão sobre outros problemas freqüentes da instituição de ensino,
- b) definição sobre o tipo de escola que se pretende ter dentro do novo marco estrutural,
- c) linguagem que será utilizada nas aulas.

Esses temas devem ser abordados quando o projeto já caminhou e está mostrando a eficácia do trabalho coletivo, qual é a melhor estratégia, permitindo que o grupo se esforce por não perder o clima positivo previamente alcançado. “Um clima positivo deve

prevalecer também quando alguém tenta desqualificar, coletiva ou individualmente, trabalhos ou posicionamentos vigentes até aquele momento [...] Os projetos educativos não devem tornar-se uma arma contra nada ou ninguém, senão ser instrumentos coletivos úteis para todos”. (RAMOS, 2004, p. 112)

5.5 FALHAS RELACIONADAS AO CARÁTER PÚBLICO DO PROCESSO

Escolas onde existia um clima de trabalho favorável acabaram com o seu ambiente positivo quando tentaram tomar alguma decisão sem torná-la devidamente conhecida de todos, levando a mal-entendidos e a situações de tensão inevitáveis, que foram difíceis de remediar. Tais falhas, de acordo com Ramos (2004, 113-114) são:

- **A passagem da comissão ao resto da escola**

Mesmo tendo a comissão cumprido todos os requisitos de representatividade e divulgação, as transferências dos acordos (sugestões sobre a estratégia que deve ser seguida ou propostas concretas encomendadas pela assembleia de professores) constituem um passo delicado que, em certas ocasiões, bloqueia o processo; algumas vezes por defender os acordos enfaticamente demais os quais, indubitavelmente são aprovados, embora o seu cumprimento seja difícil, outras, porque há uma insuficiente divulgação, pressupondo que a representatividade durante o processo de elaboração já é uma garantia do seu amplo conhecimento, ou até mesmo por uma sintonia entre a comissão e o resto da assembleia de professores no concernente às possibilidades reais de se pôr em prática as propostas

- **Pondo em prática os acordos teóricos**

No momento em que o projeto educativo tem de ser colocado em prática, é aí que surgem as dificuldades, atrasos e esgarçamentos. Muitas pessoas, até então passivas, cordatas, porém cépticas, tornam-se beligerantes, pois “os acordos passam a inferir com os seus horários com as suas formas de avaliação ou com quaisquer outros aspectos da sua vida profissional”. Qualquer situação, embora inevitável, pode ser minimizada quando se insiste no princípio da concordância das idéias em que se baseou o projeto, “compatibilizando sempre as

decisões práticas com os estudos de princípios, evitando, dessa maneira, saltos no vazio”. É esse um dos fatores fundamentais do não-cumprimento dos objetivos previstos nos projetos.

De acordo com Ramos (2004, p 114), o projeto educativo deve ser abordado como um processo no qual se possam determinar as estratégias de acordo com a situação da escola e também com o compromisso de divulgar publicamente avanços, acordos, formulações e todas as realizações, tornando-o significativo para todos que dele façam parte e aumentando o nível de consenso à medida que o processo foi constituindo-se como tal.

Portanto, na formulação de um projeto, é necessário que algumas formas de agir sejam respeitadas; que a prática cotidiana seja sempre democrática, aberta, plural e integradora; que a comunidade escolar faça revisões e compartilhamentos de suas propostas relativas aos aspectos educativos, formativos ou organizacionais; e que haja capacidade de estimular e tornar necessário o trabalho em equipe por parte do corpo docente, superando uma visão individualista em busca de uma visão mais coletiva. Evite-se a improvisação e a rotina, ajude-se a unificar critérios, reduzam-se as incertezas, racionalizem-se o trabalho e o uso do tempo, permita-se o desenvolvimento da personalidade e promove-se a abertura para que haja o diálogo entre a comunidade escolar sobre o sentido e a função da tarefa que poderá levar a enfrentar situações de ter que tomar decisões originais e próprias dela. (GAIRÍN, 2004, p. 30)

6 CARACTERÍSTICAS DE UM PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

À escola os jovens chegam desinformados quanto a temas relacionados ao sexo, ela deve, então, ser um lugar que permita aos jovens colocar suas dúvidas e expressar suas opiniões, pois na escola a sexualidade se manifesta como um dos maiores interesses dos alunos; é onde ‘os olhares acontecem’, onde se ‘trocam os bilhetinhos’, e onde se ‘confiam segredinhos’; na escola as mudanças que ocorrem no corpo dos jovens são sensivelmente notadas; então, não dá para suprimir esse tema; mais cedo ou mais tarde ele terá que ser debatido.

Percebendo as necessidades urgentes da comunidade escolar: a importância dos alunos terem acesso a informações sérias e precisas, dificilmente prestadas em outro lugar, a urgência do debate com os jovens, seus questionamentos sobre sexualidade por não terem muita clareza sobre esse assunto, sobre as DST, gravidez precoce na adolescência, violência infantil e outros de interesse deles, então ela adotará um projeto de Orientação Sexual, pois não poderá fugir de sua responsabilidade, não, como muitos pensam, para induzir à prática do sexo, mas para prestar informação correta, para orientar-lhes quanto a responsabilidade que devem ter sobre seus corpos.

A partir do momento em que um trabalho desta magnitude é assumido no âmbito escolar, questões sociais, éticas e morais também devem ser abordadas; está em jogo a liberdade, a autonomia e o respeito à intimidade, principalmente, quando o tema são as questões relativas ao sexo. Liberdade de ação e decisão são condições fundamentais para as pessoas conhecerem as questões decisivas da sua vida e da sociedade na qual estão inseridos. Para entender a sexualidade é essencial que ela possa ser discutida com liberdade. Estes são alguns desafios enfrentados atualmente por educadores. (CAMARGO & RIBEIRO, 2000, p. 40)

Desta maneira, podemos inferir que a sexualidade é um processo em construção e faz parte da formação da cidadania, sendo que numa sociedade democrática entram em jogo valores como igualdade, justiça, solidariedade, respeito, etc. Para identificar esses valores nos alunos, esta temática pode ser um caminho, já que ela é um fator de aperfeiçoamento da cidadania.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

[...] a ética é um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo, mas é também um tema presente no cotidiano da cada um, que faz parte do vocabulário conhecido por quase todos. A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha, interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, quanto à dimensão das ações pessoais. Trata-se, portanto, de discutir o sentido ético da convivência humana e suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, a sexualidade e a saúde. (BRASIL, 1997, v.8, p. 29-30)

Ética e cidadania são valores entrelaçados; não se pode ter efetiva cidadania numa sociedade que não seja guiada pela ética, esta não vigora onde não existe cidadania.

Na perspectiva de Suplicy (1990, p. 35) como ética, funcionam os valores inerentes a uma sociedade democrática, que são: a) respeito pela verdade; b) respeito pela igualdade e dignidade de cada indivíduo; c) reconhecimento do direito de livre-arbítrio e autodeterminação; que são valores aplicáveis tanto à sexualidade quanto a qualquer outro tipo de comportamento.

O conhecimento das questões relacionadas ao sexo por meio da Orientação Sexual, a luta pela ética e a construção da cidadania são valores essenciais à vida dos cidadãos. Esses temas devem ser sempre abordados, discutidos e debatidos. A cidadania abrange as dimensões política, civil, socioeconômica, educacional e existencial. Desfrutar da cidadania com essas dimensões é condição para que alguém possa realmente ser pessoa, ter sua dignidade humana respeitada, ser cidadão. Os conteúdos da ética que priorizam o convívio escolar, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, são: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade. (BRASIL, 1997, v. 8, p. 102)

O respeito é, talvez, um dos aspectos mais importantes ao qual o adolescente é mais sensível. Respeitar significa valorizar o adolescente como pessoa, com dignidade e valor, aceitando-o tal como ele é, evitando conclusões precipitadas, procurando compreender qual a dúvida ou a idéia que ele está tentando transmitir e principalmente respeitar a sua intimidade.

É primordial num projeto de Orientação Sexual o respeito mútuo diante das diferenças de pensamento, de religiões, de valores, de etnia, de culturas, de sexo. A sociedade já não tolera atitudes abusivas com relação à raça, sexo, idade ou grupo étnico. Quando se conhece o próprio corpo e o que se passa com ele; quando se discute sexualidade sem barreiras, medos, tabus; quando se compreendem as diversidades, passa-se a desenvolver atitudes de respeito e a valorizar e preservar a vida.

Se a escola aliar a informação à promoção da autonomia pessoal com comportamento sexual responsável, poderá favorecer o respeito ao aluno, bem como ajudá-lo a desenvolver habilidades para julgar questões morais, para escolher a maneira de viver sua sexualidade de forma plena e saudável, para compreender a dimensão dela e saber reagir diante das pressões externas da mídia e dos colegas. Graças a isso ela pode mostrar-se como sujeito único de negociação da sua própria vida. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 119)

É de suma importância a discussão aberta, franca, no âmbito escolar sobre os valores de liberdade, igualdade, equidade, solidariedade, ética e respeito, já que os valores são normas, princípios ou padrões social elaborados e aceitos ou mantidos pelos indivíduos, pela classe, pela sociedade, para reger o comportamento das pessoas. Porém, na escola, não se trata de transmitir valores, e sim de propiciar a construção dos mesmos pelo próprio aluno, para que ele possa exercer a sexualidade de forma prazerosa, saudável e com responsabilidade. (GARCIA, 2005, p. 71)

Para a formação do cidadão é evidente a importância da justiça: no convívio social, nas decisões que afetam a vida de outras pessoas, e nas que os pais devem tomar em relação aos filhos, e na responsabilidade do professor numa escola ao julgar as atitudes de seus alunos. No âmbito escolar o aluno deve saber a ser intolerante com as injustiças e exercer o direito à palavra, usando-a para pensar o mundo e nele intervir.

No momento em que instituição escolar abre suas portas para um projeto dessa natureza, está sendo solidária com a comunidade local e se propondo a ajudar minorar determinados problemas, como gravidez precoce na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Também, de acordo com Rodrigues Jr. (1993, p. 103) a maior fonte de informação do adolescente é o seu companheiro de mesma idade ou ligeiramente mais velho. Estas fontes são inadequadas, pois os companheiros não podem informar mais do que ouviram de outros colegas.

Reconhecendo a importância do tema transversal, os Parâmetros Curriculares Nacionais, propõem este projeto visando fazer com que a escola oriente os alunos quanto ao desenvolvimento e exercício de uma sexualidade prazerosa e responsável. Esse tema está ligado intimamente ao exercício da cidadania, quando trabalha o respeito que o aluno deve ter por si e pelo outro e quando se empenha para que os direitos básicos do cidadão, como a saúde, a informação e o conhecimento, sejam respeitados. Procedendo de tal forma ele será capaz de:

- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano;
- Compreender a busca de prazer como uma dimensão saudável da sexualidade humana;
- Conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir do prazer sexual;
- Reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra as discriminações a eles associados;
- Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- Proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir do prazer numa relação a dois;
- Agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo na implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.
- Conhecer e adotar práticas de sexo protegido, ao iniciar relacionamento sexual;
- Evitar contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da AIDS;
- Desenvolver a consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade;
- Procurar orientação para a adoção de métodos contraceptivos.
(BRASIL, 1997, v. 10, p. 133-134)

Um projeto de Orientação Sexual, para ter êxito, depende de muitos agentes, cada um dos quais exerce um papel diferente, devendo sua eficácia ser permanentemente debatida.

Abordaremos mais adiante o papel de cada agente implicado no projeto, a sua importância e eficácia. É preciso que tenha objetivos claros a serem alcançados e metodologia competente.

Segundo Egypto (2003, p. 21):

[...] É necessário que haja trabalho planejado e sistematizado para todos os alunos da escola e não apenas para alguns que se interessam. Não é conversar de vez em quando, quando o assunto entra na roda. Tem que haver continuidade de trabalho, que essa conversa aconteça regularmente, com aulas semanais.

Quando Suplicy et al. (1995, p. 13) nos falam em “abrir canais de comunicação”, entendemos que, se a instituição escolar abre espaço para que a temática seja discutida, ela estará colaborando para que os alunos se transformem restando suas agressões, confusões e exibicionismo; ela está tocando num aspecto vital do amadurecimento mental e da formação da personalidade, possibilitando maior tranquilidade em meio ao turbilhão da adolescência. O aluno se sente valorizado, quando percebe que a escola busca esclarecer-lhe as angústias, mostra que está realmente preocupada com ele, com seu bem-estar, que está querendo ajudá-lo a descobrir-se e a inserir-se no seu mundo.

Neste sentido, ele se sente realmente como um cidadão, pois percebe que a escola está procurando meios de compreendê-lo, de favorecer suas reflexões, de abrir espaços para discussões de assuntos tabus, os quais muitas vezes são os mais importantes para ele, ajudando a conhecer-se a si mesmo, a vencer barreiras e tabus, a permitir-lhe liberdade de escolha e a entender e valorizar as experiências, sentimentos e mensagens (mesmo implícitas). A sexualidade faz parte da nossa existência e como diz Catonné (2001, p. 100) “o projeto de uma bela existência implica o de uma livre sexualidade.”

Quando a direção escolar se propõe a introduzir junto aos alunos um projeto de Orientação Sexual, sabe de antemão os problemas que irá enfrentar. Portanto, deve discutir com todos que fazem parte da comunidade escolar a sua viabilidade, para poderem se capacitar, para vencerem as barreiras, para desenvolverem pensamento e capacidade crítica, a fim de não aceitar nem rejeitar valores, sem antes analisá-los.

De acordo com Lima (apud BIBLIOMED, 2000c), devem-se excluir as “palestras”, que são muito utilizadas principalmente pelas direções das escolas, mas que são “puramente informativas e pontuais”, e que é confirmado por Pinto (apud BIBLIOMED, 2000c) que diz que a metodologia baseada em palestras nos remete ao ensino autoritário, “hierarquizado, compartimentalizado e conteudista” e “quando existem na escola grupos de adolescentes que se dispõem a realizar esse tipo de trabalho, estão fadados ao insucesso devido a imensas dificuldades de se imporem como opção [...] As palestras, enquanto atividades planejadas ou trabalhos isolados, tornam-se alvo de críticas pela falta de continuidade e monotonia que impõem aos alunos.” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 105)

Sendo assim, Lima (apud BIBLIOMED, 2000c) defende o modelo que chama de “protagonismo juvenil”, o qual trabalha com os próprios adolescentes sua maneira de entender os assuntos relacionados ao sexo, as drogas e a violência. “Capacitando o adolescente a interagir com os colegas da mesma idade ou mais novos, o projeto tem maior

eficácia, permitindo autonomia da instituição e uma reflexão contínua dentro da realidade específica daquele grupo.” Pinto (apud BIBLIOMED, 2000c) confirma isso quando diz que se deve investir nos grupos coordenados por adolescentes porque:

É aqui que se encontra terreno fértil para a compreensão da realidade desse jovem e principalmente para o estabelecimento de uma relação dialógica com ele. Significa não abrir mão do papel do adulto, mas deixar de ser o que ensina e induz para ser o que escuta, reflete e constrói junto. [...] Considera o adolescente integralmente, em todas as suas dimensões e trata da construção de sua consciência responsável sobre o seu corpo, sua mente e, como consequência, sua sexualidade, que exige acima de tudo, uma postura inequivocadamente solidária.

Na perspectiva de Egypto, (2003, p. 21):

[...] Há aqueles que acreditam que trazer um médico, um psicólogo, um especialista, enfim, resolve a questão. Ou, então, se diz: Uma palestra é pouco, vamos fazer a Semana da Aids, a Semana da Sexualidade. Faz aquela Semana e fica só nisso! Não se pode limitar a informação, porque é importante produzir o debate, a reflexão. A informação é necessária, mas não é suficiente. Deve existir um canal aberto permanente para o debate.

Os autores Nunes e Silva (2000, p. 107-108) discutem os limites do tema quando tratado de acordo com o biologismo:

A abordagem da sexualidade numa propositura reducionista, formal, curricular e restritiva, calcada em noções higienistas e médicas tem mostrado seus limites para uma mudança ético-comportamental de cunho emancipatório, capaz de inferir responsabilidades sobre seus desdobramentos e consequências. Noções de biologia, anatomia humana, comparações entre reprodução animal e fenômeno humano de nascer revelam as incompreensões e desencontros de uma mentalidade fria e cartorial, retrato desfocado de uma sociedade mecânica e desertizada.

Diante destas perspectivas, resta à escola engajar-se em um projeto de Orientação Sexual que permita às pessoas que estão, cotidianamente, em contato direto com os alunos, professores e funcionários, capacitar-se nas questões em pauta, obtendo informações e participando de oficinas para sensibilizar-se e trabalhar os aspectos psicológicos. É indispensável a união e a participação de todos os envolvidos, não só aqueles que já fazem parte da comunidade educativa, mas também os pais e os outros setores da

sociedade que colaborarão para que a Orientação Sexual aconteça de maneira satisfatória (Organizações Não Governamentais, Secretarias de Saúde Estadual e Municipal: médicos, psicólogos, enfermeiras). Sendo necessário a realização sistemática de reuniões entre as pessoas envolvidas para a discussão e reflexão das situações de sala de aula que envolvam a abordagem de conteúdos relacionados à sexualidade

Para iniciar um projeto educacional tendo como tema transversal Orientação Sexual é necessário, segundo Gonçalves (1993, p. 267-277):

- Definir e elaborar uma metodologia dinâmica que tenha um caráter de descontração, abertura e despojamento das formalidades, tabus e preconceitos;
- Ter clareza do perfil de cada grupo de alunos;
- Levantar os pontos conflitantes, dúvidas e necessidades da equipe;
- Ter a família presente, conhecendo e discutindo a proposta;
- Sondar e priorizar os interesses dos alunos.

Desta maneira, se a Orientação Sexual, é uma ação educativa formal e intencional, ela exige acima de tudo, planejamento, com definição clara dos objetivos da educação que se pretende empreender, quais conteúdos que deverão ser contemplados, mas garantindo a sua flexibilidade, os métodos que serão utilizados no sentido de que privilegiem a participação efetiva do aluno, estimulando-o a auto-reflexão sobre os conteúdos abordados, a troca de experiências e o questionamento das questões levantadas.

Portanto, a Orientação Sexual compreende um conjunto de ações que serão necessários para efetivá-la, abordando educativamente as questões afetas à sexualidade de forma a abranger todos os aspectos envolvidos. Esta ação teria como finalidade, não só informar, mas também desenvolver as habilidades necessárias à utilização destas informações para o exercício saudável da sexualidade.

Nesta mesma perspectiva, a autora ressalta que o tema transversal em questão tratado como um dos meios de mudança social torna-se viável se conduzido em “clima de interações, confiança, neutralidade, respeito, simplicidade e espontaneidade”. Para tanto é muito importante:

- Buscar recursos que promovam no aluno a autovalorização e a crença em si mesmo;
- Discutir os estereótipos sexuais;
- Identificar os papéis do homem e da mulher com respeito à dignidade humana;
- Dinamizar e integrar, com toda a comunidade escolar, as discussões de cunho político, social, cultural, econômico e sexual;
- Desmistificar e desmitificar os tabus e preconceitos em relação à sexualidade;
- Respeitar as individualidades e promover as trocas de experiências que contribuam para a aquisição, apropriação e reformulação de conhecimentos que estimulem o uso responsável da liberdade criadora do homem. (GONÇALVES, 1993, p. 276)

Sendo assim, a Orientação Sexual trabalhará com fornecimento de informações, abordando não só conteúdos relacionados à biologia do sexo, mas também, informações relativas ao contexto social em que a sexualidade é exercida; com problematização dos discursos que visam explicar questões ligadas ao sexo e a sexualidade. Conteúdos como preconceito, as negociações de poder que envolvem as relações sexuais, as desigualdades entre os sexos, a determinação cultural que estabelece os papéis de ‘homem’ e de ‘mulher’ dentro da sociedade e a sua influência nas relações sexuais, a negação social e cultural do prazer feminino e a afirmação do masculino, a ‘passividade’ feminina e a ‘atividade’ masculina e tantos outros.

De acordo com Ribeiro (1990, p. 16):

Os valores e a história de vida que acompanham o indivíduo desde a infância estão de tal modo incorporados que dificilmente o jovem consegue viver sua sexualidade sem os tabus, os conflitos e os sentimentos de culpa, em consequência do confronto entre estes valores e os que a sociedade oferece hoje, entre as regras e o desejo. [...] recebendo informações distorcidas ou causadoras de dúvidas, o jovem não encontra espaço onde possa debater estas dúvidas e suas ansiedades, refletir sobre seus valores e conflitos, o que contribui para não conseguir viver sua sexualidade sem medo e sem culpa.

Diante do exposto acima, se a escola é uma instituição social; se é um espaço sexualizado, atravessado pelas concepções de masculinidade e feminilidade, pelas formas de sexualidade de uma dada sociedade, é quase impossível a escola negar a

necessidade de implementar projetos e de abdicar-se desta responsabilidade. É necessário um aprofundamento sobre as questões que envolvem a sexualidade, permitindo que as dúvidas que existem quanto a ela sejam abordadas sem preconceitos, no sentido de que todos possam se informar, refletir, debater, questionar, de maneira clara e objetiva, respeitando as individualidades, então aí ela estará cumprindo seu papel social relevante na formação dos indivíduos.

Não é uma tarefa fácil, mas é necessário e urgente que novas políticas educativas voltadas para sexualidade sejam propostas e debatidas, e é aí que a Orientação Sexual na escola deve ter sua atividade valorizada e o seu espaço reconhecido.

6.1 JUSTIFICATIVAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

De acordo com Ribeiro (1990, p. 16-17), a liberalização sexual, proveniente de um enfraquecimento do autoritarismo e das mudanças dos modelos e padrões culturais, leva a sociedade a uma ampliação da propagação de material que lembra variados modos de considerar a sexualidade e com ela trabalhar, sem que sejam preenchidas as necessidades e exigências dos jovens, perdidos entre uma moral até então repressora e um novo comportamento que diz ser liberal e tolerante. Ambivalente e contraditória, a sociedade acaba restringindo a expressão da sexualidade do jovem. “Ele não encontra espaço onde possa debater suas dúvidas e ansiedades, refletir sobre seus valores e conflitos, é aí que a escola poderia se tornar um espaço propício à orientação sexual”.

Segundo Suplicy et al. (1995, p. 41), a implantação de um projeto de Orientação Sexual na escola justifica-se porquê:

a) Protege o jovem através da informação.

É totalmente falsa a idéia de que a “inocência” protege a criança. A ignorância é frequentemente geradora de angústia, culpa, gravidez indesejada e torna os adolescentes presas fáceis de abuso sexual. A pessoa mal informada torna-se mais vulnerável às situações, por não saber lidar adequadamente com elas.

Segundo Felipe e Guizzo (2004, p. 38):

[...] A maioria das famílias vêem a infância como um período de inocência e pureza, pois nessa fase da vida, acreditam que as crianças devem ser “protegidas” e “preservadas” de determinados tipos de conhecimentos como, por exemplo, aqueles que, de certa maneira, se vinculam à sexualidade. Parecem ignorar que a educação não se dá apenas no âmbito da escola, mas está e se faz em toda parte: através das TVs, jornais, revistas, rádios, *outdoors* [...]

Sabemos que não tem fundamento a afirmação que as informações acerca da sexualidade podem instigar os jovens, aguçando sua curiosidade. O desconhecimento ou ignorância não é garantia de livrar as pessoas de problemas; se for dada de maneira correta, natural e simples, a informação não vai criar insegurança e nem ansiedade.

Em nossa cultura, continuamente, as crianças são proibidas de tratar o tema sexualidade, incorporando muito cedo o tabu que a encerra. A informação indispensável e apropriada, que possibilite a construção/autoria dessa informação, faz com que as crianças se sintam seguras com relação às discussões relacionadas à própria sexualidade e possam desenvolver-se para tornar indivíduos conscientes dos valores e direitos. (CAMARGO; RIBEIRO, 2000, p. 54)

b) O estado emocional interfere na capacidade de aprendizado, podendo incentivá-lo ou bloqueá-lo.

O adolescente necessita falar sobre suas emoções e saber lidar com elas. Discussões sobre o tema amenizam e até eliminam algumas angústias. Segundo Salgado (2003, p. 85), ter vontade sexual é uma coisa normal, “porém controlar impulsos, ter domínio e responsabilidade sobre o desejo requer certo esforço.” A Orientação Sexual é, sem dúvida, um precioso recurso para a educação dessa vontade, pois ela dá aos alunos incontáveis chances de “simular situações, analisar por diferentes ângulos, projetar-se em um personagem, expor suas angústias e, quem sabe, encontrar, por si mesmos, ‘respostas’ responsáveis para os seus conflitos.”

Segundo Gimenes e Ribeiro (2002, p. 65):

As informações distorcidas, a ausência de orientação e diálogo concernentes à vida sexual das adolescentes remetem à necessidade de uma mobilização por parte dos educadores no intuito de conscientizar a família e a escola sobre a importância da orientação sexual, talvez a única maneira de lhes auxiliar a viverem plenamente sua sexualidade, conscientizando-se que sexo é prazer recíproco, respeito mútuo, liberdade de escolha, igualdade de direitos e prática de cidadania.

c) Assuntos difíceis de serem abordados pelos pais, na escola podem ser discutidos com mais liberdade.

Muitos pais têm dificuldade em falar sobre sexualidade com seus filhos, por realmente nada saberem sobre ele, ou por vergonha ou até por ter tido uma educação extremamente repressora em virtude da qual falar sobre sexo era coisa “imunda” ou pecado.” De acordo com Mendonça (1993, p. 235-236), “nossos pais foram criados de forma repressora, machista, com a mulher sendo educada para ser a ‘rainha do lar’ (mãe e dona de casa) e o homem o ‘chefe da família’ (o dono da verdade). Não eram permitidos questionamentos e daí houve um bloqueio à sexualidade e aos sentimentos, próprios de seus filhos.” Mesmo assim, de acordo com Sayão, R. (1997, p. 101-102), “nem todos os pais conseguem ver que seus filhos cresceram e que já podem e querem saber a respeito de ‘certas coisas’. A escola pode, e deve, auxiliar os pais a deixar de praticar a política da avestruz.” A escola alivia a família que se sente despreparada para enfrentar os conflitos e as contradições que são, em grande parte, vividas nos seus limites. Porém, o trabalho iniciado pela escola deve comprometer a família em todo o seu processo (SILVA, 1993b, p. 246). Se é difícil discutir esse assunto em casa; é melhor, então que a escola assuma esse papel.

d) Resgata a sexualidade da conotação de que é algo feio, sujo e pornográfico.

O que justifica uma instituição optar por um trabalho dessa natureza é a preocupação em informar o aluno sobre temas que o angustiam e despertam curiosidades, sobre a necessidade que o adolescente tem de falar sobre suas emoções, dúvidas, conflitos, de discutir assuntos considerados difíceis de serem abordados pelos pais, de quebrar barreiras e tabus sobre a sexualidade (aquilo que é considerado “sujo”, “pornográfico”, “pecado”, “folclore”), bloqueios que, por vezes, interferem na aprendizagem.

De acordo com Camargo e Ribeiro (2000, p. 50), a sexualidade humana, mais do que o ato sexual e a reprodução, abrange as pessoas, suas sensibilidades, seus sentimentos e relacionamentos. Envolve experiências, ponderações, planejamentos, valores morais e tomadas de decisão.

e) Constatação de que existe um problema específico dos alunos de determinada escola em relação ao tema.

Cada escola possui uma realidade diferente, e o projeto de Orientação Sexual tem que se moldar a essa realidade. Portanto, cada projeto é único; se surge da necessidade do grupo é porque existe um problema daquele grupo e cada um reage diferentemente diante de determinadas questões da sexualidade. À medida que cada grupo escolher o caminho que irá percorrer, também irá procurar a orientação necessária para o seu percurso, sendo o tempo e as condições importantes para o grupo se conhecer melhor, já que é constituído por diversas pessoas com idéias e ritmos diferentes, o que lhe permite uma saudável construção e o orienta sobre as questões da sexualidade, mediante informações e participação em oficinas para sensibilização e trabalho relacionados aos aspectos psicológicos.

6.2 OBJETIVOS DO PROJETO SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA

De acordo com Suplicy (1993, p. 23-30), a Orientação Sexual na escola tem basicamente três objetivos que são:

a) Levar informações corretas e atualizadas na quantidade certa, na hora certa e para as pessoas certas.

Permitir que o aluno saia da escola sabendo como é seu próprio corpo, e o que é um espermatozóide, como a moça engravidada, etc. Muito importante é a preocupação em informar o aluno sobre temas que o angustiam e despertam curiosidades, sobre a necessidade que o adolescente tem de falar sobre suas emoções, dúvidas, conflitos e que por vezes interferem na aprendizagem. Quando se discutem assuntos considerados difíceis de serem abordados pelos pais, estes acabam sendo disso informados e podem ter, em consequência disso, uma abertura ou uma retomada do diálogo com os filhos. Segundo Guimarães (1995, p. 93), “[...] existem relatos sobre a mudança de relacionamento entre jovens e adultos. Diziam os adultos que passaram a tratar diferentemente os filhos, passaram a ouvir mais e a interessar-se de modo diferente pelas questões da sexualidade, mudando o seu comportamento anterior.” Desta maneira, toda informação correta vai preencher um espaço e ajudar com ações preventivas.

De acordo com Maia (2004, p. 169), uma orientação sexual apropriada deveria produzir informações e favorecer debates acerca de variados temas, “considerando a sexualidade nas suas várias dimensões, articulando-se, portanto, a um projeto educativo que exerça uma ação ligada à vida, à saúde e ao bem-estar de cada indivíduo (criança, jovem, adulto, idoso).”

b) Discussão sobre os preconceitos

A discussão sobre preconceitos por professores e demais profissionais que lidam com crianças e jovens, tem um papel fundamental no processo de transmissão de conhecimentos e valores a seus alunos. Para isso, devem ter a sensibilidade de distinguir o que é tabu, o que é folclore e o que está por trás de tudo isso. Desta maneira poderão até indicar caminhos e escolhas que tornem a vida do indivíduo menos traumática, menos carregada de culpa e ansiedade, menos preconceituosa e desinformada, sem impor idéias. A informação que eles têm a fornecer só será dada mais tarde, depois de uma compreensão maior do que realmente se passa no momento.

Neste sentido, explicam Reis e Ribeiro (2002, p. 84), que,

[...] o aluno muitas vezes chega à escola trazendo dentro de si informações distorcidas, dúvidas e ansiedades, crendices e preconceitos que lhe dão uma visão negativa em relação ao sexo. E é essa escola que pode oferecer a ele o espaço necessário para refletir sobre seus valores e conflitos, para adquirir conhecimento de questões sexuais e poder expressar sua angústia, seu medo ou culpa. A construção de uma sexualidade a partir da orientação sexual recebida da família, assim como a influência dos meios de comunicação, dos amigos, das leituras que faz, é que determina a necessidade do jovem e em que grau a ação educativa na escola irá ajudá-lo a viver plenamente sua sexualidade.

Explica Maia (2004, p. 169) que “uma orientação sexual no espaço escolar deveria, sobretudo, ir além da mera informação, atuando de forma a garantir uma transformação no processo de educação sexual de modo abrangente.”

c) Ampliar e problematizar as discussões em torno da sexualidade

Se uma Orientação Sexual não mexer com os conflitos, nada se consegue, pois ela se propõe a lidar com angústias, confusões, medos, com conflitos gerados por

múltiplas pressões, sem contudo resolvê-los. No momento em que falam de suas angústias, medos e fantasias, os jovens se tornam conscientes, e a própria troca de sentimentos já ajudará a diminuir suas tensões. Sabe-se que os adolescentes e jovens têm um comportamento sexual ativo que necessita de orientação, não repressiva, mas de esclarecimento sobre a relação com o sexo oposto, sobre a vida social e afetiva, sobre o crescimento pessoal, uma orientação que os ajude a lidar com tabus e preconceitos, a incorporar conhecimentos de anatomia e fisiologia sexual, a superar a ansiedade, o medo e a culpa.

Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 45), é necessário que os educadores estejam sensibilizados e em relativas condições para dar respostas satisfatórias quando indagados pelos jovens sobre temas de sexualidade e, principalmente, atentos para desconstruir violências e discriminações nas escolas.

6.3 PONTOS FUNDAMENTAIS PARA O ÊXITO DO PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA:

Considerando a importância do projeto de Orientação Sexual, encontramos em Silva (1993a, p. 181-182) pontos fundamentais para o êxito deste trabalho:

- **Formação permanente dos professores, pertencentes a qualquer área.**

Em razão da relevância desse tema transversal, é necessário que os professores tenham uma sólida preparação, baseada em estudos e conhecimentos sociológicos, acreditem em si mesmo, desafiem obstáculos, saibam rever seus próprios conceitos e dialogar, proponham e reformulem seus valores. Pois, conforme Camargo e Ribeiro (2000, p. 51), “a formação dos professores tem de ser considerada não apenas quanto à produção teórico-científica que embasa o conhecimento sobre a criança, mas também quanto ao seu auto conhecimento [...] o preparo destes implica o despertar de suas potencialidades, favorecendo a expressão de sua criatividade, de sua sensibilidade.” Caridade (1993, p. 165) acrescenta “que o professor tenha uma convivência positiva com a criança que

somos e a sexualidade que temos” e que procure orientações e trocas de experiências com profissionais e segmentos afins.

Afirmam Reis e Ribeiro (2002, p. 94) que:

É fundamental, portanto, investirmos na formação do profissional que realizará o trabalho de orientação sexual em sala de aula, proporcionando ao professor acesso a todo o conhecimento científico que é produzido em torno da sexualidade, levando-o a conhecer o desenvolvimento da criança e do adolescente, e a se atualizar na sua área de atuação, enfim, que seja preparado à luz da ciência para exercer um trabalho que se propõe não diretivista. Os órgãos governamentais também devem oferecer uma formação de “qualidade” (cursos de especialização, aperfeiçoamento, capacitação...) e proporcionar melhores condições estruturais de trabalho, e, é claro, valorizar o trabalho do educador. É necessário uma “parceria” entre os órgãos governamentais, a escola, o professor, a família e o aluno. Enfim, não se pode permitir que este trabalho se concretize no diletantismo ou dependa da “boa vontade” daqueles idealistas que se sentem impelidos a lutar por uma causa nobre.

● **Trabalho contínuo com alunos e pais:**

Conforme Gimenes e Ribeiro (2002, p. 59),

[...] a família é responsável pela base em que a construção da sexualidade de cada um se apóia, seja ela participante ou omissa, liberal ou repressora. É a partir dos conceitos e valores incorporados e das relações estabelecidas entre o indivíduo e seus pais que as práticas sexuais serão estabelecidas, e com elas as percepções delas decorrentes: positivas ou negativas, sadias ou patológicas, causadoras de alegria ou angústias. O controle sexual exercido pela família pode acabar sendo liberado, fora da esfera familiar, nos espaços em que o adolescente se vê livre das amarras da repressão sexual.

Se os adolescentes chegam à escola com informações distorcidas a respeito de temas relacionados à sexualidade, e se a escola pode se tornar um espaço de discussões sobre esta temática, é importante uma movimentação por parte dos professores com a intenção de esclarecer a família e a escola sobre a necessidade da orientação sexual; desta maneira, há que se realizar reuniões com os pais, para o acompanhamento das questões e discussões realizadas em sala de aula, e possivelmente comentadas em casa. Muitas vezes o professor tem servido de ponte entre pais e alunos, numa tentativa de estabelecer diálogo.

● **Informação e formação do professor e do aluno**

A partir da criação de um espaço para formação, mediante discussão profunda e ampla das questões envolvidas, não se limitando a mero levantamento de informações

Conforme Gimenes e Ribeiro (2002, p. 59),

[...] a família é responsável pela base em que a construção da sexualidade de cada um se apóia, seja ela participante ou omissa, liberal ou repressora. É a partir dos conceitos e valores incorporados e das relações estabelecidas entre o indivíduo e seus pais que as práticas sexuais serão estabelecidas, e com elas as percepções delas decorrentes: positivas ou negativas, sadias ou patológicas, causadoras de alegria ou angústias. O controle sexual exercido pela família pode acabar sendo liberado, fora da esfera familiar, nos espaços em que o adolescente se vê livre das amarras da repressão sexual.

● **Desenvolvimento da pesquisa da metodologia**

Descobrir a maneira como cada um vai passar o conteúdo. É importante que o professor ouse, saia do convencional, questione o que nunca foi questionado, que desequilibre para que haja movimento.

Para iniciar um projeto educacional tendo como tema transversal Orientação Sexual é necessário, segundo Gonçalves (1993, p. 267-277):

- Definir e elaborar uma metodologia dinâmica que tenha um caráter de descontração, abertura e despojamento das formalidades, tabus e preconceitos;
- Ter clareza do perfil de cada grupo de alunos;
- Levantar os pontos conflitantes, dúvidas e necessidades da equipe;
- Ter a família presente, conhecendo e discutindo a proposta;
- Sondar e priorizar os interesses dos alunos.

E, ainda segundo Gonçalves (1993, p. 275), “a organização de um modelo didático-pedagógico que passe pela diversificação de alternativas metodológicas deve ser um dos princípios norteadores da escola.”

● **Construção do programa**

A construção do programa educativo de uma escola, por ser único, apresenta situações que lhe são próprias e cabe àqueles que dela fazem parte, refletir e discutir cada ponto para que se chegue a um denominador comum. Desta maneira as chances dele dar certo e obter êxito serão maiores. Segundo o Grupo de co-educação do MRP (2004, p. 33):

A elaboração do projeto educativo da escola nos leva a enfrentar a situação de ter que tomar decisões originais e próprias de cada comunidade escolar. Haveremos de considerar o debate interno a fim de levar a um consenso sobre quais são os objetivos gerais a serem alcançados, em favor dos quais o corpo docente, os estudantes, os pais dos alunos e o pessoal não-docente irão trabalhar de maneira unânime.

● **Formação do vínculo**

Quando o professor realmente se envolve nesse trabalho, emociona-se e percebe que pode descobrir e desenvolver uma nova área de atuação nas escolas, o que muito o emotiva e empolga.

O projeto de Orientação Sexual não é projeto de apenas um professor, mas de uma equipe inteira que discute, planeja, faz estudos contínuos, com a participação dos pais. Esse envolvimento de muitas pessoas ao mesmo tempo em assunto tão relevante cria condições para o diálogo e leva os participantes a se motivarem para que ele realmente aconteça e perdure.

● **Presença do toque, do lúdico e da emoção**

Vemos em Schiavo (1993, p. 395) que a Orientação Sexual pode ser transmitida aos alunos de forma lúdica, alegre e positiva; por meio de jogos educativos, dramatizações, brincadeiras que permitem criar um ambiente favorável a esta temática.

Na perspectiva de Camargo e Ribeiro (2000, p. 58-59):

A criança tem o direito de sentir que seu corpo é adorável e bom e que somente dela e apenas ela poderá decidir quem pode vê-lo ou tocá-lo. Há muito que fazer para aumentar seu sentimento de autoconfiança, considerando a proximidade, a intimidade, o amor e os sentimentos. É desafiador fornecer informações precisas, confiáveis, sem preconceitos para o estabelecimento da confiança mútua.

●A transformação do professor e do aluno em agentes transformadores

Para que ocorra de fato uma transformação do professor e do aluno em agentes transformadores é essencial a criação de uma vinculação interpessoal entre eles e entre o conteúdo proposto à vida do educando, que de acordo com Ortega y Gasser (apud CASTRO; ABRAMOVAY e SILVA, 2004, p. 40), é “uma forma de personalização do ensino que implicitamente admite como correta a concepção de que conhecer algo é saber o que esse algo tem a ver comigo, com aquele que conhece.”

Segundo Camargo e Ribeiro (2000, p. 45):

Para que ocorram transformações e inovações pedagógicas no ensino e nas escolas, há necessidade e urgência de uma organização diferente do processo didático, do espaço físico e do tempo para que as crianças se constituam por meio de interações, da integração e da participação. A autodisciplina, a autonomia, a liderança, a atividade criadora fazem parte da dimensão metodológica em que os alunos produzem o seu conhecimento a partir de materiais e desafios constantes. O material didático e pedagógico sai das fronteiras da sala de aula e utiliza os recursos da comunidade, que se transforma em laboratório vivo e permanente. Essa dimensão metodológica prioriza o ser humano como um todo, destacando as individualidades e a ação grupal. As pessoas acabam sendo elas mesmas, e o meio escolar vai se transformando de acordo com as necessidades. Nesta prática a ênfase não recai sobre o produto que deve ser conseguido, mas sobre o processo de formação e transformação.

●Diminuição das distâncias e a permissão do proibido

Poder falar, denunciar, questionar, rir, ousar, experimentar o desconhecido, envolver-se e até crescer.

Sabe-se que os jovens são extremamente pressionados pelo contexto social, onde se exige “perfeição física”, padrões de comportamento, moda, cópia de modelos estereotipados, etc. E se não bastasse essa pressão, as mudanças continuam ocorrendo em seu corpo e em sua vida, sendo em determinadas épocas mais profundas, tanto no físico quanto na busca de sua identidade e bem-estar. “É um espectador interessado, ansioso, do próprio corpo, ora angustiado, ora vitorioso. É muito comum nessa idade a preocupação com a “normalidade.” E tornam-se angustiadados quando suas dúvidas e curiosidades não são respondidas. “Os modelos sociais de ser homem e mulher propostos ao adolescente são

rígidos e freqüentemente aprisionam em determinada “forma” de ser.” (SUPLICY et al., 1995, p. 46)

Este diálogo torna-se ainda mais importante quando se lê o que escreve Suplicy et al. (1995, p. 47):

A formação do corpo depende de fatores como a capacidade de formar vínculos de amor. [...] Fica registrada no corpo da pessoa a vivência do prazer de ser amada e seu reconhecimento de que é digna de sê-lo. Se, no começo de sua existência, a criança é sistematicamente frustrada nos anseios afetivos, se atravessa fase de insegurança emocional, pode desenvolver expectativas de rejeição e uma descrença na possibilidade de formar vínculos estáveis e satisfatórios. Nosso corpo sexuado inicia a construção de sua identidade feminina e masculina através do desejo, da memória, e de marcas inscritas em cada um de nós.

●Sexualidade como direito ao prazer com responsabilidade

Neste sentido, Camargo e Ribeiro (2000, p. 50) consideram que:

A sexualidade humana mais do que o ato sexual e a reprodução abrange as pessoas, seus sentimentos, e relacionamentos. Implica aprendizados, reflexões, planejamentos, valores morais e tomadas de decisão. A sexualidade é uma energia forte e mobilizadora, uma dimensão da expressão do ser humano em sua relação consigo mesmo e com o outro, lugar de desejo, do prazer e da responsabilidade.

Entretanto, se temos pontos fundamentais para o êxito de um projeto dessa ordem, não podemos deixar passar despercebido que também existem dificuldades. E encontramos em Sayão R. (1997, p. 98) algumas delas:

[...] muitos professores, mesmo sem perceber, já ficam incomodados em transmitir esse tipo de conteúdo para seus alunos. Não é difícil que, na apresentação dos aparelhos constitutivos do corpo humano, o reprodutor seja o último da seqüência – o que significa que o professor sempre pode contar com a sorte para terminar o ano letivo sem ter de cumprir com a árdua tarefa. Passa a obrigação para a próxima vítima.[...] sorrisinhos maliciosos, piadinhas, burburinho geral, perguntas indiscretas, que ultrapassam o saber da biologia. O pobre professor de biologia passa por poucas e boas ao tentar ministrar com tranqüilidade essas aulas. Além disso, ele mesmo tem sua própria concepção, convicções e valores sobre a vida sexual, incluindo-se aí a moral e os preconceitos. (SAYÃO, R., 1997, p. 98)

Neste sentido, o projeto deve procurar, se não conseguir que todos participem, pelo menos que a grande maioria dos que fazem parte da comunidade escolar se harmonizem em torno dele e com a direção e coordenação, garantindo sigilo e autonomia da equipe e com o apoio de pessoas habilitadas nos temas da sexualidade, mas que não estejam participando diretamente deste contexto, ressaltando principalmente as necessidades e interesses dos alunos e os benefícios que se espera sejam alcançados.

Para se chegar a um objetivo final existem várias formas, que devem refletir o trabalho realizado. Os indivíduos envolvidos traçam planos, usam diversos recursos disponíveis, refletem individual e coletivamente na produção de algo que terá características diversas. Se o que se trata é um problema relevante para todos e se sabe que tratar de temas que envolvem a sexualidade é complexo, os envolvidos deverão ter a chance de freqüentar cursos de sensibilização com profissionais para discutirem assuntos sobre que têm dúvida nem que seja só para se atualizarem.

Muito importa a metodologia que será utilizada, a qual, segundo alguns autores, poderá ser a mais variada possível, com vídeos, caixas com dúvidas, oficinas, espaços para serem discutidos os assuntos com suporte de um psicólogo, ou médico, ou outro profissional versado nessas questões, com espaço para mobilização de sentimentos relacionados às opiniões e atitudes diante da vida, devendo, na visão de Lima (apud BIBLIOMED, 2000c), “ser traçada uma metodologia competente para abarcar dois níveis de trabalho: o biológico/informações e o psicológico/atitudes”. Mas, segundo Schiavo (1993, p. 394), para definir uma metodologia para a educação sexual é necessário saber a quem servirá e de que tipo de educação sexual se está falando, e ainda que a metodologia é tão importante quanto os conteúdos e que,

Antes de se ensinarem técnicas, é necessário que a visão sobre sexualidade seja transformada a partir da própria vivência do ‘educador’ e da comunidade em que ele atua. O reconhecimento da não-verdade absoluta no campo da sexualidade é indispensável, pois o educador além de expor sua vivência, tem que ouvir as demais experiências, respeitando cada uma como própria de quem as expõem.[...] o analfabetismo sexual identifica sexo com instinto, [...] todos acabam aprendendo por si sós. (SCHIAVO, 1993, p. 394)

Segundo Schiavo (1993, p. 394-395), esta metodologia tem por base os seguintes princípios que as classificam em:

•**Participativa** – A escola é um lugar privilegiado para dialogar. Quando o projeto é sobre Orientação Sexual, o diálogo é um grande aliado que exercita a capacidade de ouvir e de se fazer entender, de esclarecer conflitos e de entender determinadas atitudes, de permitir que os alunos pensem por si mesmos e sejam capazes de realizar julgamentos com bom senso. Desta maneira nessa metodologia não existem as figuras do educador e do educando. Se todos estão em situação semelhante, todos têm a sua participação garantida e assim o universo de conhecimentos será compartilhado e discutido, sem imposições de verdades absolutas. “Idéias não necessariamente iguais devem conviver sem concessões ou pressões.”(SCHIAVO, 1993, p. 395)

Nesta perspectiva, de acordo com Camargo e Ribeiro (2000, p. 80), o educador que utiliza esta metodologia para fazer emergir temas relacionados à sexualidade, “sabe que penetra em instâncias muito particulares e singulares, tanto dele próprio quanto das crianças; [...] existem variadas formas de expressão destas, que pressupõe a apresentação de situações estruturadas que promovam e modifiquem a aprendizagem e favoreçam o auto conhecimento e o conhecimento das pessoas da classe no intercâmbio de pensamentos, sentimentos e emoções.”

•**Dialógica** – “A forma de atuação é o diálogo, a troca de informações. Não exposições ou aulas, mas sim sessões e módulos onde a negociação de conhecimentos e pontos de vista substitui a ditadura do saber” (SCHIAVO, 1993, p. 395). Sabemos que não é tão fácil quanto se imagina, pois, de acordo com Suplicy (1993, p. 25), essa metodologia partindo do diálogo, tão diferente daquilo com que os professores estão acostumados, transforma sua prática didática, modificando inclusive o modo pelo qual lecionam as outras matérias. É muito difícil tirar o autoritarismo ao qual a maioria dos professores está acostumada. Às vezes isso é até impossível

•**Lúdica** – “O sexo é bom e deve ser transmitido de forma alegre e positiva. Técnicas de jogos educativos, dramatizações e brincadeiras substituem exposições e leituras, tornando o ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de mudança e percepção frente à sexualidade.” (SCHIAVO, 1993, p. 395)

•**Cotidiana** – “O sexo está presente em tudo que nos cerca, e daí vem a inspiração sobre o que falar. Pelas notícias de jornais, revistas, filmes, espetáculos teatrais,

acontecimentos com parentes ou amigos e, principalmente, a partir da vivência de cada um”. Se tiver a sensibilidade necessária, o educando vai conseguir retirar do próprio cotidiano a matéria-prima necessária para poder discutir aspectos relacionados à sexualidade. (SCHIAVO, 1993, p.395)

●**Criativa** – “As potencialidades dos membros do grupo devem ser exploradas, devem servir de vínculos à apresentação dos temas e situações. A expressão artística acompanha o processo educativo, eliminando a monotonia dos materiais prontos e acabados.” (SCHIAVO, 1993, p. 395). Segundo Camargo e Ribeiro (2000, p. 111), “O acesso a novas produções estéticas e poéticas [...] pode funcionar como desencadeador de novas descobertas, novas possibilidades de pensar o mundo [...] quanto maior for a diversidade de situações para a troca, mais oportunidades a criança terá de elaborar suas próprias idéias.”

Aprender a incluir a articulação entre informação, conhecimento/construção e saber. A informação por si só não favorece o conhecimento que pressupõe autoria e é construído na articulação entre o espaço externo e o interno, onde um clima de confiança estimula a criança a colocar-se sem medo do erro ou de julgamento. Esse espaço de confiança gera um espaço de criatividade e um terreno fértil para a elaboração de conhecimentos. (CAMARGO; RIBEIRO, 2000, p. 121)

●**Intimista** – “A vivência de cada um na área da sexualidade, principalmente do educador, deve ser compartilhada com liberdade, de forma que o particular se torne público e o individual se torne coletivo, permitindo a construção de um antimodelo tão aberto quanto as vivências apresentadas e discutidas” (SCHIAVO, 1993, p. 395). Nesta perspectiva, segundo Camargo e Ribeiro (2000, p. 120), “a temática da sexualidade humana requer um processo de construção, uma história de interações na qual os saberes se entrecruzam em ambientes ricos em discussões. Quanto a essas discussões, encontramos em Calvino (apud CAMARGO; RIBEIRO, 2000, p. 120), “quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginação.”

●**Servindo aos indivíduos** – “Não se pode realizar a Orientação Sexual do Estado ou de outras instituições. O sujeito da Orientação Sexual é a pessoa, e não a organização.” (SCHIAVO, 1993, p.3 95)

De acordo com Moraes (1993, p. 253):

A presença e o envolvimento do Estado no debate, ao mesmo tempo em que podem garantir o acesso de informações ao conjunto da sociedade e a possibilidade de ações concentradas e contínuas, se tornam, sem a contrapartida da sociedade organizada, uma ameaça pela tradição autoritária, moralista, excludente, clientelista e assistencialista que caracteriza sua intervenção em assuntos culturais e morais. Podem vir a se constituir em mais uma estratégia de intervenção e de controle social do que de encaminhamento de solução. Mais uma eficiente armadilha a amarrar os indivíduos e a sociedade.

Encontramos, ainda em Camargo e Ribeiro (2000, p. 34) que:

O sistema educativo desconhece a criança, procurando nela o adulto e esquecendo-se de olhar para ela como um ser que tem lugar no mundo, esquecendo-se que a sexualidade é uma dimensão da existência que não tem idade, que o princípio da transformação está na essência do próprio ser e esquecendo-se também de que a criança elabora suas próprias teorias sexuais de acordo com suas vivências em um estilo pessoal, individual, único. A sexualidade, assim como as demais características do ser humano, está em constante transformação e é nesse permanente movimento que deve ser compreendida.

Portanto, é muito importante que o grupo acredite na aprendizagem baseada na própria prática pedagógica, para que possa refletir, criar, descobrir, crescer e desenvolver-se na trajetória da construção do próprio conhecimento, sendo muito importante a troca de experiências. Que todos reflitam sobre o seu encaminhamento com a finalidade de corrigir e melhorar cada vez mais. Abrir espaço para as discussões, ajuda a elaborar as ansiedades relacionadas à sexualidade, ajuda se não a derrubar, pelo menos minorar os efeitos que os preconceitos impõem às pessoas e, por vezes, até impedem a utilização das informações, o exercício da liberdade, o relacionamento de igualdade entre os gêneros e a adoção de comportamentos preventivos.

Há estudos que apontam a importância da informação como fator de formação e transformação de valores e atitudes. Conhecer o próprio corpo, o que se passa com ele, discutir sexualidade, quebrar tabus, vencer barreiras, compreender as diversidades, respeitar-se a si mesmo e a seus colegas, são fatores importantes para promover atitudes de cuidado e atenção diante dessas questões, para valorizar e preservar a vida. (SUPLICY et al., 1995, p. 12-13)

Se a abordagem da sexualidade for clara e consciente, pode-se até obter melhora na aprendizagem, pois os alunos encontram respostas às suas indagações, o que era nebuloso, se descortina muito límpido, sem tabus, sem preconceitos, ajudando-os a diminuir suas ansiedades, a entender seus conflitos, a descobrir a si mesmos, sendo ouvidos e respeitados em suas opiniões. Mas, se o contexto escolar não reconhecer a sua importância e não tratar da questão sexual estará se omitindo e por esta atitude mostrando que o assunto é de fato um tabu, sobre o qual é melhor nem falar, que cada um aprenda à sua maneira. Mas mesmo assim, alguma Orientação Sexual estará acontecendo, seja errada, opressiva ou preconceituosa. (SUPLICY et al., 1995, p. 10-14)

Por outro lado, muitas vezes a informação não garante a mudança de atitudes e valores, pois nem mesmo a informação que se tem sobre a DST/AIDS e gravidez precoce na adolescência, impede o seu avanço e o aumento, e de acordo com Egypto (2003, p. 26-27):

A orientação sexual na escola não é garantia de que não vá ocorrer gravidez na adolescência, quando não planejada ou indesejada. Muitas vezes, a gravidez é uma fantasia da menina de que vai poder segurar o namorado, ou buscar na gravidez, e no fato de ser mãe, um papel social, respeito, um lugar social que a menina não tinha. As aulas ajudam muito a se conscientizar do problema, a encarar as resistências, as dificuldades e riscos, a superar preconceitos, mas não pode garantir que o comportamento aconteça

Mas a instituição escolar tem o dever de intervir de forma permanente e sistemática no desenvolvimento de atitudes de seus alunos, procurando compreender seus comportamentos no contexto amplo do desenvolvimento moral e social e quebrar preconceitos.

Canais de comunicação são abertos, e esse diálogo franco e claro no contexto escolar chega até os lares, onde poderá se fazer presente e daí para frente ajudar a repensar e analisar os valores que se têm. Segundo a Multirio (apud BIBLIOMED, 2000a), o contexto escolar complementa o que é iniciado no lar, supre lacunas, combate preconceitos e revê conceitos distorcidos. A instituição escolar não tem como função dizer o que é certo ou errado; deve preparar o jovem para discriminar o que é biológico e o que vem da cultura e da classe social a que pertence, levando-o a sua própria verdade. Cabe aos pais posicionarem-se claramente sobre o que consideram importante para seus filhos.

Enquanto os pais não se sentirem à vontade com sua sexualidade nem responsáveis pela educação sexual de seus filhos, enquanto as escolas não assumirem

decididamente um programa de Orientação Sexual e enquanto os serviços de saúde não atenderem adequadamente a essa área, os indivíduos da nossa cultura e época estarão vivendo uma sexualidade empobrecida. Não desenvolverão o potencial de felicidade a que têm direito. (SUPLICY et al., 1995, p 10)

Neste sentido, Egypto (2003, p. 31) considera que os assuntos relacionados ao sexo mexem muito com as pessoas, porque até então, eram tidos como “proibido”, desestabilizando a alguns e provocando resistências por serem complexos. Tais assuntos devem envolver toda a comunidade escolar o “que já é uma tarefa mais complexa ainda e que pressupõe um processo longo e cuidadoso para não queimar etapas nem produzir fortes resistências”. A Orientação Sexual na escola “não se confunde com as fórmulas fáceis de palestras eventuais, ‘sacadas’ sensacionais ou remédios milagrosos que em pouco tempo resolvem tudo”. É um processo artesanal e elaborado, destinado a construir conhecimento, cidadania e mudança social. Não é um modismo passageiro, tão comum nestes tempos globalizados e consumistas. A Orientação Sexual veio para incorporar-se de forma definitiva à escola. Além de ser um tema social urgente, a sexualidade é central na vida das pessoas, e sua discussão é especialmente relevante para crianças e adolescentes.

6.4 PAPEL DA FAMÍLIA

A principal fonte de informação do adolescente de nossa cultura é o amigo da mesma idade, que também não tem informação, são também as revistas proibidas para menores de dezoito anos, mas que chegam às mãos das crianças com grande facilidade e, hoje em dia, principalmente os *sites* de pornografia que circulam pela internet. Mas desinformações e deturpações seriam evitadas se os pais assumissem a Orientação Sexual de seus filhos, se os assuntos relacionados a este tema fossem discutidos abertamente dentro dos lares, abrindo espaços para o filho falar o que pensa e o que sente.

A sexualidade se manifesta nos lares a todo o momento, aparentemente ou não, e se houver intimidade suficiente entre pais e filhos para se falar deste assunto como qualquer outro, usando termos que eles conhecem, propiciará naturalidade e mais aceitação da vida sexual destes, mais conforto e prazer e possibilitando ao filho maior crescimento como pessoa.

Na perspectiva de Guimarães (1995, p. 99-100), encontramos:

[...] O papel familiar é fundamental e primário na construção do homem e da mulher que cada um traz dentro de si. É a bagagem da educação informal, adquirida na família e na comunidade, o ponto de partida para se pensar em Educação Sexual na escola. Os programas sobre o sexo nunca vão poder ignorar, repudiar, ou mesmo antagonizar as influências primeiras na construção da sexualidade. As informações e posturas que os alunos trazem de suas famílias e de sua comunidade são as demarcações para o início do trabalho em Educação Sexual.

O papel da família é nortear valores e critérios morais, dar orientações acerca do que ela considera certo e do que considera errado. Percebe-se que é muito comum os pais terem medo de dizer o que é certo e o que é errado, procurando silenciarem diante de tantas questões evidentes sobre a sexualidade. “Essa perda de referência prejudica a todos, gerando inseguranças, dois pesos e medidas, sensação geral de injustiça e falta de parâmetros”, segundo Lima (apud BIBLIOMED 2000c), cabendo aos pais posicionar-se claramente diante dos filhos sobre o que consideram correto.

De acordo com Gimenes e Ribeiro (2002, p. 52), o contexto familiar tem um valor notável e de grande influencia na construção da sexualidade do ser humano, uma vez que, habitualmente, são os pais que convivem e participam do crescimento dos filhos por um longo período, transmitindo-lhes os valores e as normas de sua cultura, de sua sociedade, do seu grupo. “O discurso sexual familiar é introjetado pelos filhos, é reproduzido em seus comportamentos e atitudes e verificado nos sentimentos de culpa e ansiedade que geralmente fazem parte da manifestação de sua sexualidade.”

Costa (1986, p. 11-12) esclarece que,

a preocupação da maioria dos pais é proteger seus filhos de uma iniciação sexual frustradora e decepcionante. Desta maneira, tentam impor seus padrões morais ou normas religiosas. Mas, surpreendentemente, os adolescentes estão em busca de seus próprios valores, rejeitando este tipo de ‘ajuda’. É importante que os adultos admitam que nem sempre os seus valores ou idéias vão ao encontro das necessidades dos filhos. Devem saber que a área da sexualidade vem sendo rediscutida e cientificamente estudada e que a cada dia novos conhecimentos são colocados à disposição.

É evidente que, muitas vezes, existem diferenças entre escola e família em sua visão ou modo de encarar a Orientação Sexual. É importante que tal diferença exista, porque à família cabe dizer o que é certo e o que é errado e sim quais os valores ela acredita. A escola faz outro papel, que é o de ampliar a conversa e colocar tudo em discussão, de modo

claramente diferenciado e definido. Desta maneira, a escola deve saber reconhecer que cada família tem seus valores, que são transmitidos aos filhos, não lhe cabendo competir com a família. (SAYÃO, R., 1997, p. 102)

O papel da família é fundamental e primário na construção da sexualidade; e é essa educação informal que a escola toma como ponto de partida para o seu projeto de Orientação Sexual, nunca ignorando-a, repudiando-a ou confrontando-a.

No livro “Fala Educadora! Educador!” (PERES e cols apud FIGUEIRÓ, 2006, p. 13), quanto a conseguirem apoio dos pais e da comunidade na implantação do trabalho de Orientação Sexual, afirmam que:

Sugerimos que a escola ofereça um espaço de reunião onde os pais possam se informar sobre objetivos e conteúdos e procedimentos do projeto de Orientação Sexual, e esclarecer dúvidas sobre a metodologia utilizada, horários e local de funcionamento das oficinas e grupos. Alguns pais podem não concordar com o trabalho de Orientação Sexual porque sentem-se inseguros quando não sabem o que vai acontecer com seus filhos. [...] nestas reuniões, os princípios básicos da Orientação Sexual devem ser esclarecidos, como por exemplo: a postura que o educador adotará na abordagem da sexualidade com os jovens; o respeito às diferenças; o reconhecimento do direito ao prazer associado com responsabilidade; e o direito de cada um exercer sua sexualidade de forma singular.

Quanto à necessidade de envolver a família, segundo Werebe:

[...] a educação sexual para os educandos pode ser completada por intervenções destinadas aos pais, que dentre outros objetivos, visam informá-los sobre o trabalho realizado com os filhos. Muitos pais temem que a educação sexual contestará os valores morais, religiosos da família e que serão indicados caminhos contrários a estes valores, com a preconização de uma suposta liberdade sexual, ou melhor, “libertinagem” dos costumes. Deve ficar claro que o educador não imporá regras de conduta, mas tampouco não impedirá que os educandos expressem suas preocupações, suas aspirações e desejos, deixando-os livres de (para) fazerem suas opções e assumí-las plenamente. (apud FIGUEIRÓ, 2006, p. 7-8)

Em Suplicy (1993, p. 333) encontramos que os pais deverão autorizar por escrito a participação do filho no projeto, e se o pai não assinar a autorização, o aluno não participará do projeto; e Pinto (apud FIGUEIRÓ, 2006, p. 14) propõe a solicitação do consentimento formal dos pais:

Faço aqui um parêntese sobre a necessidade de autorização formal dos pais para que os jovens participem das aulas de Orientação Sexual, uma vez que, é aspecto importantíssimo na montagem de um programa de Orientação Sexual. A presença dos alunos precisa ser autorizada por escrito pelos pais, pois como a sexualidade é um assunto ainda culturalmente cercado de tabus, não é raro acontecer de os alunos quererem discutir em casa o que aprenderam nas aulas, causando muitas vezes constrangimento a pais menos afeitos a conversas sobre esse tema. E mais: a sexualidade é uma área em que os valores pessoais dão tônica, por isso me parece importante que os pais saibam que tipo de conversa seus filhos têm em sala de aula.

Para solucionar dificuldades ou resistências dos pais, Suplicy et al. (1995, p. 39-40) apontam os seguintes meios:

a) Pais que não comparecem – enviar uma carta relatando o que aconteceu nas reuniões e pedindo sua autorização por escrito para a participação do seu filho.

b) Pais que comparecem e não autorizam – “após a reunião conversar com esses pais para saber o motivo da recusa e para que eles percebam que o jovem, se ficar fora do programa, se sentirá marginalizado perante o grupo e fatalmente receberá informações de segunda mão.”

c) Pais que não receberam a carta – mandar outra carta dizendo que seu filho não participará do projeto até que apresente a autorização dos pais por escrito.

d) Adolescentes que falsificam a assinatura dos pais – a orientadora ou o diretor deverá conversar com eles para que expliquem o porquê de tal atitude. Não deve haver advertências e sim uma tentativa de avaliar se o receio do aluno é real.

Encontramos em Figueiró (2006, p. 11) que existe uma controvérsia neste sentido, pois se couber aos pais darem a resposta final de que seu filho poderá ou não participar das aulas de Orientação Sexual, entrará em conflito de que “o adolescente tem direito a informação, queiram ou não os pais.” (SUPLICY, 1993, p. 34)

Uma outra resistência levantada por Suplicy (1993, p 33) é com relação a alguns pais afiliados a algumas seitas que dificilmente autorizam seus filhos a participar do projeto de Orientação Sexual; só permitem após seis meses de experiência e após conhecerem o projeto por meio de outras pessoas, percebendo que a sua intenção é de mostrar aos jovens os diferentes pontos de vista, respeitando os valores morais ou religiosos que cada um traz consigo, dando-lhes a liberdade de fazerem suas próprias opções, ou após lerem informações mais detalhadas sobre o projeto e após convencerem de que ele não é ofensivo.

A partir dos PCN, a escola passou a ter uma autonomia neste sentido de não pedir autorização da família e se sentir ‘respaldada’ por tais documentos, para discutir a Orientação Sexual com os alunos, pois de acordo com Figueiró (2006, p. 8),

[...] a interação família-escola é fundamental, tanto no início, quanto no decorrer de todo trabalho. [...] é de suma importância as reuniões com os pais para que estejam informados sobre os objetivos, os conteúdos e a forma de trabalho dos professores. Muito além de propiciar a tranquilidade no ensino da sexualidade, a relação família-escola é essencial para que o educando esteja preparado para receber as informações e discutir o assunto sem ter medo ou dúvidas de que será repreendido pelos pais, por estar participando das aulas e sem ter a impressão de que está ouvindo a respeito de assuntos reprovados por eles.[...] Acreditamos que ao pedir autorizações formais aos pais, pode-se passar a idéia de que a escola não está convicta do direito da criança à Educação Sexual. Por isso, achamos desnecessário e dispensável solicitá-las. Não seria este pedido, uma maneira da escola demonstrar que não vê este assunto com naturalidade, como os demais conteúdos, mas que o vê temerosamente?

Nos PCN (1997, p. 124) encontramos que o “trabalho de Orientação Sexual compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família.” Assim, os pais deverão ser comunicados pela escola sobre a inclusão de conteúdos de Orientação Sexual na proposta curricular e os princípios norteadores da proposta para que saibam o que está se passando dentro da escola e percebam a sua importância e necessidade. Possibilitando que o diálogo se faça presente entre a escola e a família, no sentido de fortalecer esta relação.

Desta maneira, a escola deverá ‘comunicar’ e não ‘pedir autorização’ aos pais no momento em que resolver implantar um projeto de Orientação Sexual, pois esta ‘autorização’ dá sinal de que a escola não está preparada para tal projeto e precisa do ‘respaldo’, ‘do aval’ dos pais, como suporte para possíveis ‘intercorrências polêmicas’ e além do mais, quando se ministra conteúdos de Ciências que abordam o aparelho reprodutor masculino e feminino, métodos anticoncepcionais, e outros, dever-se-ia também pedir autorização aos pais?

Figueiró (2006, p. 14) apresenta em seu artigo uma reflexão quanto a importância do diálogo entre pais e filhos sobre a sexualidade: “mesmo que possa trazer constrangimento aos pais, é uma forma de fazer com que o diálogo em casa passe a acontecer e, com o tempo, muito provavelmente, a vergonha e o constrangimento devam ser superados.” Quando o diálogo se faz presente na família pode permitir a abertura de espaços para se falar dos sentimentos, dos pensamentos que envolvem cada um, aproximar as pessoas no sentido de

se conhecerem melhor, dar mais liberdade, confiança, aumentar a intimidade que às vezes não se tem.

Ribeiro (2004b, p. 51) argumenta que:

Cabe aos educadores – sejam eles professores, psicólogos, enfermeiros, diretores – a promoção de um movimento no sentido de mostrar aos pais caminhos alternativos em sua forma de lidar com os desejos do adolescente, e mostrar aos adolescentes que uma vida sexual plena vai além da relação sexual objetiva e imediata que a maioria busca atingir.

Ainda em Suplicy et al. (1995, p. 105) encontramos que “a escola é um espaço que permite discussões acerca de valores e atitudes e de obtenção de informações, tendo como princípio a ética do respeito a si mesmo e ao outro; o conteúdo moral é de responsabilidade da família”; e se os pais tiverem esta consciência, caberá a eles se mostrarem dispostos a participar ativamente do projeto de Orientação Sexual, das dinâmicas, dos cursos de sensibilização, dos “tira dúvidas” com especialistas. Sendo assim, podem agir como agentes disseminadores do projeto influenciando aqueles pais que ainda desaprovam ou relutam em aceitar o projeto e não permitindo que os meios de comunicação explorem de maneira irresponsável, temas relacionados à sexualidade com seus filhos despertando neles tanta ansiedade, justamente porque não estão preparados para determinadas cenas e opiniões emitidas pela mídia.

Quando os profissionais da escola e a família interagem de maneira harmônica, podem possibilitar aquisição de informações que servirão de base como finalidade principal, trazer benefícios para o desenvolvimento do educando. Se os pais não se acharem capacitados para discutir os temas sobre sexualidade, por terem dificuldades ou por não terem tido oportunidades, têm o dever de buscar a melhor forma de lidar com estes assuntos e de não interferir, no sentido não criar polêmica nos projetos de Orientação Sexual desenvolvidos pelas escolas, como vimos em Figueiró (2006), onde numa escola pública uma professora de quarta série do ensino fundamental foi denunciada pelos pais, na mídia, por estar ensinando sobre sexualidade aos seus alunos.

É muito importante que os pais sejam informados da implantação do projeto por meio de circulares, de reuniões previamente marcadas, com palestras explicativas para conhecerem os objetivos e métodos de trabalho. Esta parceria entre escola e família, apesar de terem papéis diferentes e complementares quanto à orientação sexual dos jovens, só será possível se os pais sentirem certa cumplicidade com o projeto, fazendo parte dele, e isso só

ocorrerá se eles forem informados e esclarecidos de cada passo essencial do trabalho. Eles devem ser envolvidos, informados do que está sendo feito, não para que faça do jeito que eles querem, mas para que conheçam, colaborem e apóiem a escola.

O entendimento dos pais sobre a importância do trabalho com a sexualidade infantil e adolescente corrobora o trabalho de Orientação Sexual e pode principiar novas expectativas de diálogo na própria família, tão importante nos dias atuais.

6.5 PAPEL DA ESCOLA

É impossível separar escola de sexualidade, porque esta tem a ver com o modo como as pessoas vivem seus desejos e prazeres, tem a ver, portanto, com a cultura e a sociedade, mais do que com a biologia. Se a escola é uma instituição social, ela está envolvida com nossas formas culturais e sociais de vivermos e constituirmos nossa identidade de gênero e nossa identidade sexual. (LOURO, 2000, p.88) Mas a “realidade mostra que temos escolas que nada oferecem nesta área e escolas que interpretam os conteúdos de Biologia e Ciências como suficientes em Educação Sexual” (GUIMARÃES, 1995, p. 19).

De acordo com Guimarães (1995, p. 19):

Há escolas que entendem palestras sobre AIDS, sobre a menstruação e uso de absorventes ou qualquer outro item isolado, tratando de saúde sexual, já as definem como comprometidas com o trabalho de Educação Sexual, assim como outras que apenas fazem um atendimento pessoal, sigiloso com o aluno tipo ‘conversa com o diretor’, ‘contato com os pais’, quando surgem comportamentos considerados inadequados sexualmente.

Ainda nesta perspectiva, encontramos em Felipe e Guizzo (2004, p. 36):

Muitas vezes, nas instituições escolares, as questões colocadas a respeito da sexualidade não são expostas e discutidas profundamente. Geralmente essas questões não vão além daquilo que é visto como certo e errado, moral e imoral, adequado ou não, tornando-se alvo constante de fiscalização por parte das escolas, das famílias e da sociedade em geral.

Para Camargo e Ribeiro (2000, p. 34-35), a sexualidade infantil ainda hoje é tratada como tabu, com disciplina e repressão, e as crianças são impedidas de falar de seu corpo, de suas inquietações, de seus medos e alegrias. Sendo assim, a instituição escolar neutraliza os perigos que representam os desejos infantis treinando os professores para seguirem um determinado modelo por ela estabelecido; mas estes percebem que “existe uma voz da criança que não corresponde ao mesmo modelo”, em vista disso, podem agir de várias maneiras:

- Não percebem a voz singular da criança e executam o modelo aprendido.
- Percebem, mas não sabem como atuar.

- Percebem, sabem como atuar, mas por medo da marginalização, não ousam criar qualquer atividade diferente daquela aprendida e que possibilitaria atender às singularidades.

- Percebem, sabem como atuar e atuam, mas com medo.

A escola, no entender de Lima (apud BIBLIOMED, 2000c), tem o papel de trabalhar as informações ‘biológicas’ da sexualidade, que algumas vezes são usadas como pano-de-fundo para discussões psicológicas. “É no âmbito escolar que muitas vezes surgem os primeiros ‘amassos’, desejos confessos e inconfessos, situações de inadequações, desde os pequeninos que se masturbam na sala de aula até os adolescentes rolando as escadas”. É aí que as crianças e adolescentes se sentem à vontade para desabafar, para contar, por exemplo, sobre aborto ou uma gravidez, o que desconcerta a todos. É no ambiente escolar, espaço para discussão dos aspectos psicológicos que os adolescentes podem viver informações mais seguras sobre questões sexuais. Apoio e compreensão (não demagogia) dos professores e funcionários, espaço para uma vida saudável não apenas em termos da sexualidade.

De acordo com Sodelli (apud BIBLIOMED, 2000c), a escola é um local privilegiado para trabalhos preventivos, e ela estará educando para a saúde, se levar em consideração a realidade do indivíduo se desenvolver suas percepções e sensações, orientando-o para comparar e analisar sua realidade e refletir sobre ela.

Normalmente, os jovens não têm espaço para trabalhar seus medos. A escola é um lugar perfeito para isso; não há melhor lugar para isso do que a escola. Fora do

lar, este é o espaço mais freqüentado pelo adolescente, onde ele tem alguém em quem pode confiar e com quem pode conversar. (SUPLICY, 1993, p. 29)

É na escola, ambiente acolhedor e seguro, que o aluno deve encontrar informações mais completas, apoio e compreensão, espaço para desabafar, e para construir uma vida saudável e não apenas em relação à sua sexualidade; ele recorre a escola pelo desejo de saber, e segundo Suplicy et al. (1995, p. 33), “a energia que origina a curiosidade sexual (na primeira infância) vai se diferenciar e se transformar no desejo de saber, o que resulta no desejo de adquirir conhecimentos. Isso inclusive pode expressar-se através do intenso questionamento realizado pelos jovens na escola.”

É tarefa da instituição escolar fazer com que os alunos desenvolvam a auto-estima, saibam fazer escolhas, posicionem-se de forma pessoal diante das mais variadas situações, responsabilizando-se por suas decisões. Devido ao tempo de permanência dos jovens na escola e às oportunidades de trocas, de caráter social e aos relacionamentos amorosos, ela constitui-se um local privilegiado para discussão das questões relacionadas à sexualidade e não pode se omitir perante a relevância dos temas.

A Organização Mundial de Saúde (1989) considera que “a escola é um dos principais centros para a educação no setor de saúde, que ao criar esse ambiente de socialização do saber, estaria contribuindo para a promoção e divulgação de ações preventivas ao combate à AIDS.” (apud EGYPTO, 2003, p. 15)

Assim, é necessário que um projeto dessa natureza seja um trabalho realizado em equipe, dele participando o maior número de membros da comunidade escolar possível, contando com a vontade de todos os envolvidos, com acordos negociados e compartilhados das decisões sobre princípios, valores, modelos e objetivos, havendo coerência nas decisões tomadas e consciência a respeito de sua importância e necessidade, de acordo com a realidade da comunidade escolar para assegurar a permanência dele e sua eficácia.

Tendo em conta a necessidade de flexibilização, é imprescindível que o modo, o tempo e as condições para desenvolver o projeto sejam sempre reavaliados em função dos objetivos inicialmente propostos, dos recursos à disposição do grupo e das circunstâncias que o envolvem. E nesse sentido, para iniciá-lo, deve-se ter clara a sua necessidade, seus objetivos, deve ter começo, meio e fim, podendo ser recomeçado a cada ano letivo. Deve haver flexibilidade para se conseguir maior número de participantes e obter-se êxito.

Todos que fazem parte da comunidade escolar, mesmo sem fazer parte do projeto de Orientação Sexual (a merendeira, o vigia, o professor não interessado, a faxineira, a escola inteira, etc.) têm que saber o que acontece na sala de aula de Orientação Sexual, para não acharem que ali está havendo aula de ‘sacanagem’. (SUPLICY, 1993, p. 34)

Sabe-se que não é tema fácil a Orientação Sexual, porque ela não é dada em uma aula igual às outras, com assuntos predeterminados que deverão ser seguidos no livro texto, pois os assuntos que serão discutidos são aqueles que os próprios alunos elegeram como prioritários e da forma mais direta possível, de acordo com Sayão, Y. (1997, p. 114), nos tais assuntos devem adequar-se à faixa etária dos alunos, isto é, às suas necessidades e capacidades cognitivas particulares.

De modo geral, da pré-escola até a quarta série do ensino fundamental, o trabalho ocorre de forma integrada às disciplinas, e, por vezes, abrindo espaço na programação para abordar um conteúdo específico. A partir da quinta série, já se faz pertinente um espaço específico, pela oferta da hora-aula semanal, incluída na grade horária ou não. O ponto de partida é sempre dado pelas questões trazidas pelos alunos, às vezes clara e diretamente, às vezes de forma encoberta, via brincadeiras e atitudes entre eles.

Existe preocupação dos educadores quanto à faixa etária ideal para se tratar de assuntos referentes à sexualidade. Com efeito, Camargo e Ribeiro (2000, p. 95):

A sexualidade humana abrange sentimentos e relacionamentos, aprendizados, reflexões, planejamentos, valores morais e tomadas de decisões. As crianças desde que nascem estão mergulhadas em um sistema de significações sociais e tanto o adulto quanto os seus pares lhe possibilitam o contato com esses significados. Se o conhecimento é utilizado como forma de submissão, faz com que as pessoas aceitem como ato de fé aquilo que não entendem e habituem-se a substituir a razão pela crença. De outra maneira, se o conhecimento for abordado de forma que possibilite a complementação da dimensão cognitiva, lógica e da dimensão simbólica, abre-se um canal para que a criança se constitua na dinâmica interativa.[...] quando a criança encontra um ambiente onde pode operar as informações e, mais ainda, não lhe são negadas essas informações, ela estabelece relações cada vez mais complexas.

Conforme Lima (Apud BIBLIOMED, 2000a), não existe idade ideal para iniciar o trabalho de Orientação Sexual; deve-se levar em conta o contexto religioso e o espaço em que esta orientação será dada. Se o espaço for a escola, a orientação deve acontecer sempre. “Socialização, classe, professora, coleguinha, recreio, educação física, tudo isso é

espaço de intervenção.” Em casa também desde sempre, desde que solicitado. “Nada de parar o dia e dizer: ‘vamos falar de sexo’. Ruína na certa, constrangimentos, excessos. A idade ideal é aquela que tem demanda. E quanto mais contextualizada, menos holofote no ‘sexo’. O sexo não é uma dimensão à parte da existência, é mais uma, com suas importâncias e dificuldades.”

Portanto, de acordo com Louro (2000, p. 95-96):

A escola dá lições de sexualidade cotidianamente [...] qualquer tentativa de um projeto educacional alternativo implica uma tomada de posição mais ampla. Caminhar nessa via implica a ampliação da discussão sobre a sexualidade, na escola e fora dela. Isso supõe acolher as culturas e saberes dos jovens; supõe debater e problematizar as representações de feminino e masculino que estão sendo feitas pela mídia, pelas igrejas, pelos discursos jurídicos e, logicamente pelos estudantes, seus pais e professores. Essa perspectiva obriga-nos a fazer face a nossas próprias histórias e preconceitos e a assumir, criticamente, que estamos pessoalmente envolvidos em jogos e relações de poder que separam, classificam e discriminam sujeitos. Uma tal abordagem certamente rompe com a estrita e estreita concepção de Orientação Sexual de caráter biologista, ainda tão presentes nos currículos, nos livros e nas equipes de ‘especialistas’. Vai em outra direção, apontando para uma prática educativa mais ampla, que lida com a sexualidade, com a formação de identidades sexuais e gênero. Talvez possamos dizer que ninguém é especialista nessa tarefa e que, por outro lado, todos somos dela encarregados; por isso, parece impossível tratar da orientação da sexualidade de nossos alunos como se essa não afetasse: somos todos arrastados nesse processo.

No momento em que for trabalhar temas que envolverem o sexo, segundo Camargo e Ribeiro (2000, p. 35), a escola deve “criar com os professores, alunos e funcionários uma comunidade não hierárquica, mas uma organização horizontal; e que muitas lutas ocorrerão, contemplando vitórias e derrotas também”.

Além de criar uma organização que seja horizontal, com a participação de todos que compõem a comunidade escolar, a escola deveria reunir os pais neste espaço, com a finalidade de possibilitar e colaborar no sentido de que a família também pondere sobre como vem ou não trabalhando “com práticas sexuais de prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência inclusive nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reproduções de tabus e intolerâncias”. Mas por ampliação de esferas de atuação da instituição escolar, além da tradicional transmissão de conhecimentos disciplinares, vai de encontro com a materialidade, a carência de recursos e descontentamento dos educadores com suas condições de trabalho e financeiras.

Portanto, um projeto de Orientação Sexual precisa do apoio institucional declarado da escola, participação dos professores, comunicação e debates nos diferentes setores do estabelecimento do ensino, bem como participação dos pais no processo.

6.6 PAPEL DO PROFESSOR

Sabemos que existe uma grande dificuldade por parte dos professores quanto ao tratar os temas referentes à sexualidade, devido à própria educação que tiveram. Quanto a esse particular Camargo e Ribeiro (2000, p. 51) esclarecem:

A formação do educador tem de ser considerada não apenas quanto à produção teórico-científica que embasa o conhecimento sobre a criança, mas também quanto ao seu autoconhecimento. O preparo dos educadores implica o despertar de suas potencialidade, favorecendo a expressão de sua criatividade, de sua sensibilidade.[...] nesse movimento da transformação social, necessitam de espaço para processar, entender, tomar consciência da mudança, da diversidade, da multidimensionalidade que estão implícitas no processo de educar.

Dizem, ainda, Felipe e Guizzo (2004, p. 38):

Tanto nas escolas de ensino médio (modalidade normal), quanto nos cursos de formação docente em nível universitário, raramente se têm a oportunidade de discutir a respeito dessas questões, uma vez que os currículos ainda não contemplam de forma abrangente tais temáticas. Dificilmente são oferecidas disciplinas que se dedicam especificamente aos assuntos, muitas vezes sendo este trabalho de forma tangencial.

Diante disso, perguntamos: quem será o professor orientador sexual?

Não necessariamente o professor de Ciências ou algum “especialista no assunto”, mas aquele que é sensível, que escuta os problemas e inspira confiança, que se comunica com facilidade, aquele que os alunos vêm contar “coisas” deles. Nada é mais importante que a capacidade de compartilhar idéias com outros e se beneficiar do pensamento de outros. Para isso, o professor desse projeto precisa ter a capacidade de escutar o que os alunos têm a dizer.

De acordo com Sayão, R. (1997, p. 101) e Sayão, Y. (1997, p. 115), muitas escolas convocam psicólogos ou contratam serviços de Orientação Sexual com profissionais preparados para uma palestra, mas sabe-se que a eficácia desse trabalho é limitada, pois não existe continuidade. Tais convidados não conhecem o contexto particular da instituição; trata-se de atuações pontuais, que certamente alcançam algum êxito o qual, aos poucos, vai se diluindo e se perdendo no tempo, por não originar-se de um processo. São os professores ou orientadores que se constituem interlocutores confiáveis para as questões da sexualidade; pois o trabalho do dia-a-dia é realizado por eles, são eles que mantêm com os alunos uma relação de proximidade, são eles que podem contribuir para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade.

É por isso que Sayão, Y. (1997, p. 115) reforça:

O trabalho em Orientação Sexual deve ser iniciado com o profissional que se sentir disponível para tal, requisito necessário, mas não suficiente. Não há necessidade de habilitação desse profissional na área biológica, uma vez que o fundamental é a postura do professor, sua capacidade de reconhecer como legítimas as questões dos alunos, acolhendo-as com respeito. É claro que serão necessários conhecimentos de anatomia do corpo humano, mas nada tão profundo e detalhado que não possa ser assimilado por um professor de outra área por meio de estudo e/ou pesquisa.

Sabemos que a temática em questão é complexa, e o educador geralmente demonstra dificuldade em abordar as questões relacionadas a ela. Segundo Oliveira (2000, p. 107), liberar os professores da responsabilidade de ‘saberem tudo’ talvez possa ser um começo para a descoberta da Orientação Sexual como uma prática possível na sala de aula. Ainda há o problema do desconforto quando a abordagem educativa envolve sexo; pois segundo Reis e Ribeiro (2002, p. 94), “temos que levar em consideração a falta de embasamento teórico-prático e a “indisponibilidade” dos professores para lidarem com questões sexuais, particularmente o fato de sentir-se pouco à vontade “para falar de sexo.”

Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 42), habitualmente os educadores reconhecem que existem impedimentos em trabalhar sobre sexualidade em sala de aula. Essa problemática se agrega a demandas complexas, de caráter vivencial e institucional, como o fato de que os próprios professores, muitas vezes não sabem lidar com essa questão em suas vidas. Deixam claro a falta de preparo e de habilidade para repassar aos alunos os temas transversais sugeridos pelos PCN, pois os obstáculos vão além do conhecimento,

passando por experiências de vida pessoal, íntima, sendo que os professores sentem-se, muitas vezes, constrangidos a se posicionarem.

Quanto às resistências dos professores, elas são plausíveis, segundo Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 43),

com um cenário de necessidades, em que se vem alertando para o baixo nível de qualidade de ensino e se exigindo respostas pedagógicas dos professores, também se peça a este que sejam um educador de temas da vida, do cotidiano, como questões relacionadas às práticas e aos ideários sexuais. [...] os professores apresentam contradições do “pedagogo super-herói” que tem “funções tão desencontradas” de formar para a cidadania e preparar alunos para competir no mercado.

Além das novas questões e dos obstáculos do panorama escolar e suas próprias condições de vida e de trabalho, o educador ainda se defronta com outros entraves que complicam o ‘por em prática’ os propósitos dos PCN de ênfase em parâmetros curriculares não tradicionais, como sexualidade e gênero: as desigualdades sociais, a pobreza estrutural de muitos alunos, as violências de várias ordens que permeiam o cotidiano desses, o que colabora para que se dê preferência a essas questões, “deixando de lado olhares mais atentos para as relações microrreferenciadas, comportamentos e formas de se delinear em relações sexualizadas, subjetividades.” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004)

Para isso não existe solução a curto prazo. “Educar a sexualidade dos outros requer uma prévia e/ou concomitante educação da própria sexualidade”. “O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores, na maioria dos casos, continuam ensinando, mesmo que “discretamente”, modos de ser e de se comportar de maneira diferente e desigual para meninos e meninas.” (FELIPE; GUIZZO, 2004, p. 39)

Se o educador se propuser a trabalhar esse projeto, se ele tiver bom trânsito entre os alunos, deverá ser capacitado para tal atividade, para poder se conduzir diante das manifestações que surgirão em razão do próprio projeto. De acordo com Sayão Y. (1997, p. 115), o fundamental para a preparação do profissional da educação em Orientação Sexual é a sua formação em assunto afins à temática em questão. Ele deverá entrar em contato com as questões teóricas, com leituras e discussões sobre as temáticas específicas e suas abordagens, assim como ter acesso a um espaço grupal de supervisão do trabalho realizado.

Quanto a isso Felipe e Guizzo (2004, p. 39) dizem: “os educadores precisam estar em constante processo de atualização para que possam ter a possibilidade de assumir

atitudes e posições reflexivas em relação às situações que acontecem cotidianamente nos espaços educacionais em relação a gênero, à sexualidade, à raça, etnia, dentre outros.”

Devido à grande responsabilidade que o educador tem em relação ao crescimento de seus alunos, os quais nele se inspiram para agir, para ser, para se comportar, ele deve procurar não emitir juízo de valor ou falar de sua experiência pessoal, pois a sua fala tem enorme influência sobre os alunos que poderão tomá-la como verdadeira e definitiva e não é esse o objetivo de um projeto de Orientação Sexual. Pode acontecer também que sua fala seja interpretada de maneira errada e daí haver invasões de sua privacidade, gozações e outras atitudes vexatórias. Como a maioria dos adolescentes ainda não têm opinião formada sobre a sexualidade, podem assumir como se sua, sem nenhuma reflexão, a opinião do professor.

Opinam Felipe e Guizzo (2004, p. 39), que:

O acesso à informação e o apelo ao erotismo, tão presentes nos veículos de comunicação de massa, têm contribuído para que as crianças se questionem muito mais sobre as questões de gênero e sexualidade. Assim, cabe a profissionais da educação infantil buscar informações e conhecimentos a respeito dessas questões, para que possam, além de outros assuntos igualmente relevantes, compreender os processos de representações de gênero com o locais de disputa política e social, que envolve relações, muitas vezes desiguais, de poder.

Desta maneira, cabe ao professor ser um catalisador nas discussões, um facilitador da conversa, prestando informações científicas, polemizando os temas apresentados e garantindo o respeito à diversidade de opiniões e valores, sem ditar normas ou condutas. Ele deve ficar atento às experiências dos alunos e às suas histórias de vida. A diversidade de visões traz maior riqueza às discussões e o seu confronto favorece o exercício da autonomia e da responsabilidade do educando. Essas condições auxiliam cada aluno na busca de seus valores e do seu próprio bem estar sexual, com base na troca de idéias sobre o que lhe foi ensinado a respeito da sexualidade. (SUPLICY et al., 1995, p. 100)

É fundamental que o professor tenha com seus alunos uma meta clara do que pretende ser alcançado, realizando tarefas que costumeiramente não realizam as quais estabelecem correlação com a realidade fora da escola. Que haja uma organização do trabalho e que se valorizem as tarefas dos alunos. O professor deve trazer outras leituras de mundo, possibilitando um outro olhar sobre a realidade, confrontando idéias, crenças e conhecimentos com outras visões de mundo, analisando-as com um olhar mais reflexivo.

De acordo com Sodelli (apud BIBLIOMED, 2000c), o educador deve ajudar o jovem a refletir as questões que surgiram com o aparecimento da AIDS, deve oportunizar que assuntos polêmicos como o uso de drogas, a gravidez na adolescência, a sexualidade, o uso de preservativo, entre outros, sejam discutidos de maneira natural e espontânea. “Importante é não deixar que valores morais e crenças regidas pelo senso comum interfiram no trabalho preventivo”. “É tarefa do educador fazer com que os adolescentes desenvolvam a auto-estima, saibam fazer escolhas, posicionem-se de forma pessoal frente a situações, responsabilizando-se por suas decisões.”

Segundo Suplicy (1993, p. 26-35), o professor tem que ter a sensibilidade não só para não ter pressa, achando que vai ter que despejar informações logo que entrar na sala de aula, como também para resguardar a sua privacidade, isto é, ele não deve falar de sua vida pessoal na sala de aula, ele não deve propor-se como modelo para o aluno. Segundo Oliveira (2000, p. 108), quanto às questões que envolvem a intimidade do professor ou a do aluno e isto for constrangedor, o professor pode responder “não gostaria de tratar de questões pessoais” ou “não me sinto à vontade para tratar deste assunto em público” Pelo respeito que demonstra às posições do aluno, ensinará uma postura diferente daquela a que estão acostumados. O respeito precisa ser mútuo e deve garantir espaço para todas as opiniões divergentes em sala, para que todos aprendam a respeitar. O professor deve informar aos pais, de tempos em tempos, sobre o que está acontecendo e fazer um pacto de sigilo no primeiro dia de aula. A diretora não vai saber o que se passa na sala de aula. Pode saber os temas que serão discutidos, mas não os detalhes do que se passou.

O profissional pode utilizar inúmeras atividades diárias para realizar o trabalho de Orientação Sexual, como jogos, histórias, exercícios ou estudo do meio, situações que os alunos trazem, que aparecem e que podem ser aproveitadas. Mas tudo isso só vai acontecer se:

- a) O professor se sentir tranqüilo para abordar assuntos relacionados ao sexo;
- b) O professor estiver em contato permanente com essas questões, lendo, estudando, debatendo: aqui vemos a importância das parcerias;
- c) Se houver respaldo para este tipo de trabalho – apoio da direção, equipe técnica e de colegas. (GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, 1994, p. 148)

O educador desempenha um papel fundamental, principalmente estabelecendo um ambiente adequado, no qual responsabilidade e autonomia são elementos cruciais. Segundo Suplicy et al. (1995, p. 17-18), existem alguns procedimentos que são importantes para que isto aconteça. São eles:

- Problematizar e facilitar as discussões entre os jovens, auxiliando-os a amadurecer suas opiniões, ao invés de impor suas idéias ao grupo;
- Não ditar regras de comportamento nem se colocar como modelo;
- Evitar situações de autoritarismo;
- Incentivar os alunos a pesquisar, consultar bibliotecas e buscar informações que enriqueçam a construção coletiva de conhecimento;
- Veicular as informações dentro de um contexto mais amplo;
- Utilizar jogos e dinâmicas de grupo para promover a desinibição, a integração do grupo, a expressão dos sentimentos e a partilha de vivências;
- Dar oportunidades para os indivíduos se conhecerem e confiarem uns nos outros;
- Estimular a manifestação de problemas, de dúvidas e da curiosidade, possibilitando o apoio mútuo na busca de soluções;
- Evitar depoimentos sobre a própria vida sexual;
- Ter experiência da faixa etária com a qual vai trabalhar;
- Ter disponibilidade para aprofundar conhecimentos sobre a sexualidade;
- Ter interesse no processo educativo como um todo;
- Estimular a expressão das idéias, medos, anseios e dúvidas dos alunos mais tímidos;
- Ajudar o aluno a lidar com a pressão do grupo e a se individualizar (formação da identidade).

A atitude do educador deve ser a de orientador de trocas de idéias, propondo atividades, levantando questões, problematizando o tema da aula, concluindo com dados e informações que ajudem a reflexão dos alunos.

Em Ribeiro (1990, p. 20) encontramos que,

O orientador deve, antes de mais nada, acreditar em sua proposta, na necessidade de se levar para a sala de aula o debate sobre sexo e sexualidade. Desta forma, deve ser uma pessoa coerente com a sua proposta, que não tente passar modelos e, sim, analisar com os alunos as diferentes situações e visões que existem sobre o tema. Ser verdadeiro sem se achar portador da verdade absoluta. Deve ter conhecimento sobre o assunto sem ser onipotente e ter sensibilidade para perceber as necessidades dos alunos e procurar elaborar um programa que vá ao encontro dessas necessidades e das expectativas dos alunos.

Diante disso, aquele que será o orientador educacional deve ajudar o educando a compreender como a história da sexualidade foi construída ao longo do tempo, até chegarmos aos dias atuais; o porque dos tabus e dos preconceitos. Deve orientar sobre a importância de se discutir as informações acerca do gênero, do prazer e do erótico na vida dos indivíduos. Segundo Ribeiro (2004b, p. 51) os educadores, seja quem for, devem promover “um movimento no sentido de mostrar aos pais caminhos alternativos em sua forma de lidar com os desejos dos adolescentes, e mostrar a estes que uma vida sexual plena vai além da relação sexual objetiva e imediata que a maioria busca atingir.” Desta maneira, os educadores devem fornecer informações importantes e permitir reflexões ao que se relacionar com sexualidade, encarando-a como uma questão ligada diretamente ao contexto social, influenciando e sendo influenciado por ela.

Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 44), argumentam que a competência do educador é um dos construtos mais meritórios se o objetivo é tanto a melhoria da qualidade de ensino quanto o aperfeiçoamento da escola como lugar protegido e prazeroso. Tal complexidade se dilata em temas em que percorrem entre o público e o privado, ou em que não bastam conhecimentos, mas desconstruções por reflexões e troca de idéias sucessivas de condicionantes culturais.

6.7 PARCERIAS PARA UM PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

O trabalho de Orientação Sexual na escola implica em planejamento e ação pedagógicos sistemáticos. Não se trata de palestras, semanas especiais, de cartazes pregados nos murais, mas sim de um canal permanentemente aberto para que as questões sobre a

sexualidade possam ser discutidas com as crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla.

Como vimos até agora, são necessárias várias ações para que ele dê certo, mas o estudo e a preparação contínua dos educadores envolvidos é essencial, com trabalho de supervisão sistemática por especialistas ou profissionais com maior experiência na área. Daí a importância das parcerias. (GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, 1994, p. 148)

Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 41), além da transversalidade dos temas gênero, sexualidade e afetividade e sua retirada de uma exclusiva competência dos professores da área de ciência, vem também se estabilizando o ponto de vista de que é necessário harmonizar tal transversalidade, ou tratamento de temas relacionados à sexualidade e gênero, assim como outros do plano da ética e da convivência, em diferentes disciplinas, com a verticalidade, ou seja, perseverar em programas de orientação sexual, principalmente com a cooperação de agências externas, da sociedade civil, para com a escola.

De acordo com Sayão, Y. (1997, p. 113), “a escola, querendo ou não, interfere na construção da sexualidade de cada aluno; e é necessário que ela reflita sobre o seu papel, e ao abordar esse tema o faça de forma consciente e profissional.” Mas sabe-se que nem a família nem a escola estão dando conta desta responsabilidade, então, além delas, outras instituições se propõem a tratar a Orientação Sexual, cada qual a sua maneira, com suas concepções, crenças e valores morais e éticos. Temos hoje, além de muitas outras instituições que também atuam na sociedade, as universidades públicas, as universidades privadas e também as ONGs que se propõem a essa tarefa, muitas vezes promovendo cursos e projetos de sensibilização nas áreas de saúde, da sexualidade, do relacionamento humano com o anseio de suprir lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado.

As organizações não governamentais (ONGs) têm a necessidade de interagir com outras instituições propondo-se a apoiar emergências sociais na luta por direitos, permitindo o acesso de clientelas específicas a informações. Trata-se de um terceiro setor que tem sido considerado como uma das fontes de criatividade e de aprendizagem em espaços públicos coletivos e em questões de: raça, gênero, etnia, direitos humanos, defesa do meio ambiente, fases da vida (crianças, jovens e idosos) e outras. Estes serviços são prestados a indivíduos, empresas, organizações governamentais e não governamentais, financiados por capital nacional e estrangeiro. O certo é que com as ONGs, principalmente, a discussão do conceito Orientação Sexual ganha uma dimensão significativa.

Hoje em dia, essencialmente tanto por uma ação de movimentos sociais e ONGs de mulheres, e aqueles voltados à construção de outras masculinidades não machistas

ou por estereótipos, na de defesa de direitos humanos de grupos identitários discriminados, como os homossexuais, e na frente de luta contra Aids, programas e projetos governamentais vem-se ampliando e socialmente reconhecendo como legítima a necessidade e importância de se organizar discussões e ações sobre sexualidade no âmbito escolar, concebendo as diversas maneiras de relacionamento. É quando sexualidade e gênero se enastram, em perspectiva de direitos. O centro das discussões pode também se fundamentar na preocupação com a prevenção, em relação a Aids, ou pela “juvenilização” da fecundidade, o aumento da gravidez entre adolescentes. (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 41)

Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 41-42):

Se a perspectiva é um avanço, ainda há muito que investir na concepção de singularizar a sexualidade, a ser tratada de forma quer vertical quer transversal na escola por direito de reconhecimento de que esse tema é um dos prioritários na cultura juvenil, sendo construído da sociabilidade entre jovens, o que mais pede sensibilidade para a busca por prazer, experimentação, aventura e marcar diferentes dimensões inerentes a tal cultura. É quando há limites para o necessário, mas não suficiente enfoque em conhecimentos e diálogos entre gerações, pois em sexualidade, por mais que se repita, sem sentir, modelos e valores antigos, cada jovem se sente único e singular.

O Guia de Orientação Sexual (1994, p. 26) recomenda:

A Orientação Sexual, quando utilizada na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente nas escolas. [...] se propõe a fornecer informações sobre sexualidade e a organizar um espaço de reflexões e questionamentos sobre postura, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. [...] enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental, incluindo as habilidades para a comunicação eficaz e a tomada responsável de decisões.

A sexualidade é construída e aprendida ao longo do desenvolvimento do sujeito, desde o seu nascimento até a sua morte. Sabe-se que nem sempre os pais oferecem aos filhos informações sobre a sexualidade, por não se sentirem aptos e não terem conhecimentos ou por se sentirem constrangidos para discutir esse tema. Se considerarmos que a escola desempenha um papel importante na Orientação Sexual dos alunos e que a atuação do professor é fundamental no que se refere à sexualidade dos alunos, então é preciso

investir na formação do professor. Segundo o Guia de Orientação Sexual (1994, p. 26), alguns preconceitos e tabus têm impedido que os pais conversem com seus filhos e as escolas informem as crianças. Sendo assim, pais e professores não estão preparados para falar sobre sexualidade aos filhos e alunos; portanto, a escola precisa investir na formação do professor, para o desempenho do papel que lhe cabe na Orientação Sexual:

Sendo a sexualidade algo que se constrói e aprende, parte integrante do desenvolvimento da personalidade, capaz de interferir da alfabetização ao desempenho escolar, a escola não pode ignorar essa dimensão do ser humano e tem que investir na formação de professores para dar conta da tarefa. (GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, 1994, p. 26)

Desta maneira, se nem a família nem a escola estão se desincumbindo desta responsabilidade, elas necessitam da ajuda de um terceiro “agente educador”, provavelmente as organizações não governamentais, que vêm tratando, planejando e desenvolvendo projetos sobre sexualidade, fazendo parcerias com as secretarias de Educação e Saúde. Neste trabalho de Orientação Sexual também discutem-se a AIDS e DST, visando-se derrubar alguns preconceitos em torno da doença e dos atingidos por ela.

A X Conferencia Internacional de Aids, realizada no Japão no mês de julho (1994), informou que as intervenções mais eficazes na prevenção da Aids são as ações educativas continuadas, que utilizam metodologia participativa e vão muito além do fornecimento de informações ou da prescrição de condutas preventivas.

Neste sentido, as ONGs, fazendo parcerias com as secretarias de Educação e Saúde, constituem um espaço grupal que pretende sensibilizar e levar professores, educadores e a família a refletir sobre a questão da sexualidade, através de cursos, dinâmicas de grupo, palestras, panfletos e vídeos, além da distribuição de material informativo impresso, muitas vezes, cartilhas ilustradas produzidas pelo Ministério da Saúde por elas mesmas com financiamento de terceiros.

Na nossa pesquisa encontramos a ONG – CEPAC que atua nas escolas de Curitiba, e conforme as respostas dadas pelos entrevistados, esta instituição tem trabalhado de maneira satisfatória a Orientação Sexual com os professores, pais e alunos, promovendo dinâmicas, cursos e palestras com estes e muitas vezes indo até a escola para que a interação seja a melhor possível; daí a necessidade de darmos ênfase a essa parceria. A ONG – CEPAC, em especial, tem dado apoio incondicional as escolas de Curitiba. Este relato é pertinente devido ao fato de muitas ONGs não estarem trabalhando necessariamente a Orientação Sexual

nas escolas, mas sim à militância relacionada a movimentos gays e na luta contra a Aids; mas este não é o tema de nossa dissertação.

7 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Diante de inúmeros problemas de saúde pública que poderiam ser contornados com programas de prevenção adequados, tais como avanço das doenças sexualmente transmissíveis (DST), gravidez precoce, violência contra a criança e outros, e diante de pesquisas junto a pais que declararam não conversar sobre sexualidade com seus filhos, mas saberem da importância deles e concordarem que a escola é o melhor lugar para se falar sobre esse assunto, fica evidente a necessidade de que ela tenha um projeto de Orientação Sexual.

Essa temática está sendo frequentemente discutida e vivenciada por alunos e professores, se não formalmente, pelo menos informalmente nas conversas e relacionamentos entre os estudantes, eventualmente nas aulas de Ciências e nas reuniões pedagógicas dos docentes. Tal interesse reforça a característica multidimensional do processo de ensino/aprendizagem, mostrando que o desenvolvimento cognitivo do aluno é estreitamente relacionado e influenciado por seu desenvolvimento pessoal e social, em que a sexualidade e afetividade têm papéis fundamentais.

Com a intenção de sabermos sobre a existência de trabalhos que possam subsidiar os educadores quanto a essa abordagem, nos deparamos com um número considerável de títulos sobre esse tema. Contudo, tivemos dificuldades em encontrar, na região de Londrina, instituições de ensino que incluíssem em suas práticas pedagógicas um trabalho desta natureza. Algumas delas, quando dizem que discutem a sexualidade, resumem-na a palestras a cargo de psicólogos, enfermeiros e/ou médicos e a fixar *folders* nos corredores, ou contam com os serviços de voluntários. São, portanto, práticas esporádicas que muitas vezes ficam para quando “sobrar tempo”, como se isso fosse suficiente para esclarecer as dúvidas relacionadas ao tema.

É necessário haver espaço para que se pergunte e se discuta essa temática e para que cada indivíduo viva de forma apropriada e singular sua sexualidade. Apesar de ser parte fundamental e integrante da vida de todos nós, o tabu a ela relacionado e as dificuldades para se conversar ainda são muito grandes. Na perspectiva de Lorencini Jr (1997, p. 95) “a sala de aula pode ser uma espécie de laboratório de possibilidades de expressão da liberdade, permitindo que os alunos pensem e reflitam sobre si próprios.”

Considerando a importância dos temas transversais nas escolas, investigamos sobre os limites e possibilidades dos elementos pedagógicos (objetivos

educacionais, conteúdos, procedimentos didáticos, transversalidade no currículo, envolvimento da comunidade escolar, entre outros) presentes nos projetos de Orientação Sexual que contribuem efetivamente para a construção da sexualidade dos alunos.

Os PCN admitem que o tema pode ser desenvolvido por meio de duas modalidades distintas, a saber: dentro da programação curricular, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, ou por meio da programação extracurricular, como é o caso da implantação e desenvolvimento de projetos.

Portanto, esses são alguns itens que podemos considerar como possibilidades presentes nos PCN para desenvolver o tema.

Desse modo, se a escola é uma das instituições onde se constrói a sexualidade, essa situação levou-nos a perguntar: Qual o processo pedagógico que contribui positivamente para a construção individual da sexualidade em situações de convívio social? Existe um projeto pedagógico colocado em prática? Como é ele? De que maneira a temática permeia o espaço escolar? Sendo a instituição escolar um espaço oficial de escolarização, onde os jovens passam um grande número de horas por dia, onde iniciam por vezes as suas relações afetivas e onde a Orientação Sexual tem um espaço curricular formal, é extremamente importante saber de que modo ela cumpre a sua função na orientação dos jovens.

Posto isto, o nosso estudo leva-nos aos seguintes questionamentos:

► Quais são os limites dessas possibilidades presentes nos PCN que impedem a implantação e desenvolvimento de projetos que contribuem efetivamente para a construção da sexualidade dos alunos?

► Quais são os elementos pedagógicos que estão presentes nos projetos de Orientação Sexual nas escolas, desenvolvidos ou em desenvolvimento que contribuem positivamente para a sexualidade dos alunos?

Estas questões nos remeteram a uma investigação sobre o tema transversal Orientação Sexual com os principais objetivos:

► Identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelos professores e a direção da escola, bem como a natureza e a dimensão a qual pertencem esses obstáculos, no que tange à implantação e implementação dos projetos de Orientação Sexual nas escolas investigadas.

► Identificar os elementos pedagógicos presentes no desenvolvimento dos projetos de Orientação Sexual nas escolas investigadas que contribuem efetivamente para a construção da sexualidade nos alunos.

Portanto, dentro dos limites até aqui traçados o presente estudo avalia a inserção da temática da sexualidade no currículo escolar por meio de projetos, identificando as possibilidades, isto é os encaminhamentos possíveis desta inserção presentes nos PCN e relacionando-as com os limites, isto é com os obstáculos enfrentados pelos agentes escolares no desenvolvimento dos projetos. Em outras palavras, a nossa investigação se baseia na análise crítica dos encaminhamentos pedagógicos sugeridos pelos PCN no que se refere ao tema transversal Orientação Sexual, relacionando essas possibilidades com os efetivos limites encontrados na implementação dos projetos nas escolas.

8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Considerações iniciais

Para fazermos uma análise crítica da inserção e dos encaminhamentos pedagógicos sugeridos pelos PCN no que se refere ao tema transversal Orientação Sexual, relacionando as possibilidades com os efetivos limites encontrados no desenvolvimento dos projetos nas escolas pelos agentes que dela participam, conforme descrito nos objetivos desse estudo, investigamos três escolas da rede pública do estado do Paraná, que doravante denominaremos de escola A, B e C.

Inicialmente, contatamos duas instituições escolares (A e B) municipais de ensino fundamental (1^a a 4^a série) da região de Londrina, as quais, por intermédio do Núcleo Regional de Educação e Secretaria Municipal de Londrina nos informaram que nessas escolas haviam projetos implantados, referentes à proposta da nossa pesquisa.

O contato com a escola C foi por meio da Secretaria Estadual de Educação, que nos informou que esta instituição incluía em suas práticas pedagógicas, projetos de Orientação Sexual, que na avaliação desta secretaria vinha dando resultados positivos.

A pesquisa foi realizada por meio de dois questionários: o questionário número 1 (em anexo), foi aplicado no mês de março de 2004, início do ano letivo, e é composto de 17 perguntas que foram respondidas por escrito pelos agentes da escola A. As mesmas perguntas do questionário 1 foram feitas em forma de entrevista gravada com o professor da escola B, também no mesmo período

O questionário número 2 (em anexo), foi aplicado no mês de novembro de 2004, final do ano letivo, na escola A e C, e é composto por 11 perguntas. Ele foi respondido pelos professores da escola A por escrito. Este mesmo questionário não pode ser respondido pela professora da escola B, porquê não pertencia mais ao quadro de professores e o projeto não teve a continuidade esperada, conforme exposto no decorrer deste capítulo. Na escola C, este mesmo questionário foi respondido por meio de entrevista gravada pelos agentes escolares, também no mês de novembro de 2004.

Caracterização das escolas

A escola A pertence à rede municipal de ensino fundamental das séries iniciais, localiza-se na periferia de Londrina, funcionando em dois períodos de aula distintos, portanto, não é considerada uma escola de período integral. Atende uma clientela de baixo poder socioeconômico, a qual cada turma de alunos tem um professor que ministra a maioria das matérias, mas cada turma tem duas aulas semanais de Educação Física ministrada por um outro professor. Nesta escola, o projeto de Orientação Sexual teve início no ano de 1998 e ainda está em prática.

A escola B também pertence à rede pública municipal de ensino fundamental das séries iniciais, localiza-se na periferia de Cambé. É de porte maior que a escola A, com uma clientela, também de baixo poder socioeconômico. Esta instituição de ensino funciona em período integral, isto é, há o denominado contraturno, no qual os alunos permanecem na escola o dia todo e só retornam às suas casas no final da tarde. Neste período de contraturno, ocorrem as oficinas onde são ministradas principalmente aulas de artesanato e lúdicas, e, somente para alunos das 4^{as} séries, cujos pais autorizaram, ocorrem quinzenalmente as oficinas de Orientação Sexual. Nesta escola, apenas uma professora (professora 5) implantou e desenvolveu o projeto de Orientação Sexual do início de 2001 até o final do ano 2003, portanto este projeto durou três anos, com apoio da direção e da supervisão de ensino

A escola C pertence à rede pública estadual de ensino fundamental que atende alunos da 5^a à 8^a série, localiza-se na periferia do município de Curitiba. É constituída por alunos pertencentes às famílias de baixa renda e funciona nos três períodos de aula, podendo considerá-la de porte médio. O projeto de Orientação Sexual, com apoio do governo federal e outros, foi implantado no segundo semestre de 2003; mas já existia um projeto desta natureza, idealizado pela própria escola desde 1999.

A análise dos documentos

Na escola A o planejamento do projeto de Orientação Sexual (em anexo), contempla os conteúdos de anatomia e fisiologia humana, masturbação, ato sexual, concepção, contracepção, parto e amamentação, relações de gênero, prevenção e saúde e

vitimização sexual. Todos estes conteúdos abarcam os três eixos fundamentais propostos pelos PCN, a saber: a) O corpo: matriz da sexualidade, tratado como um todo integrado em suas funções biológicas, afetivas, perceptivas e de relação social; b) As relações de gênero, no sentido das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos; c) A prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, com ênfase na prevenção e na saúde, e não nas doenças, a fim de não vincular a sexualidade à doença ou à morte.

Do mesmo modo, a escola B em seu planejamento de implantação do projeto de Orientação Sexual (em anexo), contempla os conteúdos de auto estima, hábitos de higiene, anatomia e fisiologia humana, concepção, gravidez, parto, contracepção, aborto, sentimentos e expressões, relações de gênero e DST/AIDS. Portanto, conteúdos que também abarcam os três eixos fundamentais dos PCN, já descritos acima.

Na escola C, não analisamos os documentos referentes ao projeto de Orientação Sexual devido à justificativa do diretor e da Secretaria Municipal de Saúde de que iriam publicar este trabalho em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, sendo que o seu estudo e sua análise eram restritos às pessoas que dele participavam. De acordo com as respostas obtidas, os agentes envolvidos relatam que não se basearam nos PCN para implantar e implementar seu projeto de Orientação Sexual, mas no decorrer das entrevistas percebemos que suas propostas estão previstas nestes documentos.

Os contatos com os agentes escolares

Na escola A, o contato inicial foi no início do ano letivo de 2004, no mês de março, com a supervisora de ensino que ficou encarregada de entregar aos três professores o primeiro questionário com 17 perguntas (em anexo). O segundo questionário (em anexo), com 11 perguntas foi entregue para ser respondido no final do ano letivo (novembro de 2004). Os dois questionários foram respondidos por escrito. As participantes da pesquisa não aceitaram que as entrevistas fossem áudio gravadas, pois consideravam que poderiam ficar inibidas diante do gravador e também pela dificuldade em conseguir um tempo disponível para entrevistá-las, o que podemos considerar como um obstáculo criado pelas professoras. Desta escola foram entrevistadas três professoras e a supervisora que aceitaram participar da

pesquisa. A professora de Educação Física foi também contatada, mas alegou que não participava do projeto de Orientação Sexual.

Nesta escola, os agentes escolares responderam o primeiro questionário individualmente; entretanto, quando responderam às perguntas do segundo questionário, se juntaram e responderam em grupo; talvez achassem que as respostas pudessem vir a ser idênticas. Apesar disto, não observamos incoerências nas respostas apresentadas tanto no primeiro questionário quanto no segundo.

Na escola B, a entrevista foi com apenas uma professora, ocorreu no início do ano de 2004, no mês de março, baseou-se nas mesmas perguntas contidas no questionário número 1, pôde ser gravada e foi transcrita posteriormente.

O fato de não termos aplicado o segundo questionário nesta instituição de ensino foi devido à professora, que havia concedido a primeira entrevista, ter-se casado e mudado da cidade, logo após esta entrevista. Sendo assim, esta professora não aplicou o projeto de Orientação Sexual no ano de 2004, e por esse motivo o trabalho ficou parado por uns meses neste mesmo ano; mas depois foi retomado com a ajuda de uma voluntária, que não recebia salário e por assumir um compromisso, que achava mais importante, ausentou-se, com a promessa de retornar mais tarde. Como não era um trabalho sistemático, foi impossível entrevistar a voluntária no final do ano letivo de 2004.

Quando soubemos por meio da Secretaria Estadual de Educação, que instituições de ensino da rede pública de Curitiba implementavam um projeto de Orientação Sexual, resolvemos inserir na pesquisa uma escola desta cidade para termos outros parâmetros. Não foi aplicado nesta escola o questionário número 1, porquê o segundo questionário contemplava vários assuntos do primeiro. A entrevista foi feita com supervisor, diretor, orientador educacional, professor de ciências, história, matemática e com um aluno. Todos reunidos numa sala e à medida que as perguntas iam sendo feitas, qualquer uma das pessoas presentes respondia e, se houvesse necessidade de complementar as respostas ou se havia discordância entre os presentes, eles interferiam e deixavam claro as suas opiniões. A entrevista pôde ser gravada e posteriormente foi transcrita.

Método da pesquisa

Esta pesquisa é uma investigação qualitativa embasada nos estudos de Bogdan e Biklen, (1994, p. 47-51), que consideram que esta investigação pode ser feita por meio de anotações em bloco ou por equipamentos de áudio e vídeo. Foi utilizada a gravação por fitas cassete e posteriormente transcritas de maneira fiel às falas dos sujeitos e em alguns casos, por inibição dos entrevistados, as respostas dadas foram escritas por eles.

Aprofundamos nossos estudos a partir de uma análise rigorosa e criteriosa das respostas dadas pelos agentes envolvidos no primeiro questionário com dezessete perguntas, (em anexo) onde somente participaram as duas escolas públicas municipais (A e B), do ensino fundamental, da região de Londrina. No segundo questionário (em anexo) participaram as escolas A e C. O fato de não termos aplicado o segundo questionário na escola B, bem como a escola C não ter respondido o questionário número 1 já foi exposto.

Fizemos várias idas às escolas e a outros locais tentando elucidar as questões educativas investigadas, conversando, gravando e transcrevendo as entrevistas para obtermos o máximo de informações. O fato das professoras da escola A preferirem responder às questões por escrito, não afetou as análises destas respostas, porquê elas foram fielmente respeitadas

Os dados recolhidos foram das entrevistas gravadas e dos dois questionários respondidos por escrito; foram analisados com toda a sua riqueza, respeitando a forma como foram registrados. Nada foi trivial; tudo teve potencial para constituir uma pista que nos permitiu estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. Desta maneira, com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas, permitiu-se recolher as falas dos agentes escolares e possibilitou um estudo em profundidade do que a pesquisa se propunha, abarcando sua amplitude e complexidade.

O nosso maior interesse foi investigar como o processo estava sendo construído e como ele ocorria. Como é de se esperar, numa investigação qualitativa, em que utilizamos questionários respondidos por escrito ou por meio de entrevistas com as mesmas perguntas dos questionários, retornamos várias vezes às escolas para tornar mais claras possíveis, as questões estudadas.

Como surgiram inquietações por parte da pesquisadora quanto à aplicação do projeto de Orientação Sexual na escola A, no momento em que, no mês de maio do ano de 2004, quando perguntado a uma professora como estava ocorrendo o encaminhamento do

projeto, ela respondeu que a escola ainda não havia começado a aplicar o projeto e que os professores deixariam para iniciá-lo no segundo semestre; e também pelo fato da descontinuidade do projeto na escola B, devido a ausência da professora, resolvemos elaborar um segundo questionário mais amplo e aplicar no final do ano na escola A e procurar uma outra escola, no caso a escola C, que pudesse contribuir com maior número e qualidade de elementos, no sentido de refinar melhor os dados para aprofundar e ampliar as análises dos resultados obtidos deste presente estudo.

Após a coleta de dados por gravação ou por escrito, as entrevistas foram transcritas fielmente e as análises e discussões foram confrontadas com a literatura citada nos referenciais teóricos presentes nos capítulos anteriores. Na citação dos trechos dos depoimentos ao longo das análises dos dados, os sujeitos envolvidos são representados por Prof. 1, Prof. 2, Prof. 3 e Sup. 4 que são os agentes da escola A; na escola B o sujeito envolvido é representado por Prof. 5, e na escola C é representado por Prof. 6, doravante denominados.

A categorização dos resultados obtidos

Para fazermos as análises dos dados da pesquisa utilizamos o processo de categorização embasados nos estudos de Roque de Moraes (2003, p. 191-211) que afirma:

A categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Os conjuntos de elementos de significação próximos constituem as *categorias*.

A categorização, além de reunir elementos semelhantes, também implica nomear e definir as categorias, cada vez com maior precisão, na medida em que vão sendo construídas. Essa explicitação das categorias se dá por meio do retorno cíclico aos mesmos elementos, no sentido da construção gradativa do significado de cada categoria. Nesse processo, as categorias vão sendo aperfeiçoadas e delimitadas cada vez com maior rigor e precisão.

Já havia um propósito, desde o início do desenvolvimento da pesquisa em categorizar as respostas encontradas para os instrumentos metodológicos aplicados, quanto à:

- 1) **Origem e organização do projeto;**
- 2) **Planejamento, tomadas de decisões e envolvimento da comunidade no projeto;**
- 3) **Identificação de um problema, compartilhamento de idéias e discussões das prioridades;**
- 4) **Integração da sexualidade (integração dos eixos - corpo, gênero e DST propostos pelos PCN) nas diversas áreas do conhecimento;**
- 5) **Autorização e resistências dos pais;**
- 6) **Assuntos polêmicos (homossexualismo, masturbação, aborto, estupro, etc.)**
- 7) **Metodologia aplicada;**
- 8) **Parcerias estabelecidas;**
- 9) **Ênfase dos projetos;**
- 10) **Eficácia do projeto.**

Portanto, essas eram as categorias prováveis, como uma hipótese plausível, que iríamos encontrar decorrente da análise dos conteúdos das falas. Assim, essas falas foram inicialmente agrupadas de acordo com as regularidades encontradas nos argumentos construídos pelos agentes envolvidos na investigação e se converteram em categorias de análise; independentes das escolas investigadas.

Desse modo, a categorização é por semelhança dos temas, sendo que cada categoria corresponde a um conjunto de unidades de análise que se organizou a partir de algum aspecto que regularmente ocorreu e se aproximaram, isto é, houve um estabelecimento de relações, comparando entre as unidades definidas no processo inicial da análise levando a agrupamentos de elementos semelhantes, no sentido de representar as informações contidas nas respostas dadas, possibilitando uma compreensão aprofundada dos objetivos da pesquisa que são: identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelos professores e a direção da escola, bem como a natureza e a dimensão a qual pertencem esses obstáculos, no que tange à implantação e implementação dos projetos de Orientação Sexual nas escolas investigadas e identificar os elementos pedagógicos presentes no desenvolvimento dos projetos de Orientação Sexual nas escolas investigadas que contribuem efetivamente para a construção da sexualidade nos alunos.

Sendo assim, a nossa análise se baseou nos conteúdos das falas e como há em cada categoria falas de agentes de escolas diferentes, de certo modo, preocupamos-nos em

buscar regularidades nas falas de cada categoria no sentido de identificar pontos de convergência e divergência para compararmos, confrontarmos e discutirmos os resultados obtidos.

Discutiremos mais profundamente, confrontando com a literatura, as respostas dadas pelos envolvidos no capítulo que trata das análises e discussões dos dados.

9 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

De acordo com o exposto no Capítulo 7, esta análise está embasada nas respostas obtidas dos sujeitos investigados por meio dos instrumentos metodológicos de coleta de dados, buscando regularidades em cada categoria e identificando pontos de convergência e divergência para compararmos, confrontarmos e discutirmos os resultados obtidos.

Desta maneira, apresentamos os resultados das entrevistas e questionários que foram respondidos pelos agentes escolares (professores e supervisora) da escola A, B e C, de acordo com as regularidades identificadas. As respostas foram agrupadas em diferentes categorias, entrecortadas com a nossa análise e discussão tendo como parâmetros os assuntos e itens regularmente tratados nos instrumentos de coleta. A nossa análise essencialmente qualitativa compara os limites e possibilidades de implantação e implementação de projetos da sexualidade nas três escolas investigadas neste estudo.

É importante ressaltar que o projeto da escola A foi elaborado em 1997, assim como ainda naquele ano foi realizado o curso sobre sexualidade pelos professores da escola na UEL; entretanto, o início a implantação do projeto ocorreu no período letivo de 1998.

Diferindo do projeto de Orientação Sexual da escola A que era implementado no período regular de aula, na escola B, sendo uma escola de período integral, este projeto era disponibilizado aos alunos em forma de oficinas no período contrário ao das aulas, isto é, no período vespertino denominado de contraturno e não era obrigatório.

Na escola B, o projeto que foi elaborado e implantado no ano de 2001 e no início deste ano letivo ocorreu uma reunião para apresentar aos pais as oficinas que iriam ser ofertadas naquele ano cabendo a eles autorizar ou não a participação dos seus filhos e posteriormente realizarem as matrículas nas oficinas que desejassem. Uma destas oficinas era o projeto de Orientação Sexual disponibilizado somente para os alunos da 4ª série cujos pais autorizaram a participação.

Na escola C, o projeto foi resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação e o da Saúde, denominado de *Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas*, que teve início com a execução de um projeto piloto em seis municípios brasileiros no segundo semestre de 2003. Entretanto, desde 1999, já havia na escola um projeto de sexualidade em andamento.

Conforme exposto anteriormente, as falas foram inicialmente agrupadas de acordo com as regularidades encontradas e se converteram em categorias de análise; sendo assim, a categorização apresentada, analisada e discutida no decorrer deste capítulo é por semelhança dos temas.

1) Origem e organização do projeto

Um projeto de Orientação Sexual é uma ferramenta essencial para sua administração e organização. É um recurso que serve de auxílio para os agentes escolares no sentido de recolher acordos que permitem ordenar, nortear e organizar sua prática diária.

Como o tema de nossa dissertação é sobre os projetos de Orientação Sexual nas escolas, seus limites e possibilidades, é necessário ao iniciarmos uma análise e discussão sobre os dados recolhidos, que saibamos a partir dos dados recolhidos como foi o início destes projetos e como os agentes escolares se organizaram nas escolas pesquisadas.

Na escola A, o início do projeto de Orientação Sexual surgiu:

Da necessidade de explorar este tema com as crianças e em transmitir valores corretos. As atividades sempre partem de algo que está sendo abordado, um texto, uma história, uma propaganda, um clip, etc... Durante as reuniões, no início do ano, havia muita vergonha e tabus de muitas pessoas, inclusive eu. Com o tempo passando e o grupo continuando o mesmo, houve relaxamento onde alguns tabus e vergonhas acabaram. Durante esse período o envolvimento da escola e o grupo escolar foi muito grande. (Prof. 1)

Pela necessidade de estarmos trabalhando o assunto na sala de aula, de procurar encontrar soluções para problemas relacionados à sexualidade e pela dificuldade em tratar desse assunto com naturalidade junto aos alunos. (Prof. 2 e 3)

A idéia surgiu numa das reuniões de estudo em grupo na própria escola, buscando como trabalhar questões referentes ao tema. A equipe passou a frequentar o curso na UEL, com duração de 6 meses, em horário diferente e somente após foi elaborado o projeto a ser desenvolvido na escola. Pela necessidade e participação de vários cursos promovidos pela SME (Secretaria Municipal de Ensino. O projeto surgiu depois que todos os professores fizeram o curso promovido pela UEL, do dep. de Psicologia; “Grupo de Estudos para formar Educador Sexual”, com o objetivo de preparar o corpo docente para o envolvimento no trabalho. Decidimos que seria mais proveitoso se todos os professores

participassem do curso. O projeto foi elaborado em conjunto nos grupos de estudos e depois discutido com a coordenadora do curso. No período de elaboração do projeto, duas professoras participaram do Mutirão Orientado. (Sup. 4)

Como na escola A o projeto de Orientação Sexual surgiu devido à necessidade de discutir a temática da sexualidade, de transmitir valores corretos, pela vergonha, tabus e preconceitos de alguns professores e pela complexidade de tratar desse assunto com naturalidade junto aos alunos, estas argumentações mostraram os obstáculos de cada um e por isso fizeram com que os professores procurassem qualificar para o projeto que estava a caminho. Foram em busca de cursos sobre a sexualidade, formaram grupos de estudos promovidos pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), garantindo-se com uma instituição que lhes desse respaldo às suas necessidades.

Percebemos pela fala da professora 1 que existe uma preocupação em transmitir “valores corretos”. Na literatura não se encontra nada que possa sustentar essa idéia, isto é, quanto aos comportamentos sexuais não existe um padrão que indique o que é certo ou errado. Mas se a escola aliar a informação à promoção da autonomia pessoal e ao comportamento sexual responsável, com informações completas acerca de temas relacionados ao sexo, discutindo, questionando, raciocinando e estabelecendo juízos de valor, poderá contribuir para a formação de uma auto-imagem positiva que possibilite ao jovem vivenciar sua sexualidade de forma mais espontânea, fazendo a reflexão sobre os sentimentos ligados às descobertas que envolvem o corpo e a sexualidade, e criar condições para o diálogo entre os componentes do grupo sobre opiniões que cada um tem a respeito da temática e seus valores. (FIGUEIRÓ, 2001)

Portanto, não cabe à escola transmitir valores, colocar-se como modelo, nem ditar regras de comportamento. Entretanto, querendo ou não, a escola interfere na construção da sexualidade. Desta maneira, aqueles que estiverem envolvidos com o projeto de Orientação Sexual devem propiciar que o aluno construa seus valores, refletir sobre o seu papel nesta construção, abordar esse tema de forma consciente e profissional, problematizar e facilitar as discussões entre os jovens, esclarecendo ou corrigindo distorções trazidas desde a infância, auxiliando-os a amadurecer suas opiniões. (RIBEIRO, 1990; SUPPLY et al., 1995; SAYÃO, Y. 1997)

Nas falas das professoras 2 e 3 quando relatam que o projeto teve seu início “pela necessidade de encontrar soluções para problemas relacionados à sexualidade e pela dificuldade de tratar desse assunto com naturalidade junto aos alunos”, podemos deduzir que existe uma inquietação quanto à temática, por não saberem tratar desse assunto de maneira

natural e em procurar soluções para os problemas relacionados à sexualidade. Esta dificuldade é discutida na literatura, e pode ser resultado da educação autoritária que tiveram e também do fato dos professores não terem a sensibilidade e a preparação necessárias para conhecer melhor os assuntos relacionados ao tema. (REIS; RIBEIRO, 2002; GAVIDIA, 2002; NUNES; SILVA, 2000)

O início do projeto na escola B foi *a partir da orientadora que trabalhava aqui e que fez um curso de orientação sexual que gostou; e trouxe essa idéia, e como eu fazia Biologia, viu que eu era uma pessoa que não tinha vergonha, que era espontânea, que falava. Ela me convidou para montar este projeto e trabalhar com as crianças. Você leva jeito. Aí tentamos. Comecei a participar de cursos sobre orientação sexual; já tinha feito um curso na UEL sobre esse assunto depois fiz um curso com um doutor que veio de Curitiba, mas não lembro o nome dele, mas sei que foi um curso muito bom, onde interessa muito, a orientadora se interessou também. Aí começamos a tentar e a bolar o projeto. Este projeto envolvia tudo: desde valores pessoais, sexuais, do corpo, auto-estima, higiene, droga, envolvia tudo. Começamos a bolar o projeto que foi mandado para a Secretaria Municipal de Educação para ver se aceitavam ou não. Foi feita uma reunião antes com os pais, para ver se concordam ou não com este projeto dentro da escola. E tudo começou assim com este projeto, com esta orientadora que foi fazer este curso de orientação sexual que achou viável e interessante.* (Prof. 5)

A orientadora de ensino participou de um curso sobre Orientação Sexual e por ter ficado motivada com ele, nasceu o desejo de iniciá-lo na escola B. Entendemos que a orientadora teve a idéia, ajudou a montar o projeto, mas deixou para a professora 5 a sua execução junto aos alunos.

Sendo assim, o projeto na escola B surgiu do desejo de uma pessoa que convidou outra para colocá-lo em prática junto aos alunos. Respaldamo-nos em Pereira (2005) para entender que para trabalhar com projetos não se requer apenas uma “técnica atraente para transmitir aos alunos o conteúdo das matérias”, requer-se sim que seja uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola, requer-se que seja trabalhado continuamente uma forma de repensar a prática pedagógica e as teorias que lhe dão sustentação, que sejam trocadas informações com o outro, desenvolvendo-se competências.

Nesta instituição escolar a ‘ação articulada’ não aconteceu entre professores. Inicialmente apenas duas pessoas se envolveram, não havendo troca de informações porque só a professora 5 é que pôs em prática o projeto. Veremos mais a frente, em outras respostas, que a professora 5 fala que a diretora e os professores dão apoio a ela, mas não participam do

projeto. Ainda a professora 5 relata que, além de ter feito o curso de Orientação Sexual na UEL, (que nos parece ser o mesmo relatado pelos professores da escola A), sempre participava de cursos sobre sexualidade promovidos por outras instituições e pelo fato dos outros professores e ela mesma se considerar desinibida coube a esta educadora levar o projeto avante.

Um dos limites que encontramos na escola B, mas que não impediu a realização do projeto, foi o fato do não-envolvimento de outros professores, como a própria professora 5 relata. Em outras respostas mais a frente, ela diz que recebia de todos apenas ‘apoio’ que se traduzia, a nosso ver, em ‘concordar’ com o projeto e nada mais.

Outro fato que percebemos na escola B, é que o projeto foi elaborado pela orientadora educacional que se associou à professora 5 por esta fazer o curso de Biologia.

Na escola C, o projeto de *Prevenção e Saúde* foi implantado no segundo semestre de 2003 por iniciativa do governo federal, apesar de que, desde 1999, a escola já vinha desenvolvendo um projeto sobre sexualidade. *A idéia do (primeiro) projeto partiu do diretor e da professora de Ciências, devido ao alto índice de gravidez na adolescência na escola. Os professores se organizaram e a doutora da Secretaria Municipal da Saúde veio oferecer o projeto ‘Adolescer’ e nós entramos de cabeça. O projeto já existia, porque a doutora sempre deu palestras aos professores e alunos da rede pública sobre sexualidade. Ela pertence à Secretaria Municipal de Saúde, ela já dava palestras e já tínhamos um projeto sobre esse assunto. Atualmente o projeto que está em execução é o projeto do Governo Federal, ‘Saúde e Prevenção nas Escolas’. Fizemos um trabalho de conscientização com todos os alunos e com todos os professores, para que pudessem se sensibilizar a respeito do assunto e para que tivéssemos bons resultados, porque falar sobre sexo só por falar sem um projeto oficial, ele pode ou não dar resultados.*

Primeiro o diretor fez uma reunião com os professores e disse que alguns deles seriam capacitados. Eu, supervisora, cheia de preconceitos, resolvi participar, fazer os cursos que a Dra e o presidente da ONG-CEPAC ministravam. A princípio foram 8 professores, o diretor, a presidente da APM fez os cursos e depois foram os outros que fizeram. Todos fizeram porque não posso falar sobre sexualidade com os filhos dos outros se não estiver apta para isso e ter argumentos para conversar com os pais dos alunos sobre a necessidade de abordar esse assunto numa escola. Fizemos reuniões com os pais, aplicamos e continuamos a aplicar dinâmicas com eles. (Prof. 6)

O que se observa na escola C é que havia um primeiro projeto de Orientação Sexual em execução desde 1999, por iniciativa de uma professora e do diretor da escola. Mas

em meados do ano de 2003, o governo federal implantou, nessa escola, um outro projeto, que de certo modo abarcava os mesmos temas sobre sexualidade que o primeiro já vinha executando.

Portanto, nessa escola a professora relata que antes desse projeto atual ser institucionalizado, já havia uma preocupação quanto à sexualidade, pelo alto índice de gravidez de adolescentes. Um projeto de Orientação Sexual já estava sendo colocado em prática no momento em que a professora 6 relata que *“a idéia do (primeiro) projeto partiu do diretor e da professora de Ciências, devido ao alto índice de gravidez na adolescência na escola. Os professores se organizaram e a doutora da Secretaria Municipal da Saúde veio oferecer o projeto ‘Adolescer’ e nós entramos de cabeça. O projeto já existia, porque a doutora sempre deu palestras aos professores e alunos da rede pública sobre sexualidade”* e a escola teve que se adaptar a um outro proposto pelo governo federal, mas que, a nosso ver, veio para complementar um trabalho já em andamento, dando nos a entender que talvez fosse mais elaborado e mais organizado, porque no primeiro ela não fala que fez reuniões com professores e alunos, foi uma idéia da professora de Ciências e do diretor

A idéia de confiar ao professor de Ciências ou de Biologia, o projeto de Orientação Sexual como foi relatado pela professora da escola B e da escola C (no primeiro projeto), é uma prática encontrada na literatura, onde por vezes os professores dizem que assuntos relacionados à sexualidade são de responsabilidade dos professores que lecionam estas matérias. Entretanto a Orientação Sexual é responsabilidade de todos. (SUPLICY et al., 1995; GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL 1994; ORRANTIA, 2004; NUNES; SILVA, 2000; BIANCON, 2005)

O projeto de Orientação Sexual na escola B foi implementado integralmente pela professora de Biologia. Mas na escola C, a partir do momento em que o governo federal escolheu, por intermédio das secretarias estaduais de Educação, os seis municípios que iriam iniciar este projeto, o diretor, a supervisora, a orientadora, 13 professores das diversas áreas do conhecimento, uma professora da Secretaria Estadual da Educação, o presidente da APM, alunos, pais e outros segmentos da sociedade, resolveram participar da sua elaboração.

Nos relatos referentes ao início dos projetos, parece-nos que as escolas estão assumindo sua função educativa, ao permitirem a reflexão sobre o assunto, no momento em que os professores se reúnem em grupos de estudo para discutir a temática e expor seus tabus e preconceitos e em reuniões com os pais (escola A). Na escola C, nas reuniões com os professores, pais e alunos, ao mesmo tempo em que procuram solucionar problemas e construir significados, definem ações educativas, e falam da preocupação que têm ao

trabalharem esses temas e mais especificamente quando a professora 6 da escola C cita “o alto índice de gravidez na adolescência”, fato que é confirmado por Ribeiro (2002) que diz os professores relatam preocupações com os altos índices de gravidez indesejada entre adolescentes e o risco de contaminação do HIV.

Este é o verdadeiro sentido de um projeto quando assumido como uma atividade natural, intencional, pois nasceu do desejo de resolver um problema. Para essas razões pedagógicas encontramos respaldo em Fagundes e Alvaréz (apud BAFFI, 2002), em Gadotti (apud VEIGA, 2001) e em Boutinet (2002): “todo projeto, por meio da identificação de um futuro desejado e dos meios para fazer com que aconteça, estabelece certo horizonte para o futuro que deseja”. No nosso entender, esse “futuro” está no desejo de “transmitir valores corretos”, “tratar destes temas com naturalidade” e numa solução para um problema preocupante, o “alto índice de gravidez na adolescência”. De acordo com Nunes e Silva (2000), que o possível e desejável se torne realidade.

Talvez esses sentimentos até estivessem implícitos nos objetivos da escola B, mas nas respostas obtidas não os encontramos, pois o projeto iniciou-se pelo fato da orientadora ter achado o assunto interessante, deixando-o a cargo de uma pessoa que teve por mais apta.

Entendemos que o projeto de Orientação Sexual, por ser complexo, pelo fato de ainda haver muitos tabus e preconceitos e não saber tratar com naturalidade de temas que envolviam a sexualidade, apresentou um limite que foi superado no momento de sua iniciação na escola A, fazendo-se cursos para que fossem vencidos os obstáculos. Não percebemos nas falas dos professores da escola A que tenham ficado mais ‘aptos’ após sua participação no curso, mas se sentiram mais ‘relaxados’ para discutir os assuntos, como relata a professora 1: *Durante as reuniões, havia muita vergonha e tabus de muitas pessoas, inclusive eu. Com o tempo passando e o grupo continuando o mesmo, houve relaxamento onde alguns tabus e vergonhas acabaram.*

Se houver interesse de todos que fazem parte da comunidade escolar, a possibilidade de realizar um projeto desta ordem e de obter resultados satisfatórios é grande, pois pudemos observar, em todas as três escolas, que os professores procuraram e obtiveram apoio de outros setores para se atualizarem. Apesar de, na escola B, o projeto estar sendo encaminhado apenas por uma pessoa, obtiveram-se resultados enquanto ela esteve presente.

Os professores, ao mesmo tempo em que admitem que sua formação é insuficiente, compreendem a exigência de se aperfeiçoarem quanto à temática da sexualidade.

Podemos considerar que os projetos foram concebidos a partir da necessidade de compreender melhor as questões da sexualidade e saber lidar com elas.

A possibilidade de desenvolvimento de um projeto de Orientação Sexual parece ter origem a partir da necessidade de se resolver um problema que seja de interesse e preocupação da maioria tornando mais consolidada a escola para enfrentar essa temática, mas os limites surgem quanto à participação dos pais, a preparação deficiente e não envolvimento de alguns professores.

2) Planejamento, tomadas de decisões e envolvimento da comunidade no projeto.

Se os projetos de Orientação Sexual das escolas investigadas partiram da necessidade de compreender melhor as questões da sexualidade, é necessário saber como ocorreu a elaboração do tal projeto, que leituras foram feitas, como as reuniões ocorreram, que decisões foram tomadas e qual foi o envolvimento da comunidade escolar. Mais que conversar ou orientar sobre sexualidade há que se discutir como são as interações entre saberes, tomadas de decisões e envolvimento de professores e pais.

Antes de iniciar o projeto educativo é necessário que a comunidade escolar passe por uma fase de sensibilização em relação ao assunto, na qual a equipe diretiva será responsável por estimular processos informativos ao corpo docente, aos alunos e pais, participando de reuniões junto com professores, no intuito de convencê-los da necessidade de elaborar um projeto educativo próprio da escola. (MUÑOZ, 2004)

Quanto à elaboração e leituras realizadas para o projeto na escola A, de acordo com a fala da supervisora 4, “o projeto foi elaborado em conjunto nos grupos de estudos e depois discutido com a coordenadora do curso. No período de elaboração do projeto, duas professoras participaram do mutirão orientado, as quais disseram: *com o projeto em mãos e só depois fizemos reunião com os pais, com todo os embasamentos e só depois começamos a trabalhar com os alunos sistematicamente, porque assistematicamente sempre foi feito.*

Desta maneira, o projeto foi escrito pelos professores no momento em que se reuniam em grupos de estudo e depois dele pronto foi discutido com uma especialista no assunto. Quanto às leituras que fizeram, percebemos, pela fala da supervisora 4, que os professores foram buscar subsídios para a concretização do projeto numa instituição de ensino superior, a Universidade Estadual de Londrina – UEL, que oferecera esse curso para formar

educador sexual, num período de seis meses. Também fizeram leituras durante os grupos de estudo e em cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Ensino. Nesta mesma época, outras duas professoras participaram de um outro curso ministrado pela Secretaria Municipal de Ensino. Esta mesma supervisora relatou informalmente que este era um curso sobre os temas transversais e, portanto, abrangia a Orientação Sexual.

Entendemos que as leituras se limitaram àquelas iniciais feitas na UEL e nos cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação. Mas não observamos, nas falas dos professores, que os cursos continuaram a acontecer após ter sido colocado em prática o projeto.

As reuniões para a organização e elaboração do projeto na escola A aconteceram somente com professores. Mas reuniões de sensibilização sobre os assuntos que estariam inseridos no projeto foram realizadas com a presença de alguns pais e professores, como percebemos nas falas da professora 1: *“eu não fiz este curso na UEL, porque cheguei após a sua realização. Durante o primeiro ano fiz junto com as mães e algumas colegas que entraram comigo o curso aqui na escola à noite. O curso foi ótimo porque houve união entre pais e mestres”* e também nas seguintes falas: *Houve 15 encontros com pais interessados sobre o assunto com estagiários do curso de Psicologia da UEL no ano de 2001.* (Sup. 4)

As tomadas de decisão na escola A, para avaliar como se desenvolveria o projeto, e decidir que questões seriam inseridas, aconteceram nos grupos de estudo e depois foi discutido com a coordenadora do curso realizado na UEL.

Sendo assim, o que percebemos que os professores é que decidiram como o projeto seria implantado, contando-se para tanto com o aval da professora que ministrava o curso na instituição de ensino superior.

Houve envolvimento da comunidade como percebemos nas falas da professora 1: *a implantação do projeto foi gradual, com as aulas de 15 em 15 dias e com a conscientização dos pais em reuniões bimestrais dos temas que seriam abordados, ou através de reunião a maioria dos pais tomou ciência e reconheceu a importância desse projeto,* (Prof 2 e 3); *ou depois do projeto ter sido construído, foi feita uma reunião com os pais para o conhecimento dos mesmos (1998). Atualmente a cada início do período letivo, os pais dos alunos novos, são comunicados na 1ª reunião. Caso alguém tenha dúvida, agenda-se um horário para mostrar como trabalhamos, o material utilizado, etc.* (Sup. 4)

Podemos inferir que na escola A as decisões tomadas quanto ao desenvolvimento do projeto e dos assuntos que seriam abordados, aconteceram somente com

a participação dos professores e com uma especialista em assuntos de Orientação Sexual. Não houve a presença dos pais ou dos alunos nesta etapa do projeto.

O envolvimento da comunidade escolar só aconteceu quando o projeto pronto foi “apresentado” aos pais numa reunião. Também, em outra ocasião, estando o projeto já implantado, os professores que não participaram do curso realizado pela UEL, formaram grupos de estudo junto com alguns pais, sob a coordenação de alunos estagiários do curso de Psicologia da mesma instituição de ensino superior.

Na escola B, a elaboração do projeto foi feita pela orientadora e pela professora 5. Assim, segundo a professora 5, o projeto de Orientação Sexual foi elaborado por apenas duas pessoas da escola *Comecei a participar de cursos sobre orientação sexual; já tinha feito um curso na UEL sobre esse assunto depois fiz um curso com um doutor que veio de Curitiba, mas não lembro o nome dele, mas sei que foi um curso muito bom, onde interessa muito, a orientadora se interessou também. Aí começamos, ela e a orientadora, a tentar e a bolar o projeto que envolvia tudo: desde valores pessoais, sexuais, do corpo, auto estima, higiene, droga, que foi mandado para a Secretaria de Educação para ver se aceitavam ou não. Foi feita uma reunião antes com os pais, para ver se concordam ou não com este projeto dentro da escola, como ele ia acontecer, como ia ser trabalhado, os materiais que seriam usados, o que ia envolver. Então eles ficaram sabendo do projeto através desta reunião que foi feita.*

Quanto às reuniões para a elaboração do projeto, delas só participaram as duas professoras citadas. Reunião com os pais aconteceu após ter sido elaborado o projeto, como encontramos nas falas da professora 5: *começamos a bolar o projeto que foi mandado para a Secretaria Municipal de Educação para ver se aceitavam ou não. Foi feita uma reunião antes com os pais, para ver se concordam ou não com este projeto dentro da escola.*

Nesta escola, podemos observar que não aconteceu a participação dos pais na elaboração do projeto.

Quanto às leituras realizadas, a orientadora fez um curso de Orientação Sexual e a professora 5 participou de vários cursos sobre a temática, inclusive o oferecido pela UEL, que, pelo visto, é o mesmo descrito pela escola A.

Na escola B, as tomadas de decisão ocorreram somente na presença das duas professoras que elaboraram o projeto, as quais concluí-lo, convidaram os pais para ver se aceitavam ou não o projeto. Como vimos pela fala da professora 5, nesta etapa do projeto, não houve o envolvimento da comunidade escolar.

Na escola C, conforme relata a professora 6, vemos na elaboração do projeto que todos participaram, inclusive pessoas que não pertenciam àquela comunidade escolar, como o representante da ONG - CEPAC e que as leituras aconteceram durante a elaboração do projeto e enquanto ele foi trabalhado com os alunos: *A princípio foram 8 professores, o diretor, a presidente da APM fez os cursos e depois foram os outros que fizeram. Temos 13 professores capacitados para discutir sobre sexualidade em qualquer momento. Temos também o presidente da ONG que dá também capacitação para os professores, alunos e pais, no CEPAC e a doutora (funcionária da Secretaria Municipal de Saúde) também capacita professores e alunos, e os governos Estadual e Federal que estão juntos com a gente. No Governo Estadual temos uma professora (funcionária da Secretaria Estadual da Educação) que é responsável por Projetos Especiais. A professora de Ciências dá aulas de Orientação Sexual na matéria dela, a doutora complementa o que ela deu, e aos outros professores, cabe sempre quando o assunto surgir, responder acertadamente, explicar tudo direitinho, satisfazendo o aluno. Multiplicadores são os próprios alunos (de treze a 15 alunos). Estamos na terceira turma. Um professor responsável leva os alunos do projeto até a doutora, que é da área sexual, para ter cursos e tirar dúvidas e eles passam a ser os multiplicadores. A doutora e o representante da ONG sempre que necessário ou quando estão disponíveis, eles vêm até a escola para dar alguma palestra. O assunto a ser discutido será de acordo com a necessidade ou escolhido por alunos. Os alunos também explicam tudo para os outros. Vieram materiais de vários lugares para subsidiarem o nosso projeto, veio até da ONU. As reuniões eram semanais para fazer uma análise de como estava indo o projeto. As decisões eram tomadas em conjunto, direção e comunidade escolar. Foram feitas atividades com os pais, com os alunos. Muitos pais que a princípio não aceitaram a idéia, após serem convidados a participar do projeto, das reuniões e das dinâmicas de sensibilização, mudaram de opinião e perceberam o tamanho da importância do projeto e o risco que os filhos estão correndo hoje em dia sobre DST, gravidez precoce, etc.*

Percebemos, nesta escola, que o diretor, vários professores, pais, alunos e pessoas de outros segmentos da sociedade se envolveram no projeto não só no momento de sua elaboração, mas enquanto ele se implantava e se realizava. Parcerias foram feitas com a Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Estadual de Educação, governo federal e também uma Organização Não-Governamental.

Os alunos é que são os multiplicadores do projeto; os professores discutem a sexualidade no horário de suas aulas quando o assunto surge, e na disciplina de Ciências a matéria é normalmente tratada. Percebemos a participação dos professores, pais e alunos, nas

leituras realizadas no decorrer dos cursos que fizeram, nas reuniões semanais, e nos cursos de sensibilização com a finalidade de atualização constante. Para a atualização na escola, utilizaram muitos materiais que vieram de diversos lugares, inclusive da ONU.

Na escola C, verificamos que as tomadas de decisão aconteceram com a participação da maioria dos professores, da orientadora, diretor, pais, alunos e outros representantes da sociedade. Nas falas da professora 6, os alunos é que escolhem os temas que serão abordados, *“o assunto a ser discutido será de acordo com a necessidade ou escolhido por alunos. Os alunos também explicam tudo para os outros alunos não só sobre o uso do preservativo, mas outros assuntos relativos à sexualidade.”*

Desta maneira, nesta escola, a participação de muitos professores e a presença da família aconteceu; todos conhecendo, discutindo e opinando e os alunos participando das atividades e estando presentes indivíduos de outros segmentos da sociedade. Entendemos que, além das discussões internas com professores, pais e alunos, os materiais que vieram de diversas partes e as parcerias com outros setores contribuíram para a elaboração do documento. O que se percebe é que este foi uma complementação daquele que já estava sendo colocado em prática, porém organizado, bem elaborado e mais participativo, como comprovaremos pelas respostas dadas.

De acordo com Ribeiro (2002), Oliveira (2000), Nunes e Silva (2000), Camargo e Ribeiro (2000), Sayão, Y. (1997), Reis, Ribeiro (2002), Felipe e Guizzo (2004) e Suplicy et al. (1995) reforça-se a importância da formação dos professores quanto à produção teórico-científica e quanto ao seu autoconhecimento, com vistas a favorecer a sua criatividade e sensibilidade, devendo o professor estar em contato permanente com as questões que envolvem a sexualidade, lendo, estudando e debatendo com a direção, equipe técnica e colegas. Na escola A, como relata a professora (4): *o projeto começou a ser estruturado depois que a supervisora e todo o corpo docente da época (1997) participou do Grupo de Estudos sobre Educação Sexual, coordenado pela professora da UEL com a participação de estagiários do 5º ano do curso de Psicologia da UEL.*

Compreendemos que é essencial na elaboração de um projeto de Orientação Sexual que os indivíduos envolvidos recorram a especialistas no sentido de se informarem a respeito da temática da sexualidade e descubram atividades que sejam úteis para a sua implantação e implementação, o que de fato aconteceu na escola A, mas é de suma importância que exista uma constante atualização dos participantes, que aconteçam periodicamente reuniões com especialistas sobre assuntos que são polêmicos, no sentido de se ter mais segurança para discutir com os jovens sobre eles.

Desta maneira, após o projeto ter sido implantado na escola A, não se percebe nas falas dos professores que tivessem participado de algum outro curso ou feito alguma parceria no sentido de se atualizarem. Portanto, a atualização ficou restrita ao início do projeto, com o curso na UEL ou com seus estagiários, e como bem ressalta Figueiró (2004, p. 122) que os cursos esparsos, embora possam trazer alguma parcela de contribuição para o aprendizado do professor, é necessário considerá-los criticamente, pois a formação continuada necessita ser planejada como um processo e deve dar-se num tempo não exíguo, com oportunidade para que o educador “possa pensar e repensar sua prática pedagógica e realimentá-la com as reflexões coletivas que realiza com todos que integram a equipe”.

A necessidade de se fazer parcerias com outros setores da sociedade também é ressaltado pelo Guia de orientação sexual (1994), por Gavidia (2002), Sayão Y. (1997) e Castro, Abramovay e Silva (2004); que referem sobre a importância das parcerias para preencher as lacunas deixadas pelo estado e pelo mercado, quanto à formação do professor durante a sua vida acadêmica, atualização constante do professor, investimento em pesquisas contínuas e atualizadas, apoio aos projetos de Orientação Sexual, fortalecimento dos movimentos sociais, e outros.

De acordo com Sayão, Y. (1997), o trabalho direcionado à Orientação Sexual deve ser iniciado com o profissional que se sentir disponível para essa tarefa, requisito necessário, mas não suficiente. Não há necessidade de habilitação desse profissional na área biológica, uma vez que o fundamental é a postura do professor, sua capacidade de reconhecer como legítimas as questões dos alunos, acolhendo-as com respeito. É claro que serão necessários conhecimentos de anatomia do corpo humano, mas nada tão profundo e detalhado que não possa ser assimilado por um professor de outra área, por meio de estudo e/ou pesquisa.

Se, nas falas dos professores das escolas A e B, não observamos o envolvimento dos pais ao longo do processo de elaboração do projeto, ficando as tomadas de decisão a cargo dos professores, na escola C foi grande o envolvimento de muitas pessoas da comunidade escolar e de outros segmentos da sociedade, tais como os especialistas da saúde municipal e estadual, da ONG – CEPAC, de estagiários de uma universidade, e outros.

Para a concretização de um projeto educativo, de acordo com Muñoz (2004), existem fases que devem ser seguidas. Uma delas é aquela em que a comunidade escolar passa a conhecer o que vai ser colocado em prática, opina sobre os assuntos, convence os pais da necessidade do projeto e estimula os alunos a participarem dele. Na escola A, esta fase não ocorreu. De acordo com as respostas dadas pela supervisora 4 da escola A, vemos

que esta fase se limitou a um curso com uma especialista na UEL. Os demais professores reuniram-se na escola em grupos de estudo com alguns pais, sob a supervisão de estagiários do curso de Psicologia da mesma instituição. Na escola B, a professora também fez cursos de Orientação Sexual somente no início do projeto. Entendemos que tanto na escola A quanto na escola B, os pais e os alunos só ficaram cientes do projeto no momento em que foram apresentados a ele durante uma reunião da escola. Compreendemos, então, que a reunião serviu para que os pais tomassem conhecimento do projeto, mas não para opinar sobre os objetivos dele. As necessidades da comunidade foram levantadas pelos próprios professores, não havendo uma participação direta nem dos pais nem dos alunos.

Quanto à participação e envolvimento de todos que compõem a comunidade escolar em projeto de Orientação Sexual, vemos em Silva (1993) e Felipe e Guizzo (2004), que este empreendimento não é de apenas um professor, mas de uma equipe inteira com discussões, planejamento, estudos contínuos, participação dos pais e outros. Esse envolvimento de muitas pessoas ao mesmo tempo no enfrentamento de um desafio cria condições para o diálogo levando as pessoas a se motivarem para que o projeto realmente aconteça e perdure, e talvez seja por este motivo que ele não perdurou na escola B como veremos nas falas mais a frente.

Ainda discutindo sobre o baixo número de participantes das escolas no desenvolvimento de projetos da sexualidade apenas quatro professores da escola A e um só professor da escola B, Gavidia (2002) considera que este fato acontece porque há da parte da escola inércia para mudar as formas de comportamento e as escalas de valores e uma dificuldade de incorporação das matérias transversais ao currículo escolar quando as estruturas já estão consolidadas e há pouca tradição de trabalho em equipe.

Quanto às questões da dificuldade em envolver todos da comunidade escolar, Egypto (2003), Sayão, Y. (1997), Nunes e Silva (2000), Suplicy et al. (1995) e Gavidia (2002), explicam que os assuntos relacionados ao sexo tocam muito na intimidade das pessoas, chegando até a desestabilizar alguns, como encontramos na fala da professora (3) *no início foi muito polêmico tendo muitos tabus a serem vencidos por todos nós. Pra mim, no início foi muito difícil abordar tais assuntos, mesmo que sendo de modo sutil, minha supervisora me deu muita força e a colega que era a minha paralela também. Neste início o apoio é fundamental, pois os tabus internos são os mais difíceis a serem quebrados. Ressalto que no início era muito difícil mesmo.*

Por ser complexo, provoca resistências, existindo uma certa dificuldade no envolvimento de todos, o que também se confirma pela fala da professora de Educação Física,

que não tinha nada a falar. Verificamos na literatura que a não participação de alguns professores no projeto de Orientação Sexual, pode ser justificado pelo fato de se sentirem incomodados em transmitir esse tipo de conteúdo para os alunos. Além disso, cada professor tem sua própria concepção, convicções e valores sobre a vida sexual, incluindo-se aí a moral e os preconceitos. (SAYÃO, Y., 1997; REIS; RIBEIRO, 2002)

De acordo com a literatura, sabe-se que um projeto de Orientação Sexual deve ser sistematizado, planejado, ter a participação da comunidade escolar e, principalmente, estar presente a família, para que ela tome conhecimento, dê sugestões e participe. Assegurando essas premissas básicas, o projeto tende a obter êxito. (SUPLICY et. al, 1995; MUÑOZ, 2004; EGYPTO, 2003; GONÇALVES, 1993; SILVA, 1993a)

Notamos que os professores das escolas A e B se prepararam para aplicar o projeto de Orientação Sexual, no intuito de superar o senso comum, realizando cursos, procurando instituições, aprofundando os conhecimentos por meio dos recursos da pesquisa científica, para saber como abordar temas relacionados ao projeto e para ter conhecimentos básicos e suficientes e assim poder definir os objetivos, os conteúdos e a metodologia que seria aplicada. Vemos na literatura que é difícil enfrentar, de maneira efetiva, qualquer tipo de situação na educação, se os educadores não tiverem a sensibilidade e a preparação necessárias para conhecer os principais problemas que afetam a sociedade em geral e os alunos em particular. (GAVIDIA, 2002; NUNES; SILVA, 2000; REIS; RIBEIRO, 2002)

Os professores das escolas A e B buscaram preparar-se através de cursos e de leituras. Esse é procedimento correto, porquanto Nunes e Silva (2000), já explicam que toda Orientação Sexual implica uma reeducação da própria sexualidade. Só podemos transmitir com segurança aqueles conceitos e valores nos quais de fato acreditamos e que nos convencem; “a vontade deve ser o motor das práticas transformadoras, que se completa com a consciência crítica, que deve ser buscada pela ciência e trabalho intelectual de pesquisa e aprofundamento”.

Entretanto, se os professores das escolas A e B procuraram preparar-se para a realização do projeto, para vencer tabus (prof 1), para tratar do assunto com naturalidade (prof. 2) e até para superar o senso comum, esta atitude ficou restrita só ao início do projeto. Esta preparação inicial foi com cursos realizados pela UEL, mas ao longo da implementação do projeto não observamos que tivessem participado de mais algum curso ou atualização a respeito da sexualidade.

É fundamental para se obter êxito num projeto de Orientação Sexual, de acordo com Silva (1993a) e Caridade (1993), que seja considerada a formação permanente

dos professores, os quais devem ter uma efetiva preparação nessa área, procurando orientações e trocas de experiências constantes com profissionais e segmentos afins. Que o educador tenha uma firme relação de confiança com os alunos. (REIS; RIBEIRO, 2002) Que haja um trabalho contínuo com alunos e pais. Que a informação e formação do professor e do aluno disponham de um espaço apropriado para que eles possam desenvolver pesquisas e aprestar-se de uma metodologia que os ajude a tratar o conteúdo. Mas esta atualização constante, esta troca de experiências, o trabalho contínuo com os pais e a criação de um espaço para a formação e informação não pudemos notar nas falas dos professores das escolas A e B. Como bem ressalta Figueiró (2004) a necessidade de se ter um espaço, um grupo, em que se possa exprimir os sentimentos sentidos parece ser essencial para poder reconhecê-los, aceitá-los e enfim, refletir sobre eles, ao invés de contestá-los. Este processo amplia a possibilidade de superá-los.

Entretanto, quando analisamos as falas da professora 6, da escola C, vemos que leituras, cursos, dinâmicas e atualizações, aconteceram constantemente durante a aplicação do projeto, já que existiam espaços para a formação e informação dos professores, pais e alunos, num local da Secretaria Municipal de Saúde, na ONG – CEPAC e dentro da própria escola, como percebemos quando ela diz: *Temos uma sala onde funciona o projeto, tem cartazes, preservativos, órgão sexual, e é dada uma aula para que o uso não tenha a visão que esteja incentivando a prática do sexo, mas sim para prevenir DST.*

Se o projeto de Orientação Sexual causa polêmica, se situações complexas podem aparecer e decisões devam que ser tomadas, é interessante que o debate interno aconteça com os professores, pais, alunos e pessoal não-docente. Isso, porém, não encontramos em nenhuma das falas dos professores da escola A nem da escola B. Na escola A houve uma fase de planejamento com reuniões nas quais as questões sobre a sexualidade eram discutidas pelos os professores, e na escola B o planejamento foi feito somente pela orientadora e pela professora que iria aplicá-lo.

Uma vez elaborado o projeto em ambas as escolas, os pais foram convocados a tomar ciência dele, contrariando Gonçalves (1993) e Suplicy et al. (1995), que dizem que a família deve estar presente neste momento, para conhecer, discutir e opinar sobre a proposta devendo-se também fazer uma sondagem dos interesses dos alunos. No instante que o projeto da escola A foi elaborado, com os dados que os professores e a equipe escolar tinham a respeito da população do bairro, mas na escola B, conforme as falas da professora 5, essa sondagem não foi feita.

Mas, se as duas escolas contrariam Gonçalves (1993) e Suplicy et al (1995) no que se refere à presença da família no momento da elaboração do projeto, a escola A leva em conta o que os autores sugerem quanto à importância de haver clareza do perfil de cada grupo de alunos e de fazer levantamento dos pontos conflitantes, das dúvidas e necessidades da equipe e isso aconteceu nas reuniões de grupo de estudo.

Podemos dizer que tanto na escola A quanto na escola B, o projeto se iniciou por vontade das próprias escolas. Na escola C havia um projeto que fora elaborado pela própria escola, mas que atualmente já não mais existe, pois deu lugar a um outro projeto proposto pelo governo federal. Talvez por esse motivo ele é mais organizado, tendo a comunidade escolar mais subsídios e apoio que as outras duas escolas. Mas o que é notório e constante na escola C é a participação dos pais e dos alunos nas atividades programadas, tais como oficinas, palestras, dinâmicas, etc.

Quanto à importância da participação dos pais no projeto de Orientação Sexual, Sayão R., (1997), Gimenes e Ribeiro (2002), Costa (1986) explicam que o contexto familiar influencia na construção da sexualidade do ser humano, pois sua preocupação é protegê-lo, e desta maneira, transmitir valores, padrões morais que consideram como correto; mas os jovens na maioria das vezes buscam seus próprios valores, e aí entra o papel da escola que é o de ampliar as discussões a respeito da sexualidade, de modo claramente diferenciado e definido. A presença da família é essencial no projeto de Orientação Sexual, neste sentido Figueiró (2006), confirma que espaços devam ser criados para que os pais esclareçam suas dúvidas, saibam dos horários e funcionamento das oficinas e grupos.

Quanto à acessibilidade ao planejamento do projeto de Orientação Sexual nas três escolas existia para qualquer pessoa, mas os pais não tinham em mãos a cópia do projeto e os recém-chegados, eram informados verbalmente pelos professores do projeto em andamento. Os novos professores eram comunicados através do projeto elaborado. Isso contraria o que diz Muñoz (2004) o qual orienta que, depois de elaborado o projeto, o documento de criação deve estar disponível a qualquer membro da comunidade escolar; no mínimo, um resumo deve ser entregue a cada família. Uma cópia dele deve ser entregue aos professores recém-chegados e a pais de alunos novos, para terem uma idéia geral do tipo de ensino que se aplica naquela instituição.

Compreendemos que um projeto de Orientação Sexual necessita de uma participação efetiva da comunidade escolar; o que na maioria das vezes se torna um limite, pois trabalhar em grupo e envolver muitas pessoas, principalmente em torno de um projeto onde a temática é sexualidade, a dificuldade aumenta. A preocupação em torno da gravidez

precoce na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis é extremamente válida, mas não podemos nos distanciar da necessidade de se discutir o corpo como matriz da sexualidade, integrado em suas funções biológicas, afetivas, perceptivas e de relação social, as relações de gênero e a ênfase na prevenção e na saúde.

Existe uma necessidade imperiosa no convencimento da comunidade escolar quanto à importância do projeto de Orientação Sexual e que ele seja muito bem planejado, pois, quanto maiores forem os mecanismos de participação dos envolvidos, melhores serão seus resultados.

3) Identificação de um problema, discussões sobre as prioridades e o compartilhamento de idéias

Ao se elaborar um projeto educativo, de acordo com Muñoz (2004), existem preocupações básicas que devem ser consideradas na sua construção e uma delas é a identificação de um problema; posto isso, compartilhar as idéias e discutir a importância de cada um.

Na escola A não percebemos, pelas falas dos professores, que havia um problema referente à sexualidade que necessitasse de um trabalho urgente. De acordo com as respostas dadas, observamos que havia preocupação quanto ao “modo correto de passar informações sobre temas ligados ao sexo aos alunos”.

Na busca de uma solução para problemas relacionados ao tema, isto é, respostas às perguntas que os alunos traziam ao assistir televisão, ao ouvir notícias em rádios, sobre estupro, violência contra a criança, pedofilia, etc. (Prof. 2)

Quanto às prioridades dos temas que seriam tratados no decorrer do projeto encontramos que *O projeto foi elaborado em conjunto nos grupos de estudos e depois discutido com a coordenadora do curso. (Sup. 4)*

Os temas priorizados no decorrer da execução do projeto foram elaborados pelos professores durante as reuniões nos grupos de estudo e levados para uma análise da especialista da UEL. Pelas falas não nos foi possível perceber que critério que foi adotado para a priorização de determinados temas.

Na escola B, também não identificamos nenhum problema mais urgente que pudesse justificar o projeto de Orientação Sexual. Ele foi implantado porque a orientadora fez um curso de Orientação Sexual e considerou que sua aplicação naquela escola poderia ser

interessante e viável. O que pudemos notar, quando a professora 5 relata sobre os objetivos do projeto, é a sua preocupação em *passar informações corretas aos alunos* quanto à sexualidade e melhorar a auto estima deles.

Sobre as prioridades dadas aos temas, compreendemos que as duas professoras participantes da montagem do trabalho simplesmente escolheram temas que consideraram interessantes:

Este projeto envolvia tudo: desde valores pessoais, sexuais, do corpo, auto estima, higiene, droga, envolvia tudo. (Prof 5)

Na escola C, talvez por ela ter uma clientela de faixa etária diferente que a das outras duas escolas, esta escola atende alunos da 5^a à 8^a série (entre 11 e 16 anos), havia um problema identificado, que se reconhece na fala da professora 6:

A idéia do (primeiro) projeto partiu do diretor e da professora de Ciências, devido ao alto índice de gravidez na adolescência na escola. Os professores se organizaram e a doutora da Secretaria Municipal da Saúde veio oferecer o projeto 'Adolescer' e nós entramos de cabeça.

Necessário é que se explique que este projeto inicial teve a sua continuidade no projeto atual, instituído pelo governo federal.

Quanto aos temas que seriam abordados no transcorrer do projeto, encontramos nas falas da professora 6:

No início do ano letivo a doutora passa os temas que serão abordados, e devido a experiências dos anos anteriores, podemos inserir outros temas que acharmos necessários. Como sabemos de antemão os dias e os temas que serão abordados, levamos alunos de ônibus para assistirem as palestras, geralmente no SESC onde o salão é amplo, e ali eles também podem tirar dúvidas e levantar problemas. Multiplicadores são os próprios alunos. (de treze a 15 alunos) Estamos na terceira turma. Um professor responsável leva os alunos do projeto até a doutora da área sexual para ter cursos e tirar dúvidas e eles passam a ser os multiplicadores. O assunto a ser discutido será de acordo com a necessidade ou escolhido por alunos.

Os professores também vão para o CEPAC, onde eles repassam o que tem de novo sobre determinados assuntos. Às vezes no horário de aula, às vezes no contra turno.

Na escola C, os assuntos que foram discutidos na aplicação do projeto são aqueles eleitos pelos próprios alunos e a solução encontrada pela escola para atingir os alunos foi que os próprios alunos se tornassem multiplicadores do projeto no contraturno e em uma sala especial como percebemos na fala da professora 6: *Multiplicadores são os próprios*

alunos. (de treze a 15 alunos) Estamos na terceira turma. Um professor responsável leva os alunos do projeto até a doutora da área sexual para ter cursos e tirar dúvidas e eles passam a ser os multiplicadores.

Esta tese de que os alunos devam ser os multiplicadores do projeto de Orientação Sexual é encontrada em Lima e Pinto (apud BIBLIOMED, 2000c) que a denomina de “protagonismo juvenil”, o qual trabalha com os próprios adolescentes sua maneira de entender os assuntos relacionados ao sexo, as drogas e a violência. E a sua eficácia está em capacitar os adolescentes a interagir com os colegas da mesma idade ou mais novos, e utilizando-se da mesma linguagem conscientiza-os da responsabilidade sobre seus corpos, suas mentes e como consequência, sua sexualidade.

Quanto à seleção dos conteúdos nas escolas A e B, os assuntos foram abordados de acordo com a faixa etária, pois o projeto foi feito, os assuntos foram listados e só depois disto os alunos ficaram sabendo da existência do projeto, portanto, os temas referentes à sexualidade que seriam discutidos não foram selecionados pelos alunos.

É necessário que os assuntos do projeto de Orientação Sexual sejam selecionados pelos alunos e sejam adequados a cada faixa etária e contem com a participação da maioria das disciplinas (Grupo de Co-educação do MRP, 2004; Sayão, Y., 1997). Orrantia (2004) considera que a discussão sobre o que é prioritário a ser colocado em prática no âmbito escolar é necessária, é possível e deve ser compartilhada por toda a comunidade educativa a fim de se saber o que merece maior importância na hora de buscar soluções. Essa discussão não encontramos na escola A e B, nem o entrosamento da comunidade escolar na elaboração do projeto.

Portanto, por um lado podemos inferir que os temas inseridos no projeto da escola A e B não foram contemplados nem pelos pais nem pelos alunos, ficando essa tarefa a cargo das professoras envolvidas. Por outro lado, na escola C, percebemos que os temas priorizados eram aqueles que foram eleitos pelos próprios alunos.

Se uma proposta de projeto apresentar essas características de compartilhamento de idéias, de discussão da realidade do contexto escolar e da localização em que está inserida e de levantamento das suas prioridades, servirá de referência para o corpo docente na sua reflexão sobre a prática cotidiana e na seleção dos conteúdos. (ORRANTIA, 2004)

Muñoz (2004) sugere que, após a identificação do problema, se faça um mapeamento do aporte científico e seleção de parceiros, e se elabore um método de acompanhamento, e tudo seja avaliado e publicado. Na escola A essas fases não foram

identificadas a não ser a da seleção de participantes os quais, no início do projeto, fizeram um curso com uma especialista da UEL e os grupos de estudo foram coordenados por estagiários do curso de Psicologia. Portanto, esta parceria aconteceu no início do projeto não havendo um acompanhamento durante sua implementação.

Na escola B, houve uma atualização por parte da professora quando explica *comecei a participar de cursos sobre orientação sexual; já tinha feito um curso na UEL sobre esse assunto, depois fiz um curso com um doutor que veio de Curitiba, foi um curso muito bom; mas as outras fases descritas por Muñoz (2004), não foram detectadas.*

Na escola C, talvez por ser um projeto coordenado pelo governo federal, percebe-se que o mapeamento do aporte científico foi feito, conforme diz a professora 6: *vieram materiais de vários lugares para subsidiarem o nosso projeto, veio até da ONU. A parceria com ONU concretizou-se pelo fornecimento de material científico para subsidiar o projeto. Além disso, a supervisora participou de curso que tratou dessa temática repassando o que ouviu aos demais professores: a supervisora fez curso sobre DST em São Paulo com pessoas do Brasil inteiro, e repassou para os outros professores.*

O acompanhamento era realizado por especialistas em Orientação Sexual da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Estadual de Educação, de uma ONG e de uma instituição particular de ensino superior, entidades que eram consideradas parceiras. Isso é o que relata a professora 6: *o projeto da escola foi elaborado com a participação de todos os professores, diretor, e pessoal pedagógico que haviam participado inicialmente dos cursos da dra (funcionária da Secretaria Municipal da Saúde) e do presidente da ONG- CEPAC da professora que é responsável por Projetos Especiais (funcionária da Secretaria Estadual da Educação) e de alunos da Faculdade Tuiuti que ministram palestras de vez em quando para os alunos.*

Quanto à avaliação do projeto, a professora 1 da escola A diz que a avaliação ocorreu por meio das *anotações – resultados compartilhados do próprio aluno, isto é, os alunos escreveram o que acharam do projeto.* Nas falas dos professores 2 e 3 a avaliação *aconteceu através da participação e avaliação das famílias, avaliação dos alunos, referentes às aulas do projeto e alteração de comportamentos através da reflexão em sala de aula*”. A supervisora 4 diz que, além da avaliação feita pelos alunos e pela família, ela foi feita também *“por meio de relatos dos professores.*

A avaliação do projeto de Orientação Sexual na escola B foi medida por meio de comentários que são ouvidos fora da escola, no momento que a professora 5 relata: *acredito que este projeto deu certo, pois nossa escola é apontada como uma das que está*

chegando lá (este chegar lá significa o esforço de um grupo todo para que seja reconhecida a importância de tratar deste tema).. A própria professora faz a sua avaliação quando fala que “a educação em qualquer parte do mundo demora muitos anos para frutificar. Temos as sementes que esperamos ter lançado em terra fértil e que com o passar dos anos irão frutificar.

O que se percebe é que a avaliação do projeto da escola B é medida pelos comentários positivos que são feitos por pessoas que não fazem parte da escola e pela ‘crença’ da professora em ter lançado as sementes que mais tarde iriam frutificar. Ela acredita que o que foi transmitido aos alunos no que tange à sexualidade deverá nortear suas vidas.

Esta crença da professora 5 encontra confirmação nos PCN (1997) que expõem que um projeto de Orientação Sexual nasce do desejo de resolver um problema real, que pode ser a ‘ignorância dos alunos em relação ao tema’, e da esperança de que a construção do projeto seja gradativa e vise uma transformação de posturas, de idéias das crianças e adolescentes. (BRASIL, 1997). *Temos as sementes que esperamos ter lançado em terra fértil e que com o passar dos anos irão frutificar.* (Prof.5)

Na escola C, a avaliação acontecia nas *reuniões semanais para fazer uma análise de como estava indo o projeto, se estava dando certo ou não. As decisões eram tomadas em conjunto, direção e comunidade escolar. Foram feitas atividades com os pais, com os alunos.* (Prof 6) É importante que o projeto seja constantemente avaliado, para levantar os pontos conflitantes e até para medir sua eficácia.

Um projeto de Orientação Sexual para ter êxito depende da definição e elaboração de uma metodologia dinâmica, deve ter clareza do perfil dos alunos, levantar os pontos conflitantes, as dúvidas e necessidades da equipe, ter a família presente e sondar e priorizar os interesses dos alunos e a sua eficácia tem de ser permanentemente debatida (EGYPTO, 2003; GONÇALVES, 1993). Mas, de acordo com as respostas dadas, alguns destes itens não foram mencionados nas falas das professoras da escola A nem da escola B. O projeto na escola C contempla melhor estes itens, talvez porque se fizeram parcerias com outros setores da sociedade.

Quando o trabalho em uma escola é harmônico a possibilidade em se identificar um problema relevante se torna mais fácil e daí acontecerem as discussões em torno deste problema procurando achar soluções para ele, a partir do compartilhamento de idéias. Um limite é a constante atualização do professor e as parcerias com outros setores da sociedade.

4) A integração da sexualidade nas diversas áreas do conhecimento

De acordo com Orrantia (2004) é necessário que haja um debate teórico simultâneo com a prática educativa adequada ao ritmo de cada escola, sendo que o elemento fundamental com a qual se trabalha são as pessoas, e o primeiro objetivo é alcançar o desenvolvimento máximo das suas capacidades por meio dos temas transversais que pretendem oferecer oportunidades e vivências a fim de que cada indivíduo possa desenvolver a sua capacidade de aprender em todos os âmbitos de sua personalidade.

Quanto à contribuição dos professores das demais matérias para explanação dos assuntos relacionados à sexualidade, essa não existe, na escola A, por ser uma escola pública que atende alunos de pré-escola a 4ª série a qual dispõe de apenas um professor responsável por sala de aula encarregado de ministrar as aulas. Porém, todas as turmas têm duas aulas de Educação Física por semana com outra professora.

Nesta escola o que pudemos observar é que havia integração, entre alguns professores de outras séries de ensino, já que normalmente era o mesmo professor que lecionava as diversas matérias na mesma sala de aula.

Quando perguntamos aos professores sobre o envolvimento de todos no projeto de Orientação Sexual e integração entre as matérias, a resposta foi unânime e afirmativa, apesar de que em determinado momento em uma das minhas idas à escola para saber mais sobre o trabalho, quando perguntamos informalmente à professora de Educação Física como estava indo o projeto, ela disse: *creio que não posso acrescentar nada, pois sou professora de Educação Física, e, portanto, não participo do projeto*, contrariando os PCN que descrevem que “a Educação Física, que privilegia o uso do corpo e a construção de uma ‘cultura corporal’ é um excelente espaço onde o conhecimento, o respeito e a relação prazerosa com o próprio corpo podem ser trabalhados.” (BRASIL, 1997, p.140)

Na escola B, a participação no projeto de Orientação Sexual foi somente de uma professora, mas faz referência à professora de Ciências: *As professoras não trabalhavam especialmente com isso. Quem trabalhava era eu, mas como a professora de Ciências também entrava neste assunto como matéria normal, tipo aparelho reprodutor*. Desta maneira, como vimos, não existia uma integração das matérias, os outros professores podiam até apoiar o projeto, mas não participavam.

Na escola C, a integração entre as matérias, conforme a fala da professora 6, se dá da seguinte maneira: *Temos 13 professores de diversas áreas do conhecimento que estão capacitados para discutir sobre sexualidade em qualquer momento. No governo*

estadual temos a professora, funcionária da Secretaria Estadual de Educação, que é responsável por projetos especiais. A professora de Ciências dá aulas de Orientação Sexual na matéria dela, a dra complementa o que ela deu, e aos outros professores, cabe sempre quando o assunto surgir, responder acertadamente, explicar tudo direitinho, satisfazendo o aluno. Existem professores que não quiseram participar. São radicais, acham que com esse projeto existe um incentivo a prática do sexo. Mas são poucos.

Na escola C, que é uma escola de 5^a a 8^a séries, existem várias áreas do conhecimento, portanto mais professores por sala de aula, a participação dos professores foi maior, não obstante houvesse também aqueles que não quiseram participar do projeto de Orientação Sexual.

Entretanto, nos PCN vemos que a Orientação Sexual é um tema transversal, não uma nova disciplina, é uma abordagem específica dentro das disciplinas, voltada para a formação integral do homem. Todas as disciplinas, de acordo com sua área de conhecimento, seus objetivos e seus conteúdos, estariam articuladas e tratariam da Orientação Sexual no decorrer de toda a escolaridade.

Sendo assim, todos os professores deveriam estar integrados ao projeto de Orientação Sexual desenvolvido pela escola; portanto, ele deveria estar presente em todas as áreas do conhecimento; mas, o que pudemos observar foi que nem todos os professores aderiram ao projeto. Na escola A, a professora de Educação Física dele não participava. Na escola B, apenas uma professora era responsável pelo projeto e na escola C que contava com grande número de professores participantes do projeto, muitos não aderiram ao projeto.

Certas resistências a projetos educacionais, e especialmente ao projeto de Orientação Sexual, são justificadas por Gavidia (2002) segundo o qual existem grupos de professores que afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar seus conteúdos conceituais. As resistências são apostas também pela desídia da escola para mudar as formas de comportamento e as escalas de valores. Tais resistências, segundo esse autor, podem ser pela decorrente falta de formação dos educadores sobre a transversalidade que não foi tratada no curso universitário; por essa lacuna, nota-se certo desprezo para com aquilo que representam as matérias transversais, que tratam do desenvolvimento de atitudes, da contextualização dos temas de estudo, e da aproximação à realidade e às necessidades dos alunos.

Muitas escolas não fazem distinção, ou até confundem, projeto de Orientação Sexual com biologismo. Encontramos esta insciência ou confusão tanto na escola A quanto na escola B, como descreveremos a seguir:

Na escola A, no final do ano, uma professora desta instituição, mostrou alguns trabalhos que os alunos haviam feito na sua aula. Um deles era uma espécie de livrinho com desenhos de partes do corpo humano. Entendemos que o que ela propunha com aqueles trabalhos era uma “visão biológica”, isto é, uma aula de Biologia em que explicava o funcionamento dos órgãos reprodutores e de outros órgãos.

A professora 5, da escola B, descreve que a professora de Ciências também estava envolvida no projeto de Orientação Sexual: *a professora de Ciências também entrava neste assunto como matéria normal, tipo aparelho reprodutor. A professora de Ciências é que também estava envolvida.*

Na escola C, de acordo com as falas da professora 6: *Não existe uma matéria específica. Só sobre o corpo humano os alunos teriam na matéria de Ciências e nós queríamos muito mais que um biologismo.*

Entendemos que o biologismo é caracterizado na escola A pelos trabalhos dos alunos em que havia desenhos dos aparelhos reprodutores e de outras partes do corpo humano. A professora os mostrava dizendo ser uma demonstração de que ela aplicava o projeto de Orientação Sexual. Estes trabalhos mostram a realidade de certas escolas que interpretam os conteúdos de Biologia e Ciências como suficientes para atender o projeto de Orientação Sexual, reduzindo os temas referentes à sexualidade à dimensão biológica, o que demonstra uma visão reducionista, sexológica, biologicista necessitada de ser redimensionada. (GUIMARÃES, 1995; VEIGA, 1997)

Na escola B, apesar da professora 5 dizer que era ela quem aplicava o projeto de Orientação Sexual, ela contava também com a participação da professora de Ciências, mas ao nosso ver, se esta ministrava os conteúdos de Ciências explicando apenas o funcionamento do aparelho reprodutor, fica evidenciado que ela trabalha apenas o biologismo que, de acordo com Lorencini Jr. (1997), “são somente informações e orientações a respeito da anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, as quais, muito embora sejam necessárias, não são suficientes para que possamos compreender a problematização que envolve um determinado tópico da “biologia sexual.”

Podemos inferir que noções de biologia, anatomia humana e outros conceitos encontrados em livros de Biologia e de Ciências, são abordagens formais, que reduzem e restringem aquilo a que se propõe um projeto de Orientação Sexual; limitando as discussões relacionadas à sexualidade. “Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo.” (BRASIL, 1997, p. 113)

A transversalidade exige que o professor além de dominar o conteúdo programático da matéria pela qual é responsável, necessita ter conhecimento específico das disciplinas curriculares e habilidade para poder inserir temas transversais que não está acostumado a tratar; o que torna o trabalho da Orientação Sexual ainda mais difícil, pois assuntos relacionados à sexualidade envolvem conhecimentos de temas ligados a várias ciências, sendo, portanto, interdisciplinar, e estes ‘conhecimentos necessários’, não fazem parte dos conteúdos curriculares da maioria dos cursos de graduação que forma estes professores. (REIS; RIBEIRO, 2002)

De acordo com Nunes e Silva (2000), “ser transversal significaria assumir uma diáfana capacidade de perpassar núcleos e estruturas reais e simbólicas supostamente intransponíveis”. Dessa maneira, todas as disciplinas, de acordo com sua área de conhecimento, seus objetivos e seus conteúdos, estariam articuladas e tratariam dos temas transversais no decorrer de toda a escolaridade obrigatória, com a finalidade de ampliar os conhecimentos advindos dos conteúdos trabalhados no currículo escolar.

Na escola A, apesar de detectarmos um certo biologismo por parte de um professor, não podemos inferir que com todos os outros educadores acontecia a mesma coisa, pois não assistimos a nenhuma aula ministrada por eles; mas nas respostas dadas e no planejamento percebemos que estão embasados nos estudos dos PCN, procurando ser transversais, já que ministram várias matérias e abrangendo os três eixos (Corpo, relações de gênero e prevenção de DST).

Na escola B, de acordo com as falas da professora 5: *tudo era discutido, tinha as aulas marcadas previamente, preparava as aulas e explicava tudo quando chegava nestes assuntos. Começava na valorização do corpo, depois auto estima, depois aparelhos reprodutores, depois DST onde eu trabalhava muito e mostrava a realidade para a criança, trazia folders de como ficava o órgão afetado com as DST, mostrava tudo. Tudo isto aí era discutido. Seguia um roteiro previamente elaborado, mas uma hora nunca escondia nada, não encobria nada, sempre passava a realidade. Quando chegou na parte do homossexualismo, expliquei tudo: homo, bi, hetero.*

De acordo com as respostas dadas e no planejamento da escola A, entendemos que os educadores estão embasados nos estudos dos PCN, procurando ser transversais, já que ministram várias matérias e abrangendo os três eixos (Corpo, relações de gênero e prevenção de DST). Na escola B esta transversalidade não aconteceu, porque o projeto era implementado somente pela professora 5, no contraturno, mas não deixou de abranger os três eixos que os PCN apontam como necessários. Na escola C, apesar de ser

característica a transversalidade e os assuntos abrangerem os três eixos básicos preconizados pelos PCN, os educadores alegam que não se basearam nestes documentos para implementar o projeto de Orientação Sexual.

Quando a maioria dos agentes escolares se envolve num projeto de Orientação Sexual a possibilidade da transversalidade acontecer é maior; possibilidade que aumenta quando os assuntos são discutidos e as dificuldades são expostas. Mas quando este mesmo projeto se confunde com biologismo, ele parece ser um limite, reduzindo os temas referentes à sexualidade à dimensão biológica.

5) Autorização e resistências dos pais

Encontramos em Figueiró (2006) e nos PCN (1997) que não é necessário a escola pedir autorização aos pais para implantar um projeto de Orientação Sexual nas escolas, mas Suplicy (1993) e Pinto (apud FIGUEIRÓ, 2006), argumentam que os pais deveriam autorizar por escrito a participação do filho neste, e se o pai não assinar a autorização, o aluno não participaria. Quanto a estas controvérsias, Figueiró (2006) e Suplicy (1993) argumentam que se couber aos pais darem a resposta final de que seu filho poderá ou não participar das aulas de Orientação Sexual, entrará em conflito com o direito do adolescente estar informado a respeito da sexualidade.

Diante disto, procuramos pesquisar como as escolas trabalhavam a questão da autorização ou não dos pais no momento da implantação do projeto de Orientação Sexual.

Na escola A não percebemos que os educadores tivessem ‘pedido’ autorização aos pais, mas, *com o projeto nas mãos, só depois fizemos reunião com os pais.* (Sup. 4).

Na escola B, os pais ficaram sabendo do projeto através de *uma reunião que foi feita. Na mesma reunião foi pedido a autorização assinadas pelos pais se o filho podia participar ou não.* (Prof. 5)

Na escola C, foi relatado que *a criança não é obrigada a participar do projeto. Se a religião ou os pais não permitem, ela não participará. Só participa se os pais permitirem.* (Prof. 6)

Este fato de pedir permissão por escrito aos pais para a implantação e implementação do projeto de Orientação Sexual que as escolas B e C relataram, não é encontrado em nenhum momento nos PCN (1997); o que estes documentos argumentam é que

o trabalho de Orientação Sexual compreende a ação da escola como complementar a educação dada pela família, a importância dos pais estarem informados sobre o projeto, constatando assim a necessidade da família e escola interagirem desde o seu início. Os pais devem ser informados dos objetivos, conteúdos, formas de trabalho dos educadores. Neste sentido, Figueiró (2006), sustenta que pedir consentimentos formais aos pais, pode-se passar a idéia de que a escola não está convicta do direito da criança à Educação Sexual (coloque aqui a palavra Educação e não Orientação Sexual de acordo com o defendido por Figueiró) e demonstrando que não vê este assunto como natural como os demais conteúdos. Será que a professora de Ciências quando vai falar sobre aparelhos reprodutores que constam nos livros didáticos, pede autorização aos pais?

Quanto às resistências dos pais encontramos na escola A, de acordo com as falas das professoras:

A aceitação foi da maioria. É claro que alguns com certa reserva. Alguns pais a princípio, mas após esclarecimentos acabaram concordando. (Prof 1)

Posso só falar no meu caso, a grande maioria dos pais aceitou, mas sempre querem saber como vai ser trabalhado, e isto nós explicamos a eles. Até o momento houve somente um caso que me lembro de um pai que não aceitou a idéia de sua filha soubesse do assunto, isto foi no meu primeiro ano nesta escola. Minha sorte é que na minha sala de aula havia uma mãe também professora desta escola que me ajudou e muito a tentar expor ao pai a importância de tal assunto. Este pai mandou sua esposa fazer o curso à noite e em um segundo contato ele relatou que havia compreendido a importância de tal assunto e também aceitou o modo da abordagem realizado pela escola. (Prof 2)

Houve aceitação da maioria dos pais, porque na reunião que tivemos com eles ficou claro da dificuldade de se falar sobre o assunto em casa. Pais que ficaram receosos, fizemos um outro momento, mostrando materiais e explicando como as aulas se desenvolveriam, além de oferecer um curso de educação sexual para quem quisesse participar ministrado por estagiários do 5º ano do curso de psicologia da UEL, coordenados pela professora da UEL. (Sup. 4)

Na escola B, de acordo com o relato da professora 5:

A maioria adorou. Isto ia ser ótimo para o filho. Teve algum que falou: para que meu filho vai querer saber disto? Ele não está na idade, é muito novo. Aí até nos debatemos se ele conversa com o filho em casa sobre estes assuntos e aí a gente explica como que é, ensina o que é certo e o que é errado e alguns falaram que as crianças não tinham que saber daquilo, aí falamos então ele vai aprender na rua? Você acha que é o melhor caminho,

ou é melhor aprender dentro da escola, onde existem pessoas que estão preparadas para conversar, para preparar seu filho para a vida lá fora. Teve pai que mesmo assim não aceitou. Que não colocou o filho nesta oficina. Mas a maioria gostou, e a gente sempre estava fazendo reunião com os pais através de dinâmicas.

Na escola C, conforme o relato da professora 6:

Muitos pais que a princípio não aceitaram a idéia, após serem convidados a participar do projeto, das reuniões, das dinâmicas de sensibilização, etc., mudaram de opinião e perceberam o tamanho da importância do projeto e o risco que os filhos estão correndo hoje em dia sobre DST, gravidez precoce, etc. Muitas famílias aceitam totalmente o nosso projeto, mas existem algumas famílias por serem evangélicas ou aquelas que são católicas radicais, acham que não existe a necessidade de se falar sobre sexualidade com os jovens, que o jovem só deve fazer sexo após o casamento.

Quanto às resistências por parte dos pais dos alunos, percebemos que são encontradas em todas as três escolas. Essas resistências quanto ao projeto de Orientação Sexual nas escolas são confirmadas por Suplicy (1993) devido ao fato dos pais não entenderem a importância do projeto, temendo que este possa incitar à prática precoce do sexo e também pelo fato de considerarem seus filhos ainda muito crianças para ouvir alguma coisa sobre sexualidade. Essa mentalidade é alegada pelo fato de que a sexualidade infantil ainda hoje é vista como tabu e que na visão de alguns pais as crianças devem manter-se submissas e sob disciplina nessa questão, sendo impedidas de falar de seu corpo, de suas inquietações, de seus medos e alegrias. (CAMARGO e RIBEIRO, 2000)

Ainda quanto à ‘inocência’ defendida pelos pais, encontramos que a maioria das famílias vêem a infância como um período de inocência e pureza, pois nessa fase da vida, acreditam que as crianças devem ser “protegidas e preservadas” de determinados tipos de conhecimentos como, por exemplo, aqueles que, de certa maneira, se vinculam à sexualidade. “Parecem ignorar que a educação não se dá apenas no âmbito da escola, mas está e se faz em toda parte: através das TVs, jornais, revistas, rádios, *outdoors*.” (FELIPE e GUIZZO, 2004)

Percebemos que a reserva de alguns e o receio de outros (*na reunião para expor o projeto aos pais ficou claro da dificuldade de se falar sobre o assunto em casa. Pais que ficaram receosos, fizemos um outro momento.* (Sup. 4), se justifica pelo fato de que os professores nunca devem discutir abertamente temas referentes ao sexo nem com os pais e nem muito menos com seus filhos, devido à falta de informação dos pais, à possível educação reprimida que tiveram, e ao fato de acharem seus filhos muito crianças para saberem destes assuntos, não se excluindo nem mesmo o ‘machismo’ do pai, conforme a professora 2: [...]

lembro de um pai que não aceitou a idéia de sua filha soubesse do assunto [...] Minha sorte é que na minha sala de aula havia uma mãe também professora desta escola que me ajudou e muito a tentar expor ao pai a importância de tal assunto. Este pai mandou sua esposa fazer o curso à noite e em um segundo contato ele relatou que havia compreendido a importância de tal assunto e também aceitou o modo da abordagem realizado pela escola.

Tal ‘machismo’ é confirmado por Mendonça (1993), quando diz que nossos pais foram criados de forma repressora e machista, sendo a mulher educada para ser a ‘rainha do lar’ e o homem o ‘chefe da família, a quem todos deviam obedecer.

Compreendemos a dificuldade dos pais em levar essa discussão para dentro dos seus lares, mas muitos que a princípio, não autorizavam, depois de conversarem com outros pais ou com a direção da escola, acabaram aderindo ao projeto. Contudo, existem pais que simplesmente não aceitam e, portanto, não autorizam a participação do seu filho no projeto, o que deve ser respeitado, mas criando certos constrangimentos para o filho perante os colegas. (SUPLICY, 1993)

Perante todos esses obstáculos, a escola deve saber reconhecer que cada família tem seus valores, que são transmitidos para os filhos, não cabendo competir com ela, e que as diferenças quanto à Orientação Sexual na visão da escola e da família existem e são importantes. A família tem um valor notável e de grande influência na construção da sexualidade do ser humano; cabe a ela dizer o que é certo, o que é errado e quais são os valores em que ela acredita. O que a criança ou o jovem ouvem no âmbito familiar quanto à sexualidade, é introjetado e reproduzido em seus comportamentos e atitudes e verificado nos sentimentos de culpa e ansiedade que geralmente fazem parte da manifestação de sua sexualidade. Neste momento, a escola deve definir claramente que o seu papel é ampliar a conversa, colocar tudo em discussão. (SAYÃO, R., 1997; GIMENES; RIBEIRO, 2002)

É importante também que a escola mostre aos pais que quando a família diz, como relata a professora 5 da escola B, *que o filho não está na idade, é muito novo*, na realidade eles não estão protegendo o filho, porque informação, ao invés de prejudicar a criança, protege-a, como reforçam Suplicy et al. (1995) quando dizem que é totalmente falsa a idéia de que a “inocência” protege a criança. A ignorância é freqüentemente geradora de angústia, culpa, gravidez indesejada e torna os adolescentes presas fáceis de abuso sexual. A pessoa mal-informada torna-se mais vulnerável às situações, por não saber lidar adequadamente com elas.

De acordo com as respostas dadas, nas três escolas houve resistências dos pais, veladas ou explícitas, e Costa (apud RIBEIRO, 2004b) justifica este ato devido a

preocupação da maioria dos pais em proteger seus filhos de uma iniciação sexual frustradora e decepcionante, e aí eles tentam impor seus padrões morais ou normas religiosas, que nem sempre vão ao encontro das necessidades dos filhos, pois os adolescentes estão em busca de seus próprios valores, rejeitando este tipo de ‘ajuda’. Os pais devem saber que a área da sexualidade vem sendo rediscutida e cientificamente estudada e que a cada dia novos conhecimentos são colocados à disposição.

As três escolas, apesar das resistências dos pais, veladas ou explícitas, procuraram envolvê-los no projeto de Orientação Sexual, ou logo nos passos iniciais, como visto na escola C, ou quando já tinham decidido a sua implantação como no caso das escolas A e B. A escola deve oferecer espaços aos pais para que eles possam ser informados e suas dúvidas esclarecidas quanto ao projeto e mostrar a eles caminhos alternativos em sua forma de lidar com a sexualidade dos seus filhos. (FIGUEIRÓ, 2006; RIBEIRO, 2004b)

De uma forma ou de outra as três escolas conseguiram, se não quebrar totalmente esta resistência que os pais oferecem naturalmente quando o assunto é sexo, mas pelo menos levaram à discussão a temática de modo claro e definido e perceberam que existem diferenças entre escola e família em sua visão ou modo de encarar a Orientação Sexual, não cabendo uma competição entre o contexto escolar e o âmbito familiar. E de acordo com Sayão, R. (1997), à família cabe dizer quais os valores que ela acredita e a escola faz outro papel que é o de ampliar a conversa e colocar tudo em discussão.

A possibilidade de levar assuntos referentes à sexualidade até os pais por meio de reuniões e de comunicações por escrito é cabível. O entendimento dos pais sobre o valor do trabalho com a sexualidade infantil e adolescente fortalece a responsabilidade na tarefa de orientá-los neste sentido e pode possibilitar o estabelecimento de diálogo na própria família; mas como o assunto é complexo, polêmico e repleto de tabus e preconceitos para muitos, pode ser um limite que deve ser transposto. O que não pode acontecer é da escola não discutí-los porque alguns pais não concordam. A escola tem essa abertura para refletir sobre temas que abrangem o sexo sem que tenha que pedir autorização para fazê-lo.

6) Assuntos polêmicos

Os assuntos polêmicos: homossexualidade, estupro, aborto, virgindade, prostituição, e outros, são temas em que as pessoas têm grandes dificuldades em conversar

sobre eles, que apresentam fortes preconceitos enraizados, e deste modo, podem apresentar diferentes visões e colocar valores em discussão.

Compreendemos que ouvir entender, respeitar posicionamentos diversos e conviver com o diferente, não é nada fácil; por isso elegemos questão para ser investigada. Como os professores abordam estes assuntos com os alunos?

Na escola A, de acordo com os relatos das professoras:

Esses temas são abordados com os alunos de 4ª série. Pode ser marcado ou espontâneo. Mas se surgir no decorrer da aula, sendo não apenas aos alunos das 4ª séries, podemos trabalhar tais temas. (Prof 1)

Sim. Em alguns casos, o tema era abordado de acordo com questões colocadas em sala de aula, em outros, os temas eram discutidos de acordo com o planejamento anual. Os assuntos polêmicos são tratados a partir do momento que surgem na sala de aula, através de diálogos, reflexões e num segundo momento se houver necessidade de uma aula planejada. (Prof. 2)

Eu trabalhei com meus alunos de pré à segunda fase alguns destes assuntos polêmicos. Eles foram: estupro, violência na família, prostituição. Quando eu trabalhava nas primeiras vezes eu vinha com a imagem de Nossa Senhora e antes de começar tais assuntos pedia a ela que guiasse meus pensamentos e conduzisse a aula de forma a que todos compreendessem. São de fato assuntos muitos polêmicos onde estamos (nós professores) interferindo em um conhecimento para a dignidade destas pessoas que em um futuro bem próximo poderão evitar que isto ocorra com elas, pois os anos passam muito ligeiro. Uma coisa que enfatizo muito é que ninguém tem o direito de tocar no corpo de uma outra pessoa se esta não o permitir. E que carinho em partes íntimas deve ser realizado somente depois que a pessoa cresça e entenda o que está fazendo. Quanto à data das aulas, eram no início de 15 em 15 dias, depois se tornou mais absorvida pelos outros conteúdos, pois podemos trabalhar qualquer área do nosso planejamento casando a educação sexual. Quem escolhia a data a ser trabalhada e o modo de abordagem é a gente. Claro que muitas crianças colocam a sua vivência e muitas vezes elas nos surpreendem, pois a gente imagina o quanto sabem. (Prof 3)

Na escola A, observamos que de acordo com as falas das professoras 1, 2 e 3 os assuntos considerados polêmicos foram discutidos no momento que surgiram. Mas quando se lê a resposta da supervisora 4, essa discussão acontece na extraprogramação devido a faixa etária dos alunos.

Assuntos polêmicos são trabalhados na extraprogramação, quando surgem questões relacionadas a eles. Esses assuntos não estão contemplados no plano de curso; por causa da faixa etária que trabalhamos. (Sup. 4)

Na escola B, a professora 5 relata que:

Tudo era discutido. Tinha as aulas marcadas previamente, preparava as aulas e explicava tudo quando chegava nestes assuntos. Começava na valorização do corpo, depois auto estima, depois aparelhos reprodutores, depois DST onde eu trabalhava muito e mostrava a realidade para a criança, trazia folders de como ficava o órgão afetado com as DST, mostrava tudo. Tudo isto aí era discutido. Seguia um roteiro previamente elaborado, mas uma hora nunca escondia nada, não encobria nada, sempre passava a realidade. Quando chegou na parte do homossexualismo, expliquei tudo: homo, bi, hetero, às vezes eles traziam perguntas que eu falava: Jesus! Como vou responder isto? Aí o aluno falava: ó professora, eu vi o fulano, existe homem com homem, como que é? Como é feito, como acontece? Então tinha uma aula só sobre estes assuntos. A violência em casa eu não entrei muito porque poderia mexer com negócio de família, nunca trouxeram problemas de casa, que o pai batesse na mãe, isto não se falou porque nunca levantaram este problema. (Prof 5)

Na escola C. a professora 6 diz:

Fala-se sobre tudo e todos os temas polêmicos. Existe um respeito pela opção sexual do aluno. O importante é que ele faça a coisa certa no momento que achar que está preparado, mas da maneira certa se prevenindo contra as DST e possível gravidez. O aparelho reprodutor, masturbação, gravidez. Tudo é discutido. Fala-se claramente sobre tudo.

Observamos que nas três escolas os assuntos considerados polêmicos eram tratados no momento em que surgiam, estando de acordo com os PCN (1997). Segundo Camargo e Ribeiro (2000) a criança tem o direito de saber sobre esses temas e é desafiador fornecer informações precisas, confiáveis, sem preconceitos para o estabelecimento da confiança mútua.

Quando analisamos as falas da professora 3 da escola A que se apega a imagem de Nossa Senhora no momento que vai tratar de sexualidade, e da professora 5 da escola B quando apela para Jesus no momento em que os alunos faziam perguntas sobre temas polêmicos, nos levam a entender que discutir sobre esses assuntos não é tão ‘tranquilo’ assim. Esta maneira de reagir se justifica quando encontramos em Sayão R. (1997) que muitos educadores, mesmo sem atentar, se sentem desconfortáveis em ministrar esse tipo de conteúdo para seus alunos. Muitos professores ao tentarem transmitir essas aulas não o fazem

com tranquilidade. Além disso, eles mesmos têm suas próprias opiniões, seus próprios pontos de vista, convicções e valores sobre a vida sexual, incluindo-se aí a moral e os preconceitos. Estas dificuldades também são confirmadas por Reis e Ribeiro (2002) quando argumentam que nem sempre o educador está apto e disposto para ministrar o conteúdo de sua disciplina, como lidar discutir e refletir acerca de questões que envolvem a sexualidade?

No relato da Sup. 4, da escola A: *esses assuntos não estão contemplados no plano de curso; por causa da faixa etária que trabalhamos*, é discutido por Camargo e Ribeiro (2000) quando afirmam que a escola trata a sexualidade infantil como tabu, que as crianças são impedidas de falar de seu corpo, de suas inquietações, de seus medos e alegrias, e que neutraliza os perigos que representam os desejos infantis treinando os professores para seguirem um determinado modelo por ela estabelecido; isto é, “não percebem a voz singular da criança e executam o modelo aprendido”. Sendo assim, a escola A prefere não contemplar esses assuntos no projeto de Orientação Sexual, e se por acaso surgirem, serão discutidos na extraprogramação, com o aluno em separado, para não levantar ‘curiosidades’ dos outros.

Se Nunes e Silva (2000), dizem que se deve satisfazer as curiosidades das crianças com franqueza à medida que elas forem surgindo e conversar numa linguagem que elas dominem e que possam entender. Suplicy (1995) Guimarães (1995) e Reis e Ribeiro (2002), confirmam que é muito importante que os jovens tenham informações corretas e que exista essa preocupação em informar o aluno sobre temas que o angustiam e despertam curiosidades.

Quanto aos relatos da professora 5 da escola B que *começava na valorização do corpo, depois auto estima, depois aparelhos reprodutores, depois DST onde eu trabalhava muito e mostrava a realidade para a criança, trazia folders de como ficava o órgão afetado com as DST, mostrava tudo*”, e da professora 6 da escola C, que “*o importante é que ele faça a coisa certa no momento que achar que está preparado, mas da maneira certa se prevenindo contra as DST e possível gravidez*”, em Egypto (2003) encontramos que estas informações não são garantia de mudanças de atitudes e valores “pois com toda a informação que se tem sobre a DST/AIDS e gravidez precoce na adolescência, não impede o avanço daquelas e o aumento destas”. “As aulas ajudam muito à conscientização do problema, a encarar as resistências, as dificuldades e riscos, a superar preconceitos, mas não pode garantir que o comportamento aconteça.”

Portanto, é indispensável que haja orientação e diálogo a respeito de qualquer tema relativo à sexualidade, pois devem auxiliar o jovem a viver plenamente sua

sexualidade, tendo a consciência que sexo é prazer recíproco, respeito mútuo, liberdade de escolha, igualdade de direitos e prática de cidadania. (GIMENES; RIBEIRO, 2002)

É necessário uma preparação e disposição do professor em discutir temas referentes à sexualidade e principalmente temas tidos polêmicos, mas o que não pode ocorrer é ignorá-los no momento em que surgirem. Muitas vezes os próprios limites quanto á preparação do professor se tornam barreiras para que possam de fato ser examinados e questionados.

7) Metodologia utilizada

As estratégias metodológicas utilizadas durante o desenvolvimento de um projeto de Orientação Sexual, são importantes para garantir a sua continuidade, partindo do ponto de vista do aluno, para o seu posicionamento em relação ao campo perceptivo, fenomênico e vivencial; e a percepção de que a dimensão sexual, além da parte integrante da personalidade, também é um modo de comunicação pessoal, sendo conveniente que o aluno se sinta livre e aceito no diálogo sobre o assunto. (LORENZO, 2002) Desta maneira, é relevante que saibamos quais foram as atividades programadas e como elas aconteceram em cada escola pesquisada.

Na escola A foram utilizadas *técnicas diversas – recursos visuais, etc.* (Prof.

1)

Através da participação e avaliação das famílias; avaliação dos alunos, referente às aulas (projeto) e alteração de comportamento através da reflexão. (Prof. 2)

Fitas de vídeos, livros sobre o tema, textos diversos para reflexão. (Prof. 3)

Metodologia dialógica (na maioria das vezes). Exposição dialogada tendo como apoio fitas de vídeos, revistas, livros de literatura, notícias de jornal, episódios de novelas, textos, músicas, etc.(Sup. 4)

A escola B utilizou a metodologia de dinâmicas: *trabalhava em cima de dinâmicas, e em cima desta dinâmica a gente ia debater até eles chegarem à conclusão do que a gente estava falando. Trabalhava com uma apostila fornecida pelo Ministério da Saúde que trata de tudo, até de drogas e cada dia era um assunto específico e para cada um havia uma dinâmica. Algumas vezes escreviam o que haviam sentido. O material disponível sobre este assunto é farto e muito bom, trazia de vez em quando alguém entendido em alguns dos assuntos, só para variar. Trazia bonecas, mostrava como lavar as partes íntimas, pegavam*

no absorvente, nas camisinhas; mostrava como colocava, senti necessidade de saber melhor para falar melhor com as crianças. Enquanto falava, mostrava os materiais utilizados. (Prof. 5).

A escola C utilizou: *folders, filmes, cursos com temas diferentes a cada ano ministrado pela médica da saúde municipal e que também retoma temas já discutidos de acordo com a conveniência dos professores, discussões sobre os temas apresentados; as dinâmicas ajudam muito. Expõem-se um problema e as perguntas começam a surgir até chegar a um consenso, se convencem da importância dele. No início do ano letivo a doutora passa os temas que serão abordados, e devido a experiências dos anos anteriores, podemos inserir outros temas que acharmos necessários. Como sabemos de antemão os dias e os temas que serão abordados, levamos alunos de ônibus para assistirem as palestras, geralmente no SESC onde o salão é amplo, e ali eles também podem tirar dúvidas e levantar problemas. Os professores também vão para a ONG-CEPAC, passa o que se tem de novo sobre determinados assuntos. Às vezes no horário de aula, às vezes no contraturno.* (Prof. 6)

Ainda na escola B, a professora 5 fala: *A gente discutia o assunto e transportava-o para a sua realidade, para o seu corpo, pois nesta fase as crianças se acham um patinho feio. Eles adoravam. Participavam muito. No começo ficaram envergonhados, mas depois mudaram, ficaram soltos, chegavam e perguntavam, eles não tinham vergonha de se abrir comigo, ficavam super interessados na aula, e como era feita através de dinâmica, após ela, eles mesmos tiravam as próprias conclusões do que era certo e do que era errado. As crianças aprendem ali o que realmente é. Trazia de vez em quando alguém entendido em alguns dos assuntos, só para variar. O que é trabalhar esta valorização do corpo, se conhecer, eles têm muita vontade de se conhecer, aí às vezes os meninos perguntavam como eram as mulheres. Eu explicava como era, mostrava através de um aparelho reproduzidor como era; que era pra pegarem um espelho se olhar, se tocar, se conhecer, que não era nada de mais fazer isto. Você via que eles tinham expressão de alívio. Por que até então, achavam que era um bicho de sete cabeças, que era errado, que iam se machucar, eu não posso fazer isto, será que posso mexer lá embaixo? Para mim deveria ter em todas as escolas. Eles aprendem muito, eles não têm vergonha, querem saber sobre tudo, o que é certo e o que é errado. Esta “expressão de alívio” é confirmada por Camargo e Ribeiro (2000) que dizem que a criança tem o direito de sentir que seu corpo é adorável e é desafiador fornecer informações precisas, confiáveis, sem preconceitos para o estabelecimento da confiança mútua.*

Se a escola A utilizou mais recursos audiovisuais, por outro lado a escola B utilizou dinâmicas, nas quais ocorriam maior interação entre o professor, o aluno e o material

usado. Já na escola C, além destes, também foram usados recursos da própria comunidade, interagindo outros setores e outros profissionais com os professores e alunos.

Segundo Gonçalves (1993), Camargo e Ribeiro (2000), para que ocorram transformações e inovações pedagógicas no ensino e na escola é necessário que haja diversificação de alternativas metodológicas. O material didático e pedagógico sai das fronteiras da sala de aula e utiliza os recursos da comunidade, que se transforma em laboratório vivo e permanente. Essa dimensão metodológica prioriza o ser humano como um todo, destacando as individualidades e a ação grupal. As pessoas acabam sendo elas mesmas, e o meio escolar vai se transformando de acordo com as necessidades.

Sendo assim, as três escolas procuraram utilizar técnicas que achavam ser mais convenientes para o momento, que fossem mais atraentes, que houvesse maior participação por parte dos envolvidos e que diminuíssem as distâncias, pois de acordo com Camargo e Ribeiro (2000), a sexualidade humana implica aprendizados, reflexões, planejamentos, valores morais e tomadas de decisão, e tudo isso, de acordo com o contexto de cada escola, elas estavam tentando conseguir.

Se a metodologia utilizada foi a mais variada possível, com vídeos, com discussão de dúvidas (escola A, B e C), oficinas, espaços para serem discutidos os assuntos com suporte de um psicólogo, ou médico, ou outro profissional (Escola B e C), também foi uma tentativa de fazer com que o projeto de Orientação Sexual fosse o mais participativo, dialógico, lúdico, cotidiano e criativo dentro de cada realidade escolar.

As possibilidades de se usar metodologias variadas são importantes e notáveis, pois elas abrem espaços para cada vez mais discutirem a sexualidade em toda a sua amplitude.

8) Parcerias estabelecidas

Por um lado o trabalho de Orientação Sexual na escola implica em planejamento e ação pedagógicos sistemáticos; não com palestras, semanas especiais, cartazes pregados nos murais, mas sim de um canal permanentemente aberto para que as questões sobre a sexualidade possam ser discutidas com as crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla; por outro lado, são necessárias várias ações para que ele dê certo, sendo essencial o estudo e a preparação contínua dos educadores envolvidos, com trabalho de supervisão sistemática por especialistas ou profissionais com maior experiência na área.

(GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL (1994), CASTRO; ABRAMOVAY e SILVA (2004) e SAYÃO, Y. (1997))

A cooperação de outros setores da sociedade para com a escola pode levar harmonia ao binômio transversalidade/verticalidade. Além de muitas outras instituições que também atuam na sociedade, as universidades públicas, as universidades privadas e também as ONGs que se propõem a essa tarefa, muitas vezes promovendo cursos e projetos de sensibilização nas áreas de saúde, da sexualidade, do relacionamento humano com o anseio de suprir lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado.

Posto isto, é interessante que pesquisemos se as parcerias estão ocorrendo, que tipo de parcerias são estas, até que ponto estão colaborando e se os resultados estão sendo positivos para o desenvolvimento do projeto de Orientação Sexual no âmbito escolar.

Na escola A, a parceria ocorreu da seguinte maneira:

Quando entrei aqui na escola as demais colegas haviam feito um curso na UEL, eu não tive oportunidade de realizar este; mas durante o primeiro ano fiz junto com as mães e algumas colegas que entraram comigo no curso aqui na escola à noite. O curso foi ótimo e houve no meu ponto de vista uma unidade entre pais e mestres. (Prof. 2)

O projeto começou a ser estruturado depois que a supervisora e todo o corpo docente da época (1997) participou do Grupo de Estudos sobre Educação Sexual, coordenado por uma professora e por estagiários do curso de Psicologia da UEL. (Sup. 4)

Na escola B, a parceria se deu da seguinte maneira:

Comecei a participar de cursos sobre Orientação Sexual; já tinha feito um curso na UEL sobre esse assunto depois fiz um curso com um doutor que veio de Curitiba. (Prof. 5)

Na escola C, a professora 6 relatou que:

O projeto já existia, porque a doutora sempre deu palestras aos professores e alunos da rede pública sobre sexualidade. Ela pertence à Secretaria Municipal de Saúde, ela já dava palestras e já tínhamos um projeto sobre esse assunto. Temos também o presidente da ONG-CEPAC que dá também capacitação para os professores, alunos e pais e a doutora também capacita professores e alunos, e os governos estadual e federal que estão juntos com a gente. No governo estadual temos uma professora, a funcionária da Secretaria de Educação, que é responsável por projetos especiais. Trabalhamos em conjunto com o CEPAC, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Municipal da Saúde e governo federal. Vieram materiais de vários lugares para subsidiarem o nosso projeto, veio até da ONU.

Sabe-se que a família tem papel fundamental na Orientação Sexual dos seus filhos, mas sabe-se também que nem ela e nem a escola estão dando conta desta responsabilidade, desta maneira, é necessário que se façam parcerias com outras instituições (SAYÃO, Y. 1997), e sabendo desta responsabilidade a escola A fez parceria no início da implantação do projeto de Orientação Sexual com uma universidade pública (UEL), onde os professores participaram de um curso sobre a temática da sexualidade nesta mesma instituição. No ano seguinte, aqueles professores que não participaram deste curso, montaram um grupo de estudos, na própria escola com pais, supervisionados por estagiário do curso de psicologia da mesma instituição. Estas parcerias só aconteceram nestas duas épocas.

Quanto a escola B, pelos depoimentos da professora 5, o curso realizado por ela na UEL, parece ser o mesmo declarado pelos professores da escola A. Relata também que fez um curso com uma pessoa que veio da capital.

Na escola C, o que pudemos observar que desde o primeiro projeto, já havia uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde onde uma doutora já orientava os professores, pais e alunos. No projeto atual, as parcerias se intensificaram, já que havia o envolvimento de do governo federal, estadual e municipal e de uma ONG.

Nesta escola as parcerias são contínuas e todas as vezes que necessitam de esclarecimentos a respeito de um determinado assunto, a escola entra em contato com a médica da saúde municipal e da ONG. No início do período letivo, os assuntos que serão discutidos no decorrer do ano, são passados para a especialista que monta as palestras com debates. A ONG, faz dinâmicas com os pais, alunos e professores à medida que é solicitada. Vem material da ONU e todo este processo é supervisionado por uma professora da Secretaria Estadual de Educação.

Tanto a escola A quanto a escola B procuraram fazer parcerias com outras instituições, que não foram duradouras, pois segundo Castro, Abramovay e Silva (2004), além da transversalidade dos temas gênero, sexualidade e afetividade e sua retirada de uma exclusiva competência dos professores da área de ciência, vem também se estabilizando o ponto de vista de que é necessário harmonizar tal transversalidade com a verticalidade, ou seja, perseverar em programas de orientação sexual, principalmente com a cooperação de agências externas, da sociedade civil, para com a escola.

Apesar da escola A dizer que o projeto de Orientação Sexual estava sendo colocado em prática, observamos que havia um biologismo nos trabalhos apresentados por um professor, como já foi explicado na pergunta 4, o não envolvimento do professor de Educação

Física e o depoimento informal de uma professora que relatou, no mês de maio, que só começaria o projeto no segundo semestre daquele ano.

Na escola B, o projeto não teve continuidade devido ao fato da professora ter se ausentado.

Acreditamos que estas situações aconteceram talvez por falta de uma parceria mais efetiva e duradoura com outros setores da sociedade, onde pudessem refletir mais sobre o papel de cada um, levar e dirimir suas dúvidas, participar de dinâmicas e até envolver aqueles professores que não quiseram participar do projeto. Pois o não envolvimento da maioria dos componentes da escola, a dificuldade em separar biologia de Orientação Sexual e o fato de deixar para mais tarde o início do projeto, tem a ver com a falta de uma assistência ou supervisão de outros setores da sociedade no sentido de darem respaldo e sustentação a um projeto de tal complexidade.

Sabendo que outros setores da sociedade possibilitam parcerias com as escolas e que constituem um espaço grupal que pretende sensibilizar e levar professores, educadores e a família a refletir sobre a questão da sexualidade, através de cursos, dinâmicas de grupo, palestras, panfletos e vídeos, além da distribuição de material informativo impresso, muitas vezes, cartilhas ilustradas produzidas pelo Ministério da Saúde por elas mesmas com financiamento de terceiros, talvez estas lacunas pudessem ter sido sanadas.

Estas situações descritas acima não foram observadas na escola C, pois as parcerias foram consistentes e duradouras; apesar de marcarem no início do ano letivo os assuntos que seriam desenvolvidos durante o ano, tinham a quem recorrer quando surgiam dúvidas.

Não podemos negar que o projeto da escola C é um projeto de certo modo ‘imposto’ pelo Governo Federal em conjunto com o Governo Estadual, Secretaria de Saúde e Educação Municipais e Estaduais e uma ONG, que escolheu as escolas de Curitiba para implantá-lo e possibilitou toda a assessoria possível para que ele se concretizasse; ao passo que nas escolas A e B o projeto de Orientação Sexual se estabeleceu devido a uma iniciativa das escolas, sem interferência de qualquer outro setor, e se foram em busca de algumas parcerias foi por iniciativas próprias. Mas também não podemos omitir que na escola C, antes do projeto atual, por iniciativa própria, havia um outro projeto em andamento em parceria com a ONG-CEPAC e Secretaria Municipal de Saúde e que estava obtendo êxito.

É importante a formação de parcerias com outros setores da sociedade para que o projeto se torna ainda mais consolidado, no sentido de até o professor e os alunos fazerem uso destas parcerias não só para se atualizarem, mas também de ajudar quando do

aparecimento de assuntos ainda não totalmente dominados e esclarecidos por eles. Mas é importante que estas parcerias sejam constantes e não só por um dado momento.

9) Ênfase dos projetos

Como a presente pesquisa baseia-se nos estudos dos PCN e estes propõem três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, é necessário sabermos como estes eixos estão sendo tratados dentro do contexto escolar.

De acordo com os PCN (1997), a abordagem do corpo como matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento dos papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge os portadores do HIV e doentes de AIDS de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens.

Na escola A, a ênfase do projeto de Orientação Sexual foi:

Acredito que o ponto principal seja o indivíduo se conhecer como um todo. Saber o que fazer quando algo acontecer, saber que o seu corpo pertence somente a si e que ninguém, na face da Terra tem o direito de fazer qualquer coisa sem o seu consentimento. Acredito que a dimensão ética, religiosa, social e biológica está intrínseca no ser humano e sendo assim deve ser respeitado. (Prof 1, 2 e 3)

*O projeto é dividido em eixos: **Anatomia Humana** (diferenças dos órgãos sexuais - internos e externos); **Fisiologia Humana** (Fases do desenvolvimento; Ato sexual (concepção e contracepção); Tipos de Partos; Amamentação; Menstruação (4ª série); Masturbação (orientação individual). **Relações de Gênero** (Diferenças de comportamento (homem/mulher), Respeito pelo outro (diferenças físicas e culturais), Respeito pela variedade de expressão (feminino e masculino). **Prevenção: melhoria na saúde e qualidade de vida (DST, AIDS - prevenção/vias de transmissão); Vitimização Sexual. Homossexualidade, aborto e outros assuntos serão tratados sempre que surgirem, na extraprogramação.** (Sup. 4)*

Na escola B, a ênfase foi desta maneira:

Começava na valorização do corpo, depois auto-estima, depois aparelhos reprodutores, depois DST onde eu trabalhava muito e mostrava a realidade para a criança, trazia folders de como ficava o órgão afetado com as DST, mostrava tudo. Seguiu um roteiro previamente elaborado. (Prof.5)

Na escola C, a ênfase era: *gravidez na adolescência e sobre DST, em especial, os riscos de contaminação da AIDS. (Prof. 6)*

O que observamos é que tanto na escola A quanto na escola B, ambas procuraram apoiar nos PCN, utilizando os três eixos para discutirem a sexualidade.

Na escola C, relatam que não se embasaram nos PCN, mas no alto índice de gravidez na adolescência e nos riscos de alunos contraírem a AIDS.

Nesse sentido, os assuntos desenvolvidos nos projetos de Orientação Sexual pelas três escolas de acordo com as respostas dadas, permitem-nos inferir que os professores não tiveram apenas como finalidade informar, mas também desenvolver as habilidades necessárias à utilização dessas informações para o exercício saudável de tudo que se relaciona com seu corpo. Planejaram, apresentaram os objetivos bem definidos, os conteúdos, os métodos que foram utilizados. A escola C relata que não se baseou nos PCN para a elaboração e implementação do projeto de Orientação Sexual, mas de certa maneira, desenvolvem o projeto da maneira que os PCN norteiam.

Quando os projetos de Orientação Sexual são apoiados nos estudos dos PCN se tornam bastante viáveis; mas se a escola preferir seguir seus próprios caminhos, procurando outros estudos para implementá-los e implantá-los, não significa que estão fadados ao insucesso, muito pelo contrário, é mais uma possibilidade que se apresenta para que ele possa se estabelecer e fortalecer.

10) Eficácia do Projeto

Um projeto de Orientação Sexual nas escolas mais do que inovador é desafiante para todos que nele se envolvem, pois estão em jogo sentimentos diferentes, preconceitos, tabus, educação familiar e religiosa, e muitos outros. Mas não deixa de ser um precioso recurso para a educação da sexualidade, pois o jovem tem a possibilidade de refletir, de simular situações, analisar por diferentes ângulos, expor suas angústias e quem sabe encontrar por si mesmo ‘respostas’ para os seus conflitos. Envolve não só os que da escola

fazem parte, mas também familiares, amigos, e outras pessoas ligadas a outros setores da sociedade.

Por tudo isso, é necessário que saibamos como está sendo medida a eficácia o projeto de Orientação Sexual no contexto escolar, já que todas as três escolas vêm aplicando-o a mais de um ano.

Na escola A, a eficácia foi mediada por meio de: *Anotações, resultados compartilhados, o próprio aluno.* (Prof 1) *Avaliamos o projeto a partir de relatos dos alunos, famílias e professores.* (Sup. 4)

Na escola B, a prof. 5 relata que: *Acredito que não se possa medir isto, pois a educação em qualquer parte do mundo demora muitos anos para frutificar. Temos as sementes que esperamos ter lançado em terra fértil e que com o passar dos anos irão frutificar. Também acredito que este projeto deu certo, pois nossa escola é apontada como uma das que está chegando lá (este chegar lá significa o esforço de um grupo todo para que seja reconhecida a importância de tratar deste tema).*

Na escola C a prof. 6 relata que: *Muitos pais que a princípio não aceitaram a idéia, após serem convidados a participar do projeto, das reuniões, das dinâmicas de sensibilização, etc. mudaram de opinião e perceberam o tamanho da importância do projeto e o risco que os filhos estão correndo hoje em dia sobre DST, gravidez precoce, etc. O ponto principal do nosso projeto é a gravidez precoce e graças a Deus ela diminuiu sensivelmente, melhorou até no índice de gravidez, só estamos com uma grávida de 14 anos, mas teve época de termos mais grávidas, até com 12 anos. Acabou isso e é muito importante, as doenças também não apareceram. As reuniões eram semanais para fazer uma análise de como estava indo o projeto, se estava dando certo ou não.*

Na escola A, a eficácia do projeto foi medida por meio dos relatos dos professores, dos alunos e dos pais.

Na escola B, a professora acha difícil mensurar esta questão agora, acha que é no futuro que a eficácia poderá ser medida, o que é confirmado por Boutinet (2002), Fagundes e Álvarez (apud BAFFI, 2002) e Gadotti (apud VEIGA, I., 2001), Abrantes (2005) que argumentam que um projeto é uma atividade natural, não rotineira, intencional, indispensável, que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir significados, representando o laço entre o presente e o futuro; é a identificação de um futuro desejado e dos meios para fazer com que aconteça, é a ordenação e estimativa antecipadas dos meios para chegar a um fim preestabelecido. Não é de resposta rápida, mas com objetivo a médio ou a longo prazo que envolve uma situação complexa, requer planejamento e

desenvolvimento de um conjunto de estratégias e ações adequadas, que implica em trabalho de equipe, muitas vezes de caráter interdisciplinar, e que deve assegurar que os objetivos, formulados e negociados, sejam de fato efetivamente realizáveis, levando-se em conta o tempo, os meios possíveis de concretização e os obstáculos a ultrapassar.

Na escola C, se a preocupação maior era com a gravidez precoce na adolescência, puderam medir em um tempo mais curto a eficácia do projeto quando relatam que *a gravidez precoce, graças a Deus ela diminuiu sensivelmente*, o que é possível de se observar, devido ao fato dela demorar 9 meses; mas, quando dizem: *as doenças também não apareceram*, este item é de difícil mensuração a curto prazo, pois como sabemos, entre o contágio e a manifestação das DST pode haver um período de tempo mais ou menos longo, dependendo das condições físicas do indivíduo, o que torna delicada esta observação.

A responsabilidade de um projeto de Orientação Sexual nas escolas:

- a) Implica levantamento de problemas, planejamento flexível para incorporar as modificações que se façam necessárias no decorrer de seu desenvolvimento, ação pedagógica, tudo de maneira sistemática, o isso subentende em se ter um espaço no currículo da escola;
- b) Concede abertura de um canal para o debate permanente com todos da comunidade escolar (pais, alunos, professores, diretor, pessoal administrativo);
- c) Consiste na ponderação de todos os participantes, de que o projeto apesar da necessidade de sua continuidade, é sujeito a alterações e recomposições de acordo com as necessidades que surgem durante a sua execução;
- d) Requer estudo e preparação contínua dos professores envolvidos na tarefa, com trabalho de supervisão sistemática por especialistas ou profissionais com maior experiência na área;
- e) Permite, quando os pais compreendem a importância do trabalho, perspectivas de diálogo entre escola x pais e pais x filhos.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados podemos considerar que os projetos podem se desenvolver a partir de qualquer iniciativa: de uma professora, de um grupo, ou de uma política pública; entretanto, qualquer que seja a origem dessa iniciativa parece imprescindível que o projeto se sustente e se desenvolva de modo independente para se ajustar às características dos problemas enfrentados pela escola no que tange à sexualidade.

Quanto mais a escola desenvolver projetos relacionados com os problemas contextuais da sexualidade, mais garante a sua continuidade e sustentabilidade, legitimando o projeto na prática. Mas, é essencial que professores, alunos e pais mantenham um diálogo permanente, que haja a conscientização de que sexualidade é um fato que deve ser tratado e construído ao longo da vida e que é necessário a formação específica aliada ao conhecimento científico dos educadores para nortear as propostas contidas no projeto de Orientação Sexual.

Mesmo que as escolas tenham origens diferentes, há possibilidade dos projetos iniciarem por vários motivos, mas parece ser imprescindível que haja um esforço coletivo para poder dar sustentação; e este trabalho coletivo compreende muitas pessoas: pais, professores, alunos, pessoal de todos os setores da escola e de outros segmentos da sociedade. Entretanto, se o projeto estiver apoiado em apenas um agente escolar, corre o risco de caso este se ausentar, o trabalho não se desenvolver de maneira satisfatória como ocorreu na escola B investigada.

Portanto, podemos considerar que o trabalho individual é um fator limitante no desenvolvimento do projeto, enquanto que um trabalho coletivo é uma possibilidade, uma garantia que o projeto pode ter continuidade.

Possibilidade: trabalho coletivo.

Limite: trabalho individual.

Quanto mais um projeto estiver relacionado a uma necessidade ou a uma urgência social, quanto mais a problemática enfocada no projeto estiver relacionada com o contexto da própria escola, quando temas relacionados com a sexualidade são configurados como problemas urgentes e necessários a serem se não solucionados (gravidez na adolescência, violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, e outros), mas discutidos e refletidos pela comunidade escolar, quanto mais educadores, alunos e pais vivenciarem estes problemas, mais o projeto terá resultados significativos e positivos no que tange ao maior envolvimento de muitas pessoas e a mudança de valores e atitudes.

Uma vez em andamento o projeto, poderá esbarrar em alguns limites que verificamos em nossas amostras investigadas, entre eles destacamos a preparação deficiente dos professores, a Orientação Sexual como sendo de responsabilidade somente da professora de Ciências ou de Biologia, a biologização do projeto de Orientação Sexual e o não envolvimento de muitos educadores de outras áreas do conhecimento e dos pais.

Em todas as escolas investigadas a origem do projeto foi a partir de uma necessidade em resolver problemas da sexualidade, e a partir daí procuraram outros setores da sociedade para que pudessem se tornar mais aptas e mais confiantes para enfrentar esta temática.

Possibilidade: a partir do momento que se toma consciência de um problema, de sua relevância no contexto social e escolar, da necessidade de se capacitar para poder discuti-lo com maior segurança e do envolvimento de maior número de pessoas num projeto, passa-se a se ter mais habilidade e confiança para poder enfrentar e discutir problemas relacionados à sexualidade.

Limite: preparação deficiente, não continuidade de atualização dos professores, não envolvimento dos pais e de outros setores da sociedade.

Por conseguinte, podemos considerar que a participação de maior número de pessoas e a necessidade de capacitação por parte dos professores é uma possibilidade, enquanto a falta de formação, a não atualização dos professores e não envolvimento de pais e de outros setores da sociedade é um fator limitante no desenvolvimento do projeto.

Como tema transversal ao currículo a Orientação Sexual deve abranger todas as séries independente da faixa etária e das disciplinas que compõe tal currículo. Admitir que a sexualidade deva ser desenvolvida já nas primeiras séries é admitir com maior rigor que a sexualidade seja realmente considerada um tema transversal. Que as discussões e reflexões sobre a temática sejam um processo elaborado, programado, com propósitos e sistemático; que incluam esclarecimentos das dúvidas e discussões, que levem a informações significativas acerca da sexualidade da criança e do jovem e ampliem estes conhecimentos em direção às diversidades de valores existentes na sociedade. Entretanto, incluir ou inserir o tema a partir da 4ª e 8ª séries é considerar a sexualidade como tema disciplinar ao currículo pelo fato que os alunos necessitariam do pré-requisito do conteúdo do corpo humano. Como se apenas a partir desse enfoque pudessem desenvolver os temas que a sexualidade se propõe

a discutir, ou que a ênfase do tema se baseia fundamentalmente na biologização do corpo humano.

Possibilidade: início já nas séries iniciais

Limite: só iniciar na quarta série ou só na oitava série.

Portanto, podemos inferir que um fator limitante é iniciar um projeto de Orientação Sexual na 4ª ou 8ª séries baseando-se no fato de que a partir desse momento o aluno passará a ter contato com a disciplina de Ciências que desenvolverá conteúdos relacionados ao corpo humano, e desconsiderando que este aluno, antes disto, não tinha curiosidades e nem interesses por temas relacionados à sexualidade, este fato poderá dar um enfoque biológico ao projeto e sugerir que isso é suficiente. No entanto, a inserção de um trabalho que envolva assuntos relacionados à temática da sexualidade, já nas séries iniciais, é uma possibilidade, pois discussões e reflexões poderão surgir e permitir a continuidade do projeto.

Podemos inferir que quando a escola procura implantar e implementar um projeto é para atender demandas específicas do próprio contexto escolar, de problemas que foram contextualizados, sendo assim, é essencial ouvir os alunos quanto às suas necessidades relacionadas aos temas que envolvem a sexualidade.

Possibilidade: ouvir os alunos quanto aos temas de interesse deles e professores inserirem temas que acharem necessários.

Limite: ausência dos alunos quanto ao levantamento dos temas que seriam discutidos.

Conseqüentemente, podemos considerar que ausência dos alunos quanto à escolha dos assuntos que serão discutidos é um fator limitante, enquanto que um trabalho onde se ouve o aluno quanto aos seus reais interesses acerca dos assuntos que envolvem a temática é uma possibilidade, uma garantia que o projeto pode ser reconhecido como importante na construção de aspectos concernentes à sexualidade.

Para que um projeto tenha êxito é necessário durante a sua elaboração, a presença não só dos agentes escolares, mas dos alunos e dos pais, a fim de saberem o que vai acontecer, para poderem opinar sobre a sua relevância, para se sentirem mais motivados em participar ativamente.

Possibilidade: presença, além dos agentes escolares, de pais e alunos.

Limite: ausência dos pais e dos alunos na elaboração do projeto

Sendo assim, podemos considerar que a ausência dos pais e dos alunos na elaboração do projeto de Orientação Sexual é um fator limitante, enquanto que um trabalho que envolva o máximo de professores, pais, alunos e outros setores da sociedade pode ser uma garantia de que ele não perderá a sua continuidade.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os temas transversais não se constituem em novas disciplinas, mas uma articulação entre todas as disciplinas para que os assuntos sejam discutidos cotidianamente à medida que se apresentam.

Possibilidade: integração de o máximo possível de áreas do conhecimento para que a transversalidade dos assuntos ligados à sexualidade possa acontecer.

Limite: não acontecendo o envolvimento da maioria dos professores, a transversalidade fica deficitária, podendo levar a um biologismo da Orientação Sexual; deixar somente ao encargo do professor de Ciências ou de Biologia a função de implementar o projeto e a formação insuficiente dos professores.

Desta maneira, podemos deduzir que um trabalho sem a integração de várias áreas do conhecimento é um fator limitante no desenvolvimento do projeto, ao passo que quanto maior o número de pessoas envolvidas num projeto maiores as suas chances de se ter ao final dele resultados positivos.

Nas escolas investigadas houve uma preocupação em relação à formação deficiente dos professores quanto a temas ligados à sexualidade, procuram participar de cursos e fizeram algumas parcerias iniciais ou parcerias mais duradouras.

Possibilidade: Por intermédio de cursos, dinâmicas e de reflexão os envolvidos: pais, professores e alunos, têm a chance de se atualizarem, de tirar dúvidas e de desmistificarem assuntos ligados à sexualidade, e isto é possível quando as parcerias são efetivadas.

Limite: parcerias que só aconteceram no início da implantação do projeto, sem participação de pais e alunos.

Por conseguinte, podemos inferir que um projeto de Orientação Sexual pode ter como fator limitante além da ausência dos pais e dos alunos a inexistência de parcerias com outros setores da sociedade, enquanto que um trabalho onde temos o envolvimento dos pais, dos alunos e de outros setores da sociedade poderá ser uma garantia da sua sustentabilidade.

As três escolas envolvidas nesta investigação procuraram ter os pais cientes do projeto e como ele trata de assuntos complexos e que contém uma carga grande de tabus e preconceitos, é natural que se criem polêmicas, mas isto não pode ser motivo para não implantá-lo.

Possibilidade: maior participação dos pais e sem ter que pedir consentimento a eles para o projeto ser implantado e para que seus filhos façam parte dele. Possibilidade de se ampliar o diálogo.

Limite: não autorização de alguns pais impedindo seus filhos de participarem do projeto, dificuldade em transpor tabus e preconceitos.

Portanto, podemos considerar que se a escola considera a autorização como imprescindível para que o alunos participe, é um fator limitante para o desenvolvimento do projeto, posto que cada aluno teria uma formação distinta no que se refere à construção da sexualidade; enquanto que a participação de todos permite que o projeto seja realmente educativo, democrático e integrador das experiências vividas pelos alunos, visto que compreende a sexualidade como algo ligado à vida, à saúde e ao bem estar de cada jovem.

A ênfase do projeto de Orientação Sexual deve ser a discussão em torno da temática da sexualidade sob múltiplos olhares, focar a prevenção e a saúde, as relações de gênero, o corpo como matriz da sexualidade, com funções biológicas, afetivas, e sociais e não procurar apenas tratar da gravidez na adolescência e das doenças sexualmente transmissíveis.

Possibilidades: consegue construir um enfoque preventivo quando evidencia os três eixos básicos contidos nos PCN.

Limite: ter como foco principal a gravidez precoce na adolescência e as DST.

Conseqüentemente, se a escola consegue integrar os conteúdos relacionados aos três eixos básicos contidos nos PCN: o corpo, como matriz da sexualidade, tratado como um todo integrado em suas funções biológicas, afetivas, perceptivas e de relação social; as funções de relações de gênero, no sentido das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos; a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/aids, com ênfase na prevenção e na saúde, e não nas doenças, a fim de não vincular a sexualidade à doença ou à morte é uma possibilidade; enquanto que, deixar para discutir as questões relacionadas à sexualidade só a partir da 4ª série ou da 8ª série ou se discutir estas questões só depois do problema estar instalado, isto é, após a gravidez na adolescência aparecer é um fator limitante, deixa de ter um caráter preventivo.

Num projeto de Orientação Sexual pode se ter como

Possibilidade: levantar discussões, assegurar reflexões, orientar e garantir diálogo sobre os temas relacionados à sexualidade se ele for construído a partir das questões e dúvidas trazidas pelos alunos. Considerar como essencial o exercício de aperfeiçoamento da cidadania; do juízo moral, de tomada de decisões e de juízo de valores.

Limite: não dá garantia de que mudanças de comportamento vão acontecer.

Portanto, um projeto de Orientação Sexual deve ter como possibilidades o favorecimento de informações, de discussões acerca dos diversos assuntos relacionados à sexualidade, considerando-a em suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural, sendo um trabalho que adote princípios norteadores condizentes com uma educação voltada para a cidadania, priorizando o reconhecimento do saudável, do respeito a si próprio e ao outro, bem como respeito às diversidades de valores e crenças e comportamentos relativos à sexualidade. Mas ele passa a ser um fator limitante no momento em que as discussões sobre valores estão desvinculadas de uma prática coerente, sem uma vivência efetiva da palavra que se adota, sem o exercício cotidiano da harmonia, da tolerância, do respeito e da concórdia, entre tantas diversidades que são encontradas no ambiente escolar.

Esta investigação indica que cada escola possui uma realidade diferente da outra, e o projeto de Orientação Sexual tem que se moldar a essa realidade; o que serve para uma escola necessariamente pode não servir para outra; mas num momento em que a hiperestimulação sexual permeia em todas as direções, isto é, revistas que tem como tema principal a sexualidade, programas de televisão que apresentam imagens que apelam para a sensualidade, internet com acesso fácil a conteúdos pornográficos, propagandas com alto conteúdo erótico, etc, é necessário que hajam debates, polêmicas, interesses e reflexão sobre a sexualidade dentro do contexto escolar.

Ao finalizarmos esta pesquisa podemos inferir que um projeto de Orientação Sexual é necessário e possível desde que a escola leve em consideração que:

► O primeiro passo para desenvolvê-lo é se mostrar disposta a implantá-lo e implementá-lo, estar aberta a mudanças, a aceitar e assumir novas opiniões e pensamentos, a transpor preconceitos e tabus, mas além disto é saber por onde e como começar.

► Ler os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação (volumes 1, 8 e 9) é necessário, pois neles se encontra o tema transversal Orientação Sexual e apresenta de forma estruturada os fundamentos para esta ação nas escolas, sendo um volume para 1ª a 4ª séries e outro, para 5ª a 8ª séries. Adaptar os temas transversais ao contexto de cada escola de maneira que possam perspassar todos os conteúdos curriculares, trabalhando-os em todas as disciplinas do ensino fundamental; daí a necessidade de maior número possível de professores participantes.

► A Orientação Sexual preconizada pelos PCN introduziu a idéia de eixos básicos de conteúdo. A saber: Corpo - Matriz da Sexualidade, Relações de Gênero e Prevenção das DST/AIDS. Estes três eixos devem ser sempre trabalhados em qualquer dos temas da sexualidade, tanto ao se discutir um tema escolhido pelos alunos no momento pré-estabelecido, quanto ao tratar algum tema de interesse relacionado a uma das matérias do currículo. O educador necessita estar sempre ciente de que é essencial problematizar questões ligadas ao conhecimento do corpo, erótico e reprodutivo, que envolve o prazer e a reprodução, às relações de gênero e toda sua importância social, sem esquecer de por em evidência a prevenção das DST/AIDS.

► O objetivo principal do projeto de Orientação Sexual deve ser o problematizar para gerar reflexão acerca da temática da sexualidade, levando o aluno a discutir com naturalidade os problemas que o afligem; neste projeto não se deve “ensinar” nada, mas sim, permitir que os alunos pensem a respeito dos temas discutidos, que estejam sempre motivados e comprometidos com estas reflexões.

► Ser iniciado no momento em que a criança entra na escola, dependendo das suas demandas naturais, e do professor em perceber as manifestações da sexualidade infantil, e ser integrado às atividades diárias em situações como jogos, histórias, exercícios ou estudo do meio; e esta orientação deve se desenvolver ao longo de toda a sua vida escolar.

► A partir da quinta série deve haver maior estruturação dos trabalhos, com regularidade nas aulas, não existindo uma programação prévia a ser seguida. Os assuntos que serão discutidos poderão ser aqueles que os próprios alunos sugerirem, mas nada impede que o professor acrescente outros temas que achar necessário e que estejam adequados às curiosidades dos alunos e a cada faixa etária, mas é importante que atenda às necessidades e

dúvidas de cada turma. A flexibilidade e a criatividade são importantes para o êxito do projeto de Orientação Sexual. É essencial que as aulas sejam planejadas, mas o planejamento pode ser alterado, à medida que o professor achar necessário com o propósito de atender as demandas dos alunos.

► Não é um trabalho que um professor faça sozinho e nem tanto se sustenta com voluntariado, ele tem que ser discutido pela equipe e supõe planejamento e estudos contínuos, com supervisão, e se tornará muito difícil se não tiver o apoio técnico aos educadores.

► O envolvimento de todos que compõem a comunidade escolar é de suma importância; mas desde o professor que não quis se envolver, até os funcionários da secretaria e da limpeza devem estar cientes do que está acontecendo com o projeto de Orientação Sexual, dos seus objetivos e de sua importância.

► Não é um fato simples, é complexo, aborda preconceitos, tabus, religiões, culturas intimamente arraigadas no ser humano, então, iniciá-lo é trabalhoso, e além do mais, a partir do momento que não só os assuntos comumente trabalhados na escola passam a conviver com um projeto desta ordem, gera mudanças em todos os sentidos, provocando apreensões e conflitos e requerendo tempo e disposição de todos.

► Permite que se encare e reflita sobre determinados problemas atuais, que se discutam riscos, que se coloque em debate preconceitos, mas, mesmo visando diminuir o índice de gravidez na adolescência, não pode garantir que a gravidez precoce não aconteça, porque podem estar aí envolvidos outros fatores como: a menina achar que engravidando conseguirá segurar o namorado, que poderá ter mais status dentro do seu grupo e mais respeito de outras pessoas pelo fato de ser mãe e ter o sonho de ser mãe de fato.

► Investigar e selecionar uma bibliografia que trate de projetos nas escolas e sexualidade infantil, tanto na escola como na família e da sexualidade para adolescentes e também que discorra sobre temas polêmicos, envolvendo propostas práticas de como trabalhá-los em sala de aula. O material didático selecionado não é para dar respostas, mas sim para permitir que questões sejam levantadas e debatidas e por fim que sejam refletidas por todos.

► As aulas devem ser participativas, dando vez e voz ao aluno, problematizando e construindo o conhecimento em grupo, com práticas ativas, isto é, que sejam participativas, dialógicas, lúdicas, criativas e que envolvam o cotidiano.

Apesar do professor não ter em sua formação acadêmica, a preparação necessária para abordar as questões relativas à sexualidade, acaba de uma maneira ou de outra fazendo a Orientação Sexual, sendo assim é necessário que:

► Esteja ciente de que este projeto não é uma aula onde os alunos perguntam e ele responde; é necessário que todas as questões propostas pelos alunos sejam agrupadas por semelhanças, que sejam elaborados os temas e também que notas não serão atribuídas aos alunos. A metodologia participativa é a essência do trabalho.

► Tenha disponibilidade, flexibilidade e esteja atualizado. Se a questão da sexualidade pessoal não estiver bem elaborada, se existe dificuldade em olhar para si mesmo, se compreender, se defrontar, lutar contra as idéias intolerantes, as idiossincrasias, é difícil esperar do professor uma postura autêntica que possa permitir abertura para discussões mais consistentes com os alunos.

► Trate com clareza e honestidade os possíveis embaraços e constrangimentos que possam ocorrer em sala de aula, concernentes a perguntas feitas pelos alunos a respeito da sexualidade. Se o que foi questionado merecer maiores conhecimentos cujo professor não tem domínio, deve ser autêntico e responder que não tem segurança necessária para dar uma resposta naquele momento, mas que irá procurar se informar e assim que tiver a certeza, prestará a resposta correta.

► Atente as próprias demonstrações exteriores que os alunos trazem e ponderar e corrigir quando necessário o trabalho que está sendo realizado individual e coletivamente; as questões que mereceram reflexões, e foram discutidas, não devem ficar exclusivamente no âmbito profissional, mas devem tomar parte e se fazerem presentes constantemente na vida de cada um.

► Perceba que as diferentes experiências e a vida fora da escola são elementos que devem ser valorizados. A possibilidade de compartilhar habilidades, experiências e observações manifestam um caminho menos árduo e as dificuldades podem se

tornar mais simples; ao dialogar com seus pares em um debate pensado e com um objetivo estabelecido pelo projeto, o adolescente pode perceber e considerar que suas maiores inquietações normalmente fazem parte da etapa da vida que está passando naquele momento. Mas é interessante ficar atento para não direcionar esses relatos para um trabalho de terapia em grupo ou achar que as aulas de Orientação Sexual têm o intuito de ser um espaço onde se expõem experiências e frustrações.

► Estabeleça espaços permanentes para que ocorram discussões e trocas de idéias, pois as questões ligadas à sexualidade muitas vezes são complexas e não são elucidadas de uma hora para outra; pois o objetivo do projeto deve ser de não resolver apenas questões imediatas, mas em permitir abertura para o debate dentro da instituição escolar e que esta troca de idéias se estenda além dos muros da escola e chegue até os lares.

► Torne evidente seu interesse pelo projeto e demonstre estar aberto às mudanças do processo ensino/aprendizagem, porque sem dúvida, uma proposição como essa, demanda um longo processo de formação, muita leitura e uma abnegação além do normal. É essencial lidar com pessoas empenhadas com os objetivos e metas estabelecidas, dispostas e propensas a reavaliar constantemente os objetivos e a metodologia para alcançá-los e que estejam a vontade para iniciar um projeto de Orientação Sexual.

► Avalie cada tema e discuta cada atividade empregada com outros professores nas reuniões de supervisão, constituindo um momento fundamental para a continuidade do trabalho. As interações entre os participantes e a socialização das práticas podem tornar o projeto mais eficaz. Portanto, é necessário estudo e preparação contínua dos educadores envolvidos na tarefa, com trabalho de supervisão sistemática por especialista ou profissionais com maior experiência na área.

► Procure um caminho para tratar as questões ligadas à sexualidade de forma criativa e proveitosa, e isto é essencial para o maior envolvimento de todas as pessoas que estão comprometidas com o processo – alunos, professores, pais, comunidades.

► Discuta os temas propostos pelos alunos e aqueles sugeridos por outros professores. Este debate é fundamental, pois valoriza a vontade de falar e pode levar ao aprofundamento das reflexões surgidas. O debate é primordial, pois garante o exercício de

organizar os pensamentos e elaborar os seus posicionamentos diante de determinadas questões estimulando ao máximo a participação dos alunos.

► Estabeleça discussões através de pequenos textos ou vídeos, exercícios ou jogos, dramatização de situações que possam conduzir uma aula de Orientação Sexual, pois são interessantes e possibilitam a vivência e a reelaboração de conceitos. Aulas do tipo expositivo não são muito interessantes se forem unilaterais, mas se for na forma de um diálogo com os alunos, pode principiar novas perspectivas, sistematizando a conversa ou lançando novos questionamentos e buscando sempre a participação dos alunos.

► Estimule a realização de pesquisas pelos alunos para obter opiniões da comunidade e também para sistematizar informações científicas.

RECOMENDAÇÕES

1) Que os governos estadual e federal dêem preferência e façam investimentos em projetos nacionais e regionais, que se considerem as diversidades de âmbito nacional, as desigualdades sociais e regionais, atentando às múltiplas realidades existentes em nosso país.

2) Integrar e interar o jovem dentro de um contexto escolar que seja capaz de lidar não só com a aprendizagem em assuntos tradicionais do conhecimento, como em temas da sexualidade, afetividade e relações de gênero.

3) Intensificar a atenção quanto ao planejamento. O projeto de Orientação Sexual exige estar sempre propenso a mudanças; sua prática dever ser sempre revista, corrigida, reorganizada, sem perder de vista os objetivos que se quer conseguir. Tomar os devidos cuidados para que o projeto não seja adiado para outra hora devido ao fato de acharem outras questões mais importantes.

4) Definir antecipadamente os conteúdos que serão discutidos, levando em conta os interesses dos alunos e a flexibilização.

5) Capacitar os educadores para poderem implantar e implementar o projeto com auxílio de especialistas, fazendo parcerias com universidades, ONGs e outros setores da sociedade.

6) Considerar que para ser um orientador sexual não é necessário ser um profissional da área de saúde ou ser professor de Ciências ou de Biologia. O essencial é ter uma postura frente à vida e à sexualidade que permitam trocas, atualizações, questionamentos que levem a debates e reflexões sobre assuntos referentes à sexualidade.

7) Promover espaços que possibilitem escutar, debater e refletir com os pais sobre temas relacionados à sexualidade dos jovens.

8) Realizar sistematicamente reuniões entre os professores para a discussão das vivências e situações de sala de aula que estejam acontecendo e sendo abordadas.

9) Compartilhar experiências possibilita a reflexão e debate, aumentando as possibilidades de uma aprendizagem baseada na própria experiência pedagógica.

10) Esforçar-se para disponibilizar informações, não só tratando de conteúdos referentes à biologia do sexo, mas também informações que considerem o contexto social da sexualidade, como ela é tratada e representada. Como trabalhar e permitir que ocorram exposições de várias opiniões sobre conteúdos que envolvam preconceitos, tabus, a transmissão das doenças, etc. Como possibilitar que sejam discutidas as negociações de poder que implicam as relações sexuais, as desigualdades entre os sexos, os papéis de homem e mulher dentro de uma sociedade ainda machista e no relacionamento sexual, e muitos outros assuntos polêmicos que a temática da sexualidade suscita.

11) A aula expositiva não é o método mais interessante para conduzir a reflexões quanto à sexualidade. Aula que use a metodologia participativa sugere-se ser a mais ideal.

Aquela sensação que expus na apresentação desta investigação, de vazio e insatisfação que sentia quando discutia Orientação Sexual em sala de aula, após os estudos ora

concluídos, com certeza atualmente dentro de mim não existem mais. Hoje eu sei quais os passos que devo seguir para construir com segurança um projeto de Orientação Sexual, como ele deve acontecer, quais os caminhos a serem seguidos, os muitos fatores que devem ser levados em conta para que ele tenha êxito.

Estes fatores que foram apontados ao longo desta pesquisa são: a importância da formação dos professores, do trabalho contínuo com os pais, da informação permanente dos alunos e dos pais, da diversificação da metodologia, da construção de um programa sólido, da diminuição das distâncias, a necessidade da formação do vínculo, do envolvimento de maior número de pessoas tanto pertencentes à comunidade escolar quanto de outros setores da sociedade, como tratar determinados assuntos tidos como “polêmicos”, quais seriam os limites e as possibilidades da implantação e implementação do projeto de Orientação Sexual no contexto escolar e principalmente olhar com “outros olhos” a sexualidade com direito ao prazer com responsabilidade.

Hoje existe uma satisfação enorme dentro de mim que com certeza será repassada às escolas, aos professores, aos alunos e aos pais.

Aprendi que existe um extenso caminho pela frente que merece ser percorrido e se possível, estabelecer novos caminhos, assessorando escolas da rede de ensino público estadual e municipal na implantação e implementação de um projeto de Orientação Sexual.

Pretendo, a partir desta investigação, direcionar meus estudos para o doutorado estendendo ainda mais a discussão em torno da questão da sexualidade, da distância que existe entre a ação e o juízo moral que alunos têm frente a temas relacionados à sexualidade.

Considero que somente a informação não muda comportamentos. Falar sobre sexualidade por si só já é um desafio, as resistências são muitas, exigindo de todos os envolvidos revisar conceitos, superar preconceitos e estereótipos. Olhar reflexivamente sobre a própria sexualidade é delicado e embaraçoso. Lidar com tabus, medos vergonhas requer muito trabalho tanto intimamente quanto a expô-los. Tudo isto não é nada fácil! Mas só existe aprendizagem quando se pára para refletir e se coloca em ação tudo aquilo que foi indicado. Nada está pronto, concluído e esgotado. Existe um longo e interessante caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. **Trabalho de projeto na escola e no currículo**. Disponível em http://www.malhatlantica.pt/curriculo/nova_areas_curric.htm. Acesso em: 3 mar. 2005.

ALFAYATE, M. G. Para um sistema básico de valores compartilhados no projeto educativo de centro. In: ÁLVAREZ, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 51-71 (Inovação Pedagógica, v. 5)

ÁLVAREZ, M. Função do projeto educativo In: ÁLVAREZ, M. et al. **O projeto educativo da escola**. Tradução por Daniel Ángel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004. p 15 - 22. (Inovação Pedagógica, v. 10)

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: CASTRO, A. D., CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Ensinar a ensinar**. São Paulo, 2001. p 18–19.

AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2002. 5. ed.

BAFFI, M. A. T. Projeto pedagógico: um estudo introdutório. In: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm> >. Acesso em: 3 mar. 2005.

BARBIRATO, M. A. Em pauta a sexualidade. **Informações n. 4**, 1994. Disponível em: <<http://www.gtpos.com.br>>. Acesso em: 30 mar. 2004.

BIANCON, M. L. **A educação sexual na escola e as tendências da prática pedagógica dos professores**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BIBLIOMED. **Educação sexual x orientação sexual**. 2000a. Disponível em: <http://boasaúde.iol.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDoccoID=3745>. Acesso em 12 abr. 2005.

_____. **A orientação sexual como sistema de prevenção de saúde**. 2000b Disponível em: <http://boasaúde.iol.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDoccoID=3745>. Acesso em 12 abr. 2005.

_____. **O papel de cada um na orientação sexual e os diferentes modelos de trabalho.** 2000c. Disponível em: <http://boasaúde.iol.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDocccID=3745>. Acesso em 12 abr. 2005.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Ed., 1994.

BOUTINET, J. P. **Antropologia do projeto.** 5 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, 1997. v. 8, v. 10.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1998.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e infância(s):** a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna. 2000.

CARIDADE, A. A educação sexual nas turmas de primeira à quarta série do primeiro grau. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual:** novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 163-173.

CATONNÉ, J. P. **A sexualidade, ontem e hoje.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, v. 40)

CHAUÍ, M. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n.36, p. 99-110, Fev. 1981.

COSTA. M. **Sexualidade na adolescência:** dilemas e crescimento. Porto Alegre: LP&M, 1986.

DIMENSTEIN. G. Camisinha de cérebro. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 17 out. 2004. Cotidiano, p. 2.

EGYPTO, A C. A orientação sexual veio para ficar. **Informações 1,** 2001. Disponível em:<<http://www.gtpos.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2004.

_____. Orientação sexual na escola: um trabalho processual. **Em ação/pref 2/**, 2004. Disponível em <http://www.gtpos.org.br/index.asp/Fuseaction=Ação&ParentId=160>. Acesso em: 30 mar. 2004.

EGYTO, A. C. (Org.) **Orientação sexual na escola**: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, D.; SOARES, R. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 31-40.

FIGUEIRÓ, M. N. D. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 50-63, ago.1996.

_____. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: UEL, 2001.

_____. O professor como educador sexual: interligado – formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p. 115-151.

_____. **Interação família-escola na educação sexual**: reflexões a partir de um incidente. Londrina: Ed. UEL, 2006 (no prelo)

GAIRÍN, J. O projeto educativo e o desenvolvimento do currículo. In: ALVAREZ, M. et al. **O projeto educativo da escola**. Tradução por Daniel Ángel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 23-32. (Inovação Pedagógica, v. 10)

GARCIA, M. F. L. **As atividades sobre sexualidade aplicadas transversalmente nas aulas de ciências**: limites e possibilidades. 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GAVIDIA, V. A construção do conceito de transversalidade. In: ÁLVAREZ, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 15-30. (Inovação Pedagógica, v. 5)

GIMENES, V. C.; RIBEIRO, P. R. M. Notas de um estudo sobre o discurso de um grupo feminino de adolescentes acerca de suas concepções e vivências sexuais. **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. Araraquara: FCL/ Laboratório editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002, p. 39-67.

GONÇALVES, S. A. S. Um compromisso com a comunidade. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 267-277.

GUIA de orientação sexual: diretrizes e metodologia. 10. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

GRUPO DE CO-EDUCAÇÃO DO MRP. Elaboramos um projeto de escola co-educativo? In: ALVAREZ, M. et al. **O projeto educativo da escola**. Trad. Daniel Ángel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 33-40. (Inovação Pedagógica, v. 10)

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LORENCINI JÚNIOR Á. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p 87-95.

LORENZO, M. L. A educação em valores no ensino médio: princípios, estratégias e clima. In: ÁLVARES, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 151-162. (Inovação Pedagógica, v. 5).

LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos Educação Básica, n. 4)

MACHADO, N. J. **Cidadania e educação**. 2. ed. São Paulo: Escrituras Ed. 1997.

MAGYAR, V.; CASTRO, E. L. Ser ou não ser esta (ainda) é a questão. **Galileu**, São Paulo, v. 10, p. 45-49, out.1998.

MAIA, A. C. B. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciência. 2004a, p. 153-179.

MARIN, A J. Com o olhar nos professores: desafios para o enfrentamento das realidades escolares. Caderno **CEDES**, nº 44, p. 8, 1998.

MENDONÇA, Â. M. G. de. Uma responsabilidade dos pais? In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 233-238.

MORAES, N. A. Uma responsabilidade do estado? In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 249-260.

MUÑOZ, D. A elaboração do projeto educativo da escola. In: ALVAREZ et al. **O projeto educativo da escola**. Tradução por Daniel Ángel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 99-105. (Inovação Pedagógica, v. 10)

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 72)

OLIVEIRA, D. L. Sexo e saúde na escola: isto não é coisa de médico? In: MEYER, D. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 97-109. (Cadernos Educação Básica; n. 4)

ORRANTIA, J. S. Transversalizar o segundo nível de concretização impregnando o projeto educativo e o projeto curricular da escola. In: ÁLVAREZ, M. et al. **O projeto educativo da escola**. Tradução por Daniel Ángel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 49-64. (Inovação Pedagógica, v. 10)

PEREIRA, O. A **Pedagogia de Projetos**. Disponível em:
<http://www.senac.br/BTS/302/boltec302d.htm>. Acesso em: 28 fev 2005.

POLI, M. E. H. Sexo e Sexualidade Humana. **Femina**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 91-93, Mar. 2001.

RAMOS, X. O projeto educativo da escola é a meta ou o caminho? Estratégias e problemas na sua elaboração. In: ALVAREZ, M. et al. **O Projeto educativo da escola**. Tradução por Daniel Ángel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 109-123. (Inovação Pedagógica, v. 10)

REICHELMANN, J. C. A educação sexual no sistema de saúde. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 281-303.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. A orientação sexual na escola e os parâmetros curriculares nacionais. Uma segunda visão. In **Anais do VI Encontro de Pesquisa da Região Sudeste “Política, conhecimento e cidadania”**. Rio de Janeiro: ANPED, 3 a 6 de maio de 2004. CD Rom. ISBN 85904366-1-6.

_____. A orientação sexual na escola e os parâmetros curriculares nacionais. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão**. Araraquara: FCL/ Laboratório editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002, p. 81-96.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil In RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciência. 2004a, p. 15-25.

_____. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU. 1990.

_____. Sexualidade e adolescência: conflitos e dilemas. **DOXA – Revista Paulista de Psicologia e Educação**. Araraquara, v. 8, n. 2, p. 47-53, jul/dez. 2004b.

RODRIGUES JR, O. A hora de orientar: escolas investem na orientação sexual. **Folha Dirigida**, São Paulo, 8 a 14 mar. 2002. Caderno de Educação, p. 1.

_____. Os conflitos sexuais na adolescência In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993. p. 101-110.

SALGADO, C. R. S. Passando a limpo um rascunho interminável. In: EGYTO, A. C. (Org.). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 81-87.

SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola**. alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola**. alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p. 87-95.

SCHIAVO, M. R. Educação sexual em tempos de AIDS. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993. p. 391-398.

SILVA, R. de C. A educação sexual nas turmas de quinta à oitava série do primeiro grau. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993a, p. 177-184.

_____. Uma responsabilidade da escola? In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993b. p. 239-247.

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

_____. **Conversando sobre sexo**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

_____. Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 21-36.

VEIGA, I.P. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, S.G. **Subjetividade/sexualidade: uma questão pedagógica**. Caderno do Aplicador, Porto Alegre, v. 10, n.2. jul./dez. 1997.

VITIELLO, N. **Sexualidade: quem educa o educador? um manual para jovens, pais e educadores**. São Paulo: Iglu, 1997.

YUS, R. Temas transversais e educação global: uma nova escola para um humanismo mundialista. In: ÁLVARES, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 31 - 48. (Inovação Pedagógica, v. 5)

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: SP: Autores Associados, 1998.

ZAMPIERI, M. C. **O sexo na universidade: um estudo sobre a sexualidade e o comportamento sexual do adolescente universitário**. São Paulo: Arte e Ciência. 2004

ANEXOS

ANEXO 1

Planejamento do Projeto de Orientação Sexual na Escola A

ANEXO 1 – PLANEJAMENTO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DA ESCOLA A**PLANO DE CURSO – EDUCAÇÃO SEXUAL – PRÉ À 4ª SÉRIE –
ANO - 1999
ESCOLA A****CONTEÚDOS**

Anatomia Humana – Diferença entre os órgãos sexuais internos e externos;

Fisiologia Humana – Fases do desenvolvimento;

Menstruação (4ª série);

Masturbação;

Ato sexual;

Concepção e Contracepção;

Parto;

Amamentação;

Relações de Gênero – Diferenças comportamentais entre homens e mulheres;

Respeito pelo outro – Diferenças físicas e culturais;

Variedade de expressão (Masculino e Feminino);

Prevenção/Melhoria na saúde/Qualidade de vida;

Doenças sexualmente transmissíveis;

AIDS (Prevenção/Vias de transmissão);

Vitimização Sexual.

Obs: Temáticas como homossexualidade, aborto e outras, serão trabalhadas sempre que surgirem questões relacionadas à elas (extraprogramação)

OBJETIVOS

Reconhecer as diferenças entre órgãos sexuais externos (masculino) e internos (feminino) – de pré à 4ª série e reconhecer as diferenças dos órgãos sexuais internos (4ª série).

Reconhecer as transformações do corpo humano do homem e da mulher, nas diferentes fases da vida, dentro de uma perspectiva do corpo integrado, envolvendo emoções, sentimentos e sensações ligadas ao bem estar e ao prazer do autocuidado.

Compreender que a menstruação é algo normal que ocorre com as meninas e deve ser aceito de forma saudável por todos (meninos e meninas).

Compreender que a masturbação faz parte do desenvolvimento humano (aprendizado sobre o corpo) e que não causa mal algum.

Compreender como ocorre o ato sexual, valorizando a afetividade e o respeito mútuo.

Entender os mecanismos da concepção (gravidez) e tomar conhecimento da existência de métodos contraceptivos (4ª série).

Compreender que o nascimento ocorre através do parto e os diferentes tipos (natural e cesárea).

Saber a importância e os benefícios do aleitamento materno.

Compreender que os papéis sexuais são determinados historicamente pela cultura.

Respeitar o outro enquanto um ser social.

Conhecer a existência de doenças sexualmente transmissíveis.

Compreender as formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS.

Conhecer a adoção dos procedimentos necessários em situações de acidente ou ferimentos que possibilitem o contato sanguíneo.

Respeitar e solidarizar-se com pessoas portadoras do vírus HIV ou doentes de AIDS.

Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir de prazer numa relação a dois.

ESTRATÉGIAS

Aula dialogada, imagens (desenhos, revistas, fitas de vídeo, placas anatômicas, etc.)

Modelagem.

Trabalhar o nome correto e os apelidos dos órgãos sexuais.

Utilização de livros de educação sexual escrito para crianças e adolescentes

Notícias de jornais.

Episódios de novelas

Entrevistas

Gravuras elucidativas

Conversas formais e informais

Vídeos para a compreensão do processo do ciclo menstrual

Orientações com e/ou para os alunos dependendo do interesse e da faixa etária.

Figuras e filmes que tratem da concepção e das fases do desenvolvimento do bebê.

Pesquisas e trocas de informações.

Entrevistas com pessoas de várias idades sob namoro, casamento e como evitavam a gravidez.

Mostrar o nascimento dos animais (para fazer a ponte)

Interpretação de textos.

Textos históricos para dialogar sobre papéis sexuais.

Aula interpretativa de situações de convívio escolar.

Leitura e análise de notícias.

Músicas (letras), teatro, etc.

As informações sobre as doenças sexualmente transmissíveis devem ter sempre como foco a promoção de condutas preventivas. A mensagem fundamental é “Previna-se”

Quanto às DST, o trabalho será efetuado quando houver necessidade de esclarecimentos devido a campanhas preventivas e/ou surgimento de casos na comunidade ou familiar de algum aluno.

Quanto ao conteúdo Vitimização Sexual: aproveitar comentários em sala de aula, notícias de programas sensacionalistas de TV, jornais, revistas para iniciar um diálogo com orientações básicas às crianças, como por exemplo:

- Quando alguém – jovem ou adulto – homem ou mulher – conhecido ou desconhecido – familiar ou amigo – **quiser tocar alguma parte do seu corpo de maneira que você fique desconfortável**, afastar-se imediatamente dessa pessoa. Se por acaso, estiver sozinho, peça ajuda a alguém conhecido.
- Sempre que lhe acontecer algo estranho, contar para alguém que você confia e que possa ajudá-lo (a).
- Se alguma pessoa lhe disser que você não deve contar nada aos seus pais porque eles ficarão zangados, ou porque é um segredo, não acredite. Seus pais ficarão zangados se você esconder algo, nunca por contar-lhes a verdade.
- Ajude crianças e pré-adolescentes a distinguir entre carícias de amor e intimidades oportunistas.
- É preciso acreditar nas revelações que as crianças fazem, ouvi-las e alertá-las.
- É importante ensinar para a criança que ela tem o direito de recusar qualquer invasão sobre seu próprio corpo.

ANEXO 2

Planejamento do Projeto de Orientação Sexual na Escola B

ANEXO 2 – PLANEJAMENTO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DA ESCOLA B

OFICINA DO CONHECIMENTO – 2001

JUSTIFICATIVA

Muito se tem discutido o papel da escola na formação do indivíduo. Prepará-lo para vida tornou-se preocupação constante de educadores responsáveis, que se processam atualmente, vêem a necessidade de incluir a temática da sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo graus.

Em nosso município com o tema Aparelho Reprodutor na 4ª série já são vistos muitos dos assuntos que norteiam este tema, tais como: doenças sexualmente transmissíveis, drogas, amamentação, fecundação, métodos contraceptivos, entre outros, mas se estes assuntos e outros fossem explorados através de uma educação continuada, viria a contribuir para a formação dos nossos jovens.

A Escola Municipal está localizada numa região da cidade, onde o índice de gravidez na adolescência é muito grande e nós enquanto educadores devemos fazer que este quadro mude, pois o maior índice trata-se de gravidez não planejada.

Assim sendo a Escola propõe um trabalho de educação sexual em uma das suas oficinas com a duração de um encontro por quinzenal durante o ano letivo de 2001.

METODOLOGIA

O trabalho consistiria em problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimento, sem o caráter de aconselhamento e/ou de invasão de intimidade e do comportamento de cada aluno, bem como da família..

Tais atividades serão desenvolvidas através de oficinas interativas onde a criança e o adolescente são protagonistas do processo.

Através de dinâmicas de grupo e/ou jogos, discutiremos tabus, preconceitos, atitudes e crenças existentes na nossa sociedade, inclusive mensagens transmitidas pela mídia.

A Escola neste momento, além de informar o adolescente e/ou preencher lacunas acerca do conhecimento que ele possui sobre o assunto, possibilita o acesso à informação

atualizada sobre o mesmo; cria possibilidades de formar opinião à respeito e posteriormente atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, página 122, quando trabalhado este assunto com crianças menores, a angústia e a agitação delas são diminuídas consideravelmente.

A POSTURA DO EDUCADOR

Ao educador caberá reconhecer a curiosidade por parte da criança como natural e como parte do processo de seu desenvolvimento.

Estar atualizado é uma condição indispensável. Não impor seus valores, crenças e opiniões, e, aceitar os da criança e os da família dela.

Através das discussões, o aluno deverá chegar a conclusão do que é bom ou ruim, certo ou errado para ele.

Deverá ser estabelecida uma relação de confiança entre o aluno e o professor; para isso o professor deve conversar muito a respeito das questões que serão abordadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações das crianças e responder as perguntas das crianças de forma direta e esclarecedora.

Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para o seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual. (PCN, p. 124)

CONDUÇÃO DO TRABALHO

A escola fará uma reunião informando e esclarecendo os familiares das crianças de quarta série sobre esta oficina e deixará a critério dos pais a decisão se o aluno a freqüentará ou não. Será explicado aos pais sobre a metodologia a ser utilizada e os conteúdos a serem trabalhados para que eles fiquem cientes do trabalho a ser desenvolvido na oficina. Tudo isto para que não julgue a proposta como um meio de saber o que acontece em casa e muito menos como um meio de incentivar a prática do sexo.

Serão feitas reuniões durante o ano para maiores esclarecimentos sobre os assuntos propostos.

OBJETIVOS

- 1) Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes relativos à sexualidade;
- 2) Conhecer seu corpo; valorizar e cuidar dele e de sua saúde;
- 3) Reconhecer como determinações culturais as características sexualmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associados;
- 4) Identificar e expressar seus sentimentos de desejo, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- 5) Agir de modo solidário em relação aos portadores de HIV e posicionar-se a favor das campanhas públicas voltadas para a prevenção e tratamento das DST, entre outras campanhas (amamentação, vacinação, etc.);
- 6) Reconhecer práticas do sexo seguro;
- 7) Procurar orientação para a adoção de métodos contraceptivos;
- 8) Desenvolver consciência crítica para tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade.

CONTEÚDOS

Os conteúdos podem e devem ser flexivos, de forma a abranger as necessidades específicas de cada turma a cada momento.

Foram organizados em três blocos, de acordo com os PCN.

- Auto-estima. Gostar de si mesmo.
- Valorização do próprio corpo (dimensão física e emocional).
- Imposição de certos padrões de beleza veiculados pela mídia, principalmente a propaganda, que interferem na auto-imagem das crianças.
- Hábitos de higiene (desde o valor de uma boa escovação dental até a higiene dos órgãos genitais). Condição básica para uma boa saúde.
- Anatomia do corpo humano: homem x mulher e as transformações que ocorrem nas diferentes fases da vida (trabalhar com os medos provocados por essas mudanças, o ritmo e o tempo em que elas ocorrem). Mudanças gestuais e posturais.

As mudanças decorrentes da puberdade: amadurecimento das funções sexuais e reprodutivas, aparecimento de caracteres sexuais secundários, variação de idade em que inicia a puberdade, transformações decorrentes do crescimento físico acelerado.

- Mecanismos de concepção, gravidez e parto.
- Métodos contraceptivos. Conseqüência do aborto.
- Percepção das relações existentes entre sentimentos e expressões corporais.
Exemplo: homem chorar; brincadeira de menina (o).
- Respeito ao colega que apresenta desenvolvimento físico e emocional diferente.
- O conhecimento da existência de doenças sexualmente transmissíveis.
- Drogas como violação da valorização do corpo eu/corpo.

RELAÇÃO DE GÊNERO

A diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem (a mulher que não usava calça comprida, etc.)

Relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e feminino (agressividade é coisa de homem, meiguice é coisa de mulher; dirigir é coisa de homem, cozinhar é coisa de mulher, etc.)

Respeito pelo outro sexo, explorar a questão da violência sexual, estupro, prostituição feminina e masculina, homossexualismo em todas as dimensões.

Diferença entre: sexualidade, sexo, sex, pornográfico, etc.

DST

Conhecimento de algumas doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS.

Formas de transmissão e prevenção das DST.

Repúdio às discriminações em relação aos portadores de HIV e doentes de AIDS.

Respeito e solidariedade na relação com pessoas portadoras do vírus HIV ou doentes de AIDS.

Tomar conhecimento de algumas campanhas de prevenção adotadas pela secretaria de saúde pública e comunidade de forma geral.

BIBLIOGRAFIA

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Temas transversais – 1^a à 4^a série.

Revista do Professor;

Revista Nova Escola

ANEXO 3
ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADAS NO QUESTIONÁRIO 1 E NAS
ENTREVISTA

ANEXO 3 – ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADAS NO QUESTIONÁRIO 1 E NAS ENTREVISTAS

QUESTIONÁRIO Nº 1 FEITO SÓ NA ESCOLA DE CAMBÉ E A DE LONDRINA

- 1) Por que e como começou este projeto?
- 2) Fez algum curso a este respeito?
- 3) O projeto só envolveu você, ou os outros professores da escola também se envolveram?
- 4) Como os outros professores se envolveram?
- 5) Como os alunos e os pais souberam deste projeto?
- 6) A aceitação foi da maioria? Houve algum obstáculo?
- 7) Quais eram os objetivos dele? Como ele acontecia?
- 8) Todos os alunos podiam participar, ou era restrito a uma faixa de idade?
- 9) Quais os aspectos positivos dele?
- 10) E os negativos?
- 11) Em que o projeto não deu certo?
- 12) No que ele pode melhorar?
- 13) Os assuntos polêmicos (homossexualidade, estupro, violência na família, virgindade, prostituição) eram tratados? De que forma? Os alunos traziam as questões de casa ou era marcado um dia para falar sobre tal assunto?
- 14) Há quanto tempo este projeto existe?
- 15) Que tipo de aluno está sendo formado a partir deste projeto?
- 16) Como foi medida a eficácia do projeto?
- 17) Qual foi a metodologia aplicada?

ANEXO 4
RESPOSTAS OBTIDAS NO QUESTIONÁRIO 1 E NAS
ENTREVISTAS

ANEXO 4 – POSTAS OBTIDAS NO QUESTIONÁRIO 1 E NAS

ENTREVISTAS

RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO NÚMERO 1, DADAS PELAS PROFESSORAS DA ESCOLA A E DA ESCOLA B

1) Por que e como começou este projeto?

Escola A

Pela responsabilidade que senti em transmitir os valores corretos. (Prof. 1)

Comecei o projeto na busca de uma solução para problemas relacionados ao tema, então comecei a participar de curso oferecido a professores (grupo de estudos). (Prof. 2)

Teve início a partir de discussões no próprio grupo, devido a grande dificuldade de se tratar o assunto com naturalidade com os alunos. (Prof. 3)

O projeto começou a ser estruturado depois que a supervisora e todo o corpo docente da época (1997) participou do Grupo de Estudos sobre Educação Sexual, coordenado pela Professora e Doutora da UEL com a participação de estagiários da 5ª série do curso de Psicologia da UEL. Começamos a participar do curso buscando como trabalhar questões referentes ao tema. A princípio eu iria fazer o curso sozinha, mas conversando com o pessoal da escola, chegamos à conclusão que todas as professoras deveriam fazer o curso. Montamos o projeto em grupos de estudos na escola, voltamos a ter contato com a Doutora, com o projeto em mãos e só depois fizemos reunião com os pais, com todo os embasamentos e só depois começamos a trabalhar com os alunos sistematicamente, porque assistematicamente sempre foi feito. (Sup. 4)

Escola B – Prof 5

Este projeto começou a partir da orientadora que trabalhava aqui e que fez um curso de orientação sexual que gostou; e trouxe essa idéia, e como eu fazia Biologia, viu que eu era uma pessoa que não tinha vergonha, que era espontânea, que falava. Ela me convidou para montar este projeto e trabalhar com as crianças. Você leva jeito. Aí tentamos. Comecei a participar de cursos sobre orientação sexual; já tinha feito um curso na UEL sobre esse

assunto depois fiz um curso com um doutor que veio de Curitiba, mas não lembro o nome dele, mas sei que foi um curso muito bom, onde interessa muito, a orientadora se interessou também. Aí começamos a tentar e a bolar o projeto. Aí este projeto envolvia tudo: desde valores pessoais, sexuais, do corpo, auto-estima, higiene, droga, envolvia tudo. Aí começamos a bolar o projeto que foi mandado para a secretaria de educação para ver se aceitavam ou não. Foi feita uma reunião antes com os pais, para ver se concordam ou não com este projeto dentro da escola. E tudo começou assim com este projeto, com esta orientadora que foi fazer este curso de orientação sexual que achou viável e interessante.

2) Fez algum curso a este respeito?

Escola A

Sim (Prof 1 e 3)

Quando entrei aqui na escola as demais colegas haviam feito um curso na UEL, eu não tive oportunidade de realizar este; mas durante o primeiro ano fiz junto com as mães e algumas colegas que entraram comigo o curso aqui na escola à noite. Foi muito bom, pois este assunto cria tabus e no início a gente fica muito desconfortável de falar sobre tal assunto. Mas sabemos que todos temos um pouco de conhecimento em relação a este assunto. O curso foi ótimo e houve no meu ponto de vista uma unidade entre pais e mestres. (Prof. 2)

Responde na 1ª pergunta. (Sup. 4)

Escola B – Prof 5

Respondeu na primeira pergunta.

3) O projeto só envolveu você, ou os outros professores da escola também se envolveram?

Escola A

Houve envolvimento de todos os professores, inclusive aqueles que chegaram após o curso que havíamos feito. (Prof. 1)

Todos os professores se envolveram. (Prof. 2)

Tenho o privilégio de estar em uma escola que o grupo docente se envolve de verdade nos seus objetivos e nos seus projetos. Todas nós colaboramos e tentamos fazer o possível para que este projeto, que no nosso ponto de vista, era muito importante tornar-se realidade e conseguimos. (Prof. 3)

A princípio eu iria fazer o curso sozinha, mas conversando com o pessoal da escola, chegamos à conclusão que todas as professoras deveriam fazer o curso. (Sup. 4)

Escola B – Prof. 5

Respondeu na primeira pergunta.

4) Como os outros professores se envolveram?

Escola A

- Houve envolvimento de todos os professores, inclusive aqueles que chegaram após o curso que havíamos feito. (Prof. 1)

Através de cursos. (Prof 2)

Todas nós demos uma pitada de carinho, de afeição, de respeito ao assunto que no início foi muito polêmico, tendo muitos tabus a serem vencidos por todas nós. Pra mim, no início foi muito difícil abordar tais assuntos, mesmo que sendo de modo sutil, minha supervisora me deu muita força e a colega que era a minha paralela também. Neste início o apoio é fundamental, pois os tabus internos são os mais difíceis a serem quebrados. Ressalto que no início era muito difícil mesmo. Com o passar do tempo vimos como era importante para a vida de nossos alunos. Saliento que em minha vida pessoal também houve transformações em relação às respostas que eram dadas aos meus filhos, acho que cresci. (Prof. 3)

Respondeu na 1ª pergunta. (Sup. 4)

Escola B - Prof 5

Olha, a princípio este projeto era feito nas oficinas e eu trabalho nas oficinas, porque aqui é uma escola de período integral. Foi conversado com todos os professores para ver o que eles achavam. Achavam que era uma coisa boa, se achavam que ia dar alguma confusão, polêmica ou não; então foi falado com todos os professores se concordavam ou não, e eles acharam legal, falaram que tinha que fazer, aí a orientadora envolveu a todos, pois foi ela que começou e me convidou para trabalhar neste projeto, e assim as professoras de sala não trabalhavam especialmente com isso. Quem trabalhava era eu, mas como a professora de Ciências também entrava neste assunto como matéria normal, tipo aparelho reprodutor, as crianças comentavam, aí ela sempre perguntava para mim onde é que eu estava, o que eu estava dando, para ela estar por dentro do que estava acontecendo lá. A professora de ciências

é que também estava envolvida. No início só participavam as crianças que freqüentavam as oficinas crianças que vinham às 7:30h para a escola e só retornavam às suas casas após as 4:00h. Nem todas as crianças ficavam o dia inteiro, e também não participavam das oficinas (mais ou menos 15%). Mais tarde, até aquelas crianças que não participavam das oficinas, começaram a se interessar porque as outras contavam durante as aulas o que estava acontecendo nestas oficinas e resolvemos fazer uma reunião com os pais delas para que elas pudessem participar. Este projeto era com as crianças de 4ª série que ficam nas oficinas de manhã.

5) Como os alunos e os pais souberam deste projeto?

Escola A

Alunos – através das aulas ministradas. (Prof. 1)

Pais – através de reuniões para maior esclarecimento e apresentação do projeto. (Prof. 2)

As crianças souberam quando começamos a trabalhar com elas, e os pais na primeira reunião da escola. (Prof. 3)

Montamos o projeto em grupos de estudos na escola, voltamos a ter contato com a Doutora da UEL, com o projeto em mãos e só depois fizemos reunião com os pais, com todo os embasamentos e só depois começamos a trabalhar com os alunos sistematicamente, porque assistematicamente sempre foi feito. (Sup. 4)

Escola B - Prof 5

Depois que estava tudo certinho, que sentamos e conversamos com a secretaria de educação, aí nos convidamos os pais para falar deste projeto, como que ia acontecer, como ia ser trabalhado, os materiais que seriam usados, o que ia envolver. Então eles ficaram sabendo do projeto através desta reunião que foi feita. Nesta mesma reunião já foi pedida a autorização se o filho podia participar ou não. Nesta reunião, alguns pais falaram que o filho dele não tinha que saber disto, alguns acharam que seria muito bom, porque tem pai que morre de vergonha em conversar com o filho sobre isto, acharam o projeto muito bom, eu quero que meu filho participe, e aí tinha caso que o filho não queria. Tinha diversos casos, mas teve uma boa aceitação pela maioria, outros não quiseram por causa da religião. Foram feitas as autorizações assinadas pelos pais se eles podiam ou não participar.

6) A aceitação foi da maioria? Houve algum obstáculo?

Escola A

A aceitação foi da maioria. É claro que alguns com certa reserva. Alguns pais a princípio, mas após esclarecimentos acabaram concordando. A grande maioria agradeceu da escola ministrar aulas de educação sexual a seus filhos; porque acreditavam que os professores tinham maior conhecimento do assunto e saberiam como explicar a seus filhos. (Prof. 1)

Posso só falar no meu caso, a grande maioria dos pais aceitou, mas sempre querem saber como vai ser trabalhado, e isto nós explicamos a eles. Até o momento houve somente um caso que me lembro de um pai que não aceitou a idéia de sua filha soubesse do assunto, isto foi no meu primeiro ano nesta escola. Minha sorte é que na minha sala de aula havia uma mãe também professora desta escola que me ajudou e muito a tentar expor ao pai a importância de tal assunto. Este pai mandou sua esposa fazer o curso à noite e em um segundo contato ele relatou que havia compreendido a importância de tal assunto e também aceitou o modo da abordagem realizado pela escola. (Prof. 2)

Não houve obstáculos. (Prof. 3)

Houve aceitação da maioria dos pais, porque na reunião que tivemos com eles ficou claro da dificuldade de se falar sobre o assunto em casa. Pais que ficaram receosos, fizemos um outro momento, mostrando materiais e explicando como as aulas se desenvolveriam, além de oferecer um curso de educação sexual para quem quisesse participar ministrado por estagiários do 5º ano do curso de psicologia da UEL, coordenadas pela Doutora. (Sup. 4)

Escola B - Prof 5

A maioria adorou. Isto ia ser ótimo para o filho. Teve algum que falou: para que meu filho vai querer saber disto? Ele não está na idade, é muito novo. Aí até nos debatemos se ele conversa com o filho em casa sobre estes assuntos e aí a gente explica como que é, ensina o que é certo e o que é errado e alguns falaram que as crianças não tinham que saber daquilo, aí falamos então ele vai aprender na rua? Você acha que é o melhor caminho, ou é melhor aprender dentro da escola, onde existem pessoas que estão preparadas para conversar, para preparar seu filho para a vida lá fora. Teve pai que mesmo assim não aceitou. Que não colocou o filho nesta oficina. Mas a maioria gostou, e a gente sempre estava fazendo reunião com os pais através de dinâmicas.

7) Quais eram os objetivos dele? Como ele acontecia?

Escola A

Contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Propiciar um clima que ajude a criança conviver com a sexualidade alheia e suas manifestações. Valorizar a sexualidade, o próprio corpo e o corpo do outro dando destaque à higiene e a saúde física e mental. É muito mais importante que a quantidade de conteúdo trabalhado, é conseguir que a criança aprenda que sexo é um assunto do qual se pode falar na escola. Que ela descubra, no dia-a-dia da escola que falar de sexo é só falar de si próprio, é conversar sobre quem somos e como é nosso corpo. (Sup. 4)

Escola B - Prof 5

O nosso objetivo era a valorização do corpo, porque a gente tinha meninas que eram gordinhas, cheinhas, e não gostavam delas, que se sentiam rejeitadas, se sentiam envergonhadas, e os pais em casa não davam nada de apoio, então a valorização e a auto-estima da criança eram muito trabalhadas, o objetivo maior era falar o que na verdade era o sexo. O sexo não é só aquilo que a criança imagina que é, o homem e a mulher deitados na cama, que o sexo não era só isto. O que realmente é o sexo. Trabalha a consequência da gravidez na adolescência, o que leva uma pré-adolescente ou uma adolescente a ficar grávida. Até existe uma dinâmica do ovo que a gente trabalha, que ele tem que passar como cuidar; o maior objetivo é que a criança tenha o seu valor, valorização do corpo, dela não se sentir rejeitada por muitos, para ela ver que sexo não é “aquilo”, “o maior” e também falava muito sobre as drogas, higiene das meninas quando ficam menstruadas, o que acontece. Acontecia com duas turmas, uma vez por semana, com duas aulas por turma, no período da manhã, durante as oficinas. Com dia e horário marcado.

8) Todos os alunos podiam participar, ou era restrito a uma faixa de idade?

Escola A

Todos podiam participar, tendo um planejamento para cada faixa etária ou série. (Prof. 1)

Com a participação de todos os alunos. (Prof. 2)

O projeto é desenvolvido da pré-escola a 4ª série. Os assuntos são trabalhados de forma gradativa, respeitando a faixa etária. (Prof. 3)

Quando entrei aqui na escola, eu era regente de 1ª e 2ª fase, atualmente trabalho com pré-escola; em todas as séries trabalhei e trabalho a educação sexual. (Sup. 4)

Escola B - Prof 5

Era restrito. Só podiam participar as crianças das quartas séries do ensino fundamental que eram freqüentadoras das oficinas, mas depois teve mães que souberam por intermédio das outras crianças como que essas oficinas aconteciam, que vieram procurar a direção para que seus filhos também pudessem participar delas, então aí foi aberto para estas crianças.

9) Quais os aspectos positivos dele?**Escola A**

Todos. O Aluno recebe informações de autoconhecimento, auto-estima, aprende a respeitar-se e a respeitar os outros ou até mesmo a se defender de possíveis abusos. (Prof. 1)

Entre os aspectos positivos está a percepção de que o projeto é possível e principalmente que o professor nesta atividade pode repensar a sua própria sexualidade. Outro aspecto positivo do início do projeto foi a interação família x educando em relação aos conteúdos trabalhados. (Prof. 2)

Acredito que muitos pais ainda não conseguem conversar com seus filhos sobre sexualidade, por isso o projeto dá uma abertura neste tema, deixando os filhos mais à vontade para questionamentos tanto à professora, como até aos próprios pais. (Prof. 3)

O projeto também propicia aos alunos não só o conhecimento científico mais a valorização do ser humano. Outros aspecto positivo são os temas serem discutidos aos poucos, sendo tratados durante todo o ano letivo, desenvolvendo assim, confiança entre professora x aluno. Conscientização da própria sexualidade. O conhecimento abertura para que as crianças e pais professores conversem sobre o assunto, que não é vergonhoso falar sobre sexo, o respeito pelo próprio corpo e pelo corpo do outro. Ser escola pioneira no desenvolvimento do trabalho podendo mostrar que dá certo. Os aspectos positivos são de conhecer, de criar um novo conhecimento de que a criança comece saber o certo, a verdade sem tabus, ou tendo vergonhas, ironias e falsos argumentos, sem mentiras ou ficções. (Sup. 4)

Escola B Prof. 5

Eles gostavam muito. Eu não deixava que eles tivessem vergonha, porque eu também não tinha vergonha de falar. Nesta faixa etária eles têm muita curiosidade e eles se abriam muito comigo. Tudo o que tinham vontade de saber e tinham medo de perguntar para a mãe eles vinham e perguntavam para mim, e o engraçado não tinha vergonha de falar. Falavam que tinham revistas de mulheres peladas e falavam o que era certo ou errado. Então os pontos positivos foram tudo, eles não tinham vergonha de se abrir comigo, ficavam super interessados na aula, e como era feito através de dinâmica, após ela, eles mesmos tiravam as

próprias conclusões do que era certo e do que era errado. As crianças aprendem ali o que realmente é. A verdade. O que realmente é o sexo. O que é trabalhar esta valorização do corpo, se conhecer, eles têm muita vontade de se conhecer, aí as vezes os meninos perguntavam como eram as mulheres. Eu explicava como era, mostrava através de um aparelho reprodutor como era; que era pra pegarem um espelho se olhar, se tocar, se conhecer, que não era nada de mais fazer isto. Você via que eles tinham expressão de alívio. Por que até então, achavam que era um bicho de sete cabeças, que era errado, que iam se machucar, eu não posso fazer isto, será que posso mexer lá embaixo? Para mim deveria ter em todas as escolas. Eles aprendem muito, eles não têm vergonha, querem saber sobre tudo, o que é certo e o que é errado.

Não houve nenhum obstáculo. Não veio nenhum pai reclamar neste tempo todo. Não teve ponto negativo, a não ser aqueles levantados na reunião.

10) E os negativos?

Escola A

O tempo para tantas informações. (Prof. 1)

Entre os pontos negativos, estão os tabus sociais relacionados ao tema, que interferem no trabalho reflexivo. (Prof. 2)

Não vejo nenhum. (Prof. 3)

Acredito que não haja, pois os conteúdos trabalhados são ao nível de compreensão da criança. Tudo muito simples sem inventar nenhum “atalho”. (Sup. 4)

Escola B Prof. 5

Tudo deu certo. Não teve nada que desse errado.

11) Em que o projeto não deu certo?

Escola A

Como já disse, o projeto deu e está dando certo, mas o “tempo” é seu maior problema. Acredito que isto não aconteceu. (Sup. 4)

Escola B Prof. 5

Tudo deu certo. Não teve nada que desse errado.

12) No que ele pode melhorar?

Escola A

Pode ser mais intensificado (é trabalhado, mas poderia ser mais). Na sistematização mais rigorosa das aulas. (Prof. 1)

A escola deve proporcionar todos os anos um curso direcionado aos pais, para que eles também percebam a importância do Projeto e tenham oportunidade de estarem aprendendo, trocando experiências e revendo conceitos. (Prof. 2)

Temos que ter o cuidado do projeto não cair na acomodação, porque os conteúdos são inseridos no planejamento bimestral de cada professor, de repente em virtude dos conteúdos acadêmicos, o professor deixá-lo para depois. Poderíamos reativar os grupos de estudos com os pais. (Prof. 3)

Acredito que a cada ano que passa o projeto é realimentado, tem-se nova idéia, acrescentam-se novas coisas, é apresentado de modo diferente a cada ano cada vez com mais segurança por parte do regente e esta segurança torna o conteúdo de educação sexual mais atrativo. Nas primeiras aulas a gente nota uma certa inibição das crianças, uma risadinha, um certo não sei nada disso. Mas à medida que tem uma confiança mútua entre mestre e aprendiz, esta relação aprimora-se e cada vez melhora. (Sup. 4)

Escola B Prof. 5

Ele deveria estar aplicado em todas as escolas. Para melhorar o projeto têm algumas coisas que você entra em conflito com a religião, que você fala uma coisa, mas aí vai ver que a religião fala outra. Este projeto tem que melhorar muito porque tem coisas novas saindo, tem teorias novas saindo, se fosse continuar o projeto mudaria algumas coisas; o enfoque com algumas dinâmicas novas.

13) Os assuntos polêmicos (homossexualidade, estupro, violência na família, virgindade, prostituição) eram tratados? De que forma? Os alunos traziam as questões de casa ou era marcado um dia para falar sobre tal assunto?

Escola A

Esses temas são abordados com os alunos de 4^a série, pode ser marcado ou espontâneo. Mas se surgir no decorrer da aula, sendo não apenas aos alunos das 4^a séries, podemos trabalhar tais temas. (Prof. 1)

Sim. Em alguns casos, o tema era abordado de acordo com questões colocadas em sala de aula, em outros, os temas eram discutidos de acordo com o planejamento anual. (Prof. 2)

Os assuntos polêmicos são tratados a partir do momento que surgem na sala de aula, através de diálogos, reflexões e num segundo momento se houver necessidade de uma aula planejada. Às vezes o assunto é trazido pelo aluno, outras vezes, a professora introduz o tema, sempre tendo o cuidado de “sentir” a sala. Eu trabalhei com meus alunos de pré à segunda fase alguns destes assuntos polêmicos. Eles foram: estupro, violência na família, prostituição. Quando eu trabalhava nas primeiras vezes eu vinha com a imagem de Nossa Senhora e antes de começar tais assuntos pedia a ela que guiasse meus pensamentos e conduzisse a aula de forma a que todos compreendessem. São de fato assuntos muitos polêmicos onde estamos (nós professores) interferindo em um conhecimento para a dignidade destas pessoas que em um futuro bem próximo poderão evitar que isto ocorra com elas, pois os anos passam muito ligeiro. Uma coisa que enfatizo muito é que ninguém tem o direito de tocar no corpo de uma outra pessoa se esta não o permitir. E que carinho em partes íntimas deve ser realizado somente depois que a pessoa cresça e entenda o que está fazendo. Quanto a data das aulas, eram no início de 15 em 15 dias, depois se tornou mais absorvida pelos outros conteúdos, pois podemos trabalhar qualquer área do nosso planejamento casando a educação sexual. Quem escolhia a data a ser trabalhada e o modo de abordagem é a gente. Claro que muitas crianças colocam a sua vivência e muitas vezes elas nos surpreendem, pois a gente imagina o quanto sabem. (Prof. 3)

Assuntos polêmicos são trabalhados na extraprogramação, quando surgem questões relacionadas a eles. Esses assuntos não estão contemplados no plano de curso; por causa da faixa etária que trabalhamos. (Sup. 4).

OBS: Quando a pesquisadora leu esta resposta da Sup. 4, perguntou a ela, extra oficialmente, numa das idas à escola, como acontecia esta extraprogramação, a resposta obtida foi que, ou era marcada uma aula em especial, ou a explicação de uma dúvida sobre um assunto polêmico, poderia ser fora da aula para o aluno que estivesse com a determinada dúvida, afim de não levantar ‘curiosidades’ dos outros alunos.

Escola B Prof. 5

Tudo era discutido. Tinha as aulas marcadas previamente, preparava as aulas e explicava tudo quando chegava nestes assuntos. Começava na valorização do corpo, depois auto estima, depois aparelhos reprodutores, depois DST onde eu trabalhava muito e mostrava a realidade para a criança, trazia *folders* de como ficava o órgão afetado com as DST, mostrava tudo,

Tudo isto aí era discutido. Seguia um roteiro previamente elaborado, mas uma hora nunca escondia nada, não encobria nada, sempre passava a realidade. Quando chegou na parte do homossexualismo, expliquei tudo: homo, bi, hetero, às vezes eles traziam perguntas que eu falava: Jesus! Como vou responder isto? Aí o aluno falava: ó professora, eu vi o fulano, existe homem com homem como que é? Como é feito, como acontece? Então tinha uma aula só sobre estes assuntos. A violência em casa eu não entrei muito porque poderia mexer com negócio de família, nunca trouxeram problemas de casa, que o pai batesse na mãe, isto não se falou porque nunca levantaram este problema.

14) Há quanto tempo este projeto existe?

Escola A

Desde 1998. (Prof. 1, 2 e Sup. 4)

Eu estou nesta escola há sete anos e quando entrei este projeto já existia. Foi implantado no ano anterior, pelo que eu saiba. (Prof. 3)

Escola B Prof. 5

Há três anos.

15) Que tipo de aluno está sendo formado a partir deste projeto?

Escola A

Mais consciente, crítico e com melhor ou maior amor próprio e respeito a si e aos outros. (Prof. 1)

Um cidadão com compreensão, consciência de sua própria sexualidade. (Prof. 2)

Acredito que mais consciente de sua sexualidade. Almejo formar alunos conscientes e saudáveis, tanto no aspecto emocional, racional e físico. (Prof. 3)

Esperamos formar alunos conscientes, críticos, com liberdade de escolha, capazes de dizer sim ou não e que possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Espero que não só alunos, mais a comunidade inteira esteja em processo de crescimento, pois as crianças também informam seus pais, podem entender melhor as cenas de filmes e de novelas que apelam sem restrição de horário, onde todos têm um acesso a “sacanagens” parecendo que na vida real tudo pode ser só sexo. Acredito que temos passado, com a educação sexual, a nossos alunos que eles terão oportunidade de escolher o que querem ser, de quem querem ter a seu lado, de uma vida melhor e com muito amor. Espero que ao

completar a 4ª série nossos alunos saibam se prevenir de uma AIDS. Contra estupros e ter um posicionamento firme defendendo seus pontos de vista e seus objetivos. (Sup. 4)

Escola B Prof. 5

Os alunos chegaram e me agradeceram pelo tanto que aprenderam e agradecem a escola pela oportunidade. Por tudo o que aprenderam. Desde um simples trocar de absorvente, até de não aceitar nada dos outros. Saem com uma visão do mundo lá fora muito melhor do que aquelas crianças que não participaram deste tipo de projeto, porque também as mães não conversam. A cabeça daquelas que participaram é muito diferente das que não participaram. Uma aluna me agradeceu muito: tudo o que eu aprendi aqui eu nunca vou esquecer, até relacionado as DST, a mãe é soropositiva e o pai já morreu em consequência da AIDS. Falavam sobre tudo sem vergonha. Olha professora eu me lembro quando você falou sobre menstruação. Lógico que não saíram daqui com um domínio total, mas alguma coisa eu tenho certeza que eles nunca vão esquecer.

16) Como é medida a eficácia do projeto?

Escola A

Anotações – resultados compartilhados, o próprio aluno. (Prof 1).

Avaliamos o projeto a partir de relatos dos alunos, famílias e professores. (Sup. 4)

Escola B Prof. 5

Acredito que não se possa medir isto, pois a educação em qualquer parte do mundo demora muitos anos para frutificar. Temos as sementes que esperamos ter lançado em terra fértil e que com o passar dos anos irão frutificar. Também acredito que este projeto deu certo, pois nossa escola é apontada como uma das que está chegando lá (este chegar lá significa o esforço de um grupo todo para que seja reconhecida a importância de tratar deste tema). Saliento também que se ninguém fizer nada para abrir os olhos destes futuros cidadãos, eles nunca deixarão de ser “vaquinhas de presépio” e concordar com tudo que lhe é imposto.

17) Qual foi (é) a metodologia aplicada?

Escola A

Técnicas diversas – recursos visuais, etc. (Prof. 1)

Através da participação e avaliação das famílias; avaliação dos alunos, referente às aulas (projeto) e alteração de comportamento através da reflexão. (Prof. 2)

Fitas de vídeos, livros sobre o tema, textos diversos para reflexão. (Prof. 3)

Metodologia dialógica (na maioria das vezes). Exposição dialogada tendo como apoio fitas de vídeos, revistas, livros de literatura, notícias de jornal, episódios de novelas, textos, músicas, etc...

Obs: É natural as pessoas pensarem que quando falamos de Educação Sexual, só é trabalhado a anatomia humana masculina e feminina, concepção e parto, mas vale à pena pontuar que o trabalho é desenvolvido dentro dos eixos: Relações de gênero(anatomia e fisiologia humanas), prevenção(melhoria na saúde), qualidade de vida e vitimização sexual. A metodologia foi ser realista sem ser escandalosa, sem deixar tapar o sol com a peneira. Sempre que vamos dar aula de educação sexual, primeiramente contamos muito com estudos, leituras de livros, troca de idéias, apoio do restante do grupo docente e vamos em frente, afinal queremos um mundo melhor. (Sup.4)

Escola B Prof. 5

Trabalhava em cima de dinâmicas. Preparava a aula. Jogava o assunto. Nunca falava qual assunto que eu ia trabalhar. Jogava uma dinâmica e em cima desta dinâmica a gente ia debater até eles chegarem a conclusão do que a gente estava falando. Trabalhava com uma apostila fornecida pelo ministério da saúde que trata de tudo, até de drogas e cada dia era um assunto específico e para cada um havia uma dinâmica. Tem uma seqüência lógica. A gente discutia o assunto e transportava-o para a sua realidade, para o seu corpo, pois nesta fase as crianças se acham um patinho feio. Eles adoravam. Participavam muito. No começo ficaram envergonhados, mas depois mudaram, ficaram soltos, chegavam e perguntavam. Quando no início tinha risadinhas, ela perguntava para o que estava rindo: isto que estamos falando você não tem? Então alguma coisa está errada. Algumas vezes escreviam o que haviam sentido. Gostaria de poder voltar a trabalhar no projeto, mas por problemas familiares não vou poder continuar. Através deste projeto percebeu o quanto eram importantes estes assuntos, o quanto ela ajudava os alunos. O projeto não pode parar. Tinha que ter em todas as escolas, mas é complicado, pois tem escola que não dá apoio. E esta escola sempre providenciou o que ela precisava, compravam todos os materiais necessários, davam abertura para que ela fizesse cursos. Esta escola deveria constar como escola modelo. Quando ela falava sobre estes assuntos no ensino médio, onde ministrava aulas de biologia, em outra escola, percebia que os

alunos da oficina dominavam melhor o tema do que aqueles alunos mais velhos. Tem professor que não fala sobre este assunto, têm vergonha; mas eu nunca tive vergonha para falar de sexualidade, eu adoro este assunto. O material disponível sobre este assunto é farto e muito bom. Falei de virgindade, aborto, trazia de vez em quando alguém entendido em alguns dos assuntos, só para variar. Trazia bonecas, mostrava como lavar as partes íntimas, pegavam no absorvente, nas camisinhas; mostrava como colocava. Sempre gostei de falar sobre este assunto, apesar da minha mãe ser aberta a muitos assuntos, sobre sexualidade ela nunca falou comigo; então eu senti necessidade de saber melhor para falar melhor com as crianças. Enquanto falava, mostrava os materiais utilizados.

ANEXO 5
ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADAS NO QUESTIONÁRIO 2 E NAS
ENTREVISTAS

ANEXO 5 – ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADAS NO QUESTIONÁRIO 2 E NAS ENTREVISTAS

QUESTIONÁRIO NÚMERO 2- APLICADO NA ESCOLA DE LONDRINA E NA DE CURITIBA

- 1) Como surgiu esse projeto (ou as atividades incluídas no currículo de Ciências)? (Quem teve a idéia? Como as pessoas se organizaram? Como foi elaborado o projeto? Quais as leituras que fizeram? Como foram as reuniões e as tomadas de decisões? Como aconteceu o envolvimento da comunidade escolar?)

- 2) Qual foi o processo de implantação e desenvolvimento do projeto (atividades)? Quais os obstáculos enfrentados? Quais as facilidades encontradas?

- 3) Quais os pontos principais do projeto? (Quais as ênfases? O projeto tem uma pluralidade? Quais são? Possui a dimensão ética, religiosa, social, biológica? Como elas estão integradas no projeto?)

- 4) Quais são as atividades programadas? (As atividades dão conta das diferentes dimensões da sexualidade? Você parte do aparelho reprodutor e desemboca nas questões sociais da sexualidade: homossexualismo, masturbação, gravidez, ou parte dessas questões e chega no aparelho reprodutor?)

- 5) Como integrar os diferentes eixos? (O eixo de Orientação Sexual possui: O Corpo, Gênero e DST/AIDS)

- 6) Na sua avaliação, qual a sua tendência em desenvolver as atividades? Você considera que indica aos alunos a sua opinião sobre o assunto? Os alunos querem saber de você o que acha? Você impõe de certa forma seus valores, mesmo inconsciente?

7) Qual a importância da família nas atividades desenvolvidas na escola? Qual a influência dos pais na sexualidade construída na escola?

8) Como desenvolver atividades relacionadas à biologia da reprodução e até que ponto esse assunto é importante para a sexualidade?

9) Quais as reações dos alunos em temas como: gravidez, masturbação e homossexualismo? Qual a posicionamento dos meninos e meninas?

10) Como desenvolver uma consciência crítica sobre DST/AIDS? (Quais as atividades que dão conta desse eixo?)

11) Como a escola pode ser um espaço de construção da sexualidade e da cidadania dos alunos? (Exercer a sexualidade é exercer a cidadania e vice-versa?)

ANEXO 6
RESPOSTAS OBTIDAS NO QUESTIONÁRIO 2 E NAS
ENTREVISTAS

ANEXO 6 – RESPOSTAS OBTIDAS NO QUESTIONÁRIO 2 E NAS ENTREVISTAS

RESPOSTAS DO 2^o QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ESCOLA A

1) Como surgiu esse projeto (ou as atividades incluídas no currículo de Ciências)? (quem teve a idéia? Como as pessoas se organizaram? Como foi elaborado o projeto? Quais as leituras que fizeram? Como foram as reuniões e as tomadas de decisão e o envolvimento da comunidade escolar?

O projeto surgiu da necessidade de explorar este tema com as crianças. As atividades sempre partem de algo que está sendo abordado, um texto, uma história, uma propaganda, um *clip*, etc. Durante as reuniões, no início do ano, havia muita vergonha e tabus de muitas pessoas, inclusive eu. Com o tempo passando e o grupo continuando o mesmo, houve relaxamento onde alguns tabus e vergonhas acabaram. Durante esse período o envolvimento da escola e o grupo escolar foi muito grande. (Prof. 1)

Eu não fiz este curso na UEL, porque cheguei após a sua realização. Durante o primeiro ano fiz junto com as mães e algumas colegas que entraram comigo o curso aqui na escola à noite. O curso foi ótimo porque houve união entre pais e mestres. (Prof 2)

Pela necessidade de estarmos trabalhando o assunto na sala de aula. A idéia surgiu numa das reuniões de estudo em grupo na própria escola. A equipe passou a frequentar o curso na UEL, com duração de 6 meses, em horário diferente e somente após foi elaborado o projeto a ser desenvolvido na escola. (Prof.3)

Pela necessidade e participação de vários cursos promovidos pela SME. O projeto surgiu depois que todos os professores fizeram o curso promovido pela UEL do dep. de Psicologia; “Grupo de Estudos para formar Educador Sexual”, como objetivo de preparar o corpo docente para o envolvimento no trabalho. Decidimos que seria mais proveitoso se todos os professores participassem do curso. O projeto foi elaborado em conjunto nos grupos de estudos e depois discutido com a coordenadora do curso Doutora da UEL. No período de elaboração do projeto, duas professoras participaram do Mutirão Orientador. (Sup. 4)

2) Qual foi o processo de implantação e desenvolvimento do projeto (das atividades)? (Quais os obstáculos enfrentados? Quais as facilidades encontradas?)

A implantação do projeto foi gradual, com as aulas de 15 em 15 dias e com a conscientização dos pais em reuniões bimestrais dos temas que seriam abordados. Houve várias dificuldades, tanto de nível de aceitação dos pais, como de quebra dos próprios tabus tanto dos professores como das crianças. (Prof 1)

Através de reunião a maioria dos pais tomou ciência e reconheceu a importância desse projeto. Obstáculos: preconceito de alguns pais. Facilidade: o apoio dos pais que reconheceram que os professores estavam mais habilitados para tratar do assunto. (Prof 2 e 3).

Depois do projeto ter sido construído, foi feita uma reunião com os pais para o conhecimento dos mesmos (1998). Atualmente a cada início do período letivo, os pais dos alunos novos, são comunicados na 1ª reunião. Caso algum tenha dúvida, agenda-se um horário para mostrar como trabalhamos, material utilizado, etc. Houve 15 encontros com pais interessados sobre o assunto com estagiários do curso de Psicologia da UEL no ano de 2001. Obstáculos: o preconceito de alguns pais por acharem que educação sexual se resume em sexo (relação sexual). Facilidade: o apoio de pais por reconhecerem que a escola trabalhando esse assunto fica mais fácil tratá-lo em casa. (Sup. 4)

3) Quais os pontos principais do projeto? (Quais as ênfases? O projeto tem uma pluralidade? Quais são? Possui a dimensão ética, religiosa, social, biológica? Como elas estão integradas no projeto?)

Acredito que o ponto principal seja o indivíduo se conhecer como um todo. Saber o que fazer quando algo acontecer, saber que o seu corpo pertence somente a si e que ninguém, na face da Terra tem o direito de fazer qualquer coisa sem o seu consentimento. Acredito que a dimensão ética, religiosa, social e biológica está intrínseca no ser humano e sendo assim deve ser respeitado. (Prof 1,2 e 3)

O projeto é dividido em eixos: **Anatomia Humana** (diferenças dos órgãos sexuais internos e externos); **Fisiologia Humana** (Fases do desenvolvimento; Ato sexual (concepção e contracepção); Tipos de Partos; Amamentação; Menstruação (4ª série); Masturbação (orientação individual). **Relações de Gênero** (Diferenças de comportamento (homem/mulher)), Respeito pelo outro (diferenças físicas e culturais), Respeito pela variedade de expressão (feminino e masculino).

Prevenção: melhoria na saúde e qualidade de vida -DST/AIDS prevenção/vias de transmissão; Vitimização Sexual.

Homossexualidade, aborto e outros assuntos serão tratados sempre que surgirem, na extraprogramação. (Sup. 4).

4) Quais são as atividades programadas? (As atividades dão conta das diferentes dimensões da sexualidade? Você parte do aparelho reprodutor e desemboca nas questões sociais da sexualidade: homossexualismo, masturbação, gravidez, ou parte dessas questões e chega no aparelho reprodutor?)

No pré não se aborda esses temas. Mas houve um caso (numa 2ª série) em que abordei o estupro com uma fita de vídeo da tv escola onde uma menina estava sendo violentada e falei na ocasião que aquilo não poderia ser permitido. (Prof. 1)

-Ressaltamos o respeito pelo próprio corpo e do outro. (Prof 2 e 3).

Os conteúdos relacionados na resposta nº 3 são trabalhados no decorrer dos bimestres. A professora planeja o que será trabalhado e as atividades nos bimestres para atingir os objetivos propostos. O aparelho reprodutor é conteúdo de 4ª série e não há necessidade de estar trabalhando o conteúdo para se falar de concepção de concepção, por exemplo. Optamos por trabalhar a masturbação com orientação individual (de acordo com a necessidade), levando a criança a compreender que a masturbação faz parte do desenvolvimento humano e que é uma coisa muito íntima que não pode ser feita na frente dos outros e tenta-se desviar a atenção das crianças. Por causa da faixa etária, as questões do homossexualismo e aborto serão discutidas se surgirem questões relacionadas aos temas, mas não há aprofundamento (extraprogramação). (Sup. 4)

5) O eixo de Orientação Sexual possui: O Corpo, Gênero e DST/AIDS. Como integrar os diferentes eixos?

De acordo com a faixa etária. (Prof. 1, 2 e 3).

De acordo com a faixa etária. Esclarecimentos por ocasião de campanhas (A propaganda veiculada é dirigida para o público adulto e não fica muito clara para as crianças, na questão de DST/AIDS e é desenvolvido mais especificamente na 4ª série). Quanto a Corpo e Gênero, estão na resposta 3. (Sup. 4)

6) Na sua avaliação, qual a sua tendência em desenvolver as atividades? Você considera que indica aos alunos a sua opinião sobre o assunto? Os alunos querem saber de você o que acha? Você impõe de certa forma seus valores, mesmo inconsciente?

Acredito que neste ponto referente a educação sexual, nós não temos certo ou errado. Nós colocamos as cartas na mesa, onde tentamos mostrar os dois lados. Acredito que mesmo sem querer impor ou influenciar, nós preferimos os nossos valores e é neles que acreditamos estar certos. Mas em nenhum momento, impomos ou forçamos a barra para tender par um lado ou outro. (Prof. 1)

Partindo dos alunos com equilíbrio, sendo imparcial. (Prof. 2 e 3).

Procuro não dar a opinião pessoal sobre as temáticas. Converso com os alunos sobre os prós e os contras do assunto em questão, levando-os à reflexão para que cada um chegue à sua própria conclusão. Devemos respeitar os valores das famílias. (Sup. 4)

7) Qual a importância da família nas atividades desenvolvidas da escola? Qual a influência dos pais na sexualidade construída na escola?

Acredito que a interação família-escola é fundamental não só na área de educação sexual, mas em todas as matérias, pois a família é o alicerce do futuro cidadão, que é o nosso aluno. A família e a escola têm que falar um único idioma, pois seu filho, nosso aluno, compartilha dos dois e se por acaso houver choque de informações entre a escola e a família, ele se sentirá perdido, abalado, sem saber qual o certo ou o errado, estará perdido. Por isso é importante participar da vida escolar dos filhos, dando apoio. Não estou falando que se deve concordar com tudo, mas no momento de discórdia deve-se tentar harmonizar e chegar a um ponto comum. (Prof. 1).

O apoio e o respeito pelo trabalho desenvolvido pelos professores. (Prof. 2 e 3).

Escola e família precisam ser aliadas. O que percebo é que quando o assunto é tratado na escola, há um canal de abertura para que haja a conversa em casa, porque em vários depoimentos, percebe-se que é complicado para os pais falarem sobre o assunto. (Sup. 4)

8) Como desenvolver atividades relacionadas à biologia da reprodução e até que ponto esse assunto é importante para a sexualidade?

É importante conhecer seu corpo e seu desenvolvimento. (Prof. 1, 2 e 3).

É importante para o conhecimento do próprio corpo e seu desenvolvimento. (Sup. 4).

9) Quais as reações dos alunos em temas como: gravidez, masturbação e homossexualismo. Qual a posicionamento dos meninos e meninas?

A princípio acham graça, mas acabam participando, mostrando-se bastante interessados. (Prof. 1, 2 e 3).

A questão da gravidez é encarada com naturalidade. Se houver necessidade de abordar masturbação e homossexualismo, nosso principal objetivo é o respeito pelo outro, pelas diferenças, que todos devem ser respeitados. (Sup. 4)

10) Como desenvolver uma consciência crítica sobre DST/AIDS? (Quais as atividades que dão conta desse eixo?)

Aqui na escola não vivenciamos isto, mas vi em um lugar aqui em Londrina uma atividade muito legal que chamou minha atenção. Foi no grupo Escoteiro Verde Vale onde meus filhos fazem parte, foi uma atividade com música e copos descartáveis que enfocava a transmissão da AIDS. (Prof 1)

Através de diálogo, debates, partindo das dúvidas dos alunos. (Prof. 2 e 3)

Por causa da faixa etária, tratamos desse assunto com cartazes informativos, campanhas, textos jornalísticos, científicos, para que as crianças possam compreender o que está sendo veiculado na mídia, já que as campanhas são dirigidas para os adultos. (Sup. 4)

11) Como a escola pode ser um espaço de construção da sexualidade e da cidadania dos alunos? (Exercer a sexualidade é exercer a cidadania, e vice-versa?)

Respondeu na 1ª pergunta. (Prof. 1)

A escola é cidadã quando participa na formação global do educando, levando em consideração todos os aspectos da vida dele. (Prof. 2 e 3)

A escola pode ser um espaço de construção da sexualidade e da cidadania, se entender que Educação Sexual não é trabalhar apenas com a anatomia e a fisiologia humana.

É necessário haver compreensão por parte dos professores, que devemos ter respeito pelas diferenças físicas, comportamentais e culturais.

É de fundamental importância que se trabalhe a questão de vitimização sexual, para que haja o reconhecimento da necessidade do consentimento mútuo numa relação a dois e informar a

criança que ela pode e deve contar para uma pessoa de sua confiança, e que ela tem o direito de recusar qualquer invasão sobre seu corpo.

É questão de cidadania, quando se trabalha a prevenção da gravidez indesejada, DST/AIDS. É muito mais importante que a quantidade de conteúdos trabalhados, é conseguir que os alunos aprendam que sexo é um assunto que pode se falar na escola, de maneira natural, que faz parte do nosso corpo e da nossa vida. (Sup. 4)

ENTREVISTA COM A ESCOLA C DE CURITIBA RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO NÚMERO 2

Início de tudo...

Fizemos um trabalho de conscientização com todos os alunos e com todos os professores, para que pudessem se sensibilizar a respeito do assunto e para que tivéssemos bons resultados, porque falar sobre sexo só por falar sem um projeto oficial, ele pode ou não dar resultados.

Multiplicadores são os próprios alunos. (de treze a 15 alunos) Estamos na terceira turma. Um professor responsável leva os alunos do projeto até a doutora da área sexual para ter cursos e tirar dúvidas e eles passam a ser os multiplicadores. Temos uma sala onde funciona o projeto, tem cartazes, preservativos, órgão sexual, e é dada uma aula para que o uso não tenha a visão que esteja incentivando a prática do sexo, mas sim para prevenir DST.

Não tem como esconder sobre sexualidade hoje em dia, então, para que não se pegue principalmente a AIDS, eles ficam em grupos na sala do projeto e quando o aluno cadastrado vai em busca do preservativo, ele dá uma aula primeiro sobre as DST e depois tem uma conversa com o aluno para ver se ele está pegando esse material para usar ou para fazer bexiga, aí nesse caso não entrega. Se for para usar, ele explica como deve ser.

Como os multiplicadores são mais ou menos da idade daqueles que vêm em busca de informações, eles ficam mais à vontade; um aluno mais ou menos da idade deles, eles se sentem melhor em fazer perguntas, usando os termos corriqueiros a eles, e eles se sentem melhor porque um adulto quando vai dar uma palestra, eles puxam para o lado da juventude dele, e o jovem de hoje está muito mais adiantado que nós, a cabeça dele está muito mais adiantada que a nossa, é diferente a maneira como ele trata desse assunto, e graças a Deus que aqui na nossa escola melhorou até no índice de gravidez, só estamos com uma grávida de 14 anos, mas teve época de termos mais grávidas, até com 12 anos. Acabou isso e é muito importante.

Eu ainda sou da antiga, tenho 53 anos, e achava que esse projeto iria incentivar à prática do sexo, mas quando ouvi a palestra sobre o índice de AIDS, prefiro que meus alunos usem o preservativo a ver uma criança doente. O projeto já existia, porque a doutora sempre deu palestras aos professores e alunos da rede pública sobre sexualidade. Ela pertence à

Secretaria Municipal de Saúde, ela já dava palestras e já tínhamos um projeto sobre esse assunto. Quando o governo federal resolveu implantar o projeto de Prevenção e Saúde, a nossa escola foi escolhida como Piloto, porque já tínhamos iniciado esse projeto a tempo atrás devido ao alto índice de gravidez na adolescência, e por termos um diretor que tem a cabeça muito aberta, permitiu que esse projeto aqui se implantasse.

Enfrentou barreiras enormes com pais, com a sociedade, e hoje ele e nós vencemos, porque os pais nos agradecem. Temos 13 professores de diversas áreas do conhecimento que estão capacitados para discutir sobre sexualidade em qualquer momento. Temos também o presidente da ONG-CEPAC que dá também capacitação para os professores, alunos e pais, no CEPAC, e a doutora também capacita professores e alunos, e os governos estadual e federal que estão juntos com a gente. No governo estadual temos uma professora (funcionária da Secretaria de Educação) que é responsável por projetos especiais. A professora de Ciências dá aulas de Orientação Sexual na matéria dela, a doutora complementa o que ela deu, e aos outros professores, cabe sempre quando o assunto surgir, responder acertadamente, explicar tudo direitinho, satisfazendo o aluno. Existem professores que não quiseram participar. São radicais, acham que com esse projeto existe um incentivo a prática do sexo. Mas são poucos.

A doutora e o representante da ONG, sempre que necessário ou quando estão disponíveis, eles vêm até a escola para dar alguma palestra. O assunto a ser discutido será de acordo com a necessidade ou escolhido por alunos. Os alunos também explicam tudo para os outros alunos não só sobre o uso do preservativo, mas outros assuntos relativos à sexualidade.

Quem participa desse projeto são alunos das sétimas e oitavas séries, por que lei diz que é a partir dos 13-14 anos de acordo com o Estatuto da Criança. Apesar de termos tido alguns problemas com alunos 12 anos. Apesar de que deveríamos conversar com os de 10 e 12 anos, porque muitos deles já têm a sexualidade na flor da pele. Se surgirem algumas perguntas sobre temas polêmicos, conversamos abertamente com os alunos, temos que estar abertos a eles, ouvir o que têm para falar e isso qualquer professor que estiver capacitado deverá responder aos questionamentos e podem nos procurar a qualquer hora que iremos responder, porque muito não têm experiência, mas têm vontade de saber, de conhecer, às vezes até perguntas bobas. Se a pergunta estiver totalmente fora do assunto que está sendo explicado, a professora pede para o aluno procurá-la na sala do projeto (uma hora da hora-atividade dele, ele fica na sala do projeto para se procurado por alunos, ele estará lá para tirar as dúvidas) para poderem conversar mais à vontade.

Sobre as dificuldades que tiveram: Primeiro o diretor fez uma reunião com os professores e disse que alguns deles seriam capacitados. Eu, supervisora, cheia de preconceitos, resolvi participar, fazer os cursos que a doutora e o representante da ONG ministravam. A princípio foram 8 professores, o diretor, a presidente da APM fez os cursos e depois foram os outros que fizeram. Todos fizeram porque não posso falar sobre sexualidade com os filhos dos outros se não estiver apta para isso e ter argumentos para conversar com os pais dos alunos sobre a necessidade de abordar esse assunto numa escola. Fizemos reuniões com os pais, aplicamos dinâmicas onde eles pegavam figuras geométricas, onde algumas delas tinha um X marcado, e iam trocando essas figuras com outros pais, e alguém anotava as trocas, e no final, os pais descobriram que o X significava infectado e puderam observar por quantas mãos aquele figura havia passado, e aí eles entenderam o significado de uma transmissão, e aconteceram outras dinâmicas. É o segundo ano que o projeto funciona dessa maneira e pretendemos que continue.

A idéia do primeiro projeto partiu do diretor e da professora de Ciências, devido ao alto índice de gravidez na adolescência na escola. Os professores se organizaram e a doutora veio oferecer o projeto Adolescer e nós entramos nesse projeto de cabeça,

O projeto da escola foi elaborado com a participação de todos os professores, diretor, e pessoal pedagógico que haviam participado inicialmente dos cursos da dra e do representante da ONG. Vieram materiais de vários lugares para subsidiarem o nosso projeto, veio até da ONU. As reuniões eram semanais para fazer uma análise de como estava indo o projeto, se estava dando certo ou não. As decisões eram tomadas em conjunto, direção e comunidade escolar. Foram feitas atividades com os pais e com os alunos.

Tivemos muitos obstáculos com os pais, mas após as dinâmicas que foram feitas durante as reuniões, viram que eles poderiam também se deparar com os problemas de gravidez precoce e DST. As facilidades encontradas foram com os jovens, muito maiores do que com os adultos.

O ponto principal do nosso projeto é a gravidez precoce e graças a Deus ela diminuiu sensivelmente e doenças que também não apareceram.

Trabalhamos em conjunto com o CEPAC, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Municipal da Saúde e governo federal.

Pergunta 3- A criança não é obrigada a participar do projeto. Se a religião ou os pais não permite, ela não participará. Só participa se os pais permitirem, quando o jovem vem buscar um preservativo, não é marcado o nome de ninguém. O controle é por códigos, sem especificar nomes. Pois tem que mandar para o governo federal uma estatística.

Na parte biológica é dada aula sobre as DST, temos *folders*, os alunos e os professores elas se entregam totalmente ao projeto. As atividades programadas são os cursos que todos fazem. Cada ano, são cursos diferentes. No início do ano, são dados novos cursos com temas variados. A doutora também retoma temas que acha que seja conveniente.

O aluno não é discriminado. Fala-se sobre tudo e todos os temas polêmicos. Existe um respeito pela opção sexual do aluno. O importante é que ele faça a coisa certa no momento que achar que está preparado, mas da maneira certa se prevenindo contra as DST e possível gravidez. Procuramos eliminar qualquer discriminação que possa haver dentro da escola. O aparelho reprodutor, masturbação, gravidez, etc, tudo é discutido. Fala-se claramente sobre tudo.

A supervisora fez curso sobre DST em São Paulo em pessoas do Brasil inteiro, e repassou para os outros.

Nós podemos até ter opinião formada a respeito de vários assuntos, mas deixamos bem claro aos alunos que estamos ali para informar e cabe a cada aluno formar a sua.

O aluno quer saber sobre tudo o que se refere à sexualidade, pois os pais não têm tempo de conversar com seus filhos sobre isso. Então o aluno procura no professor a imagem do pai, daquele que vai prepará-lo para a vida. Nos professores, não podemos ter só o conhecimento da matéria que vem a lecionar, mas sim de tudo, para que o aluno não fique perdido, não se sinta sozinho. E temos a obrigação de inseri-lo na sociedade.

Os nossos valores não são impostos, os alunos são livres para que eles construam os seus próprios valores, lógico que mostro o que é certo ou errado para mim, mas a conclusão fica ao encargo dele.

A participação da família é muito importante. Muitas famílias aceitam totalmente o nosso projeto, mas existem algumas famílias por serem evangélicas ou aquelas que são católicas radicais, acham que não existe a necessidade de se falar sobre sexualidade com os

jovens, que o jovem só deve fazer sexo após o casamento. A gente respeita e o jovem não participará do projeto; a gente respeita a opinião de cada um. Não adianta você querer impor alguma coisa que ele não concorde. Os jovens são muito críticos.

A parte da reprodução, a professora passa filmes e conversa com seus alunos desde a 5ª série, o tema gravidez, homossexualismo e outros temas tidos polêmicos são discutidos, temos que esclarecer. Não existe discriminação.

Pergunta 10- Passam –se filmes, discute-se abertamente na escola, quando vão fazer cursos no CEPAC e com a doutora. Eles mesmos se preocupam, em tomar a consciência para nunca adquirir doenças.

Pergunta 11- A escola foi feita par se formar cidadão, então se a sexualidade faz parte do ser humano, então faz parte da escola. O professor não tem que ensinar sobre a sexualidade, mas tem que passar aos alunos, que nós nascemos já com a sexualidade tem que colocar o que é certo, como cuidar de seu corpo para não ser prejudicado, Não será o que a professora pensa ou o que os pais falam que o aluno vai seguir, mas vai refletir sobre tudo o que ouviu, aprendeu e então aí vai decidir o que será melhor.

Se uma criança de 5ª série vier perguntar sobre gravidez, por exemplo, vai ser dada uma aula para ela. Tudo é muito bem explicado dentro da escola, porque os pais não têm tempo, trabalham. Quando chegam em casa à noite, o pai quer ler o seu jornal, a mãe quer ver a sua novela, e não têm tempo para essas conversas.

A comunidade escolar é composta por pessoas de poder aquisitivo baixo.São muito pobres e existem muitos evangélicos.

Se na sala do projeto o aluno (voluntário: de 7ª ou 8ª série) que está de plantão (fora do horário de aula – no contraturno), naquela hora não souber responder alguma pergunta, o que é muito difícil, porque eles já têm uma desenvoltura muito grande, já participaram e participam de muitos cursos, estão muito bem orientados, então eles procuram um professor que faça parte do projeto para tirar dúvidas.

Todos são muitos animados com relação a esse projeto. Todas as 4ª feiras eles estão aí. São muito responsáveis e têm que dar conta do material que entra e que sai dali. Prestam

conta. É mandado todo mês o controle do material entregue aos alunos, para o governo federal.

Existem professores que não quiseram participar. São radicais, acham que com esse projeto existe um incentivo a prática do sexo. Então se algum aluno faz alguma pergunta a ele sobre sexualidade ele encaminha para o professor que participa do projeto. Cada um com o seu modo de pensar

Muitos pais que a princípio não aceitaram a idéia, após serem convidados a participar do projeto, das reuniões, das dinâmicas de sensibilização, etc. mudaram de opinião e perceberam o tamanho da importância do projeto e o risco que os filhos estão correndo hoje em dia sobre DST, gravidez precoce, etc...

Quando iniciamos esse projeto a nossa preocupação era a Prevenção, quando o pai começa a ver por esse lado, passa a aceitar o projeto.

As dinâmicas ajudam muito: Expõem um problema e as perguntas começam a surgir até chegar a um consenso, se convencem da importância dele. Os pais percebem que precisam da escola para ajudá-los nesse sentido, com tanta informação dada pela mídia...

No início do ano letivo a doutora, passa os temas que serão abordados, e devido a experiências dos anos anteriores, podemos inserir outros temas que acharmos necessários. Como sabemos de antemão os dias e os temas que serão abordados, levamos alunos de ônibus para assistirem as palestras, geralmente no SESC onde o salão é amplo, e ali eles também podem tirar dúvidas e levantar problemas. Os professores também vão para o CEPAC, onde passa o que se tem de novo sobre determinados assuntos. Às vezes no horário de aula, às vezes no contra turno. É quando a doutora pode. Se não der fora do horário de aula, vamos no horário de aula, porque isso não é fora da escola, isso pertence a escola, isso é formar cidadão.

Quando iniciamos o projeto e fomos explicar aos alunos, um dos primeiros voluntários foi uma menina que engravidara (com 12 anos) no ano retrasado, ela disse que queria passar aos outros alunos a sua amarga experiência ou inexperiência. Hoje sua criança tem 1 ano e 3 meses.

Não nos baseamos nos PCN. Não existe uma matéria específica. Era uma urgência. Só sobre o corpo humano os alunos teriam na matéria de Ciências e nós queríamos muito mais

que um biologismo. O relacionamento dos alunos com os professores envolvidos no projeto é muito diferente do que o relacionamento com aquele que só é professor.

Estava tendo uma festa de amigo secreto na escola no momento da entrevista e o diretor disse que os alunos só convidaram aqueles professores que participam do projeto, tal à proximidade e confiança que se instalou entre eles.

Até a violência diminuiu, porque se sentem importantes.

Não é fácil falar sobre sexualidade, por isso que nos preparamos com pessoas capacitadas para tal tema, abrimos nossa cabeça e vamos em frente. E mudamos até a nossa maneira de pensar, melhoramos; o que pensávamos, hoje não pensamos mais.

ENTREVISTA COM UM DOS ALUNOS QUE PARTICIPA DO PROJETO, DISTRIBUI PRESERVATIVOS, FAZ OS CURSOS E CONVERSA COM OS ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE.

Por que você participa desse projeto ou o que levou você a participar?

Sempre me interessei por esse assunto, talvez por que não conversávamos em casa sobre isso; e achei que poderia passar para os meus colegas e também pelo fato de não trabalhar no contra turno eu teria mais disponibilidade para fazer os cursos.

Venho todas as 4^{as} feiras à tarde e quando vem algum aluno pegar o preservativo, além de ter que anotar no controle, falo sobre importância do seu uso, das DST/AIDS, da paternidade irresponsável, etc. É muito difícil eu não saber responder alguma pergunta, porque é o 2^o ano que estou no projeto e as perguntas não variam muito. Mas quando não sei, chamo uma professora do projeto.

Houve discriminação?

Sim. Alguns me chamavam de *gay*, mas eu não me importo com isso. Ninguém tem nada de ver com a orientação sexual de outra pessoa. Mas isso já passou, agora tenho muitos amigos que me respeitam. Quem sempre nos deu uma força nesse projeto foi a supervisora, o diretor e as professoras de Ciências, Matemática e Português.